

PROJECTO FINAL DE ARQUITECTURA

Sérgio Duarte Pestana de Sá

Vertente Projetual:

Paulo Tormenta Pinto (coordenador) – Prof. Auxiliar do ISCTE-IUL

José Luís Saldanha – Prof. Auxiliar do ISCTE-IUL

Vertente Teórica:

Sandra Marques Pereira – Assistente Convidada do ISCTE-IUL

Mestrado Integrado em Arquitetura

ISCTE-IUL 2012-2013

| RESUMO

Esta dissertação engloba duas vertentes: uma projetual e outra teórica. Na primeira, os temas foram desenvolvidos em torno do conceito de “Mundo Novo”, imagem ancorada nos pressupostos conceituais de A. Huxley (1932), onde se recolhe um referencial passível de contextualizar um futuro a médio prazo, dada a dinâmica paradoxal que opõe os pressupostos da cultura moderna e industrial à perspectiva de organização neo-ruralista.

Congregados nesses fundamentos, foram problematizados fatores como a influência da organização económica e política nos modos de vida e na relação do indivíduo com a sua comunidade, a influência da tecnologia na organização social, bem como o modo como os recursos naturais poderão influenciar as ações sobre o território, a localização e a organização do espaço doméstico. A reflexão e dimensionamento desta problemática visaram a definição de um perfil social que se previsse possível, num futuro de duas décadas.

Neste contexto, foram desenvolvidos, em grupo, workshops: |marca, texto e espaço; Guiné-Bissau - Bafatá; temas II,III e perfil social. Individualmente foi desenvolvido um projeto que relaciona a proposta tipológica e habitacional com o excerto urbano que caracteriza a sua envolvente próxima, através do estabelecimento da relação entre a macro e a micro escala, para Lisboa, no eixo entre o Largo do Rato e a Colina das Amoreiras. Este consistiu na elaboração de projetos para 4 habitações, contextualizadas e operacionalizadas ainda como tipologias associadas ao universo social definido.

Foi desenvolvida ainda, uma proposta de reflexão individual (tema IV), que resultou na criação de uma “Caixa/projeto”, simbolicamente representativa das experiências e vivências condicionadoras da forma como o estudante de arquitetura interpreta e explicita a realidade.

Na vertente teórica, desenvolveu-se a reflexão em torno da arquitetura popular, enquanto campo dotado de autonomia própria, onde se consubstancia um vasto campo de investigação e de práticas, que tornam obsoleto o senso comum e os ensaios dispersos até então existentes. O conceito de arquitetura popular como objeto de estudo permite considerar o seu inerente valor patrimonial que há que preservar e continuar a analisar. Assim, foi abordada a problemática da arquitetura habitacional rural madeirense edificada, na sua dimensão contextual, particularmente, nas freguesias de Quinta Grande e de Jardim da Serra, do Concelho de Câmara de Lobos, e a sua relação com as gentes, os costumes, o trabalho de campo e a vida doméstica, trabalho

centrado no estudo das habitações, de três gerações de uma mesma família, proposta radicada nos ideias neo-ruralistas.

Palavras-chave: arquitetura popular rural; Ilha da Madeira; casa/habitação rural; alojamento familiar; vivências no espaço doméstico rural, perfil de habitantes, relações entre perfil de habitantes e propostas de gestão do espaço urbano, perfil de habitantes e projeto de habitações.

|ABSTRACT

This dissertation consists of two parts: one theoretical and one projective. In the first, the themes were developed around the concept of “New World”, anchored in assumptions conceptual image of A. Huxley (1932), which collects a framework capable of contextualizing a future in the medium term, given the paradoxical dynamic that opposes the assumptions of modern culture and the industrial organization perspective to the neo-rural caucus.

Gathered into these grounds, were problematized factors as the influence of economic and political organization in the ways of life and the individual’s relationship with its community, the influence of technology on social organization, as well as how natural resources can influence the actions of territory, the location and organization of domestic space. The reflection of this issue and sizing aimed at defining a social profile that foresee possible, a future two decades.

In this context, were developed, in group workshops: | mark, text and space; Guiné-Bissau - Bafatá; themes II, III, and social profile. Individually, a project was developed that relates the proposed typological between urban housing with the excerpt that characterizes his immediate surroundings, by establishing the relationship between macro and micro scale, to Lisbon, the axis between Largo do Rato and Hill of Amoreiras . This consisted of developing projects for 4 dwellings, contextualized and operationalized as yet associated with the social world typologies defined.

It was developed yet, a proposal for individual reflection (theme IV), which resulted in the creation of a “Box / project”, symbolically representative of the experiences and life conditioners how the architecture student interprets and explains the reality.

In the theoretical model, it was developed a reflection on folk architecture as a field endowed with its own autonomy, which embodies a vast field of research and practices that make obsolete common sense and essays scattered hitherto existing. The popular concept of architecture as an object of study considers its inherent asset value that must be preserved and continue to analyze. Thus, addressed the issue of rural housing of Madeira architecture built in its contextual dimension, particularly in the parishes of Quinta Grande and Jardim da Serra, in the municipality of Câmara de Lobos, and their relationship with the people, the customs, the work field and home life, work focused on the study of housing of three generations of the same

family, proposal rooted in neo-ruralists assumptions.

Keywords- rural folk architecture; Madeira; house/rural housing, family housing; experiences in the home country, profile people, relations between residents and profile management proposals of urban space, profile residents and housing project.

| AGRADECIMENTOS

Este trabalho representa, simbolicamente, o fim do percurso académico que já conta com alguns anos, e é, com efeito, a ocasião ideal para agradecer a todas as pessoas que dele fizeram parte, contribuindo com o seu apoio para o meu desenvolvimento pessoal e enquanto estudante de arquitetura, aos quais seria impossível enumerar, na totalidade.

Aos professores que contribuíram, ao longo do curso, para o desenvolvimento do meu sentido crítico.

Aos casais que tornaram possível viabilizar “os estudos de caso”, que integram a vertente teórica desta dissertação, por partilharem a sua história de vida e da sua “casa”.

À minha família, em especial os meus pais, irmãos e irmã, pelo seu constante apoio e esforço, para que esta etapa se realizasse e por estarem sempre disponíveis para acudir o “caçula”.

À família Morais por me fazerem sentir em casa e sempre me terem apoiado, em especial à “Filhó” por todo o apoio e paciência, e à Mariana por toda a compreensão e pelo apoio e incentivo em todas as alturas.

E aos meus amigos, em especial ao “Fragalhoto” também, mas não só, pela frontalidade com que me “dá na cabeça”.

| ÍNDICE

Introdução Geral

Vertente Prática

Parte I – Workshops

- Zenóbia | marca, texto e espaço
- Centro Interpretativo Amílcar Cabral | Guiné-Bissau | Bafatá

Parte II – Novo Mundo

- Amoreiras | Análise
- Amoreiras 2032 | Proposta de Intervenção Urbana
- Habitar Amoreiras 2032 | 4Habitações
- “Caixa/projeto”: sinergias com as memórias

162

Vertente Teórica

Parte III – A arquitetura habitacional rural madeirense [RECORTES DE MEMÓRIAS]

Introdução

169

Capítulo 1 – A arquitetura popular

173

1.1 A arquitetura popular rural enquanto campo de estudo com autonomia própria

175

1.1.1 A habitação rural nas ilhas da Macaronésia: espacialidades elementares e expressões plásticas simplificadas

178

1.1.2 A arquitetura da habitação rural madeirense: influências que organizam as suas singularidades

180

1.1.2.1 Condicionantes da arquitetura rural da Madeira

181

1.1.3 Da emergência da arquitetura rural habitacional madeirense à atualidade	191
1.1.3.1 Os ciclos da evolução da arquitetura habitacional rural madeirense	192
1.1.3.2 A casa elementar	196
1.1.3.3 A casa complexa	201
Capítulo 2 – Casos de estudo: A arquitetura habitacional rural madeirense: entre o ontem e o amanhã	
2.1 Metodologia	202
2.1.1 Caracterização territorial e humana dos espaços em estudo	206
2.1.1.1 Jardim da Serra e Quinta Grande: população, famílias e habitação	206
2.1.1.1.1 A população	207
2.1.1.1.2 Famílias	211
2.1.1.1.3 A habitação	212
2.1.2 Jardim da Serra e Quinta Grande: particularidades	218
2.2 A família que se reconhece na habitação: retalhos da vida privada no espaço doméstico/a habitação como local de memórias	222
2.2.1 ...configuração de três gerações	222
2.2.2 Caso de estudo 1 (casal a) – 1ª geração	223
2.2.3 Caso de estudo 2 (casal b) – 1ª geração	235
2.2.4 Caso de estudo 3 (casal c) – 2ª geração	243
2.2.5 Caso de estudo 4 (casal d) – 3ª geração	253
2.3 Notas conclusivas	258
Considerações finais e propostas para o futuro	261
BIBLIOGRAFIA	264
ANEXOS	267

| ÍNDICE DE IMAGENS E QUADROS VERTENTE TEÓRICA

Imagens

1 -Casas madeirenses «Projeto de Edmundo Tavares»	3
2 -Santana in Madeira Quase Esquecida (princípio do séc. XIX)	21
3 -Curral da Freiras - Bilhete Postal de data desconhecida do séc. XX	23
4 -Sociedade de contrastes	25
5 - Levada. Foto de Varvara (MV) in Madeira Quase Esquecida	26
6 - Poios. «Layers of lush hand-carved terraces resemble shingles on steep slopes.».	26
7 - Construção da Levada do Norte (Lanço Sul - décadas de 40/50 do séc. XX) in Madeira Quase Esquecida	27
8 - Construção da Levada do Norte. Foto Perestrellos. (JLS)	27
9 -Funchal no séc. XIX: a sua importância enquanto porto de escala	28
10 - Câmara de Lobos – Bilhete Postal em circulação no início do séc. XX	32
11 - «Ida ao médico»	36
12 - Quinta do Santo da Serra, 1935	36
13 - Santana – protótipo da casa “típica” madeirense	37
14 - «No abafamento ou restolhar das casas de palha são necessários quatro homens com experiência...	37
15 - Casa elementar com cobertura degradada	38
16 - Obra de vimes	38
17 - Camacha: exemplares de casas elementares com cobertura de telha de cerâmica	38
18 - Modelos reconstituídos patente no Núcleo Museológico da Casa do Povo da Ilha...	39
19 - Jardim da Sérra, espólio da junta de freguesia do Jardim da Serra	39

20 - «[...] a latada sobre a varanda à entrada do quintal, é um encanto que não sei explicar[...]»	40
21 - Casa da Silveira/Solar da Silveira (1783)	40
22 - Casa torreada – Quinta do jardim da Serra	41
23 - Quinta do Terreiro da Luta	41
24 - Delimitação do espaço geográfico onde se inserem as habitações dos casos de estudo	46
25 - Vila da Câmara de Lobos	58
26 - Câmara de Lobos – vistas do passado	58
27 - Jardim da Serra	59
28 - Quinta do Jardim da Serra	59
29 - Cabo Girão	60
30 - Árvore genealógica da família em estudo	62
31 - Árvore genealógica – casal a (1ª geração)	63
32 - Projeto e memória descritiva da habitação - casal a (1ª geração)	64
33 - Lar/ Cozinha tradicional com o fogo entre pedras no chão	65
34 - Plantas e cronologia da evolução da habitação – casal a (1ª geração)	67
35 - Panorâmica da habitação - casal a (1ª geração)	68
36 - Habitação - casal a (1ª geração) -Chiqueiros e Vistas da habitação	69
37 - Plantas iniciais e atuais da habitação - casal a(1ª geração)	71
38 - Lavadouro da praia do Vigário	72
39 - Secagem de roupa	73
40 - Árvore genealógica – casal b (1ª geração)	75
41 - Projeto inicial e caderneta predial da habitação - casal b (1ª geração)	77

42 - Plantas e cronologia da evolução da habitação - casal b (1ª geração)	79
43 - Plantas iniciais e atuais da habitação - casal b (1ª geração)	81
44 - Habitação - casal b (1ª geração) - Balcão e vistas da habitação	82
45 - Árvore genealógica - casal c (2ª geração)	83
46 - Projeto da habitação - casal c (2ª geração)	84
47 - Projeto da habitação - casal c (2ª geração)	85
48 - Plantas e cronologia da evolução da habitação - casal c (2ª geração)	87
49 - Plantas iniciais e atuais da habitação - casal c (2ª geração)	89
50 - Panorâmica da habitação - casal c (2ª geração)	90
51 - Habitação - casal c (2ª geração) - Chiqueiros e galinheiros, vistas da habitação	91
52 - Árvore genealógica - casal d (3ª geração)	92
53 - Projeto da habitação - casal d (3ª geração) - cave; piso 0; piso1	93
54 - Plantas atuais da habitação - casal d (3ª geração)	95
55 - Panorâmica da habitação - casal d (3ª geração)	96

Quadros

1 - População residente (1950 a 2011)	47
2 - Estrutura etária da população	48
3 - Qualificação académica	49
4 - Taxa de analfabetismo	50
5 - Evolução das famílias clássicas	51
6 - Construção de edifícios: de 1961 a 2011	52
7 - Características dos alojamentos: tipo de estrutura de construção, revestimento exterior e cobertura	53
8 - Características dos alojamentos: água canalizada, existência de banho/duche no Concelho de Câmara de Lobos	54
9 - Evolução das características dos alojamentos instalações sanitárias (1991 a 2011)	55
10 - Índice de lotação dos alojamentos familiares clássicos, ocupados como residência habitual (2001 a 2011)	56

| INTRODUÇÃO GERAL

Tendo por base a rede concetual que estrutura o conceito de «Mundo Novo», num plano equidistante dos manifestos de arte e de arquitetura (1908, 1918, 1933, 1958, 1960, 1978), e do paradigma de sociedade criado por A. Huxley (1932), foi considerada, neste contexto, a possibilidade de se “desenhar” um pressuposto de perfil social futuro, particularmente, para as próximas duas décadas.

Extraíu-se, deste modo, da concetualização da sociedade utópica de Huxley, onde são denunciados aspetos desumanizadores do progresso científico e material e explorados factos que podem ser lidos, não apenas como valores fictícios do início do século passado, mas interpretados como elementos extremos da sociedade global atual, um protótipo de sociedade do futuro, imaginada em completa rutura com a época e sustentada numa organização em que as pessoas são formatadas genética e psicologicamente, por forma a não questionarem as regras sociais impostas, aspetos inquietadores abordados por A. Huxley, através de um misto de fantasia e sátira implacável, a uma sociedade futura de tipo totalitário, em que se critica veementemente a ideia simplista do progresso, apenas alicerçado na técnica, o sórdido do materialismo mecanicista e as ideologias de inspiração pragmática.

O futuro, o imaginário, a utopia colhidos em Huxley são assim, o referencial para o «Mundo Novo», temática de fundo subjacente ao trabalho de projeto final de arquitetura, do ano letivo de 2012-2013, concetualmente desenvolvido e concretizado em torno do «paradoxo da impossibilidade de construir um otimismo panfletário no momento contemporâneo», dada a dinâmica resultante da reflexão que antagoniza «os herdeiros da cultura moderna e industrial que confiam no modelo da inovação e da tecnologia, por oposição a outros que creem numa organização “neo-ruralista”, ambicionando uma maior ligação a um romantismo ligado à ideia da “mãe natureza”» (Ficha da Unidade Curricular: 2012-2013).

Destes vetores, surgiram as linhas estruturantes com as quais foram desenvolvidas tanto a vertente projetual bem como a vertente teórica que integram esta dissertação.

A vertente projectual foi desenvolvida tanto em grupo, nos workshops |marca, texto e espaço; Guiné-Bissau - Bafatá; temas II, III e perfil social, bem como individualmente, onde é explicitado um projeto de 4 habitações que relacionam a proposta tipológica e habitacional com o excerto urbano que caracteriza a sua envolvente próxima.

Esta componente foi iniciada com um exercício de arranque e

aquecimento, que teve como objetivo o enquadramento dos estudantes nos pressupostos gerais da Unidade Curricular, através da operacionalização da sistematização dos conhecimentos e das reflexões desenvolvidos nos anos de formação anteriores. De caris abstrato, este exercício parte do carimbo de um objeto comum e da marca/mancha, resultante do desenho criado pela trajetória de uma pilha (objeto escolhido), repetida diversas vezes. A interpretação desta mancha foi apoiada pela apropriação de um excerto literário “Zenóbia”, cidade infinita constituída pela sucessão de formas anárquicas que resultam num todo, base concetual subjacente à forma tridimensional que concretizou o objetivo da criação de uma espacialidade representada em maquete, cujo espaço não pressupõe um percurso pré-definido, sendo o utilizador quem decide por onde entrar e como usufruir desse espaço. Este módulo de cidade imaginária objetivou a primeira concretização do conceito de “Mundo Novo”.

Tendo em consideração a proximidade da comemoração dos 90 anos do nascimento de Amílcar Cabral, na cidade guineense de Bafatá, foi proposta a edificação de uma estrutura que pudesse albergar um centro de estudos representativo do pensamento e da obra literária do fundador do P.A.I.G.C. Na base da conceptualização da proposta, estava o pressuposto da ligação da mesma com o objeto abstrato criado no trabalho anterior. A linha de raciocínio assentou, deste modo, nas premissas de que um espaço que surge sem uma regra de utilização pré-definida permite liberdade nas escolhas dos percursos, sendo este um espaço sem um limite físico e que a agregação de módulos idênticos permite criar uma unidade espacial (centro interpretativo). O projeto é implantado na zona residencial, prevendo-se a utilização do interior dos quarteirões como atravessamento, permitido pela dispersão das habitações. O projeto, de caráter efémero, é construído com elementos modelares em madeira, com um sistema construtivo flexível e versátil, permitindo criar os diversos elementos constituintes do módulo. Estes assentam numa plataforma de betão, elementos fixos, que após a retirada dos módulos poderiam ser utilizados para implantação de casas ou espaços de estar.

Ainda, em estreita ligação com os pressupostos concetuais desenvolvidos no âmbito dos trabalhos anteriores, foi apresentado o projeto final de arquitetura, cujo ponto de partida foi focalizado na elaboração de um perfil social e de um padrão urbano para a arcada temporal de mais duas décadas, para a zona das Amoreiras, em Lisboa. Neste contexto, foi também proposto o projeto de quatro habitações para a zona referenciada e para a sua sociedade, em particular.

O conjunto de limitações provocado pela perda sucessiva de protagonismo da zona das Amoreiras, em face do desenvolvimento da zona oriental de Lisboa, veio trazer à discussão o reconhecimento das potencialidades desta

área, pelo que, o desafio colocado aos estudantes passou pela definição de um conceito síntese caracterizador da leitura e da interpretação deste espaço urbano. Procedeu-se, neste âmbito, à análise histórica e territorial da cidade, e, mais especificamente, da zona em estudo, concluindo-se que as Amoreiras se caracteriza como um dos centros da cidade e resulta de diversas intervenções. Inicialmente regida pelo Aqueduto e consequente distribuição de água à cidade de Lisboa torna-se, posteriormente, uma das suas principais entradas e primeiro centro de negócios. O espaço apresenta uma grande separação norte-sul e uma insuficiência de espaços urbanos de estar, bem como a predominância de espaços sobranceiros, sem aproveitamento.

O debate desenvolvido em grupo para a estruturação de um perfil social, elaboração de propostas de transformação do espaço público e conceção do projeto de quatro habitações (este último desenvolvido individualmente), para a zona em análise, emergiu da análise e da interpretação do trecho de cidade em estudo, à luz dos pressupostos de Huxley. Pretendeu-se que este exercício desencadeasse um debate centrado em leituras prospetivas em relação à sociedade, incidindo na vertente do espaço público, mormente, na clarificação de propostas de transformação para o local em estudo, partindo-se da antevisão do perfil social dominante dos seus habitantes, para a arcada temporal de duas décadas (2032).

Partindo do princípio e da tendência de que a maior parte da população mundial reside em centros urbanos, a proposta de cidade para 2032 vai no sentido de esta ser uma cidade global, interligada. Contudo, terá de responder cada vez mais às necessidades dos seus habitantes. Com o espaço disponível cada vez mais escasso, a proposta procura, e em específico para a área em estudo, agilizar as ligações pedonais sul-norte valorizando o espaço público.

Pretende-se, deste modo, reforçar a centralidade das Amoreiras acentuando as suas ligações à restante cidade, pela ligação ao metropolitano e reativação da linha de elétrico. Deseja-se que a cidade seja um espaço fluido, uma extensão da habitação, procurando-se que as novas construções utilizem os espaços sobranceiros da cidade e que venham oferecer, à sua envolvente próxima, espaços de ligação, atravessamento e lazer para os habitantes da cidade.

Individualmente foi desenvolvida a proposta de 4 habitações, implantadas no edifício frente de Rua da Vila Romão da Silva (Rua Professor Sousa da Câmara). Esta procura estabelecer uma melhor ligação entre a cidade e o pátio da referida vila, bem como com o interior do quarteirão onde a Vila se insere. Prevê-se, assim, a reorganização das funções existentes no edifício de implantação (Grupo de Teatro Independente Palmo e Meio e café), para que estes possam apoiar e vitalizar a utilização do espaço urbano. A intervenção

procura qualificar o espaço urbano interior do quarteirão como espaço de lazer, permitindo que este albergue a função de estacionamento existente, dotando a área de novos atravessamentos, espaços de estar e prevendo-se a possibilidade de apresentação performativa ao ar livre. O edifício assume-se como espaço de transição entre rua e interior do quarteirão. O espaço das habitações pretende reforçar a vivência em comunidade que a vila comporta, por forma a diluir a perspetiva individualista de sociedade. As 4 habitações são integradas num espaço comum e zona de trabalho, funcionando ambos como apoio às funções da habitação. Procurou-se, igualmente, que o contacto com a envolvente se fizesse a partir das zonas comuns, nomeadamente, dos espaços exteriores (varanda/pátios).

O tema IV teve como objetivo principal o desenvolvimento de competências ao nível da capacidade de problematização dos estudantes, em torno da arquitetura. Este quadro, que remeteu para a singularidade do percurso realizado por cada estudante, permitiu a criação de uma “Caixa/projeto”: sinergias com as memórias, consubstanciando um leque de experiências e vivências, condicionador da forma como o sujeito interpreta e explicita a realidade, sendo o processo reflexivo, simultaneamente, o método e o “formato” do seu autor. A Caixa, neste contexto, é símbolo e objeto/espaço, onde foram representados estes processos que, internamente e externamente se processam, funcionando como um repositório, em dinâmica, de saberes, vivências e experiências, em sinergia.

Na vertente teórica, foi abordada a problemática da arquitetura habitacional rural madeirense, onde se sistematiza informação que permite estruturar um campo de reflexão sobre a arquitetura popular, decorrente da crescente importância que assume o facto de se dar continuidade, no futuro próximo e a médio prazo, aos olhares de tempos anteriores, que desafiam permanentemente a compreensão da problemática da evolução da habitação e as suas repercussões, no entendimento das constantes dinâmicas, que contribuem para as transformações territoriais.

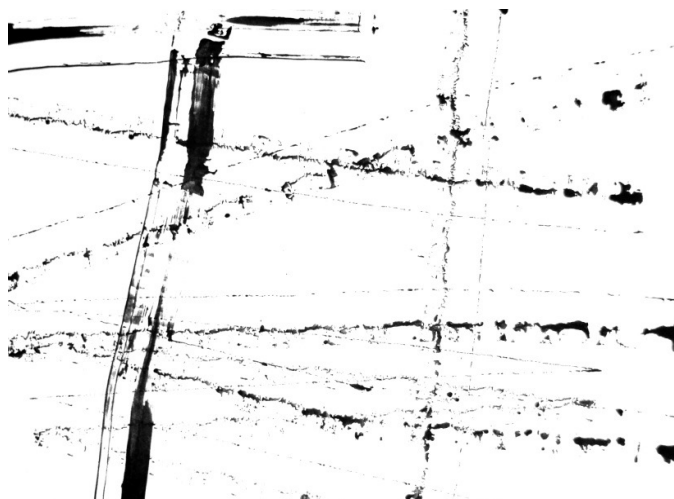
O estudo comportou, nesta perspetiva, a compreensão em contexto, da arquitetura rural edificada, na Ilha da Madeira, em particular, nas freguesias de Quinta Grande e de Jardim da Serra, do Concelho de Câmara de Lobos, e a sua relação com as gentes, os costumes, o trabalho de campo e a vida doméstica, tendo sido este trabalho centrado no estudo das habitações no espaço rural, de três gerações de uma mesma família, problemática radicada nos ideais do “neo-ruralismo”, onde são enfatizadas as especificidades da população e da arquitetura edificada no campo, por oposição ao padrão de vida industrial/urbano.

ZENÓBIA

Workshop | marca, texto e espaço



Trabalho produzido por | António Gorjão | Francisco Nobrega | Nuno Botelho | Pedro Pão | Sérgio Sá | Tiago Ornelas



2



1

3

- 1- Objeto: Palhinha
- 2- Objeto: Rolha
- 3- Objeto: Parafuso



4

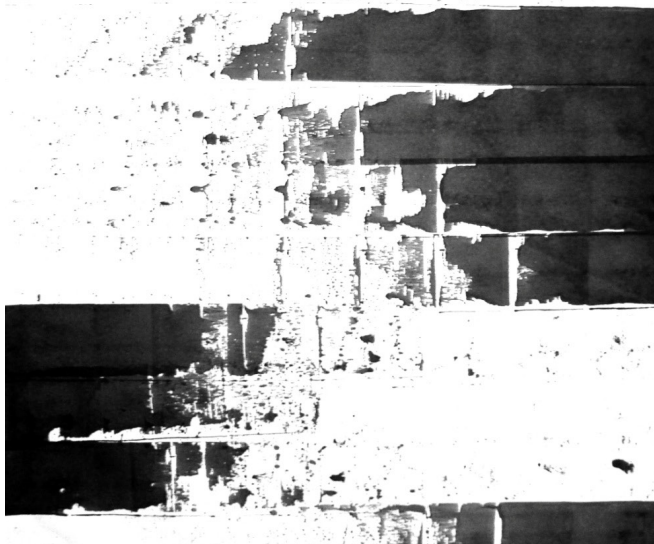
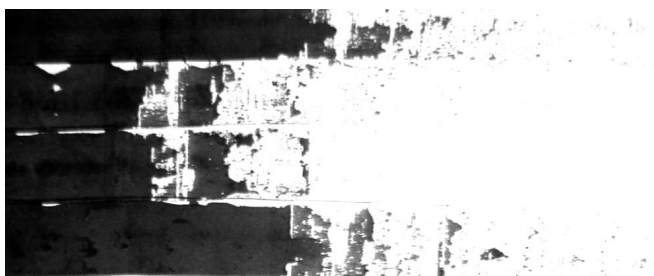


5

Após a concretização de varias manchas em tinta-da-china, através da marcação de diversos objetos, optamos pela pilha, pois esta proporcionava uma marca/mancha que embora não nos oferecesse o dinamismo de outros objetos, permitia-nos uma repetição muito semelhante da mancha. A marca obtida é uma “faixa” mais compacta no início que vai perdendo intensidade, obtida pelo deslizar da pilha no suporte de papel. Através da repetição desta ob tivemos várias composições.

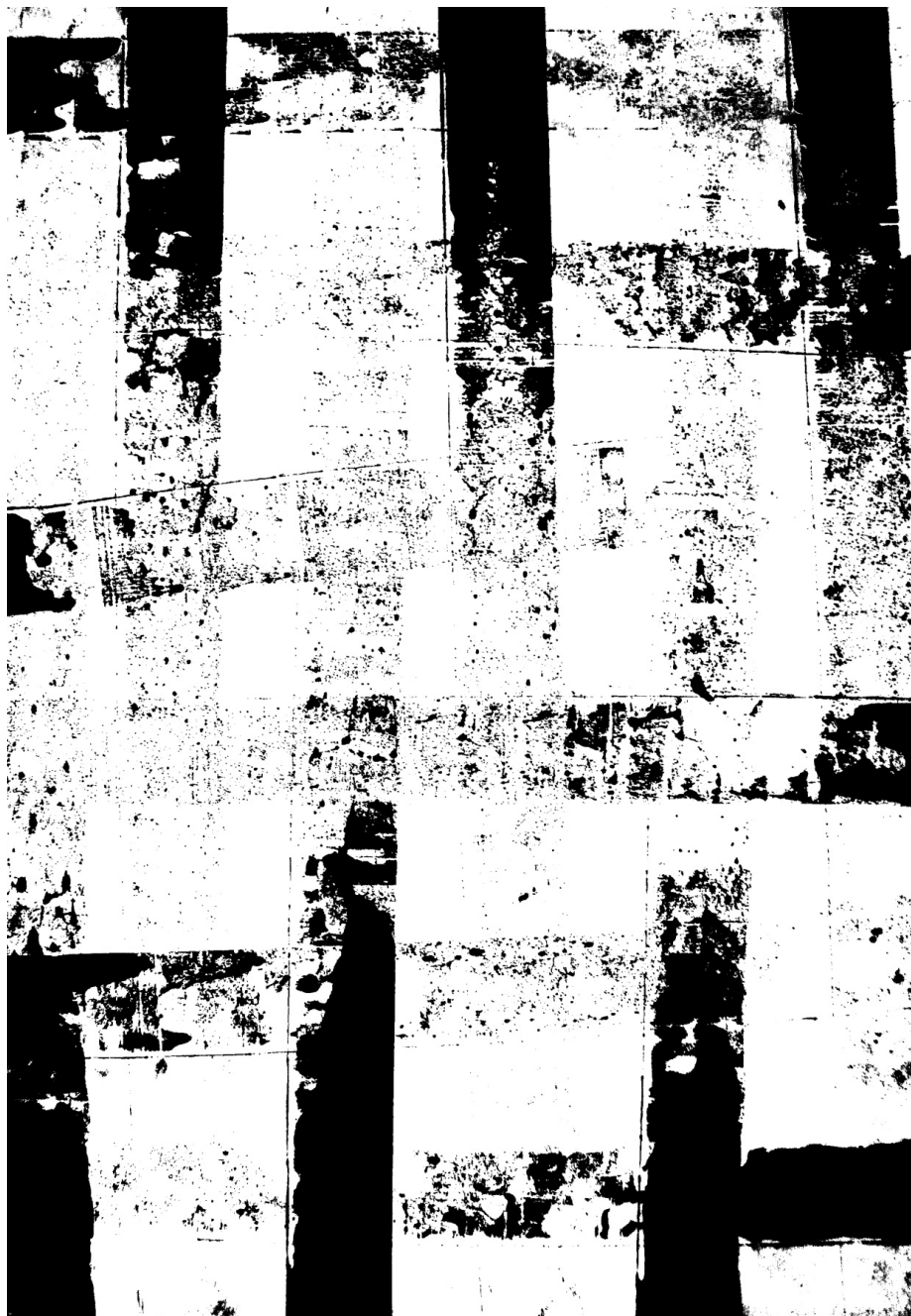
4- Objeto: Rolha

5- Objeto: Pilha



6





A mancha selecionada compreende a totalidade da folha, dando-nos a liberdade de imaginar um espaço sem limites, seguindo a sugestão da mancha “querendo” extravasar os limites da folha. A mancha é mais compacta nos extremos e perde densidade no centro. Assim sendo, optamos por lê-la como um corte vertical do espaço a criar.

6-Estudos de marca
7- Marca final

7

ITALO CALVINO

As Cidades Invisíveis

Uma das obras-primas da literatura do século XX



8- Capa do livro As cidades Invisíveis, Calvino

Texto

“Agora vou falar da cidade de Zenóbia que tem esta coisa admirável: embora situada num terreno seco, surge sobre altíssimas palafitas, e as casas são de bambu e de zinco, com muitos poleiros e varandas, postas a diferentes alturas, em andas que se sobrepõe umas às outras, ligas por escadas e passeios suspensos, transportas por miradouros cobertos de alpendres em cone, barricas de depósitos de água, girândolas cataventos, e sobressaem roldanas, linhas de pesca e gruas.

Qual necessidade ou ordem ou desejo terá impolido os fundadores de Zenóbia a dar esta forma à sua cidade, ninguém se recorda e por isso não se pode dizer se terá sido satisfeito pela cidade tal como nós a vemos, crescida talvez por sobreposições sucessivas a partir do primeiro e agora indecifrável desígnio. Mas a verdade é que quem habita Zenóbia se lhe pedirem que descreva como veria ele a vida feliz, é sempre uma cidade como de Zenóbia que imagina, com as suas palafitas e as suas escadas suspensas, uma Zenóbia talvez toda diferente, toda desfraldada de estandartes e de faixas, mas obtida sempre combinando elementos daquele primeiro modelo.”

CALVINO, Ítalo. As cidades invisíveis. Tradução de José Colaço Barreiros. Lisboa: Editorial Teorema, 1995

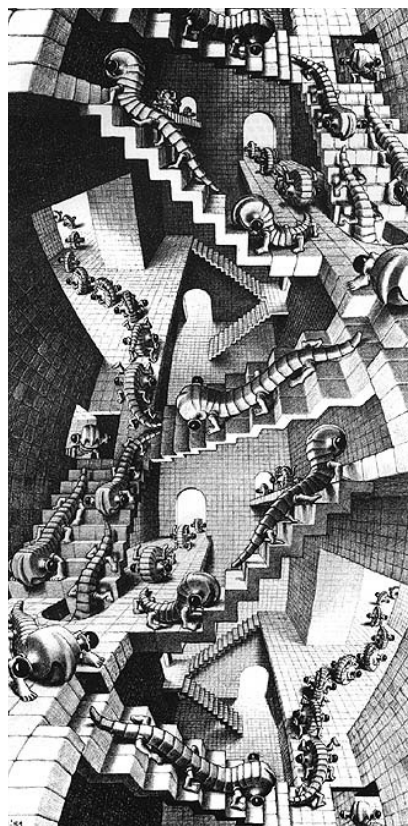
O excerto literário escolhido remete-nos para um espaço criado por adições, isto é, o espaço cresce consoante a necessidade de quem o habita não se prevendo um limite. Resulta assim uma unidade espacial construída através da agregação de módulos, um espaço fluido, não impondo percursos pré-definidos. Desta forma, o utilizador é o construtor do seu próprio percurso, escolhendo: por onde entrar, o que ver e por onde seguir, permanecendo sempre a dúvida de onde terminará este espaço.

Uma das características predominantes nos trabalhos de Escher prende-se com os efeitos de ilusão ótica, através de entrelaçados e sucessivas repetições, remetendo-nos para realidades/espacos imaginários com caráter abstrato.

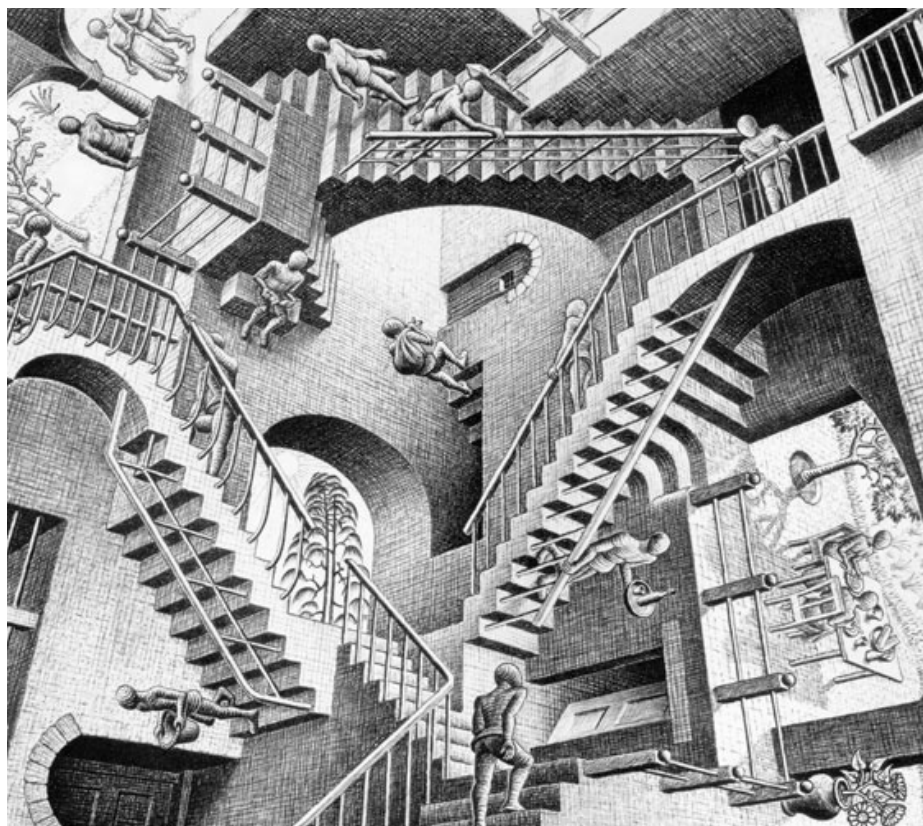
Desta forma, a influência deste artista prende-se com a espacialidade criada, presente na eliminação de barreiras e na ausência de gravidade permitindo-nos ignorar a sua posição do espaço.

9- House of Stairs, 1951, M.C. Escher

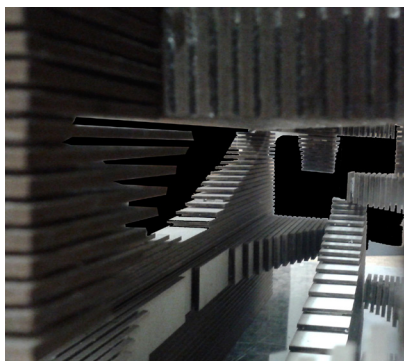
10- Relativity, 1953, M.C. Escher



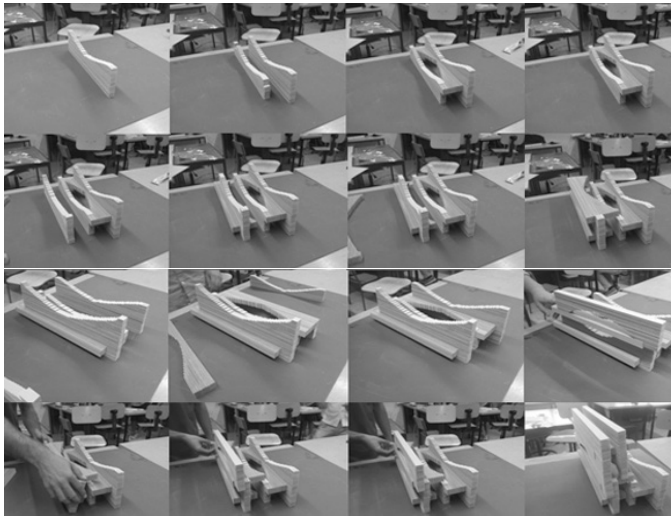
9



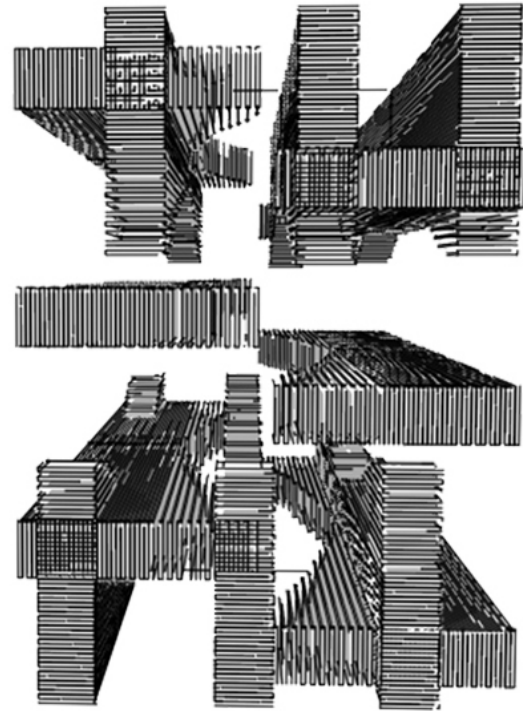
10



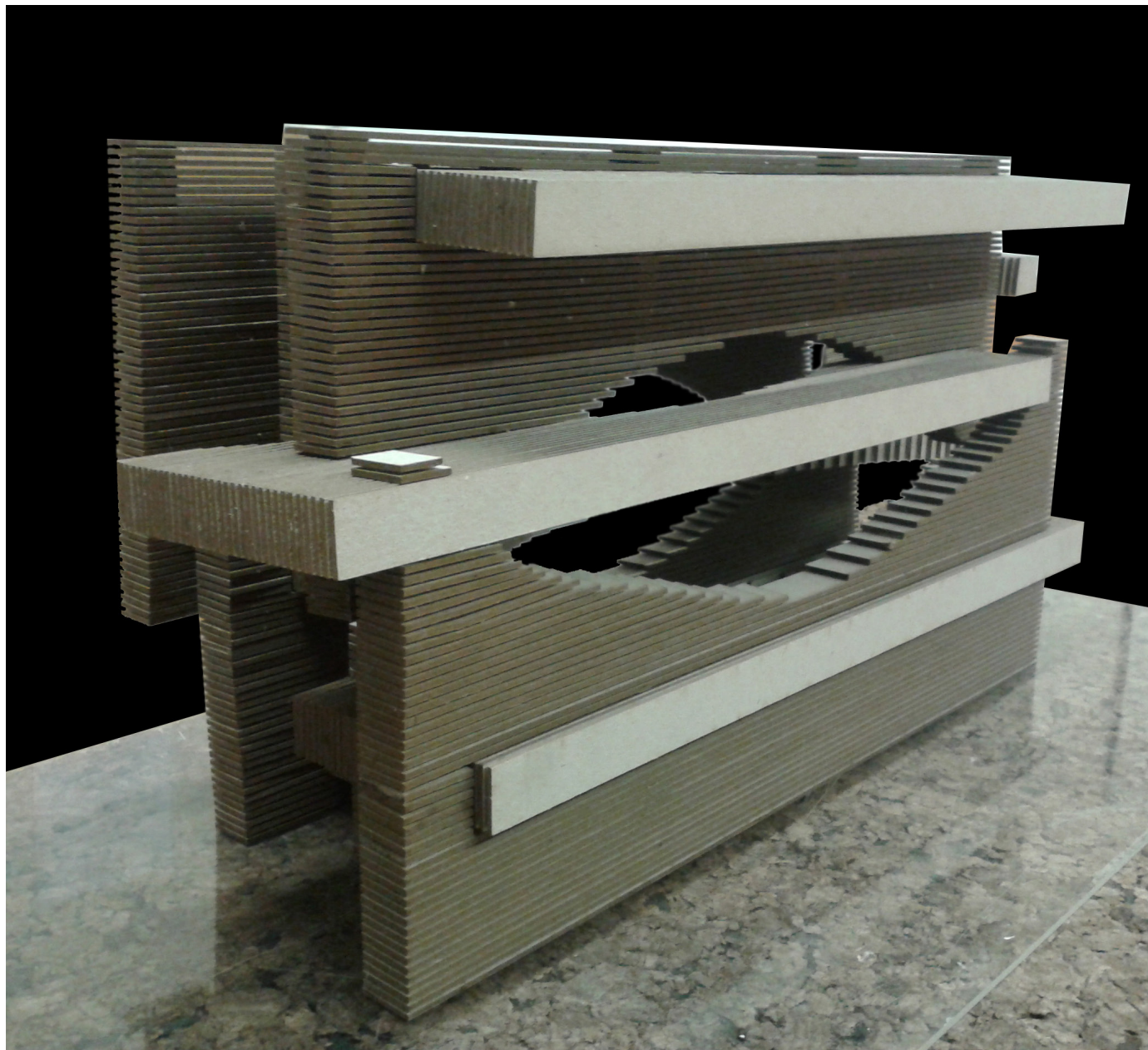
11, 12 e 13 . Maquete



14- Processo de montagem da maquete.
15- Esquema do espaço
16- Maquete Final.

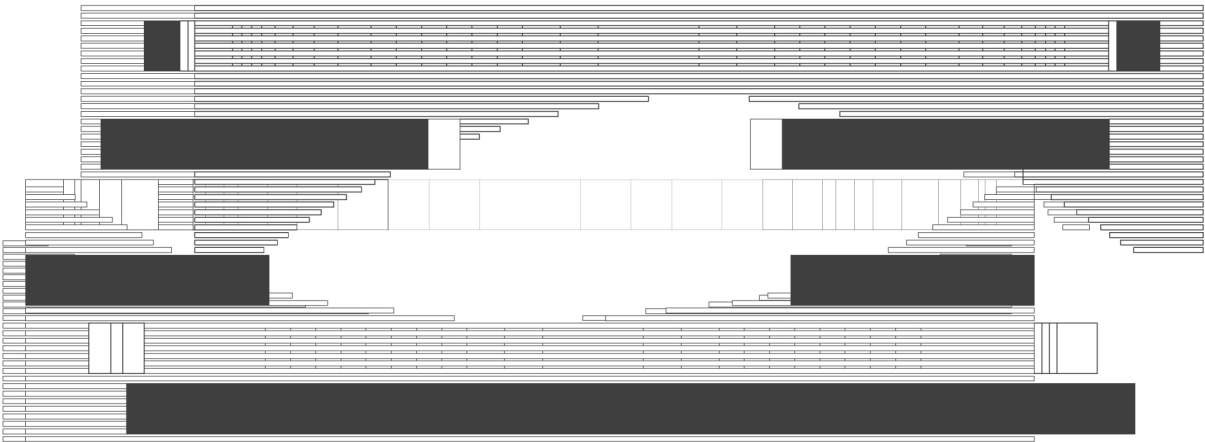


A materialização do espaço surge da repetição de vários planos, originando volumes que transmitam o carimbo do objeto escolhido, sendo a parte mais compacta destes representada por planos em corte, e à medida que se afastam representam o esbatimento da mancha.

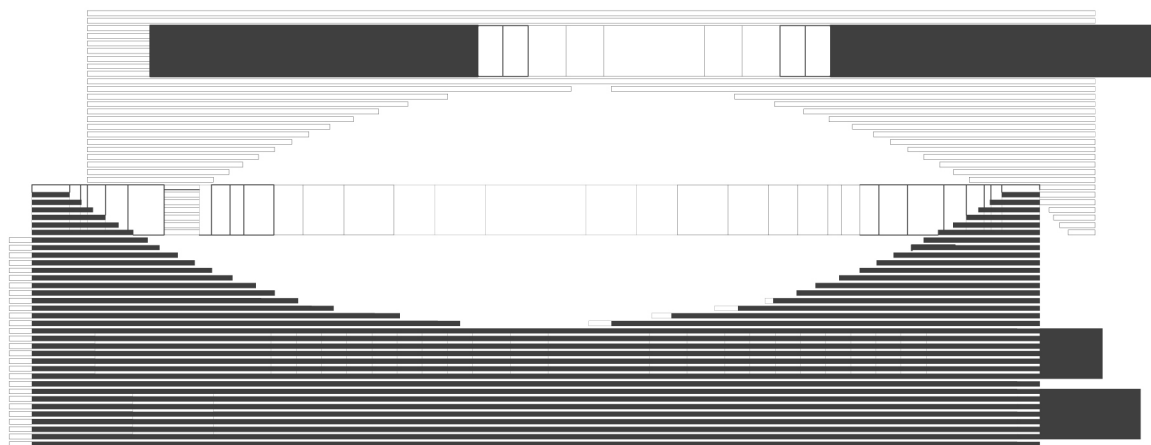




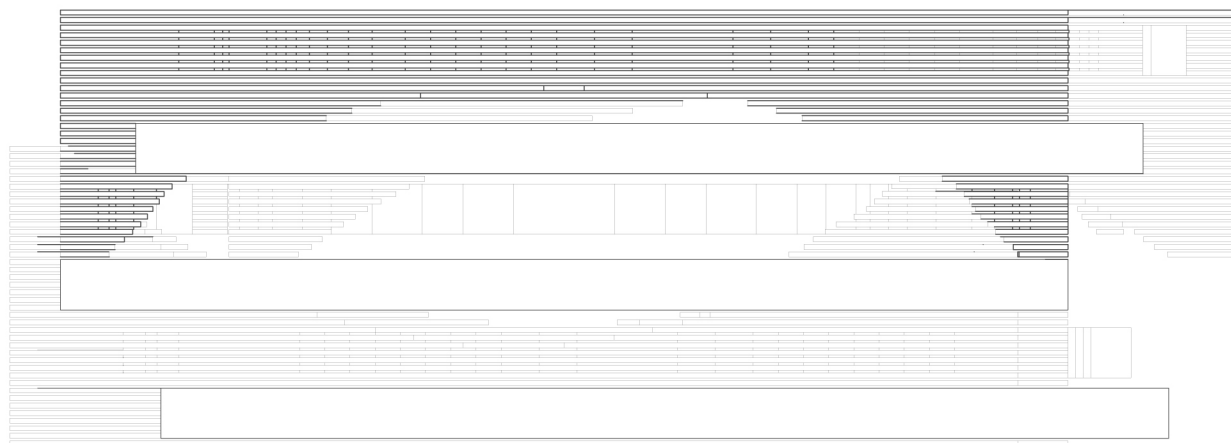
Planta 01



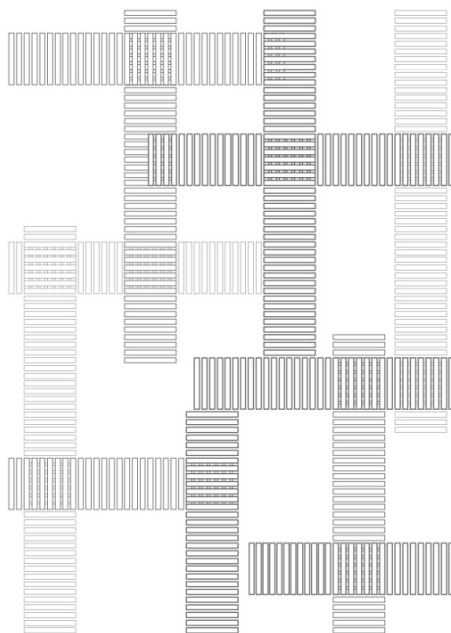
Planta 02



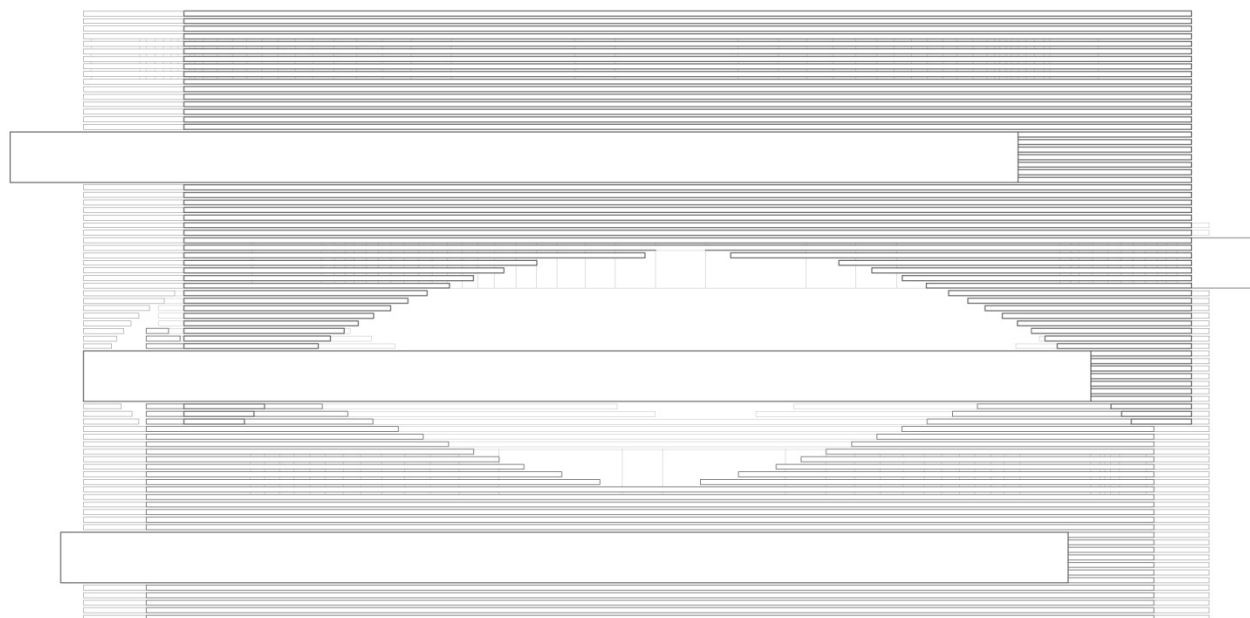
Planta 03

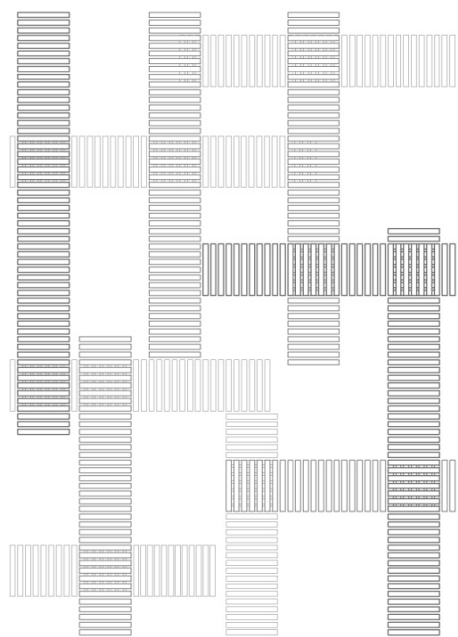


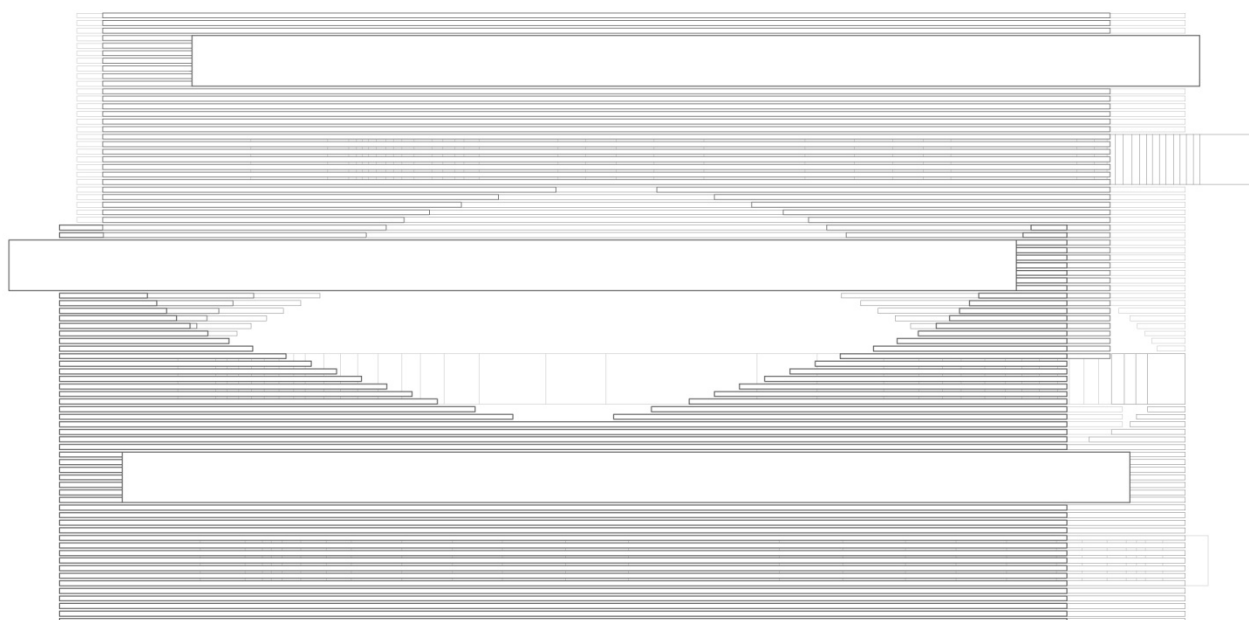
Planta cobertura

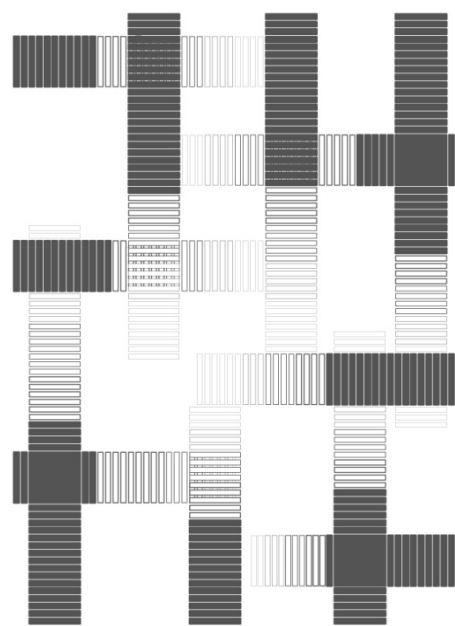


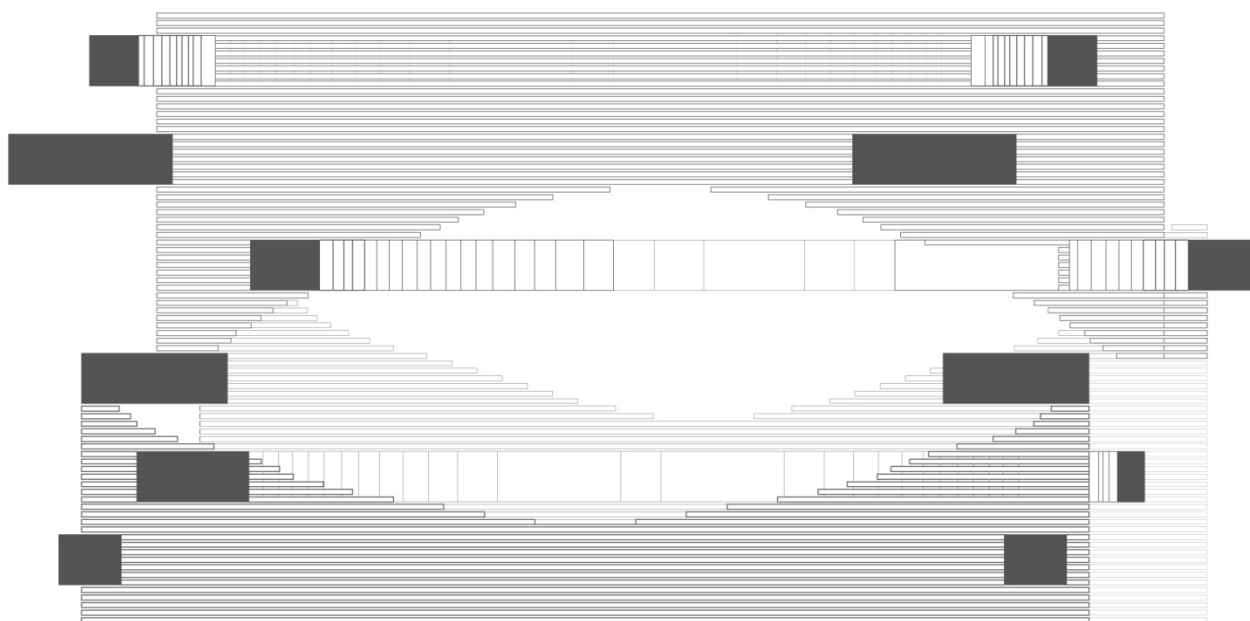
Alçado frontal





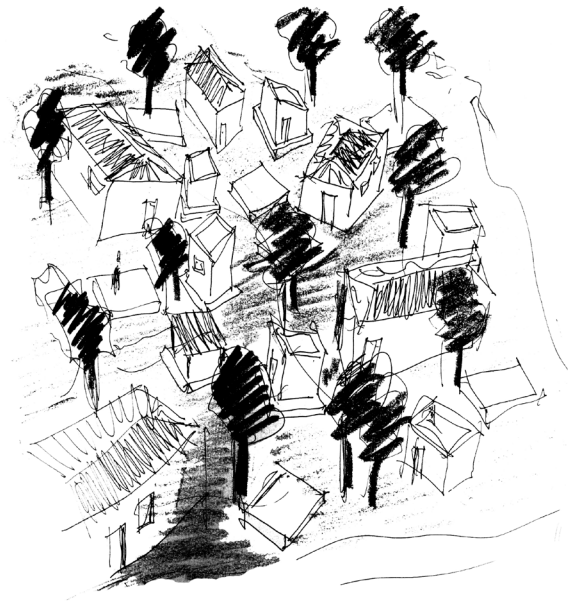




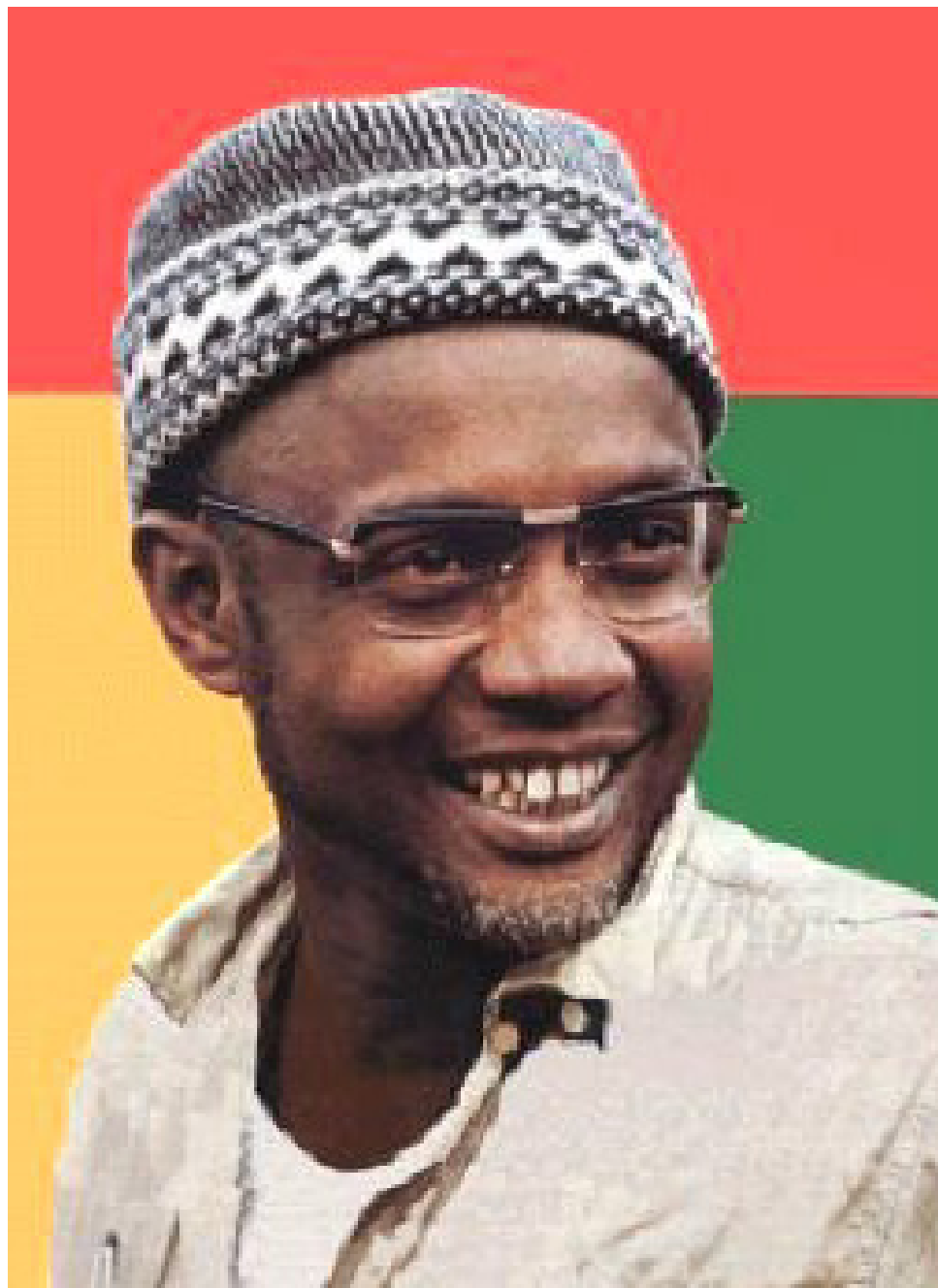


centro interpretativo
Amílcar Cabral

Workshop | Guiné-Bissau | Bafatá



Trabalho produzido por | António Gorjão | Francisco Nobrega | Nuno Botelho | Pedro Pão | Sérgio Sá | Tiago Ornelas



16 - Amílcar Cabral (1924-1973)

No âmbito das comemorações dos 90 anos do nascimento de Amílcar Cabral, na cidade de Bafatá, que enquadrou concetualmente este Workshop, foi proposta a criação de uma estrutura efémera que pudesse albergar um centro de estudos, tendo como base concetual/epistemológica os princípios politico-filosóficos defendidos pelo fundador do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC).

Amílcar Lopes Cabral nasceu a 12 de Setembro de 1924, na Guiné-Bissau (cidade de Bafatá); aos 8 anos de idade, mudou-se com a sua família para Cabo Verde, onde passou a sua infância; em 1945, consegue uma bolsa de estudos e ingressa no Instituto Superior de Agronomia em Lisboa, onde termina o curso em 1950. Em 1952, contratado pelo Ministério do Ultramar, regressa à Guiné-Bissau, onde percorre grande parte do país a trabalhar no Recenseamento Agrícola, fator que permitiu que se confrontasse com a realidade social do seu país. Em 1959, Amílcar Cabral, juntamente com Aristides Pereira, seu irmão Luís Cabral e Fernando Fortes, fundam o partido clandestino, Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Quatro anos mais tarde, o PAIGC sai da clandestinidade ao estabelecer uma delegação na cidade de Conacri. A sua postura, princípios e políticas vão no sentido de resolver as dificuldades com que se deparou, de modo a unificar os diversos povos.



17 - Mapa de Guiné Bissau



A cidade de Bafatá situa-se no interior do território da Guiné Bissau e é banhada pelo rio Geba. A cidade é articulada ao longo de uma grande boulevard, no sentido nordeste e sudoeste; é precisamente junto ao rio onde se encontra uma malha mais consolidada e definida (desenho urbano colonial português), a qual se pode caracterizar de cidade formal. Ao longo deste eixo estruturante, vão sendo implantados os equipamentos públicos principais da cidade como o Mercado Municipal, as Piscinas (década de 60) e o Jardim Público. Afastada do rio, encontra-se a área mais administrativa da cidade, que inclui a Casa do Governador, a Escola, o Posto de Correios e a Igreja. Continuando o percurso ao longo da boulevard, agora na entrada do núcleo urbano, situa-se o Hospital. (fig. 18) Todos os edifícios referidos anteriormente são desenhados sob a matriz da arquitetura colonial portuguesa.

Esta cidade formal encontra-se, de forma geral, com pouca atividade e abandonada, situação que contrasta com a sua periferia, de grande dimensão, com uma malha de ruas existentes e uma organização em quarteirão, bastante dispersa; a sua ocupação não se foca nas frentes das ruas, sendo o interior do quarteirão ocupado de uma forma aleatória/espontânea, denominado de cidade informal. Nesta zona da cidade é onde se encontra mais movimento, onde se localiza o comércio local e os espaços de encontro entre as comunidades.

18 - Ortofotomapa de Bafatá.





Como premissa para a concretização espacial do centro interpretativo, deveríamos tomar a linha de raciocínio do exercício de arranque, no qual adotámos como princípios o seguinte: um espaço que surge sem uma regra de utilização pré-definida, permitindo liberdade nas escolhas dos percursos, sendo este um espaço sem um limite físico; agregação de módulos idênticos, com fim de criar uma unidade espacial (centro interpretativo).

Da malha existente na zona residencial da cidade, emergem as referências para a concetualização do projeto, uma vez que se encontra uma grande permeabilidade na disposição das habitações, facultando que o papel da rua não seja relevante no percurso das pessoas pela cidade. A inexistência de frentes de rua consolidadas, bem como a utilização do interior do quarteirão, permite-nos que o projeto seja consolidado nestes espaços e que sejamos conduzidos para uma liberdade de percursos, para que possamos experienciar uma nova forma de viver a cidade. O

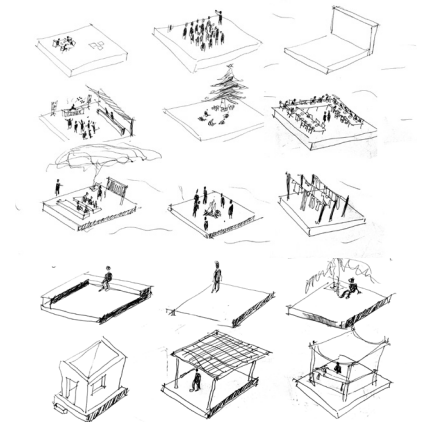
A ideia estruturante e o objetivo principal da nossa intervenção acabam por ser exatamente o que Amílcar Cabral pretendeu para os povos da Guiné e Cabo Verde: a unificação dos povos. Para alcançar este fim, propõe que a língua portuguesa seja ensinada, para que a comunicação se torne mais fluente e facilitada. Embora a nossa intervenção tenha uma localização exata, o seu objetivo é que este tipo de intervenções e agrupamentos de módulos se espalhe pela cidade, numa ideia de unificação dos habitantes, criando unidades de vizinhança, locais de encontro e convívio e até a possibilidade de criação de pequenas habitações.

O projeto, de carácter efêmero, requer uma construção de montagem simples, com um sistema construtivo flexível e versátil, que possa ser aplicado tanto em paredes como nos móveis, balcões e bancos das estruturas modulares. Relativamente ao sistema construtivo que adotámos para as estruturas modulares, um dos conceitos principais do projeto seria deixarmos a nossa “pegada” na cidade. Cada módulo tem uma plataforma em betão e terra que suporta toda a estrutura.



19 - Delimitação da zona de intervenção

20 - Esquema de utilização das plataformas



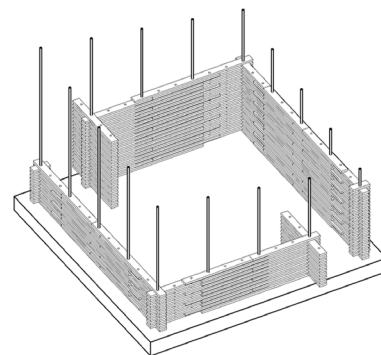
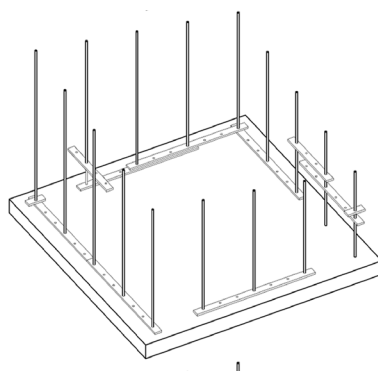
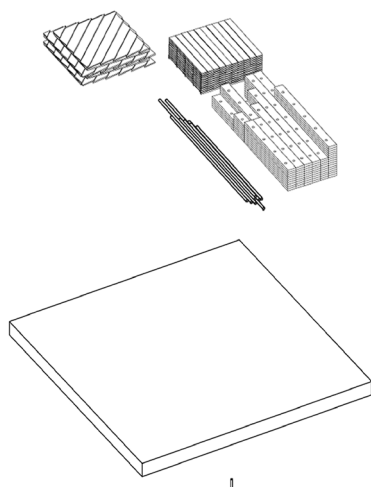
Sobre esta plataforma, irão ser colocados pilares metálicos de secção circular, de 1,5 em 1,5 metros, onde irão correr tábuas de madeira, de 20 cm de largura por 5 cm de espessura, furadas de 0,5 em 0,5 metros com diferentes comprimentos, com o objetivo de criar aberturas para ventilação e iluminação interior. Estas tábuas são desfasadas umas das outras em 5 cm, para dar um efeito de rugosidade nas fachadas. A cobertura terá o mesmo sistema estrutural, com perfis metálicos circulares, formando quadrículas com aproximadamente 1,5x1,5 metros, onde assentarão uns painéis sanduíche, pré-fabricados, compostos por acrílico alveolado e madeira.

Considerando os princípios anteriores, a nossa proposta para o centro interpretativo resulta de uma estrutura modular, com base num quadrado de 6x6 metros. A escolha do quadrado, para base do módulo, surge das próprias habitações que, na sua maioria, são de planta regular e reduzida altura.

Como já referimos, a sua localização é um pouco indefinida e relativa o que faz com que este projeto tenha um carácter efémero, flexível e dinâmico.

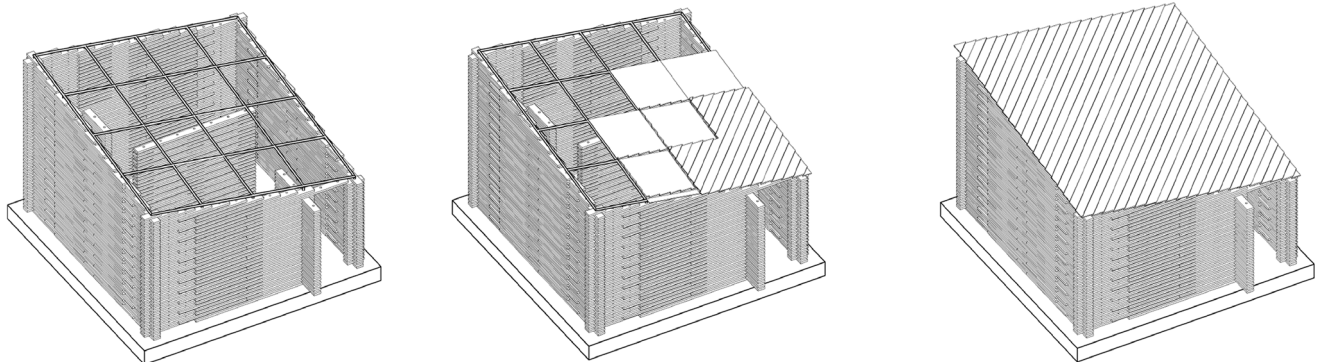
Focando-nos mais propriamente no projeto para o centro interpretativo, este terá que dar resposta a algumas premissas programáticas, como: o cumprimento relativo às áreas, assim como a funcionalidade dos módulos como um todo, apesar do seu carácter disperso.

Deste modo, definimos que o centro interpretativo iria dividir-se em três



zonas, com funções diferentes: uma zona mais reservada, onde se localiza um conjunto de seis módulos agregados, ao qual se acede por um módulo que serve de átrio de distribuição para o arquivo e para o centro de pesquisa; nesta zona encontram-se também três módulos que acolhem a função de centro de formação; outra das zonas é o conjunto do auditório, o qual optámos por implantar numa área arborizada o que nos permite que esta área não carecesse de espaço construído; apenas uma das plataformas tem cobertura e destina-se a um palco; a última, é uma zona de carácter lúdico e de convívio que acolhe áreas de cafetaria, loja e um conjunto de módulos que integra espaços expositivos. Este conjunto espalha-se por toda a área de implantação e, para além de servir de exposição, faz a ligação entre as três zonas e encaminha o visitante para um percurso que lhe permite visitar todo o conjunto.

Em suma, este conjunto de módulos que parecem dispostos aleatoriamente, funciona como uma unidade, neste caso para um centro interpretativo. Este projeto deixa em aberto a oportunidade deste tipo de conjuntos contaminar outros quarteirões e dinamizar a cidade. Para tal, a proposta prevê que o espaço de centro interpretativo se desenvolva assente sobre plataformas de carácter permanente que, para além de elevar os módulos protegendo-os da água, também reforça o gesto de dar um destaque à intervenção, servem também como espaço de encontro/convívio para a comunidade.



21 - Esquema de montagem dos módulos

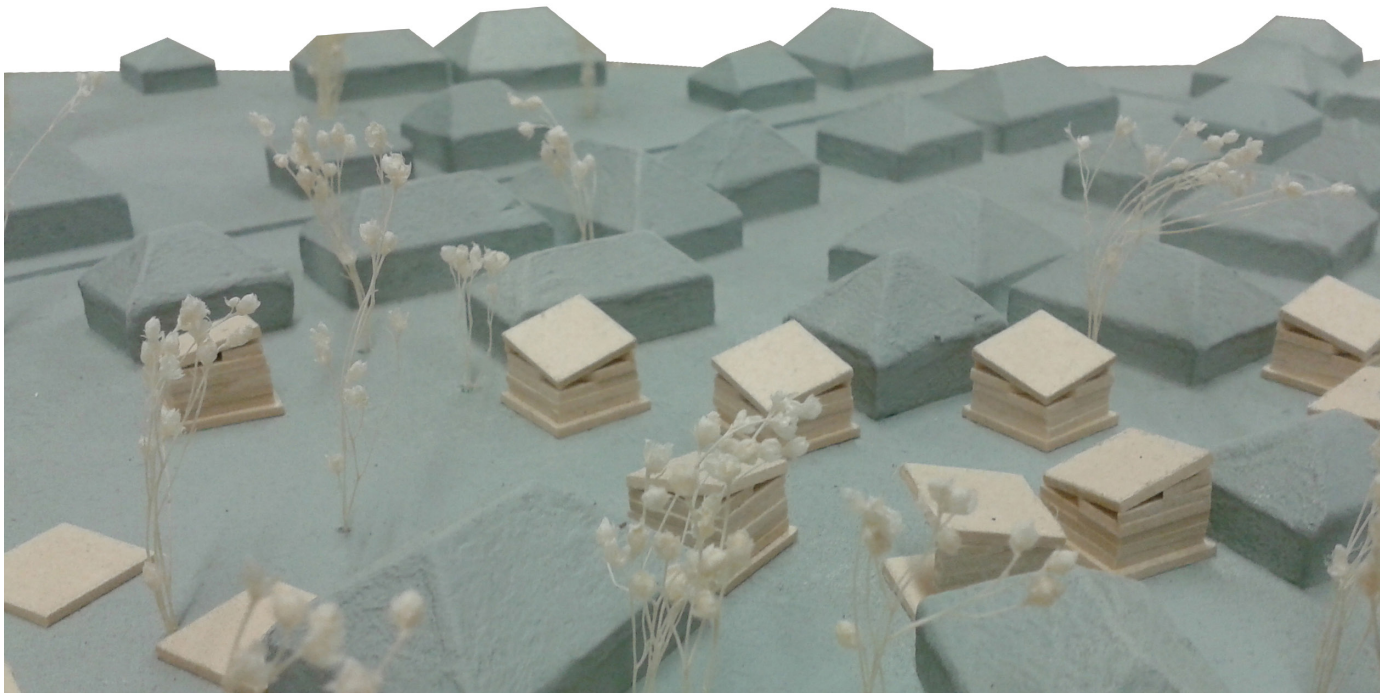
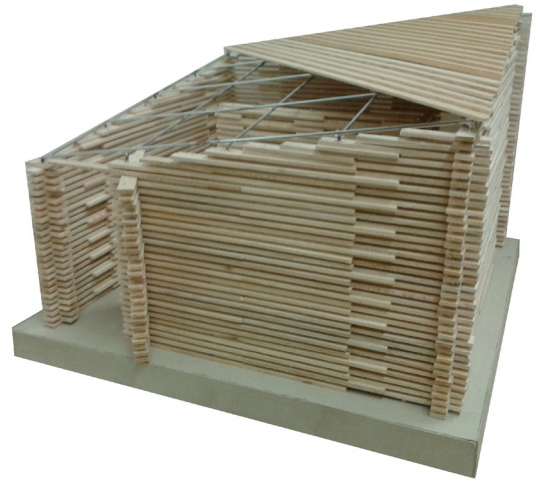




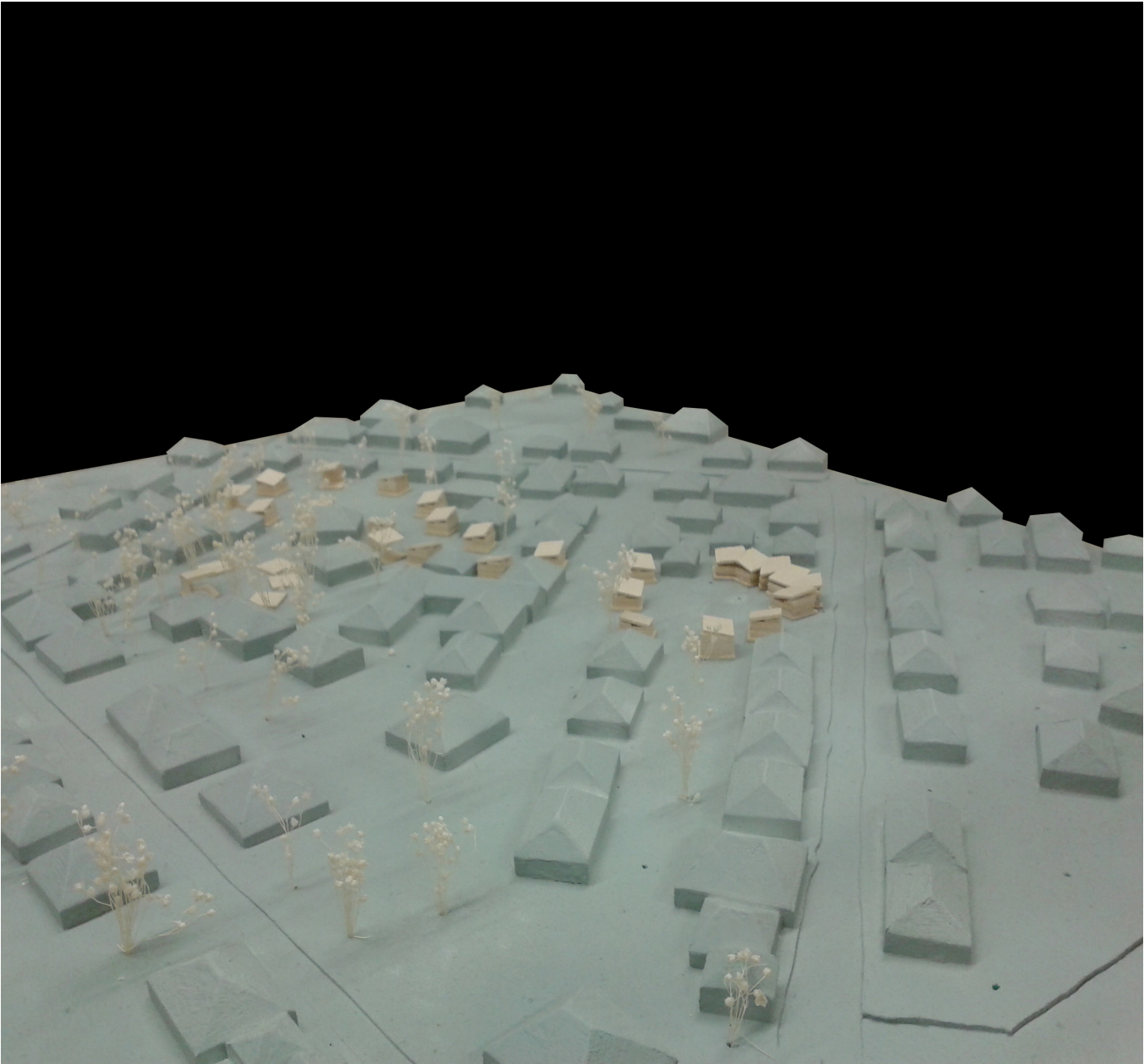








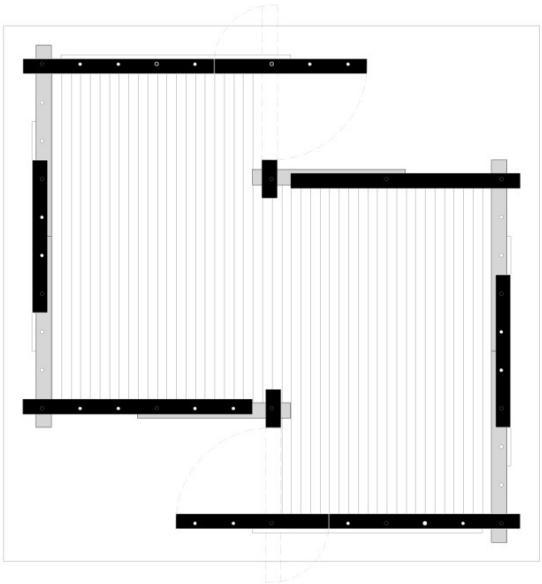
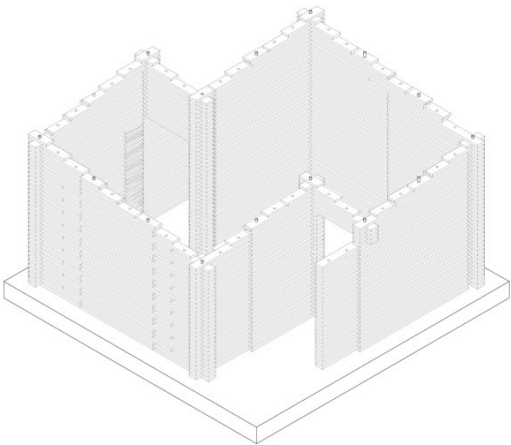
22 - Maqueta 1/20
23 - Maqueta 1/200



24 - Maqueta 1/200

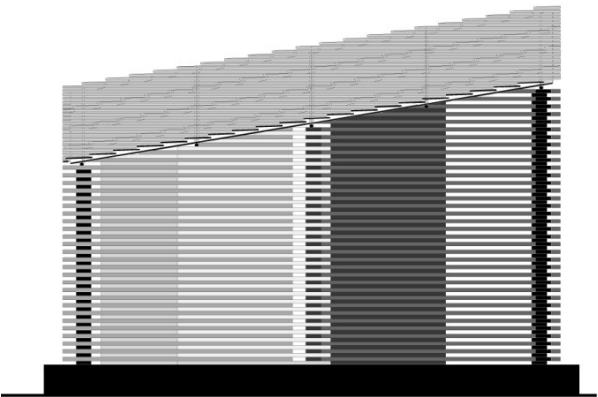


24 - Planta de Localização Esc. 1/1000

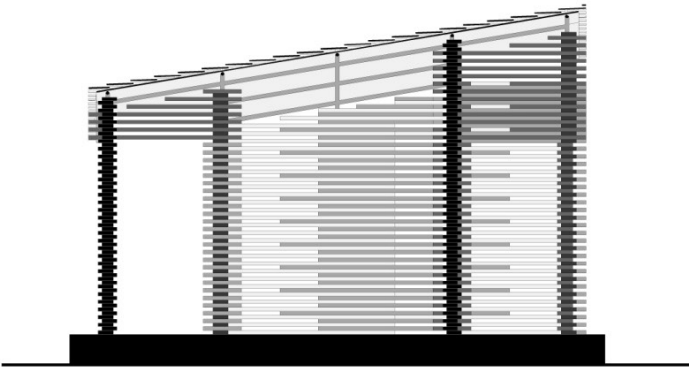


MÓDULO EXPOSITIVO 1
ESCALA 1.100

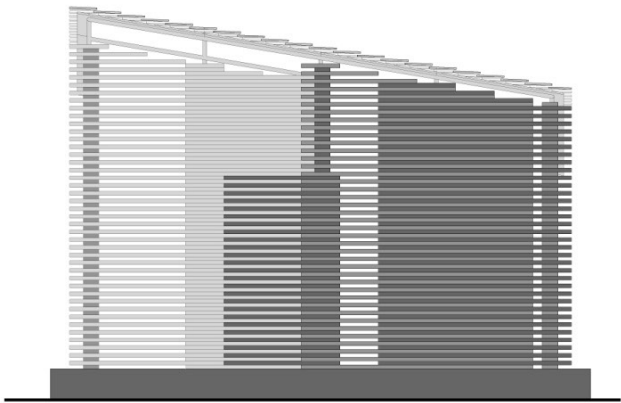
PLANTA



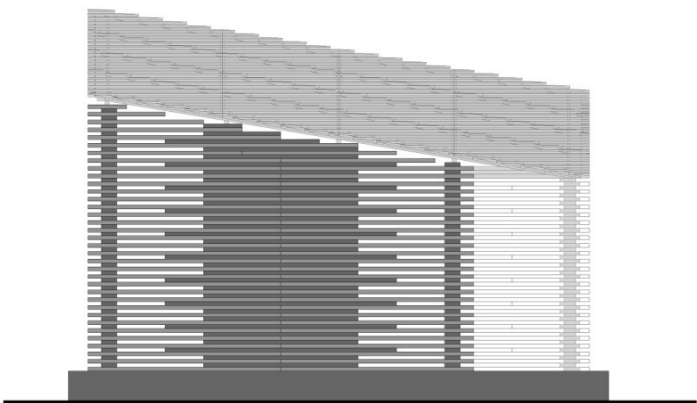
CORTE 01



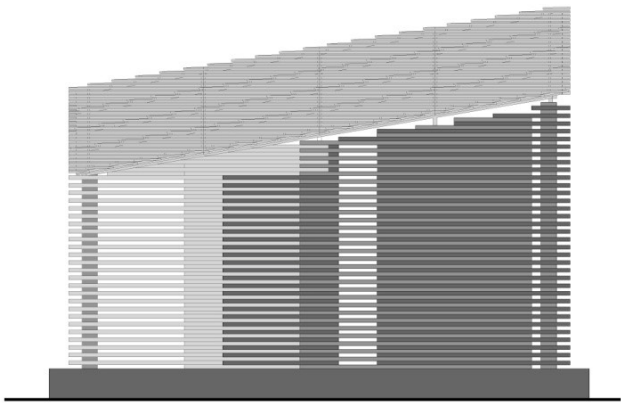
CORTE 02



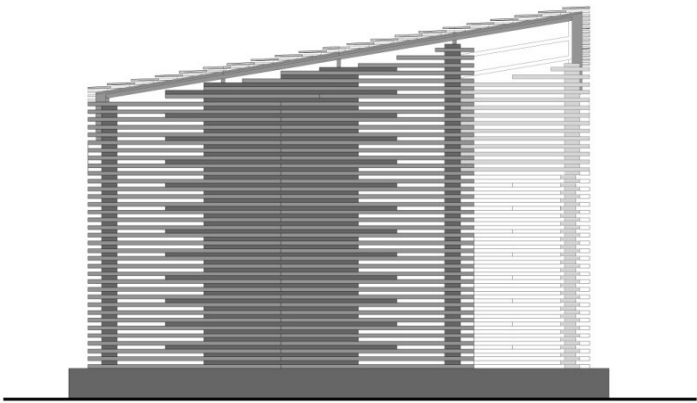
ALÇADO FRONTAL



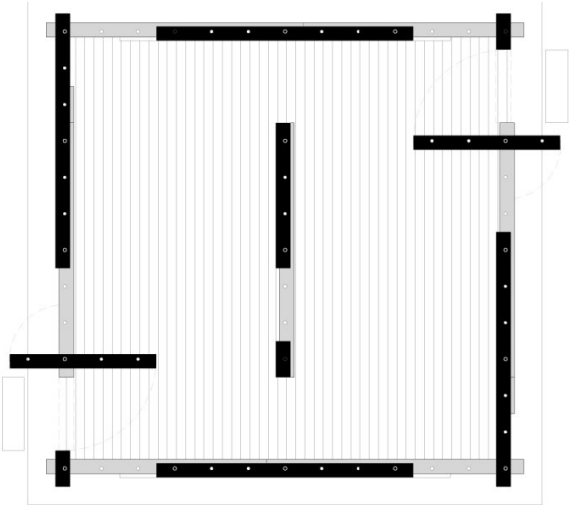
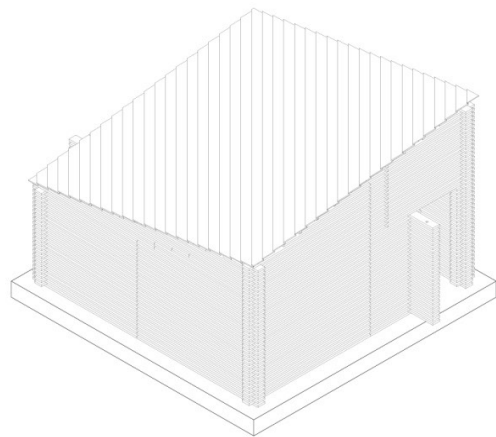
ALÇADO LATERAL DIREITO



ALÇADO TARDOZ

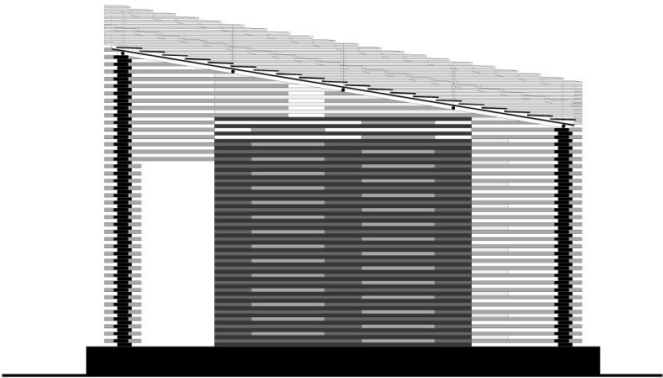
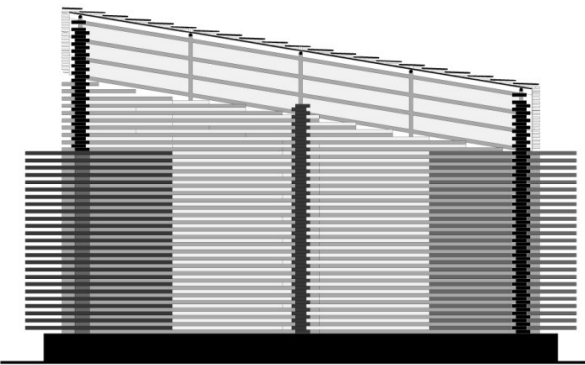


ALÇADO LATERAL ESQUERDO



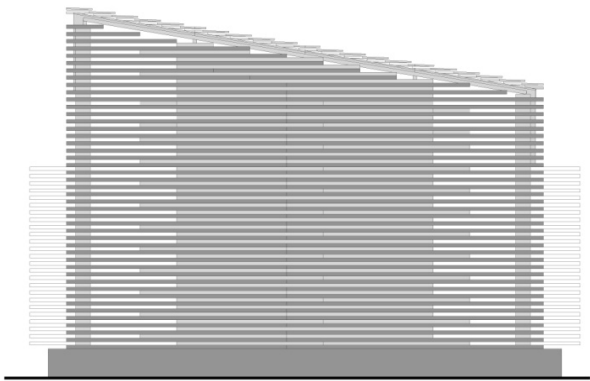
MÓDULO EXPOSITIVO 2
ESCALA 1.100

PLANTA

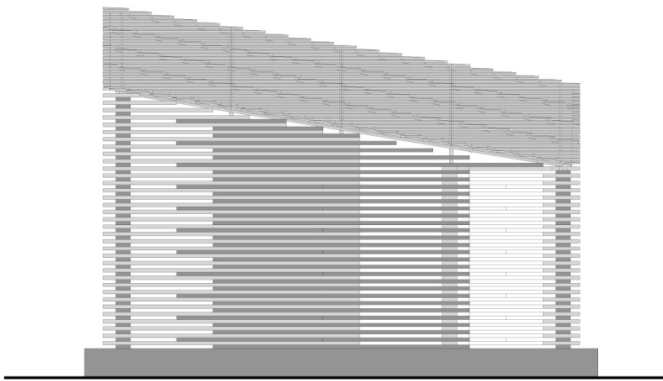


CORTE 01

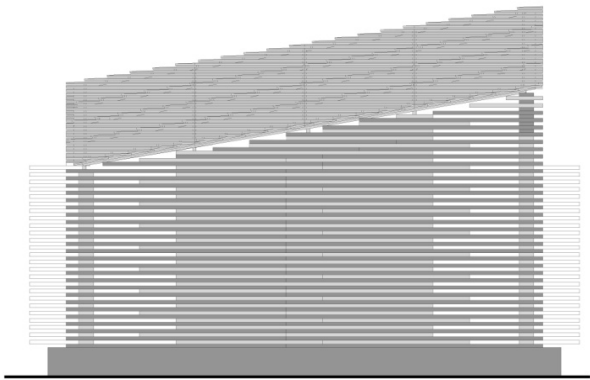
CORTE 02



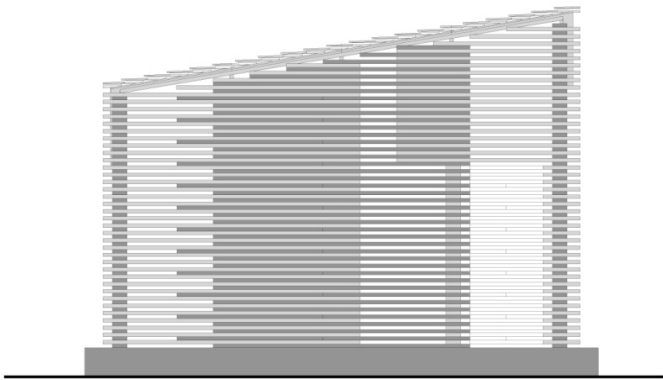
ALÇADO FRONTAL



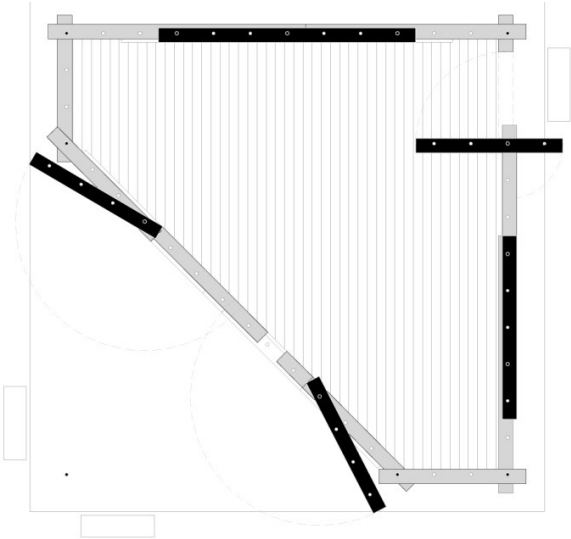
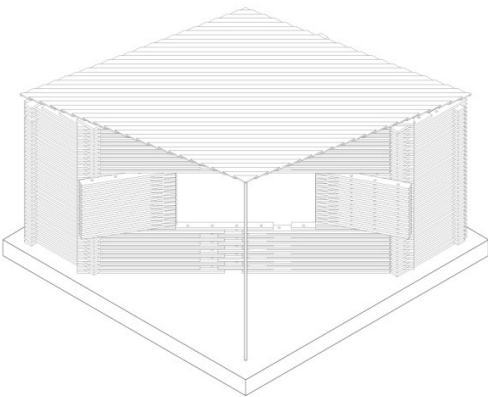
ALÇADO LATERAL DIREITO



ALÇADO TARDOZ

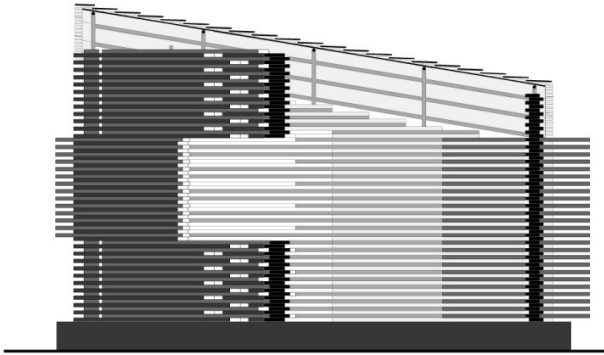
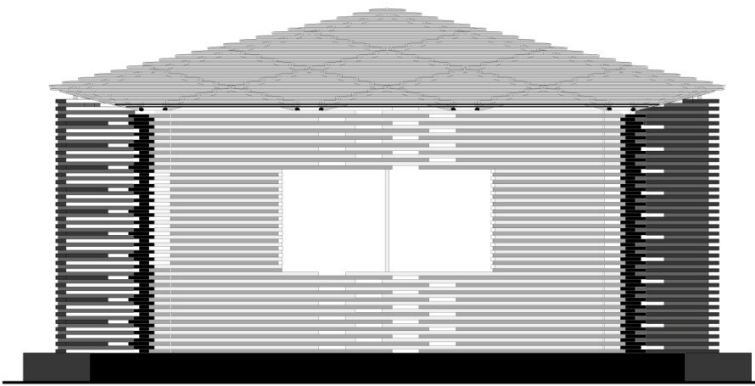


ALÇADO LATERAL ESQUERDO



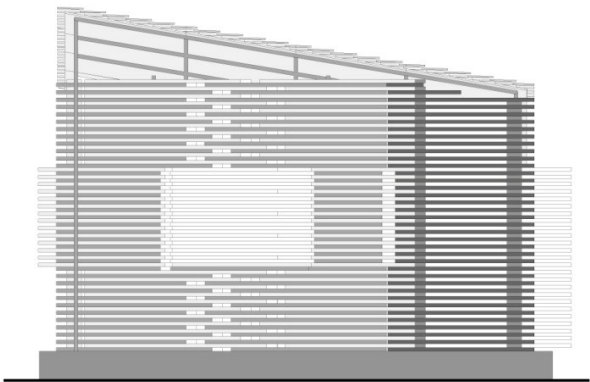
MÓDULO CAFETARIA
ESCALA 1.100

PLANTA

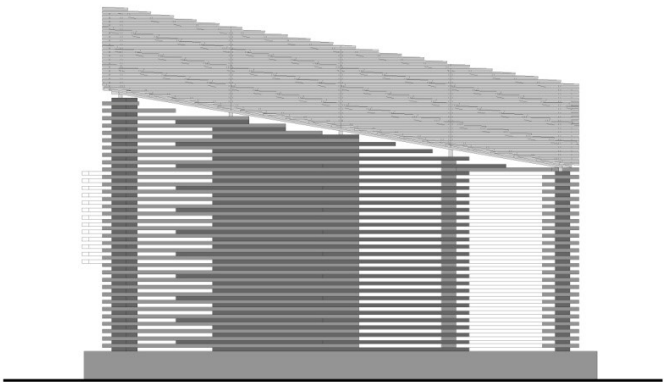


CORTE 01

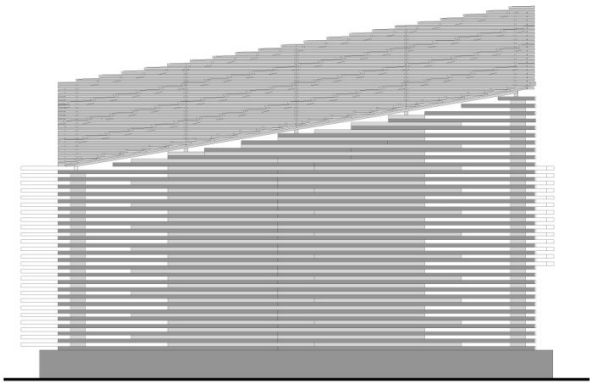
CORTE 02



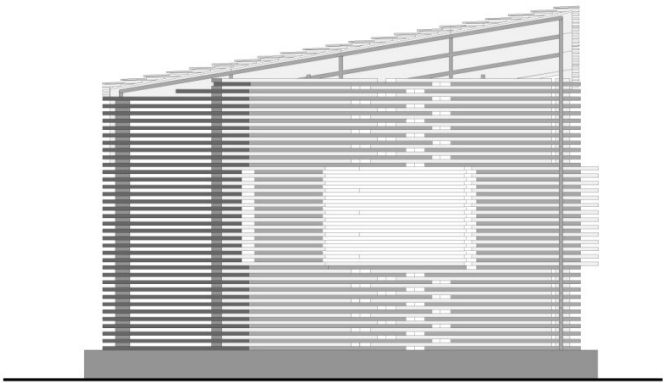
ALÇADO FRONTAL



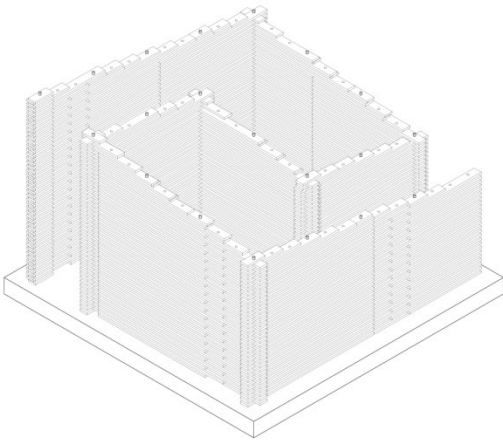
ALÇADO LATERAL DIREITO



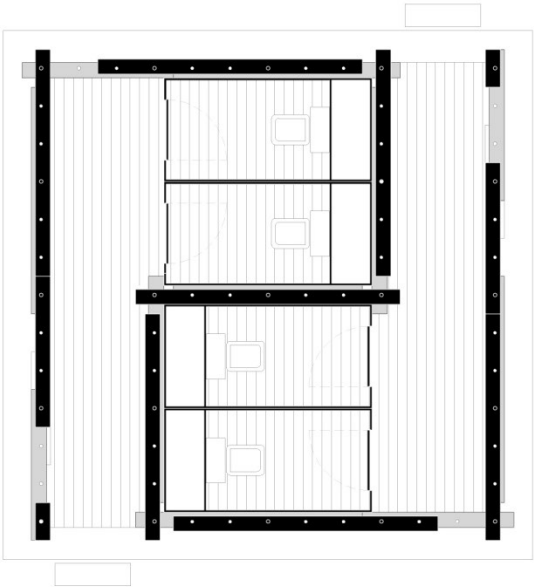
ALÇADO TARDOZ



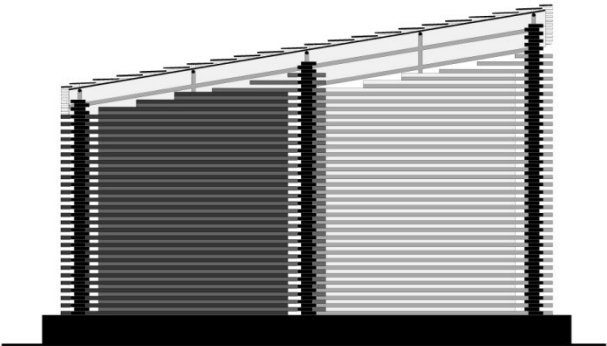
ALÇADO LATERAL ESQUERDO



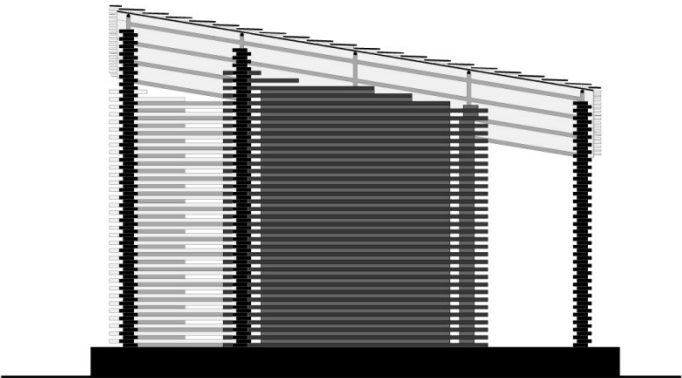
MÓDULO INSTALAÇÃO SANITÁRIA
ESCALA 1.100



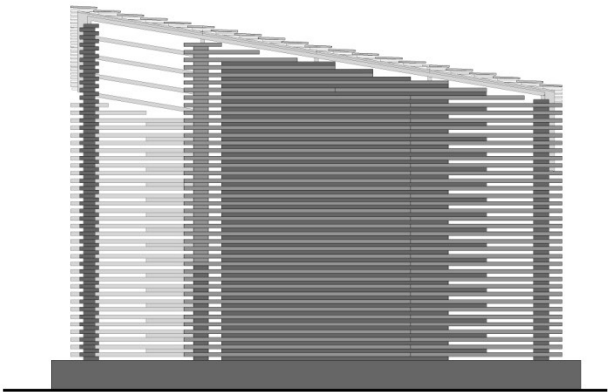
PLANTA



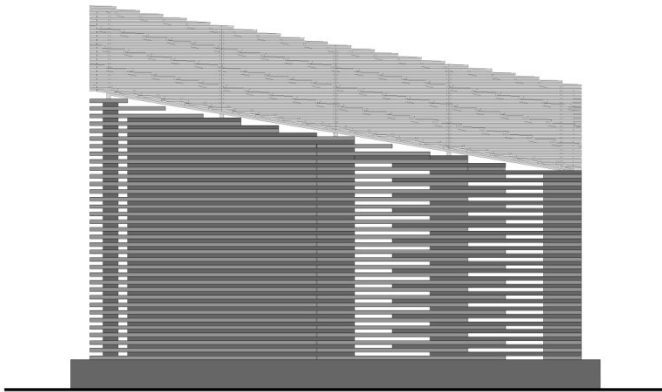
CORTE 01



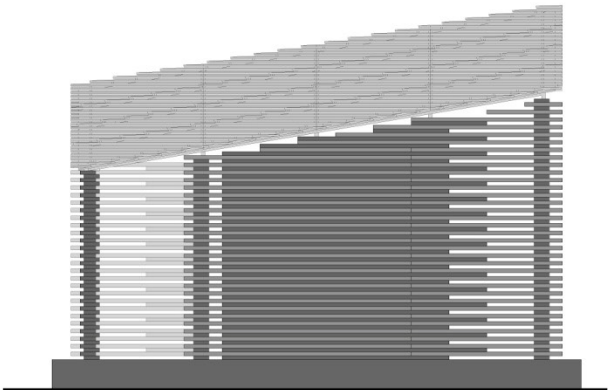
CORTE 02



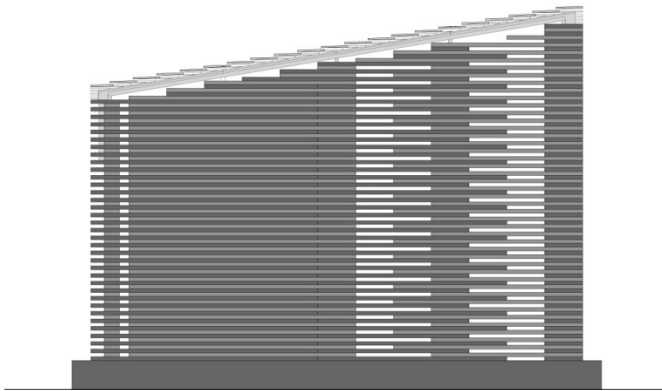
ALÇADO FRONTAL



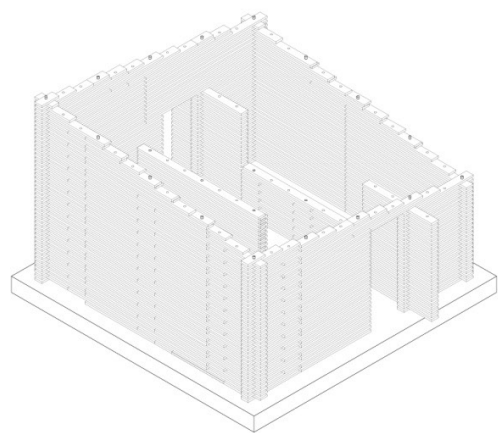
ALÇADO LATERAL DIREITO



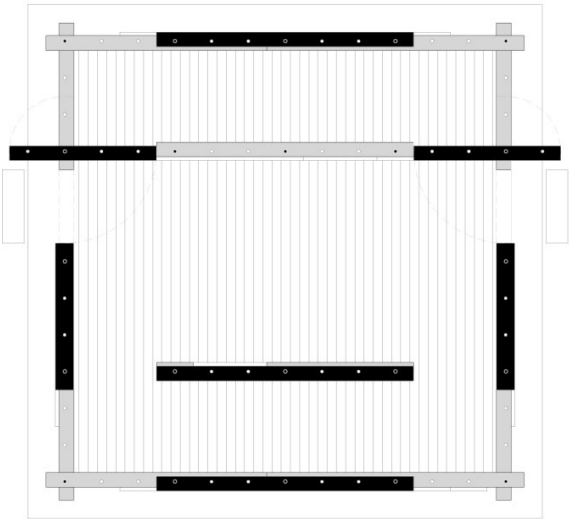
ALÇADO TARDOZ



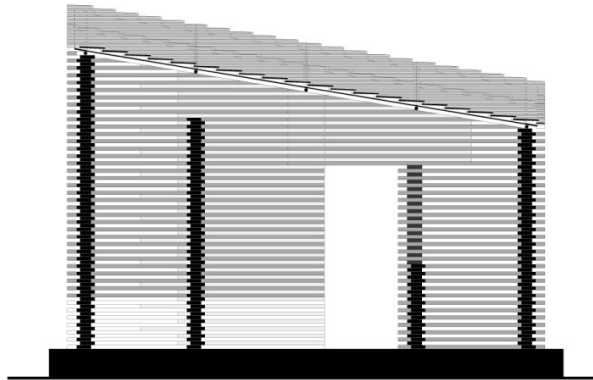
ALÇADO LATERAL ESQUERDO



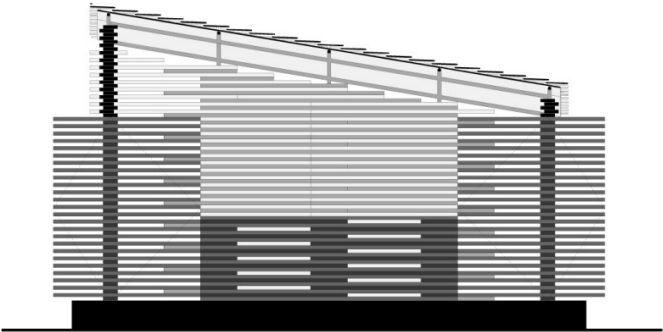
MÓDULO LOJA
ESCALA 1.100



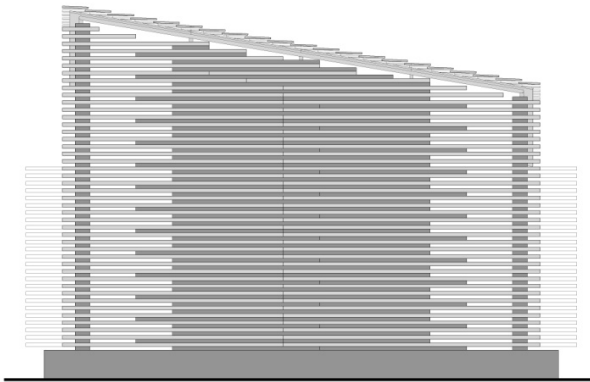
PLANTA



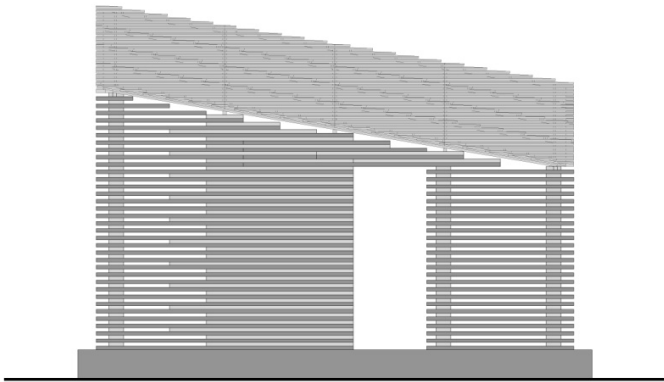
CORTE 01



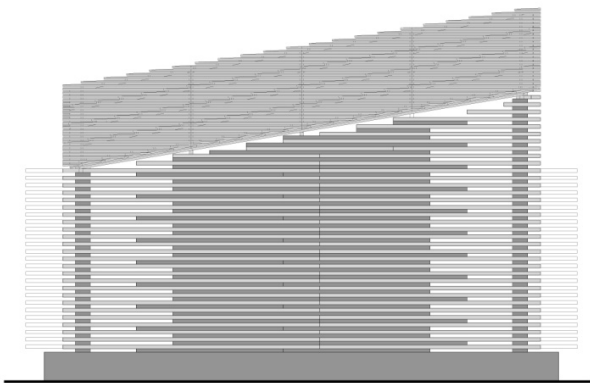
CORTE 02



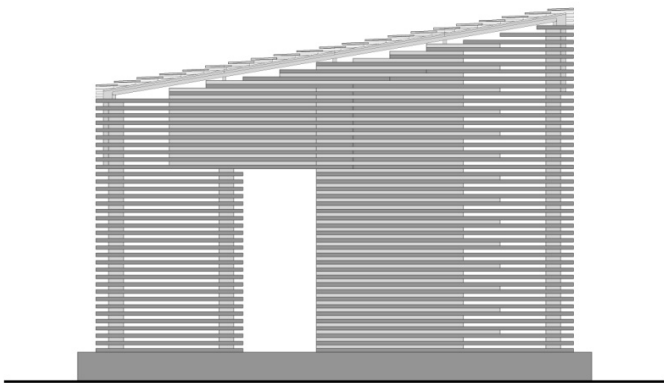
ALÇADO FRONTAL



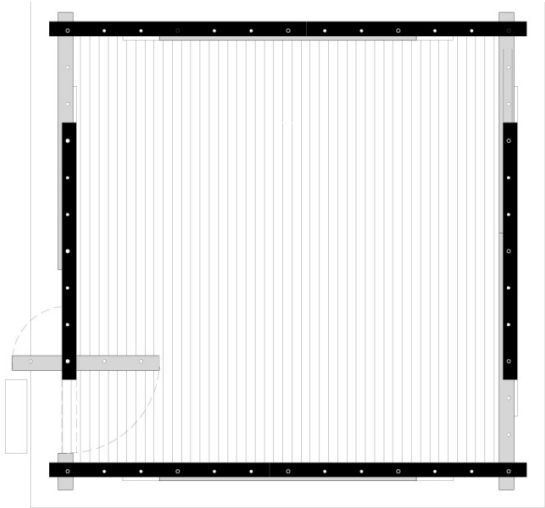
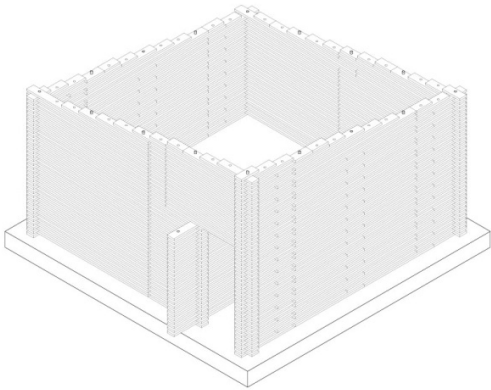
ALÇADO LATERAL DIREITO



ALÇADO TARDOZ

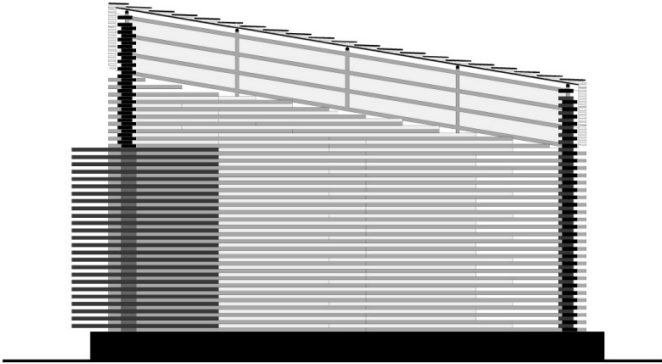
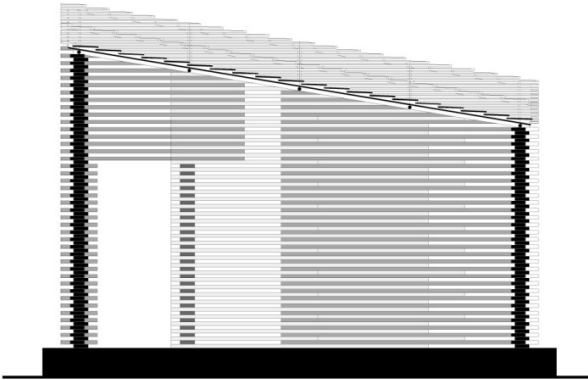


ALÇADO LATERAL ESQUERDO



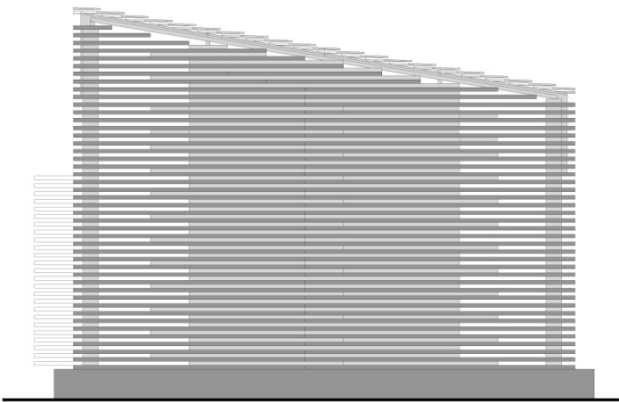
MÓDULO INSTALAÇÃO SANITÁRIA
ESCALA 1.100

PLANTA

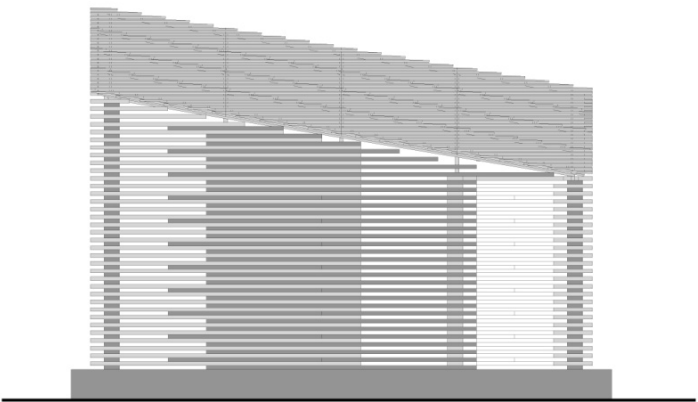


CORTE 01

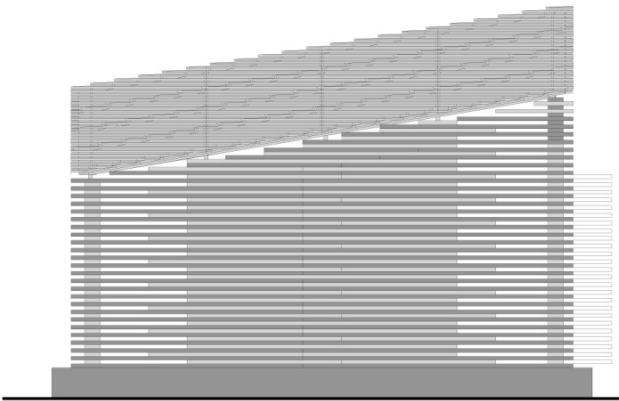
CORTE 02



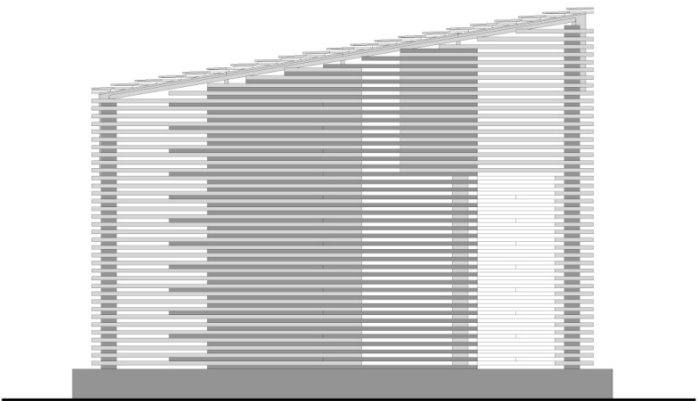
ALÇADO FRONTAL



ALÇADO LATERAL DIREITO

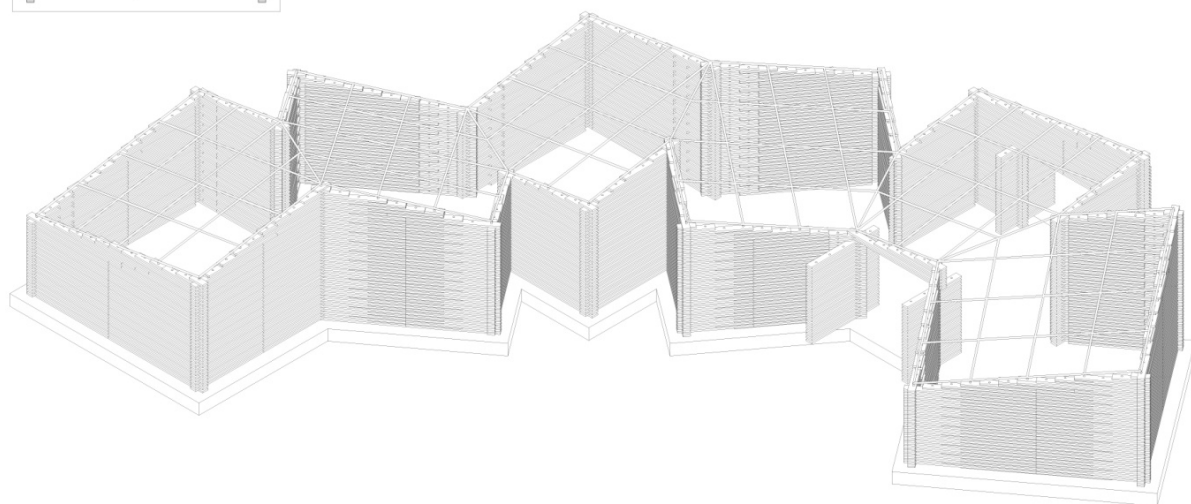
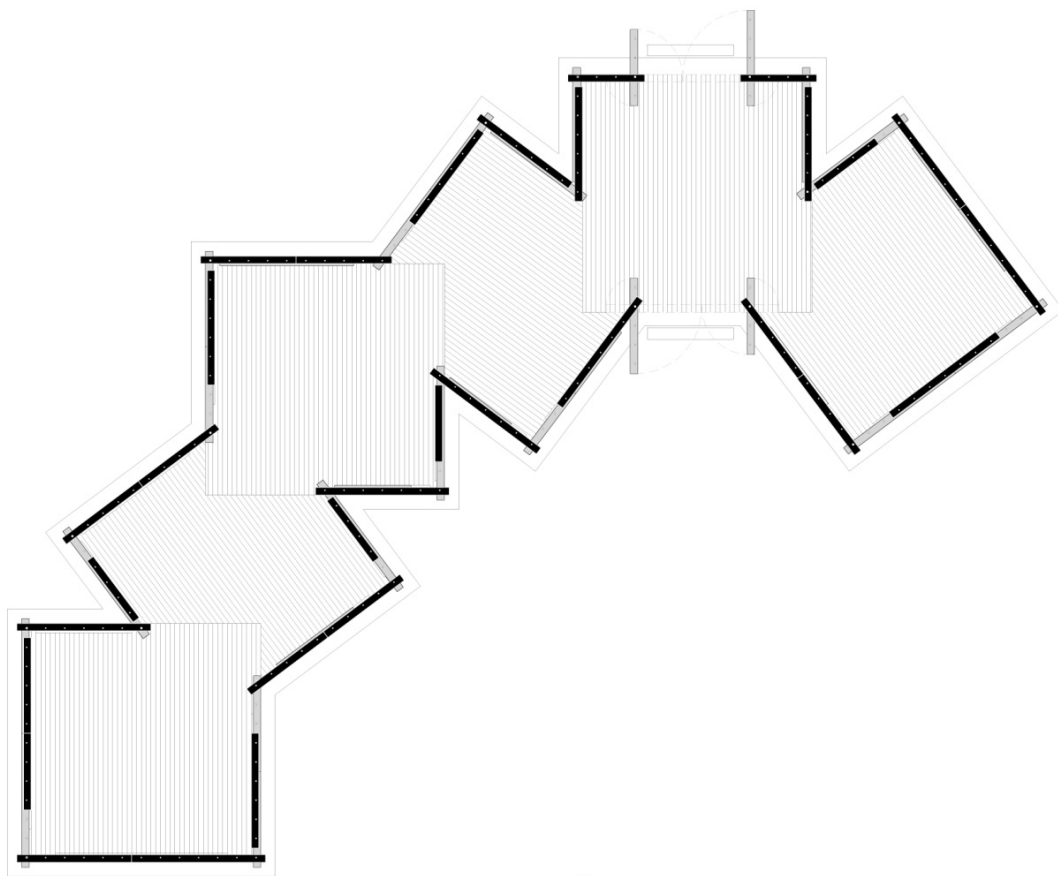


ALÇADO TARDOZ

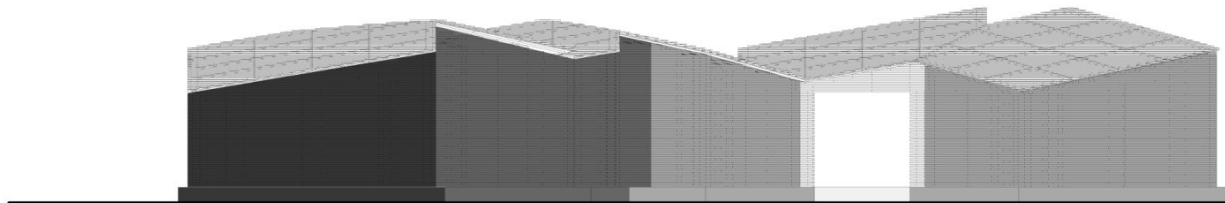


ALÇADO LATERAL ESQUERDO

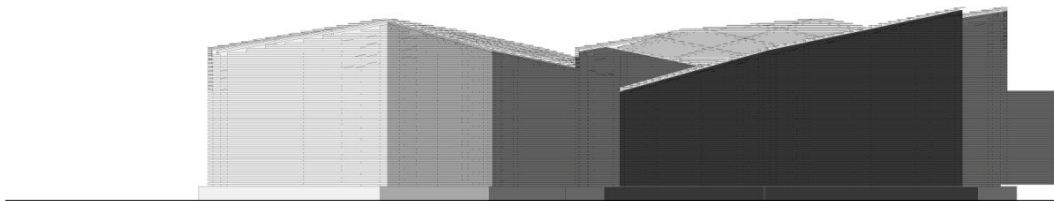
PLANTA



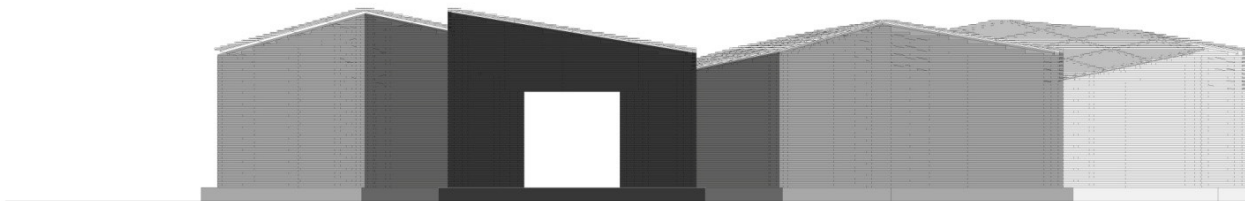
MÓDULO DE ARQUIVO
ESCALA 1.100



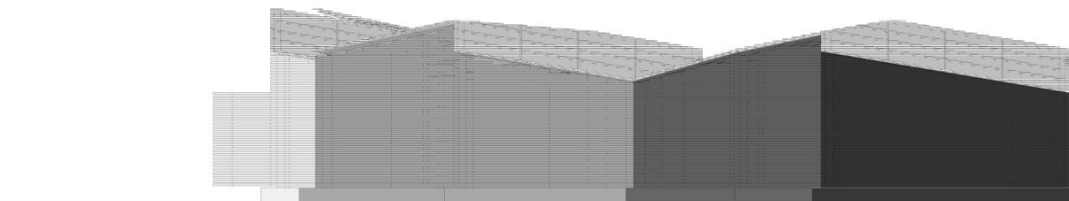
ALÇADO FRONTAL



ALÇADO LATERAL DIREITO



ALÇADO TARDOZ



ALÇADO LATERAL ESQUERDO

Amoreiras

enquadramento histórico | mapas de análise

Evolução histórica da cidade

Para compreensão histórica da zona de intervenção - Colina das Amoreiras, é imprescindível perceber como é que a cidade de Lisboa foi-se estruturando ao longo dos tempos

Até a data do terramoto de 1755, Lisboa consistia numa dilatação do perímetro da sua muralha, tendo como ponto de origem o Alto da Colina de São Jorge local onde se localizava o castelo e a muralha primitiva, estendendo-se deste núcleo inicial, para o vale poente e a imediata Colina de São Francisco.

Como se pode constatar na planta de João Tinoco de 1650, consegue-se perceber o núcleo primitivo (Castelo) e a cerca fernandina que representava os limites do espaço urbano da cidade de Lisboa. É construído em extramuros, a poente, a Vila Nova de Andrade dividido em lotes e organizado em quarteirões ordenados por uma malha, onde se denota uma inspiração racionalista e introduziu urbanidade na atual zona do Bairro Alto.

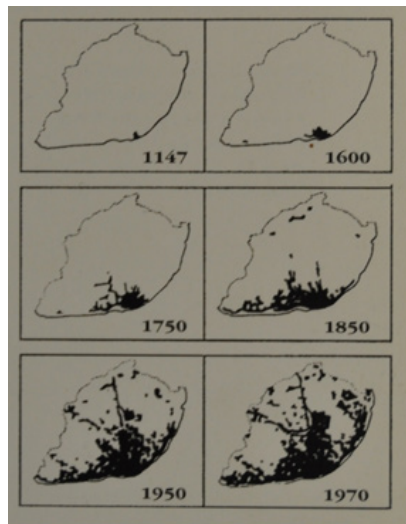
O desenvolvimento da cidade ocorre pela primeira vez, de forma planeada perpendicularmente ao rio. Até então a Rua das Portas de Santo Antão/Rua de São José correspondiam à saída da cidade para norte. Bifurcava pela Anunciada continuando pelo Andaluz, daí seguia por São Sebastião.

Lisboa desde o século XVI, apresentou um crescimento lento para o interior e essencialmente para poente. O facto de aí ir se instalando casas religiosas, que aproveitavam zonas desafogadas mas com boas acessibilidades, tornou-se num polo de atração.

Mas, o maior investimento urbanístico da cidade era a linha de fortificações que vinha sendo levantada desde a Restauração, e é em 1650 por ordem do Marquês de Marialva foi projetado uma linha defensiva composta por trinta e dois baluartes. Projeto que iniciava no vale de Alcântara, pretendia fechar a cidade pelo norte. Esta estratégia de fortificação acabou por não ter muita expressão na imagem da cidade, mas o mais importante vestígio desta situação resultou na Estrada de Circunvalação reconhecida no século XIX e bastante alterada na passagem para a realidade atual.

A verdade é que, Campolide e Campo de Ourique e do outro lado oposto a zona que corresponde ao Bairro Alto e a Cotovia privilegiam de uma topografia

imagem 01 - Evolução da cidade de Lisboa



aberta em “U” que permitia uma visão para o rio, isto a eixo com o vale de São Bento. No centro deste último vale e o festo da Cotovia deu origem ao Rato.

O Largo do Rato encontrava-se numa situação topográfica especial, pois permitia a confluência de várias vias, num meio rural, mas mais no sentido de uma circulação externa a urbe. Esta característica deste local leva a instalação de uma casa religiosa de devoção particular. A expansão do burgo e os equipamentos instalados na zona (Águas Livres, convento e indústria), levaram a dinamização da zona, dando origem a barracas e casas, e pontualmente palácios e quintas, dando assim um carácter mais urbano e uma maior integração na cidade.

Reformulação da cidade e o Terramoto de 1755

Bairro das águas livres

No reinado de D. João V, a reforma da cidade foi planeada consoante os princípios herdados da tradição militar, e Manuel da Maia surge como elemento central na reforma da cidade e sobretudo no pós terramoto. Mas quanto a esta reformulação havia necessidade responder a uma série de carências que a cidade apresentava, desde a infraestruturas básicas e o aqueduto - por volta de 1740 a obra das Águas livres já se encontrava no Rato.

Grande parte da cidade desaparece no dia 1 de Novembro de 1755, abalada por um terramoto, sucedendo-se a um vasto incêndio. Perante isto é necessário dar resposta ao problema, e Manuel da Maia e Eugénio dos Santos acabam por serem os principais responsáveis por esta nova cidade que ia emergir. A nova cidade tem como zona principal o Terreiro do Paço (autoria de Eugénio dos Santos) e o Rossio (autoria de Carlos Mardel) que funcionam como praças tradicionais e criando, de uma para outra, uma rede de ruas longitudinais e transversais, formando uma malha em quarteirão regular, e tem em consideração as infraestruturas básicas (largura dos leitos, passeios, esgotos...).

Na altura da realização dos planos para nova Lisboa existia duas intenções: além da reconstrução da Baixa, havia também a ideia de simbolicamente retirar o paço real da Ribeira e implantar um novo Palácio num local mais paradisíaco de forma a conseguir lançar bases de expansão da cidade.



img. 02 e 03 - a cima encontra-se uma imagem do forte de santa apolónia uma dos 32 baluartes da cidade de lisboa e a baixo uma vista do largo do rato em 1758



Com o incremento da indústria, foram fundadas diversas unidades fabris em Portugal, entre elas uma fábrica de fição de sedas, segundo proposta apresentada pelo tecelão francês Robert Godin em 1727. O alvará real de fundação data de 13 de Fevereiro de 1734 e a fábrica foi edificada no Rato, estando o edifício concluído em 1741.

Com o terramoto de 1755 o imóvel sofreu alguns danos, e a partir de 1757 o Estado reestruturou o regimento e estatutos da fábrica, designada a partir de então por Real Fábrica das Sedas do Rato. Assim, em conformidade com uma política governativa de incremento industrial, e não em consequência directa do terramoto de 1 de Novembro de 1755, a zona do Rato foi remodelada, sendo desenvolvida junto à Fábrica das Sedas uma nova área urbanística designada por Bairro das Águas, planeada por Carlos Mardel e Eugénio dos Santos, que se enquadrava na reestruturação da fábrica.

Junto da fábrica foi aberta uma praça, com um chafariz num dos ângulos, e em volta desta foram rasgadas diversas ruas, onde foram edificados prédios de estrutura pombalina, semelhantes aos da Baixa, destinados a residências dos fabricantes que trabalhavam na fição. Estes eram considerados pequenos empresários, que dependiam directamente da fábrica, por isso os privilégios que lhes eram consignados garantiam-lhes casa, oficina e equipamentos próprios no Bairro das Águas Livres, junto à Fábrica das Sedas; aí residiam também os aprendizes que trabalhavam com eles.

Desta unidade de construções-tipo pertencentes à fábrica subsiste o edifício da Praça das Amoreiras, onde actualmente está sediada a Fundação Arpad Szenes/Vieira da Silva, e o bloco de edifícios da Travessa da Fábrica das Sedas.

A este conjunto urbanístico pertenciam ainda um jardim de amoreiras, plantado em 1771 para fornecer a unidade fabril, e uma capela dedicada a Nossa Senhora de Monserrate, que não estava prevista no plano inicial.

Em 1758, esta freguesia já é vista como uma zona de subúrbios da cidade de Lisboa, e só é inserida no corpo urbano da capital apenas na segunda metade do século.

Esta zona por se encontrar dentro dos limites definidos dentro da cidade, e por se tornado numa zona atractiva, era necessário que a “desordem” que até ao momento se vinha instalando fosse controlada, pois havia a intenção estatal de edificar no local. Na reformulação da cidade que consistia na reconstrução da

Baixa destruída, como já foi referido, excluído algumas situações de resolução pontual, apenas a zona do Rato/Campolide teve início a execução de um plano, para uma zona nova da cidade, então designada por Bairro das Águas Livres, que compreendia o espaço da Mãe de Água e a atual Rua Artilharia 1, o Rato e Campolide. O Bairro das Águas Livres vem dar resposta a objectivos industriais, políticos e sociais de uma cidade que pretendia ser renovada.

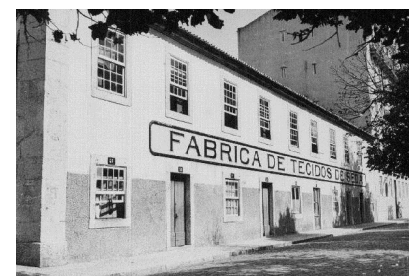
Este bairro, não se tratava apenas de uma malha urbana especificamente para a unidade fabril, mas resulta de um plano geral para o sector. Parte de uma traça de uma malha quadrada uniforme(quarteirões com duzentos e sessenta palmos) onde a praça de 302x604 palmos, que resulta pela eliminação de dois quarteirões, e é limitada a poente pela arcaria do aqueduto, sem libertar os cantos no enfiamento das ruas opostas.

Após da solução escolhida, apenas quatro quarteirões foram edificados confinantes com a praça (Jardim das Amoreiras), resultando num total de 56 fogos, entre as 462 iniciais que estavam previstas, ficando concluídas em 1769.

A sua estruturação procedendo da construção no território, optou-se inicialmente pelo o nivelamento do terreno da zona destinada a praça conforme o projeto. Abriram-se as ruas no sentido poente/nascente (que ainda hoje fazem ligação com a Rua da Artilharia 1) e na perpendicular apenas as necessárias para os primeiros quarteirões, dando uma forma ao bairro com uma organização com quatro quarteirões quadrangulares e os restantes alongados, situação que ainda perdura até aos nossos dias.

A construção dos edifícios é de uma grande simplicidade e uniformidade, mas depois também contem alguns remates ou determinados acabamentos de pormenor. Acrescentando, trata-se de uma estrutura de tipo tradicional (utilizando arcos de alvenaria e sobrado) e a cobertura de duas águas longitudinais. Nas traseiras, o beirado não lhe é dado qualquer acabamento de pormenor, assentando apenas sobre a alvenaria. O ritmo aqui conseguido é através das variações dos vãos conseguidos através da mudança dos fogos. Nestas construções é notório a existência de uma produção seriada dos elementos construtivos, pois uma peça de cantaria permitia ser utilizada em posições diferentes. Os quarteirões são compostos por duas frentes de oito casas individualmente separadas por um pátio, medindo 32 palmos. Como no edifício sede da Rua da Escola Politécnico, estas construções também apresentam uma geometria regra de 2 que organizava todo o esquema de

img. 04 - real fábrica das sedas , largo do rato





img 05 - gravura que retrata a devastação causada pelo terramoto de 1755 na zona da baixa, nacidade de Lisboa

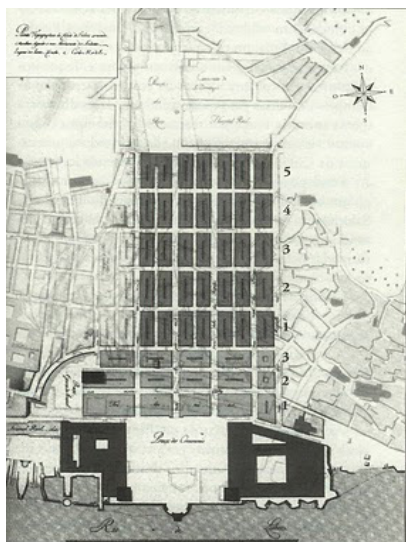
desenho e toda a composição construtiva, como podemos ver nos alçados é composto por um par de janelas em retângulos 2 no primeiro andar e por uma janela próxima do quadrado e uma porta em duplo quadrado no rés-do-chão.

No centro da praça foi construído um chafariz e foram plantadas 331 Amoreiras. Posteriormente o chafariz foi substituído pelo o atual e em substituição as Amoreiras surge um jardim romântico.

A capela que se encontra restringida num arco, é dedicada a Nossa Senhora de Monserrate, em substituição de uma barraca em madeira no Alto de São Francisco, por influencia do número elevado de catalães entre os artificies, não estando inserida no plano inicial. A obra foi concluída em 1768. Devido a sua implantação ser confinada num arco, a sineira é colocada no fundo do edifício.

Desta iniciativa, deste plano pombalino para as Amoreiras não teve as dimensões desejadas, talvez por falta de interesse, sobretudo na falta de visão por parte dos privados, pois as moradias que foram edificadas forma da iniciativa do Estado, ficando estas sempre como únicas.

img 06 - plano da baixa,



Evolução administrativa

A freguesia de Santa Isabel

Esta freguesia enquadrava-se na área como área de expansão da cidade embora sendo considerada uma zona de transição da cidade com o meio rural. Santa Isabel resulta de uma evolução consciente no plano administrativo, e também associado ao crescimento demográfico que se começa a registar, sobretudo no pós terramoto. Resulta em parte de ali ser ter instalado a Fábrica das Sedas, leva uma maior fixação por parte das pessoas no Rato, tratando-se de uma zona de ocupação livre, mais caótica, sendo uma zona menos condicionada pelos projetos de Manuel da Maia.

Aqueduto

A intenção de trazer a água corrente a uma parte da cidade, o Bairro Alto e daí para baixo até ao Paço Real, é uma situação que já advém desde 1573. Havia uma importante necessidade de arranjar uma solução de trazer água a cidade, deixando de parte o método tradicional, ou seja, o acesso através do subsolo, mas sim recorrer ao transporte da mesma através de um caudal contando apenas com as leis da gravidade, assim sendo necessário a escolha de um sítio de cota alta e que conseguisse fazer a distribuição aos locais de consumo.

A forma final em que resultara o aqueduto, sobretudo na forma de resolução da depressão do vale de Alcântara, surgiram duas visões completamente distintas: a de Manuel da Maia que defendia um traçado de menor expressão, na forma de resolver a depressão do vale Alcântara optando por contornar pela Pavalhã, o que fazia com que os arcos tivessem menores dimensões; enquanto que na visão de Custódio Vieira era o oposto, ou seja, tratando-se de uma presença na paisagem de carácter monumental. A verdade é que esta última é que foi selecionada, apesar de ser a mais dispendiosa das duas hipóteses, e também por sua vez fez com que atrasasse a chegada do abastecimento de água a Lisboa.

Em substituição de Custódio Vieira vítima de doença prolongada surge Carlos Mardel que continuou a obra do antecessor, o que o torna numa figura importante pelos projetos das mais significativas obras de distribuição de água.



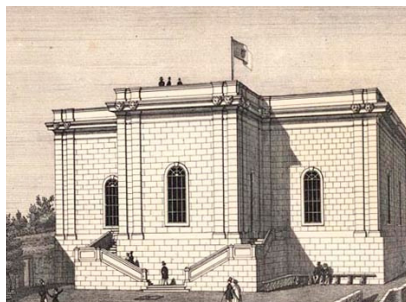
07 e 08 - em cima uma vista do interior do aqueduto das águas livres e a baixo vista do aqueduto no vale de alcantara



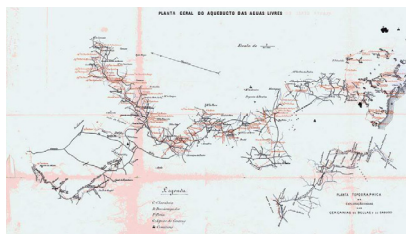
De forma geral, podemos considerar três indivíduos marcantes na criação desta obra Manuel da Maia, Custódio Vieira e Carlos Mardel. O primeiro foi o grande mentor técnico e urbanístico da obra das Águas Livres, o segundo o responsável pela monumentalidade no atravessamento do vale de Alcântara e o último vem dar continuação da obra do segundo, mas sobretudo quando o aqueduto entra na cidade na freguesia de Santa Isabel.

Contudo, o aqueduto tem origem desde Caneças, das Águas livres, conta com dezoito quilómetros até às Amoreiras, emergindo da terra no alto da Serafina para galgar o vale de Alcântara até Campolide, em perto de um quilómetro de extensão sobre trinta e cinco arcos, vinte e um de volta perfeita e catorze quebrados. No entanto é uma obra mais de carácter clássica embora haja a utilização de arcos quebrados, onde o ritmo do percurso é assinalado pelas lanternas de respiração

Mãe de Água



img 09 e 10 - a cima uma gravura do alçado sul da mãe de água , no rato e a baixo a planta do aqueduto das águas livres e todos os seus ramais.



A Mãe de Água das Amoreiras é um depósito de “Conservas da Água” que recebia e também distribuía as águas canalizadas pelo aqueduto aos chafarizes, sendo este inserido num conjunto de três grandes depósitos, dos quais este em questão apenas foi construído, e os outros substituídos por edificações de menor importância (arcas de água, tanques normalmente junto a chafarizes).

Esta infraestrutura, que servia de ponto terminal ao Aqueduto, antecedendo por uma sucessão de dez arcos (tendo medidas diferentes entre si), um dos quais é encarado como arco do triunfo “o portalão”, que tinha como intenção de ser a porta de acesso à capital.

O projeto da Mãe de Água é da autoria de Carlos Mardel, a edificação prolonga-se até 1834. O que lá se encontra não corresponde ao projeto inicial sendo então adulterado. A Mãe de Água foi-lhe dado uma dimensão de relevância urbana dada à sua implementação nesta obra, há uma forte carga simbólica que dá um carácter icónico na implantação. É sob a direção de Carlos Mardel que, em 1748, corre água pela primeira vez em Lisboa.

Arco do triunfo “o portalão”/ Rato / Chafariz

O arco da Rua das Amoreiras é uma obra construída entre 1746 e 1748 da autoria de Carlos Mardel, é considerado o primeiro arco triunfal não efémero posterior a nacionalidade de Lisboa.

Pretendia marcar a entrada na cidade dando outro valor urbano, pois até ao momento a cidade mal tinha atingido o local e a via estendia-se tenuemente sem qualquer expressão, e o desejo de “contaminação” do crescimento urbano era um valor assumido. De tal forma que o Largo do Rato ganhou outro estatuto, passou a praça que se seguia às das portas da muralha.

img.11- arco do portalão junto ao jardim das amoreiras



O Rato desta forma, com o seu valor urbano confirmado, foi construído um dos primeiros chafarizes inaugurais também de autoria de Carlos Mardel, sendo este o único abastecido por uma linha de água que saia diretamente do tanque da Mãe de Água. Relativamente aos chafarizes não podemos deixar de fazer referencia ao Manuel da Maia, pois teve consideração vários pontos de fornecimento de água de forma a conseguir abastecer a cidade inteira. Em 1731 foi construída uma rede urbana baseada em quatro ramais subterrâneos, em que vê antes da Mãe de Água, saem do aquedutos duas linhas, uma com destino ao Campo de Santana e outra às Necessidades. Referente as outras duas, partem da Casa do Registo, a do Loreto, que seguia pelo festo da Cotovia até ao Largo de São Carlos, e a da Esperança, pelo vale de São Bento até ao rio. A primeira abastecia aos chafarizes da Rua Formosa, Cotovia, São Pedro de Alcântara, Cano, Loreto, Flores, São Paulo e do Tesouro Velho. A última fornecia os chafarizes da Rua do Arco a São Mamede, Arco de São Bento, Esperança e Cais do Tojo

Os chafarizes das Águas Livres eram encarados como uma tipologia de equipamento/mobiliário urbano e eram implantados de forma estratégica dentro da cidade de modo a criar uma grande dinâmica urbana, preocupando-se com bem-estar da população e ao serviço público.



Largo do Rato e Bairro das Águas Livres.

Sobreposição dos limites do largo no século XVIII à situação atual e quarteirões. Relações urbanísticas geradas pela implantação do chafariz.

Neste Plano também compreendia a reforma do Largo do Rato, na intuição de numa melhor articulação com a cidade, de forma à uma regularização dos traçados da praça e destruição das barracas que existiam no seu centr



-Relações urbanísticas geradas pela implantação do chafariz.

2- Rua dos Arciprestes ou Entremuros

3- Quinta do Novicio da Cotovia

4- Mãe de Água

5- Rua do Olival a São Bento

6- Adro das Freiras

7- Convento das Trinas

8- Rua do Salitre

9-Quinta de D. Helena, depois dos Oratorianos

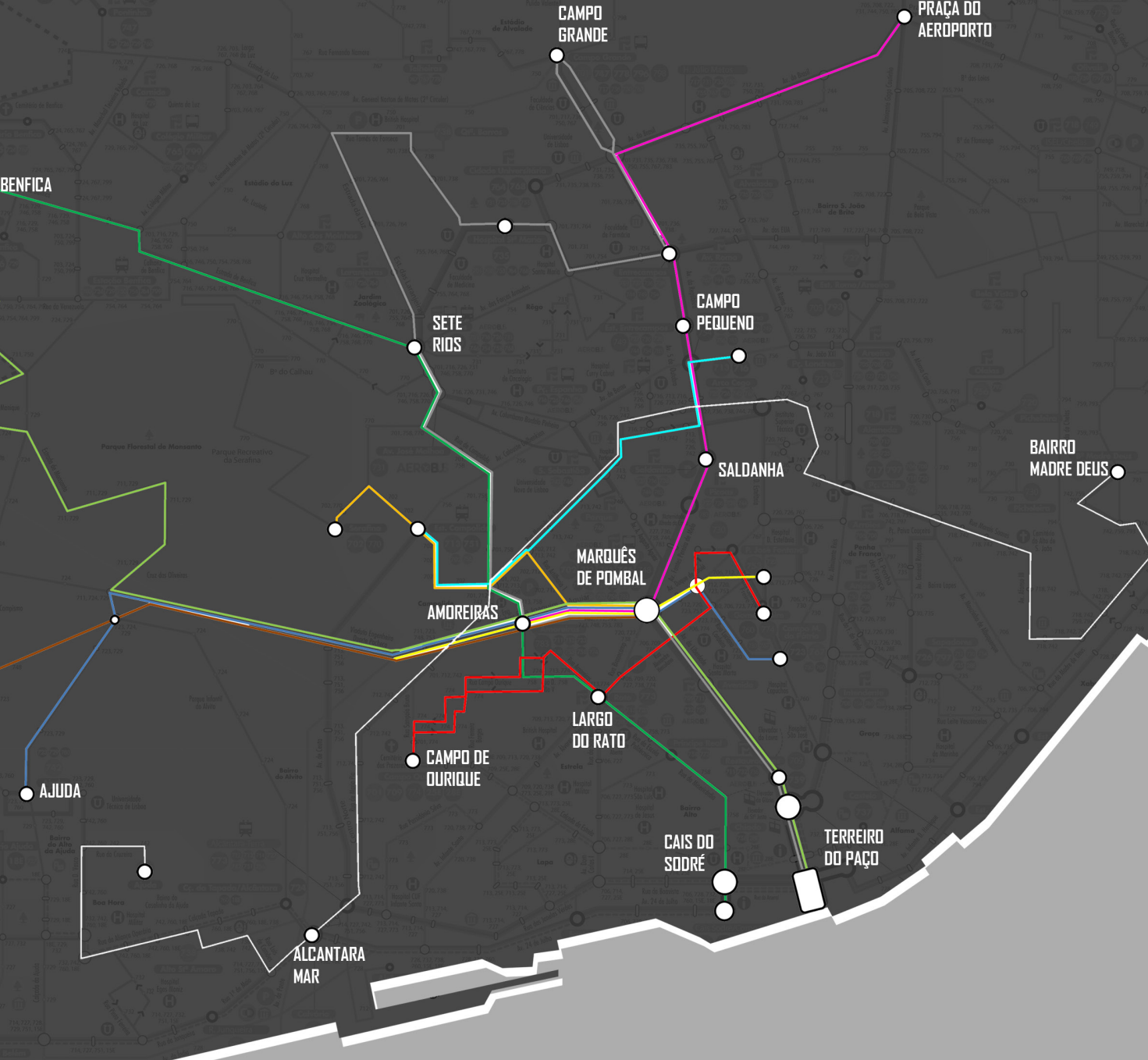
10- Fábrica das Seda

img 12 - chafariz do Rato





- amoreiras vista da margem sul



mapa de transportes .01
autocarros



A colina das Amoreiras, de acordo com a análise feita, no que diz respeito à rede de autocarros, pode verificar-se que é servida por este meio de transporte que liga vários pontos da cidade a esta zona. A proximidade com o Marquês de Pombal e com os principais eixos estruturantes da cidade evidência o facto desta zona estar fortemente dotada de transportes públicos.

legenda:

701 -	Campo Grande - Campo de Ourique
702 -	Marquês de Pombal - Serafina
711 -	Terreiro do paço - Alto Damaia
713 -	Alameda Afonso Henriques - Estação de Campolide
723 -	Desterro - Algés
742 -	Bairro da Madre Deus - Casalinho da Ajuda
753 -	Praça José Fontana - Centro Sul
758 -	Cais do Sodré - Portas de Benfica
774 -	Campo de Ourique (prazeres) - Gomes Freire
783 -	Amoreiras (centro comercial) - Portela
	Mouzinho de Albuquerque



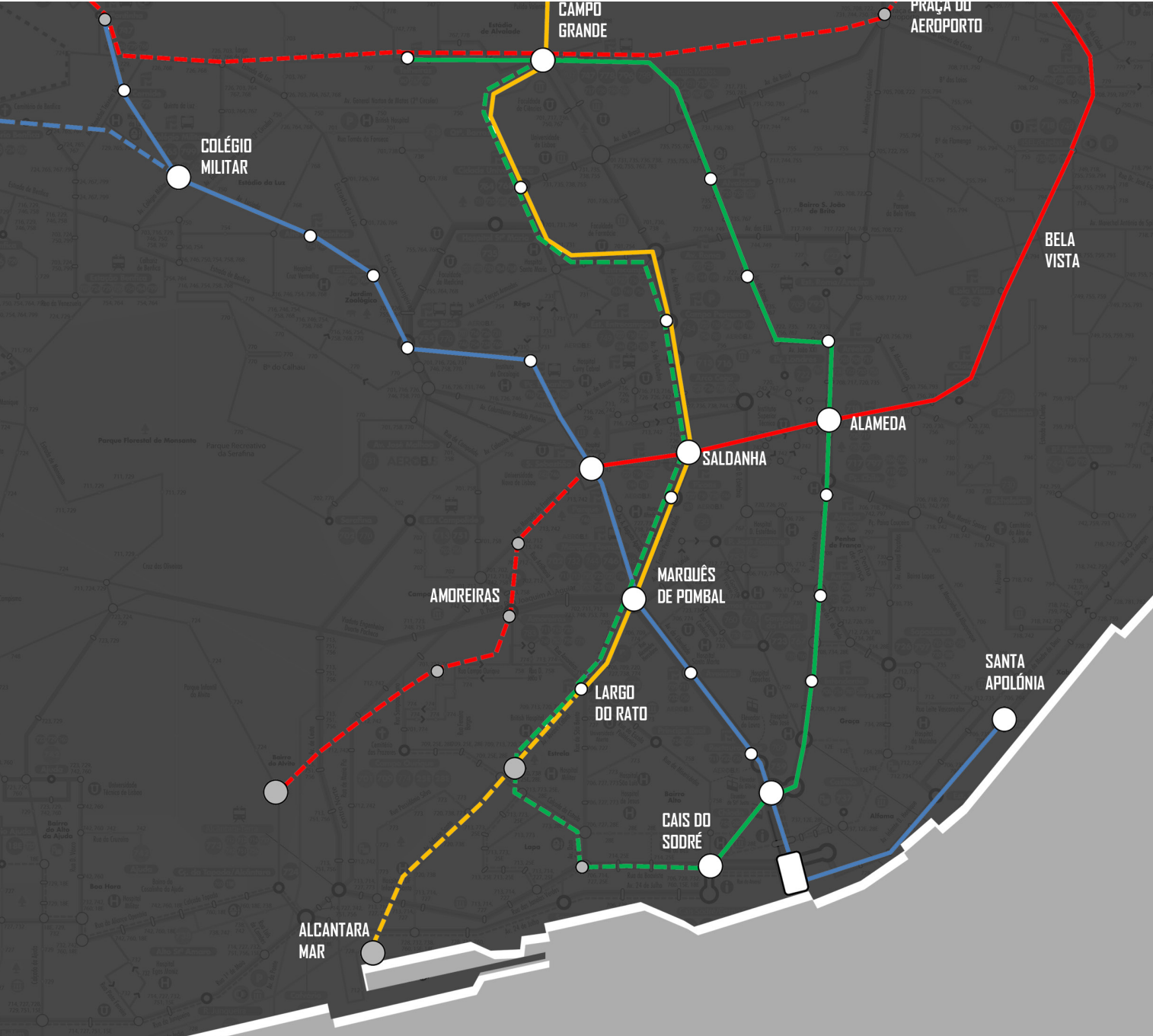
mapa de transportes .02

elétrico



Neste mapa pode-se observar a rede de elétricos em funcionamento (vermelho) e a rede já desativada (amarelo). Observasse que a rede de elétricos fazia o seu circuito nos eixos estruturantes da cidade assim como as suas circulares, distribuindo as pessoas pela cidade. Antes do aparecimento da rede de metropolitano em Lisboa, era o elétrico que fazia as ligações no interior da cidade em paralelo com os autocarros.

A zona ribeirinha de Lisboa mantém a rede de elétricos ativa pois o seu percurso vai passando por alguns pontos de interesse histórico e cultural. Esta rede mantém-se ativa também devido ao facto de que a rede de metropolitano ainda não se desenvolveu nesta zona da cidade.

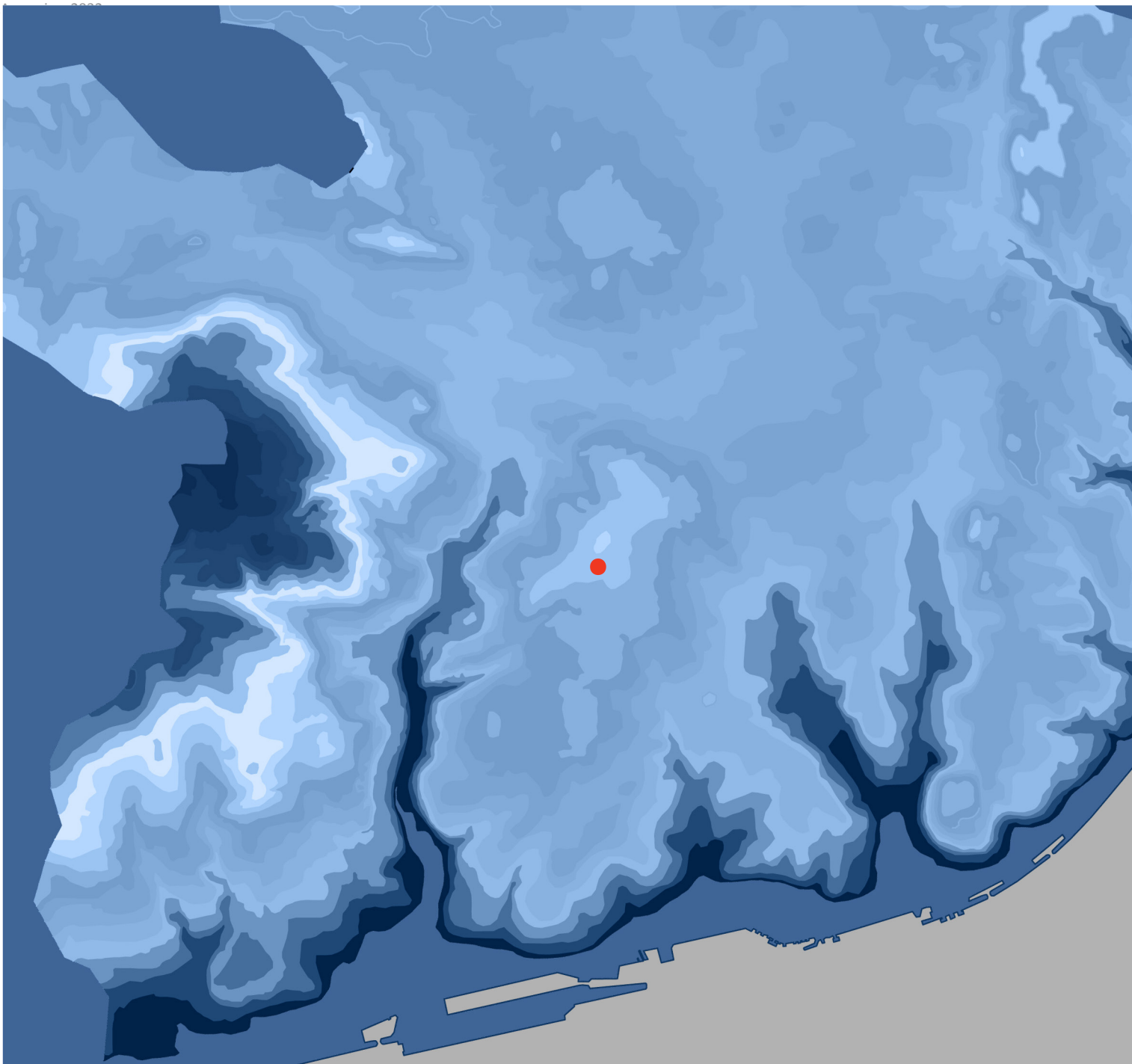


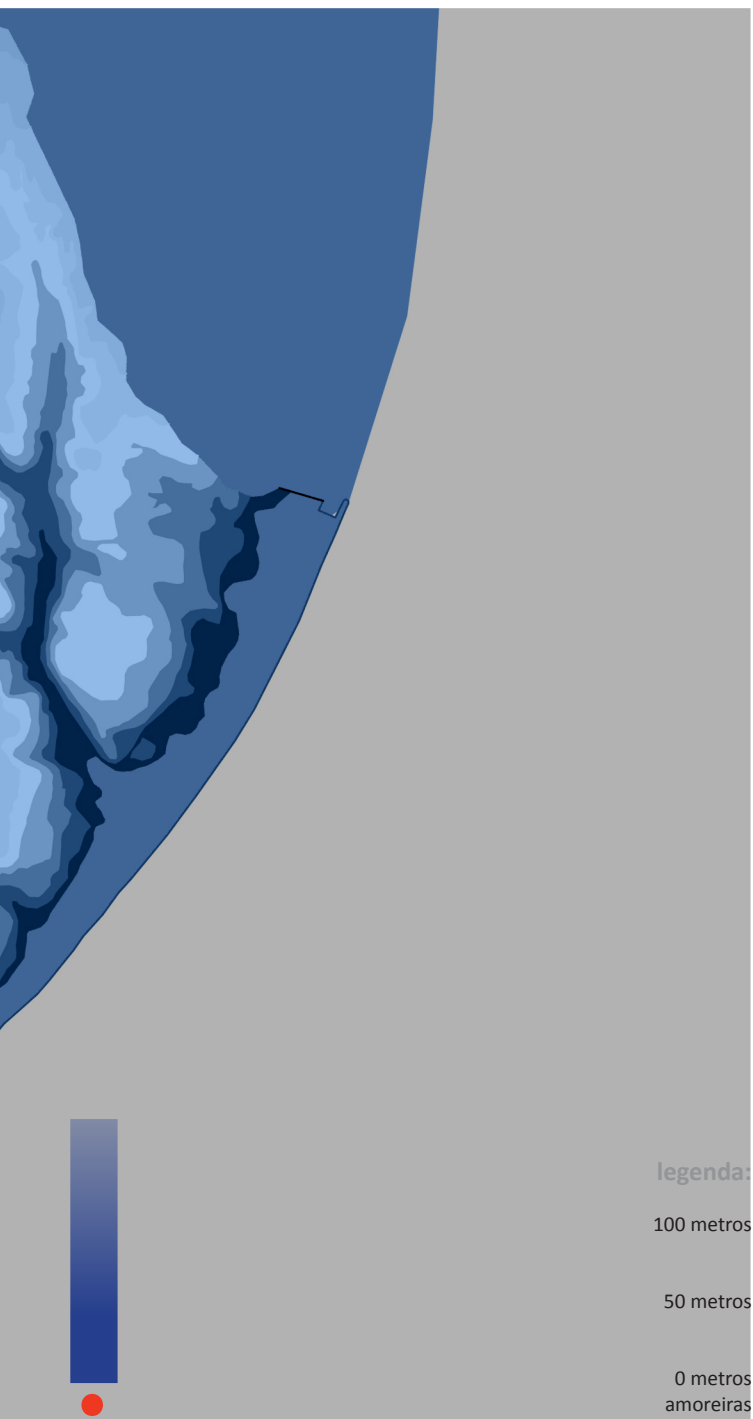
mapa de transportes .03
metro



transportes públicos - metro

Este mapa mostra a rede de metropolitano existente e a extensão da mesma que está prevista ser concretizada nos próximos anos. É importante referir que está prevista a ligação da linha vermelha entre o aeroporto e as Amoreiras que fará com que esta zona se torne mais atrativa e procurada e intensificará a sua função perdida a algum tempo de “centralidade urbana”, ou de “central business centre”.

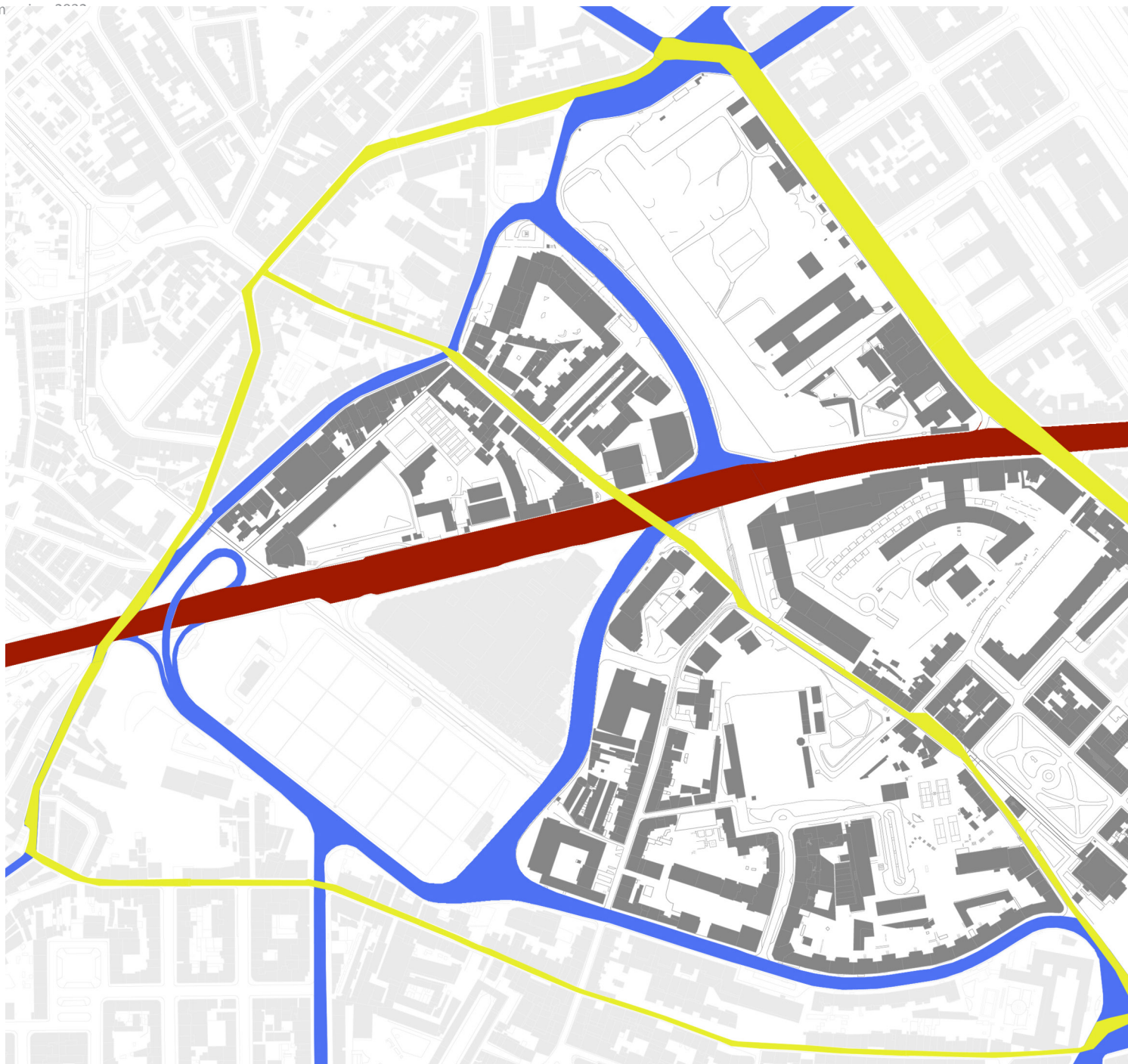


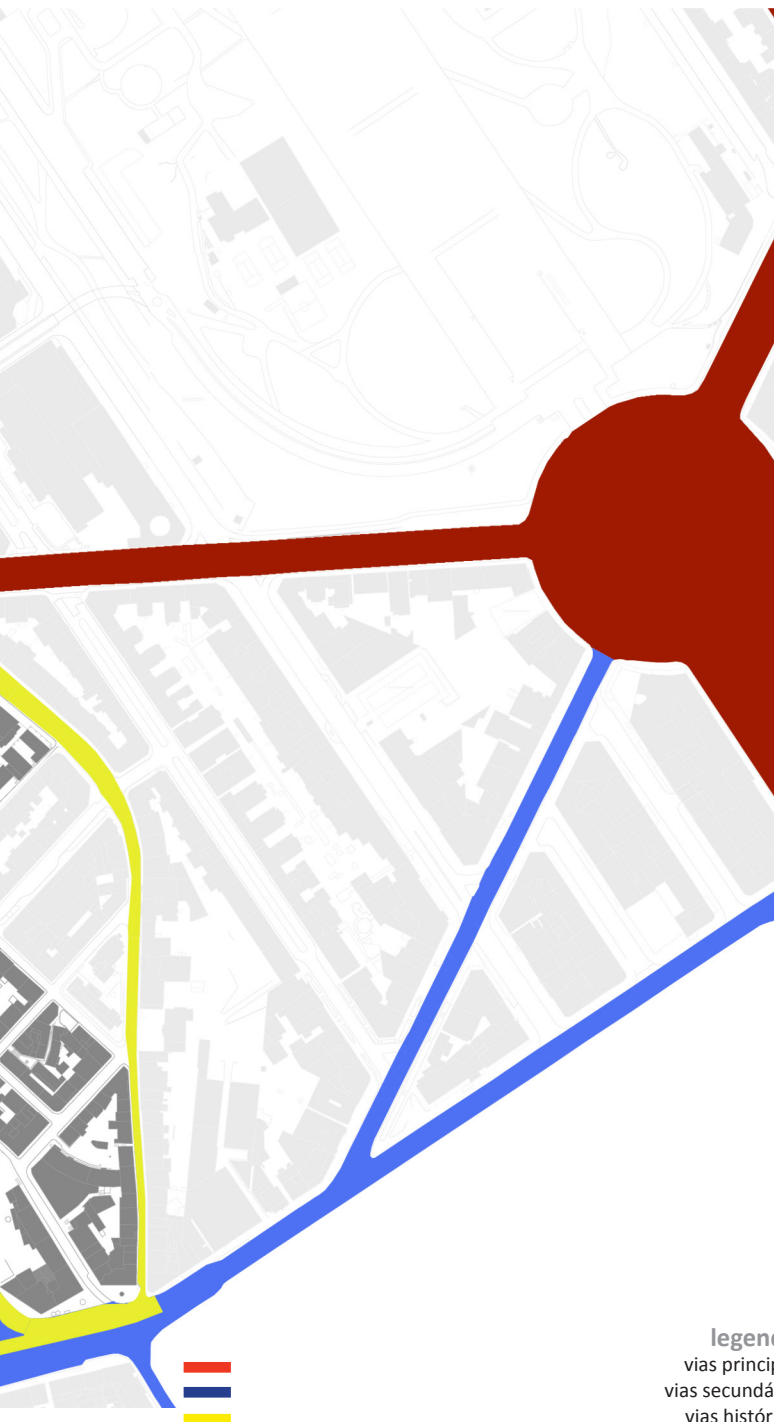


hipsometrias

Esta hipsometria mostra a constituição altimétrica da cidade de Lisboa e podemos concluir que a colina das Amoreiras é a colina de Lisboa mais alta. Como se pode observar toda a cidade é composta por colinas que são separadas pelos vales existentes. No caso da colina das Amoreiras, esta é limitada a Nascente pelo vale de São Bento e a Poente pelo vale de Alcântara.

Não é por acaso que o final do aqueduto é na colina das Amoreiras por ser o ponto mais alto da cidade e pelo facto de que a distribuição das águas ser feita através da gravidade.





estrutura viária

Este mapa representa a estrutura viária existente na zona de intervenção. A vermelho está representado o túnel e a rotunda do Marquês de Pombal, sendo este o eixo principal que liga tanto às Amoreiras como faz a entrada e saída da cidade em direção à A5, em azul estão representados os eixos de circulação que circundam e distribuem toda o trânsito a zona de intervenção e a amarelo estão representados os antigos eixos da cidade que hoje em dia representam os eixos secundários onde o fluxo de automóveis é mais contido e com menos intensidade.



legenda:

- zona 01
- zona 02
- zona 03
- zona 04
- zona 05
- zona 06
- zona 07
- zona 08





mapa de altimetrias .07
escala 1.5000

altimetrias

Este mapa mostra as altimetrias existentes na zona de intervenção e as suas diferenças. Pode-se observar que junto aos eixos de circulação viária com maior intensidade se localizam os edifícios de maior altura e que nos eixos secundários os edifícios são mais baixos. A função dada aos edifícios ajuda a caracterizar melhor a zona em que se observa que os edifícios com menos altura são maioritariamente residenciais dando também um carácter e uma vivência de bairro, enquanto que os edifícios mais altos são de serviços, comerciais e hotéis. Nota-se também que os edifícios mais altos são mais recentes que os mais baixos, mais antigos, devido a função que esta zona tinha na cidade antes dos edifícios mais recentes serem construídos, pois só desde os anos 80 é que esta zona se começou a pensar como uma zona de concentração de serviços e a construção da primeira superfície comercial na cidade (Amoreiras Shopping Center).



- legenda:
- 01-03 pisos
 - 04-06 pisos
 - 07-09 pisos
 - 10 ou+ pisos

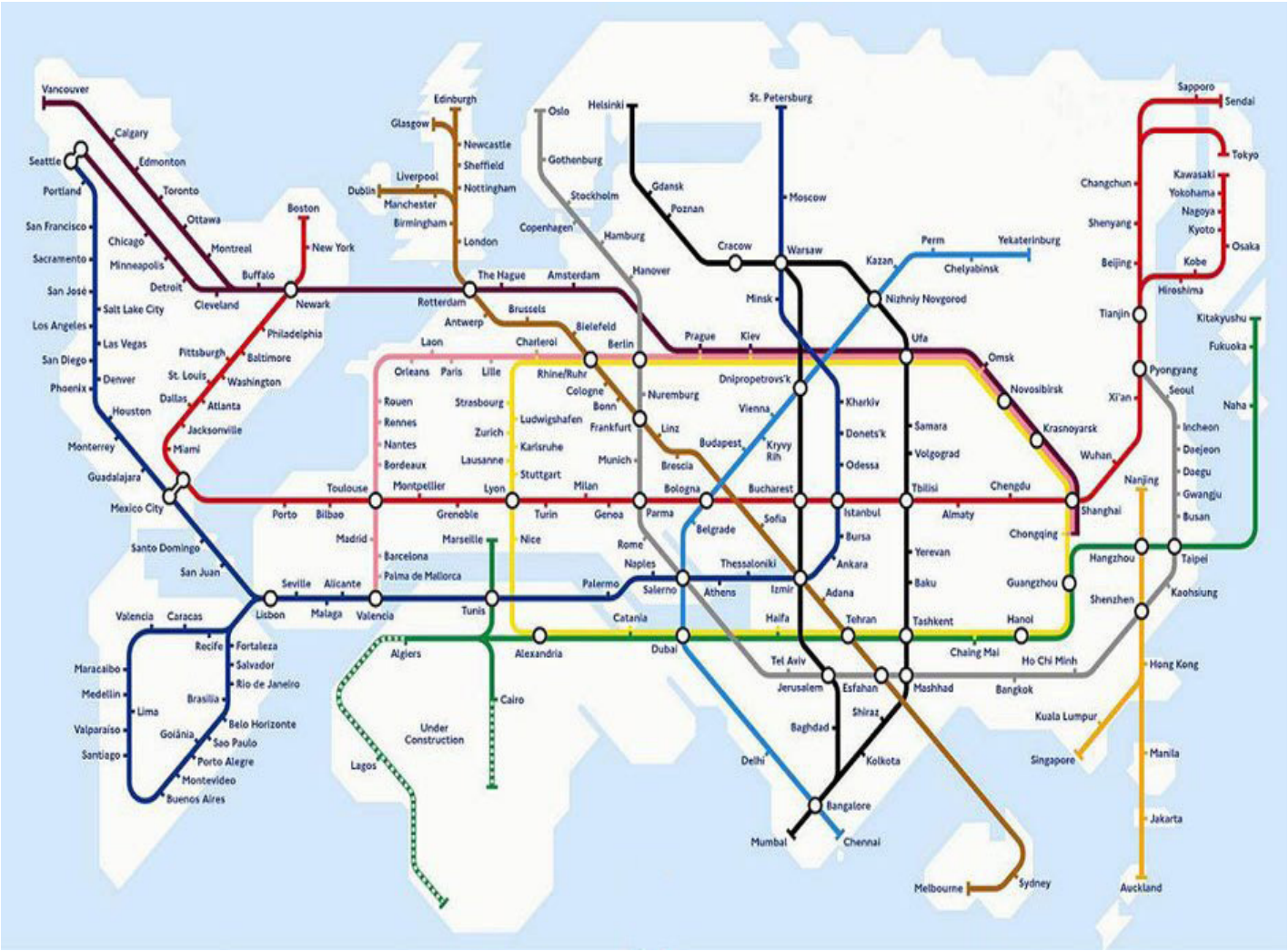




legenda:
espaços verdes público
espaço verde privado

Amoreiras **2032**

proposta de intervenção urbana



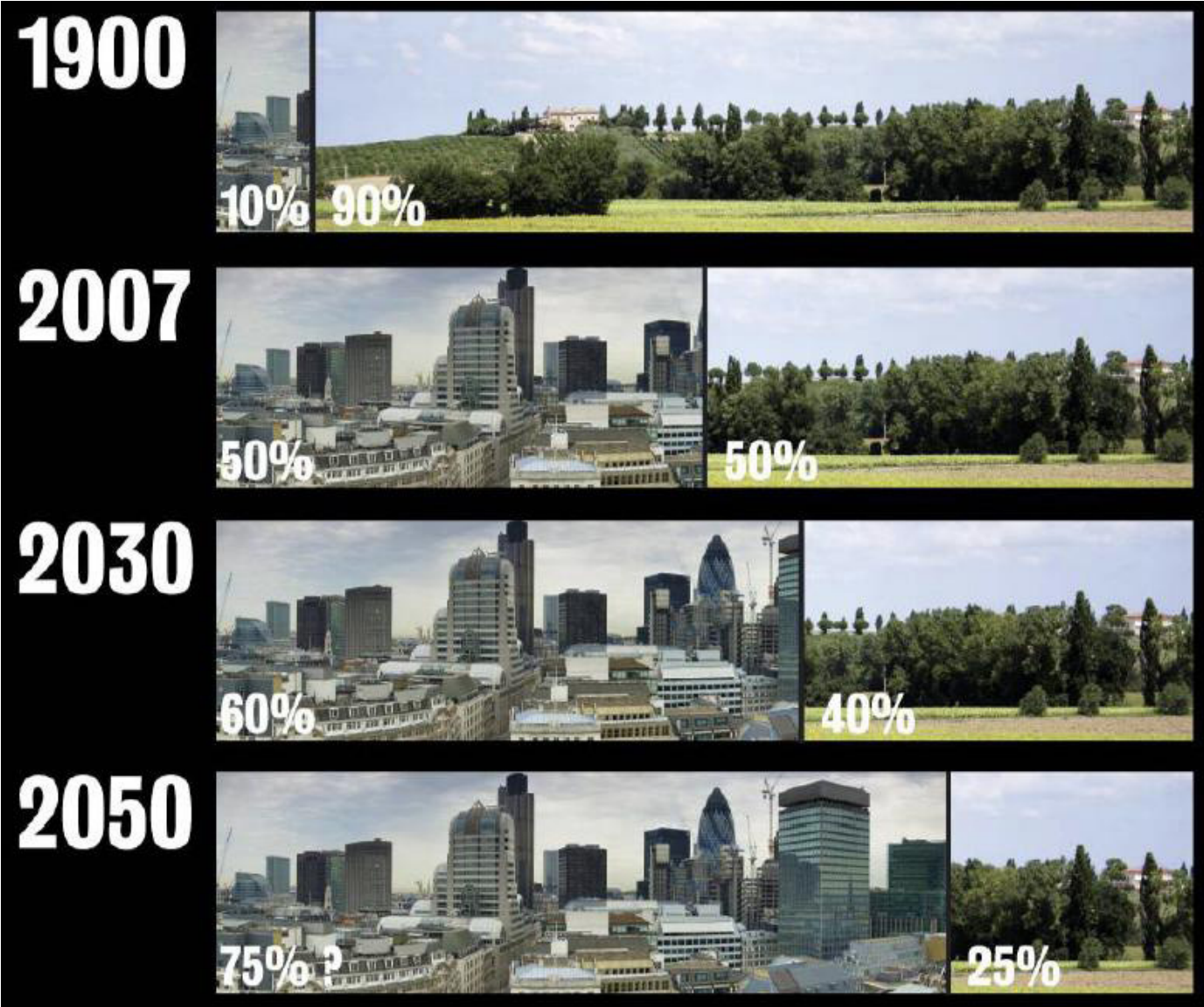
Perfil social

A evolução demográfica das cidades nos últimos 100 anos tem vindo a aumentar exponencialmente, impulsionada inicialmente pela revolução industrial, verificando-se que nos últimos dois séculos passaram de 100 milhões para biliões de habitantes. Deste modo, concluímos que a cidade dos próximos 20 anos siga a mesma tendência de evolução: tornando-se cada vez mais populosa; afirmando-se como centro de negócios; uma centralidade à escala mundial; localização dos polos de inovação; conhecimento, centro de emprego e partilha, acredita-se que a cidade será mais cosmopolita e a população urbana estará em constante substituição, fruto do fenómeno da globalização.

A cidade que se pretende é multifuncional, dinâmica e equilibrada. O objetivo é como diz Nuno Portas quando refere que Barcelona mesmo perdendo muitos habitantes continua sempre cheia e salienta, "cheia de "city users" , ou seja, pretende-se que a cidade seja utilizada pelo seu todo e que cada local possa oferecer programas diversificados, mantendo sempre a sua identidade.

Do ponto de vista social, a garantia de empregos vitalícios permitiu a aquisição de casa própria, bem como a constituição de famílias tradicionais. Garantias estas que nos transformaram numa sociedade sedentária de bens facilmente adquiridos.

Atualmente, a falta de emprego, a insegurança de preservar o mesmo, levam a que a nossa e as futuras gerações encarem a "crise" como uma oportunidade de criar novas soluções para a melhoria da qualidade de vida nas cidades. Posto isto, no futuro o homem será mais individualista, no sentido de em que viverá sozinho ou em agregados familiares mais pequenos e as famílias tradicionais serão cada vez mais escassas. Sendo portanto, um "nómada urbano", este não sentirá necessidade de se estabelecer apenas num local, sendo a mobilidade e o fenómeno da globalização numa realidade mais frequente.



A valorização do espaço urbano na cidade e consequente elevado preço do m², torna o espaço de habitação cada vez mais reduzido, respondendo às necessidades básicas dos seus moradores. Deste modo, o convívio e o lazer realizar-se-ão no espaço público, transformando-se este na extensão da habitação. Posto isto, pretende-se que a cidade não se resuma a um conjunto de espaços especializados mas sim um continuo de serviços comuns que a animam, mantendo a sua identidade e vivências, existindo continuidade entre o novo e o existente.

O espaço doméstico terá de ser compatível com outras atividades, tornando-se mais versátil, funcional e flexível, adaptando-se a qualquer circunstância das necessidades do seu quotidiano, a título de exemplo a atividade laboral.

A construção de raiz realizar-se-á com o intuito de melhorar funcionamento da cidade dos seus acessos e atravessamentos. Propiciando uma melhor utilização do espaço público e melhor aproveitamento de espaços sobrantes, bem como os vazios.

Entrevistador: *“Gostava de lhe propor um desafio, imagine que tem no seu estirador uma planta de Lisboa, sem nada, e agora pode fazer a sua Lisboa, aceita?”*

GRT: *Não, Lisboa tem que se fazer abrindo janelas, sobre a luz, que é abrir janelas sobre a cor.” (citação dos arquivos da RTP)(...)*

GRT: *“O homem de futuro que está a nascer por todo o lado, é um homem que vai juntar a cidade e o campo.” (citação dos arquivos da RTP)(...)*

GRT: *“(...) tenho que defender Portugal com a sua história, com a sua evolução, quando a evolução da sua paisagem que foi sempre a relação entre a cidade, o campo, e outra coisa muito importante, e o mar. Cidade, campo e mar, é a nossa história. A intervenção portanto de uma colectividade que vive numa orla que é Portugal, a orla da Europa em relação ao Atlântico consegue de facto jogar o seu futuro e jogar o futuro da humanidade com estas três ocorrências: o campo com todas as suas características, a cidade com todo o seu valor cultural e o mar com os seus recursos e como área de transmissão de ideias para fora.” (citação 5 para meia noite)*

As premissas defendidas por Gonçalo Ribeiro Telles na valorização da cidade, do campo e do mar, que foram importantes para a criação da história de Portugal, e reforçam a necessidade de preservação dos mesmos para o bem estar da humanidade. De certa forma, estas ideias defendidas por Ribeiro Telles são tomados em consideração na nossa proposta para a Colina das Amoreiras.

Trazemos os turistas, e não só, que se encontram na zona central da baixa, oferecendo um percurso turístico, iniciando no Cais do Sodré, prolongando-se até ao Alto das Amoreiras, proporcionado pela reativação da linha do elétrico, tendo como ponto partida e de chegada, e até mesmo na descida na Rua do Alecrim, uma forte relação com o rio.

O campo para nós é encarado com o verde do Parque Natural de Monsanto,

que resulta do enfiamento da Avenida Engenheiro Duarte Pacheco, refletindo-se nesta mesma e estendendo-se para norte, dando origem ao Parque Urbano do Terreno da Artilharia 1.

O agrupar destas três ocorrências valoriza este território das Amoreiras garantindo a melhoria das condições sócio-espaciais, assegurando o bem estar dos seus utentes.

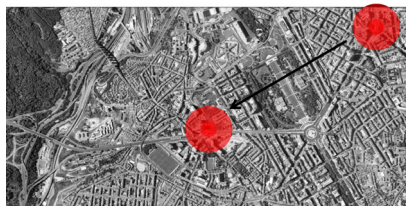


Proposta de grupo

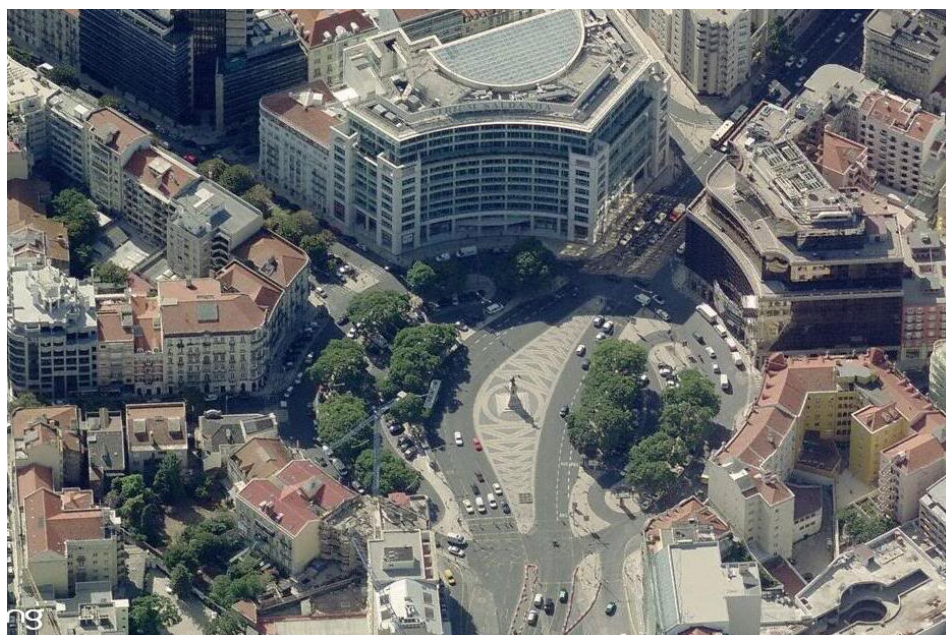
O ponto mais alto da cidade de Lisboa, a Colina das Amoreiras, é uma das centralidades da capital, na qual agrupa uma série de serviços e comércio, juntamente com habitação.

Pretende-se intensificar esta zona de trabalho no sentido de valorizar as relações humanas, melhorando o espaço público, transformando-o num local de convergência para uma qualidade sócio-espacial.

Um dos nós na zona de intervenção resultantes entre a Avenida Engenheiro Duarte Pacheco e a Avenida Conselheiro Fernando de Sousa, acaba por ser o ponto fulcral da nossa proposta, transformando-o numa praça, procurando para este sítio, a referência da vivência que existe nestas proximidades, que é o Saldanha.



img. relação entre amoreiras e saldanha



praça do saldanha

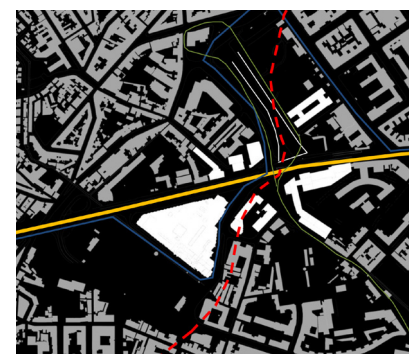
proposta urbana
cidade campo e mar

Atualmente, a primeira avenida, funciona como uma ruptura entre a zona norte com a zona sul e pretende-se fazer a unificação das mesmas, de modo a facilitar a circulação pedonal. Para tal, o trânsito existente na Avenida Engenheiro Duarte Pacheco, é estruturado de modo a criar permeabilidade, sendo desviado em torno do terreno da Artilharia 1 e pelas Amoreiras, permitindo apenas que circule os transportes públicos.

Neste centro destas avenidas irá convergir uma série de redes de vias de comunicação, localizado à sul no terreno da Artilharia 1 um interface, agrupando os autocarros, o metro e a reativação da linha de elétrico. O primeiro, irá considerar as carreiras pré existentes; o segundo, será linha vermelha que irá circular nesta zona, permitindo uma ligação com o aeroporto, reforçando a ideia de globalização, e vem favorecer este núcleo empresarial; e por último, o terceiro que pretende fazer a ligação entre o Cais do Sodré, Amoreiras, podendo abranger uma outra população, que vem da Margem Sul, e por sua vez estender o percurso do turista, a uma outra realidade da



proposta de alteração do tráfego automóvel



transportes
metro
elétrico
autocarros
circulação automóvel



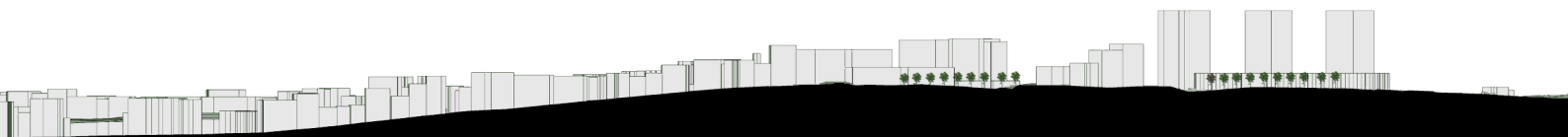
monsanto vem contaminar as amoreiras

cidade, passando por elementos emblemáticos e histórico (Cais do Sodré, Largo Camões, Miradouro São Pedro de Alcântara, Príncipe Real, Ruas das Amoreiras, e Amoreiras).

A Avenida Engenheiro Duarte Pacheco a nascente proporciona de um enfiamento para o Parque Natural de Monsanto, que virá contaminar a nossa proposta, que terá início nesta avenida, tendo uma zona relvada e outra arborizada, que depois se estenderá para norte para o terreno da Artilharia 1 resultando num Parque Urbano. A organização espacial do terreno resulta dos enfiamentos das ruas pré existentes, dando origem aos percursos. Estes por sua vez se encontram a cota do terreno e são limitados lateralmente por taludes, e de certo modo, trazendo a lembrança, das funções militares que este terreno teve em tempos.



relação visual com Monsanto



A nascente do terreno da Artilharia 1, encontra-se o interface que se desenvolve na horizontal sendo perfurada para dar acesso ao jardim e o acesso ao metro. Nesta peça, no seu limite a sul, é rematada por uma torre, que vem a fechar a verticalidade desta praça.

A ideia de unificação deste território, e a importância da permeabilidade, acabou por resultar num pavimento único, de modo a responder a estas premissas. Será utilizado o basalto nas estradas, mas concretamente o paralelo, e nos passeios o micro cubo, que depois este irá se desmaterializar e fundir com a pedra calcária dos passeios pré existentes. O calcário também será utilizado, sendo aplicado para diferenciar o que é via e passeio, funcionando como linha e fazendo a separação entre os dois. É de referir que todo este pavimento trabalhará toda a mesma cota, não fazendo a distinção, neste aspecto, o que é estrada e o que é passeio.

Pretende-se com isto, que esta nova estratégia venha reforçar uma melhoria do espaço público, de modo a ser habitado por todos, sobretudo para uma realidade em que a intensificação da atividade laboral, vai ser muito presente, e o espaço da cidade ganhará um papel muito importante no que se refere ao lazer e a socialização.





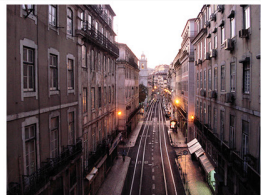
amoreiras shopping
amoreiras shopping



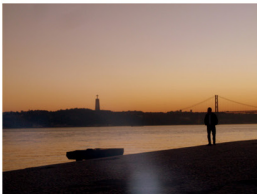
convento das trinas do rato
real fábrica das sedas



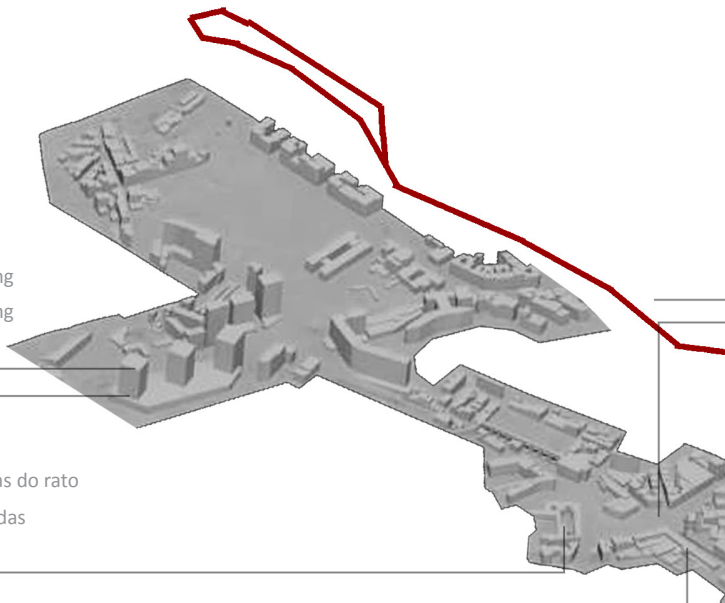
jardim do príncipe real
largo de camões



rua de são paulo
praça duque da terceira(cais do sodré)



cais do sodré - cacilhas
cais do sodré - ponte 25 abril



proposta de reativação da linha do elétrico

jardim das amoreiras
largo do rato



procuradoria geral da república



museu nacional da
história e da ciência



palácio ribeiro da cunha



miradouro são pedro
de alcantara



igreja de
são roque

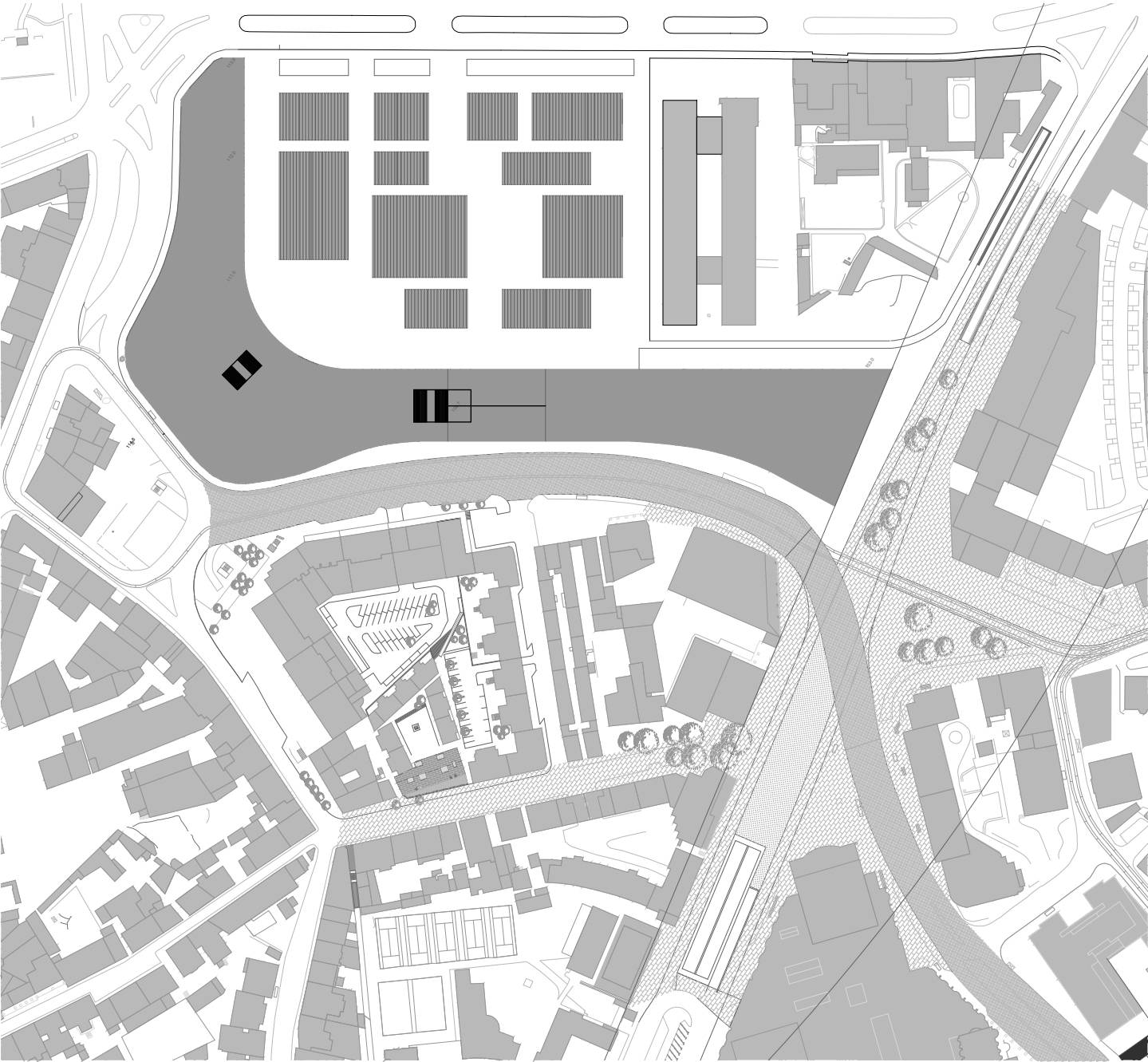


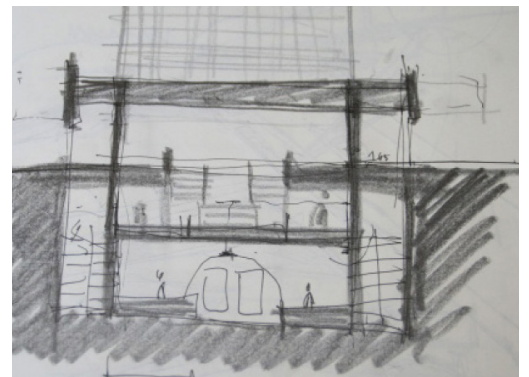
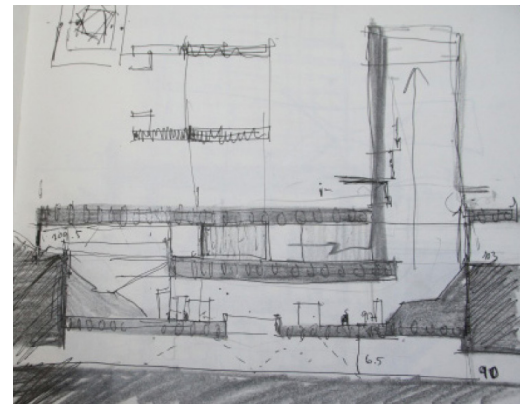
igreja do
loreto e igreja
de n.senhora
encarnação



terraços de Bragança

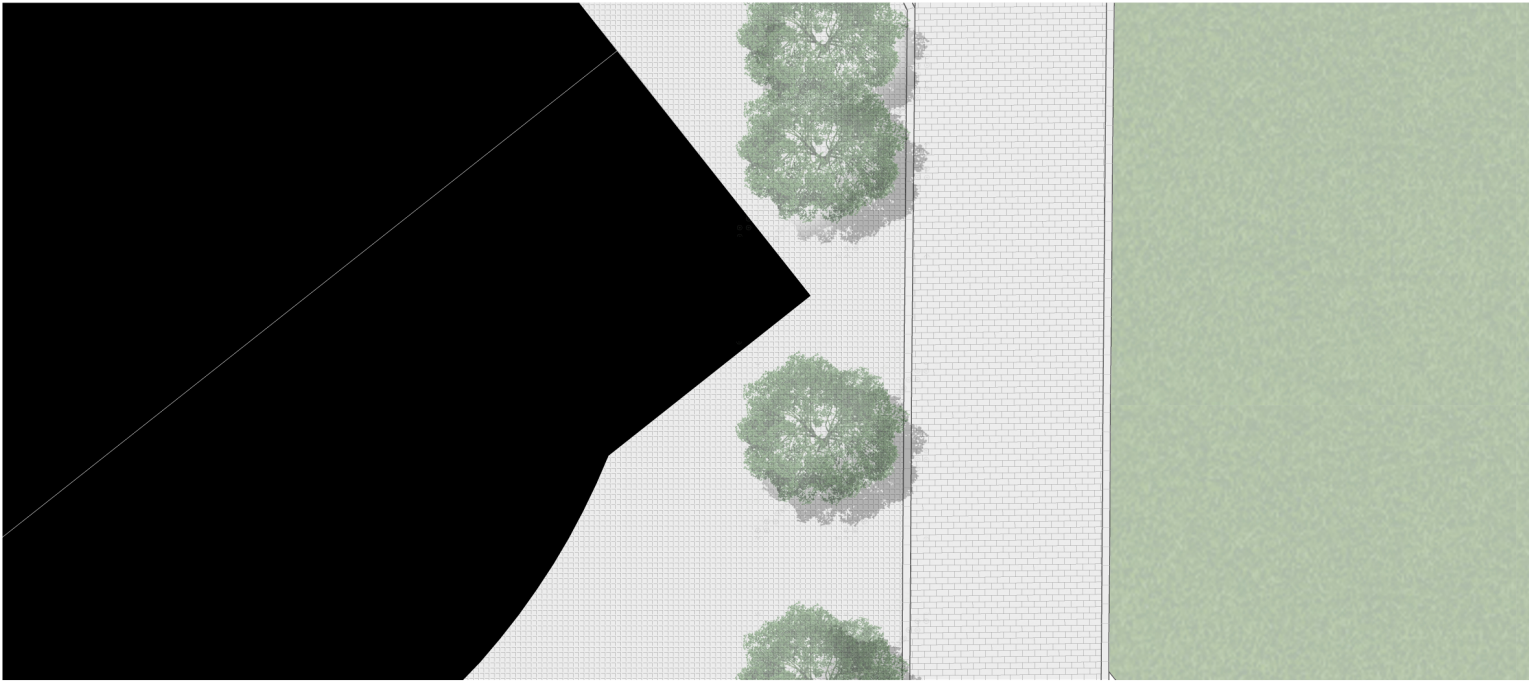


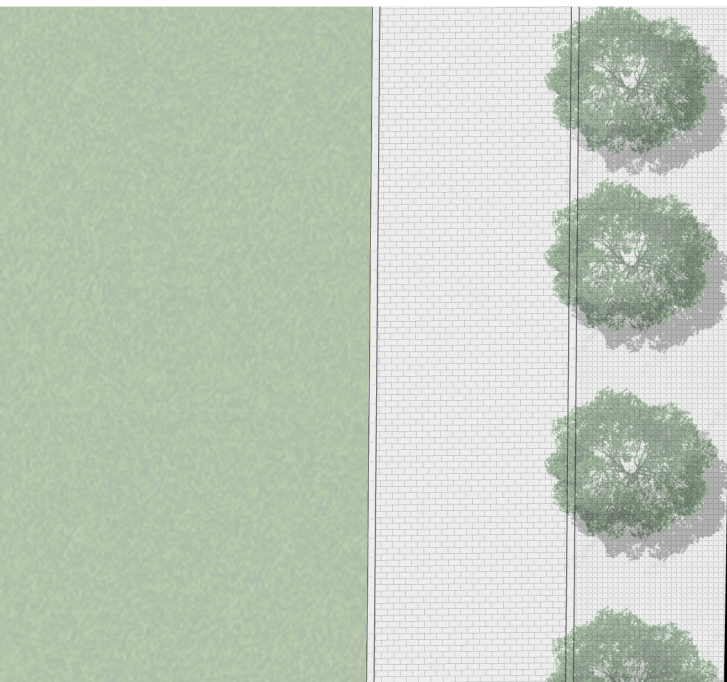








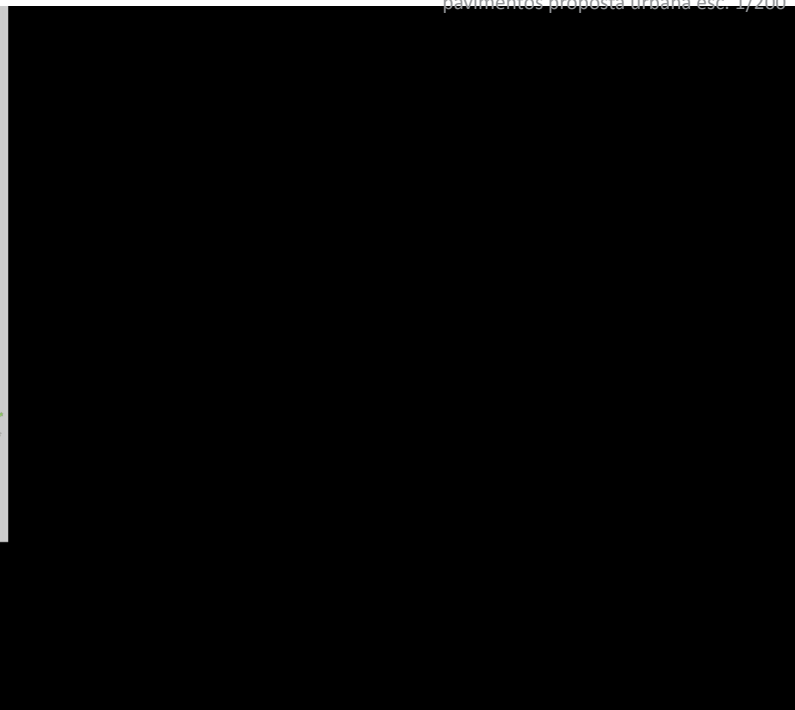


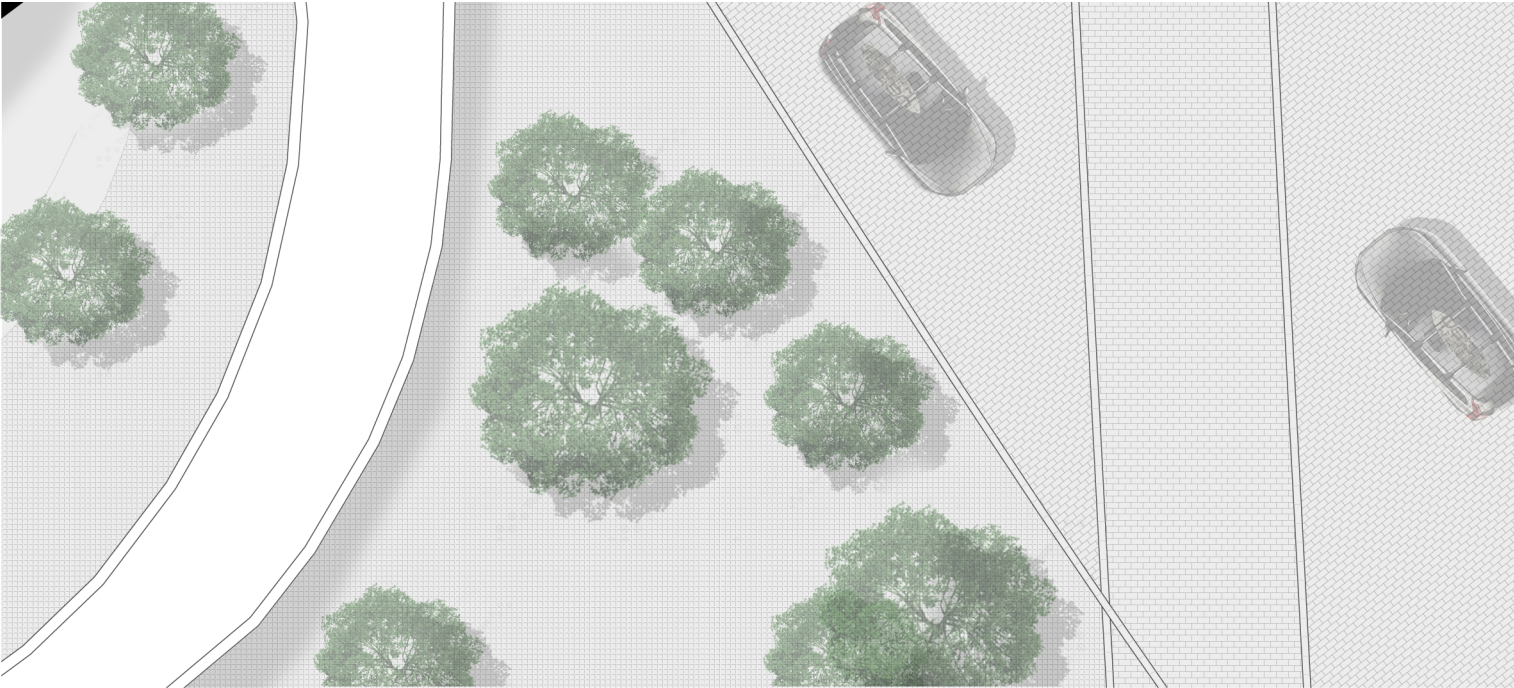


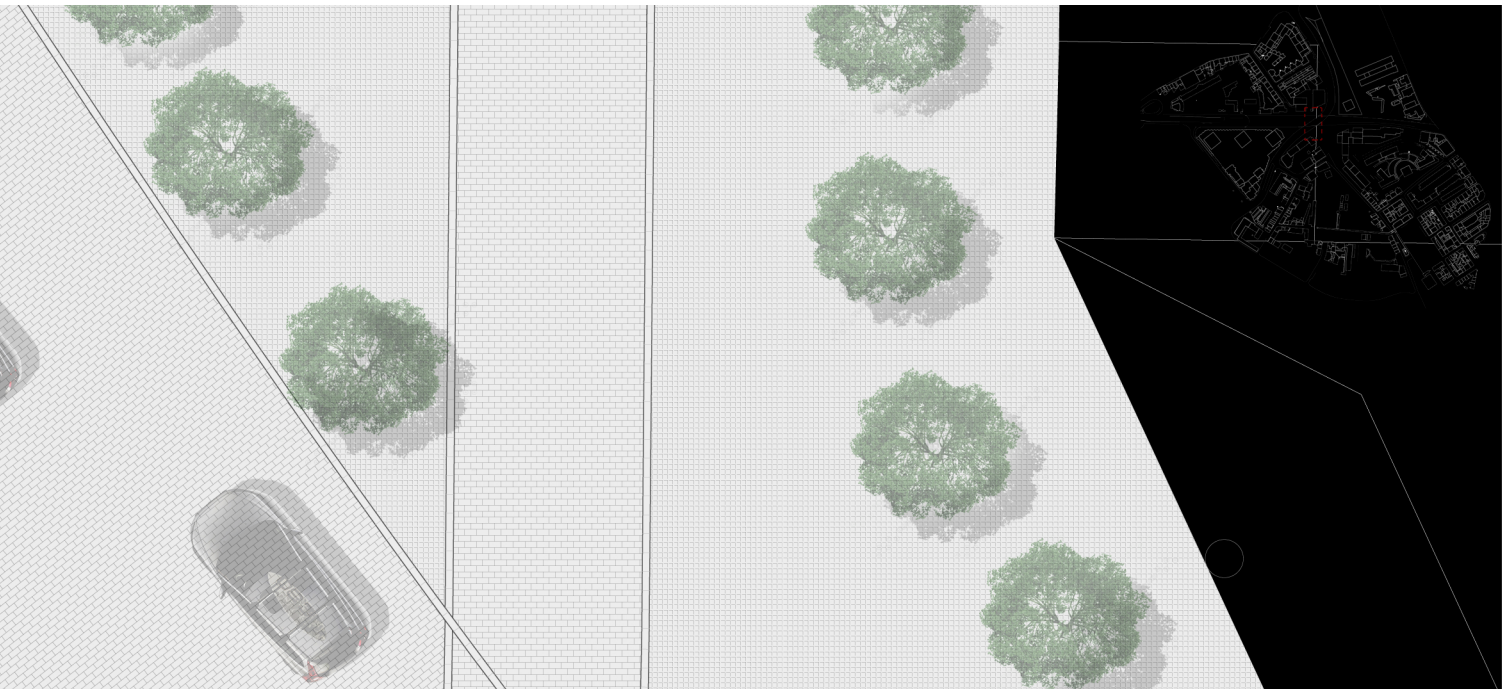
Proposta de intervenção urbana



pavimentos proposta urbana esc. 1/200



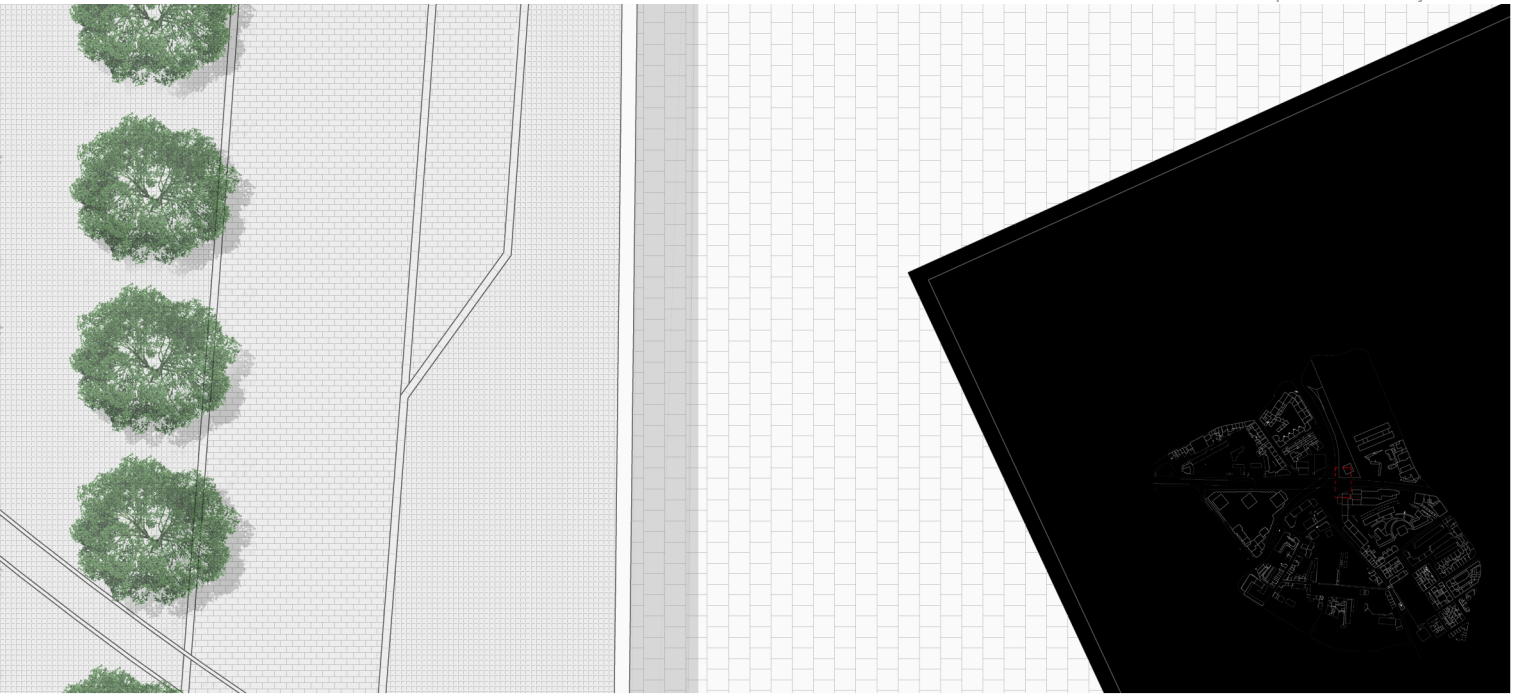




ntos pro
C

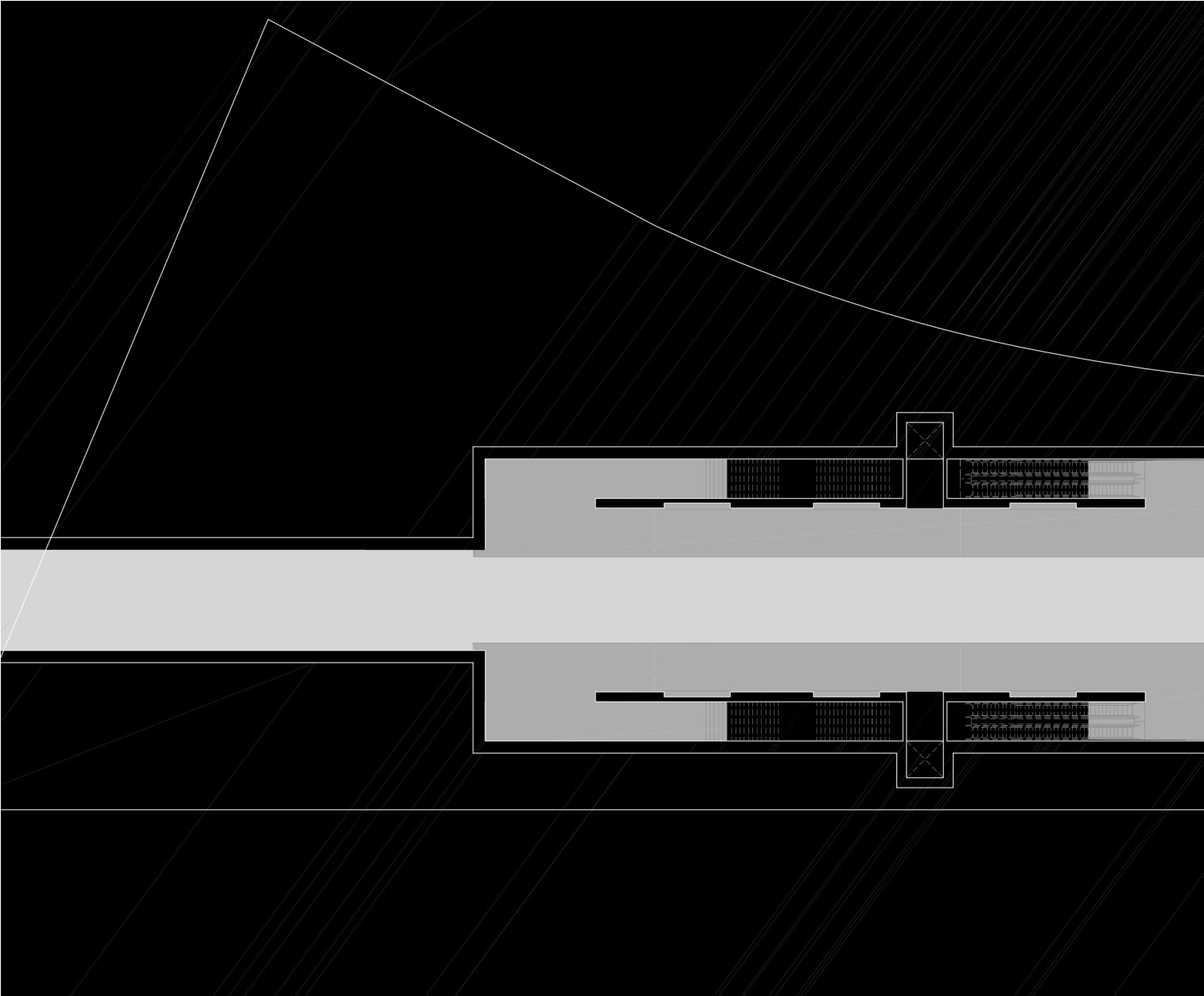


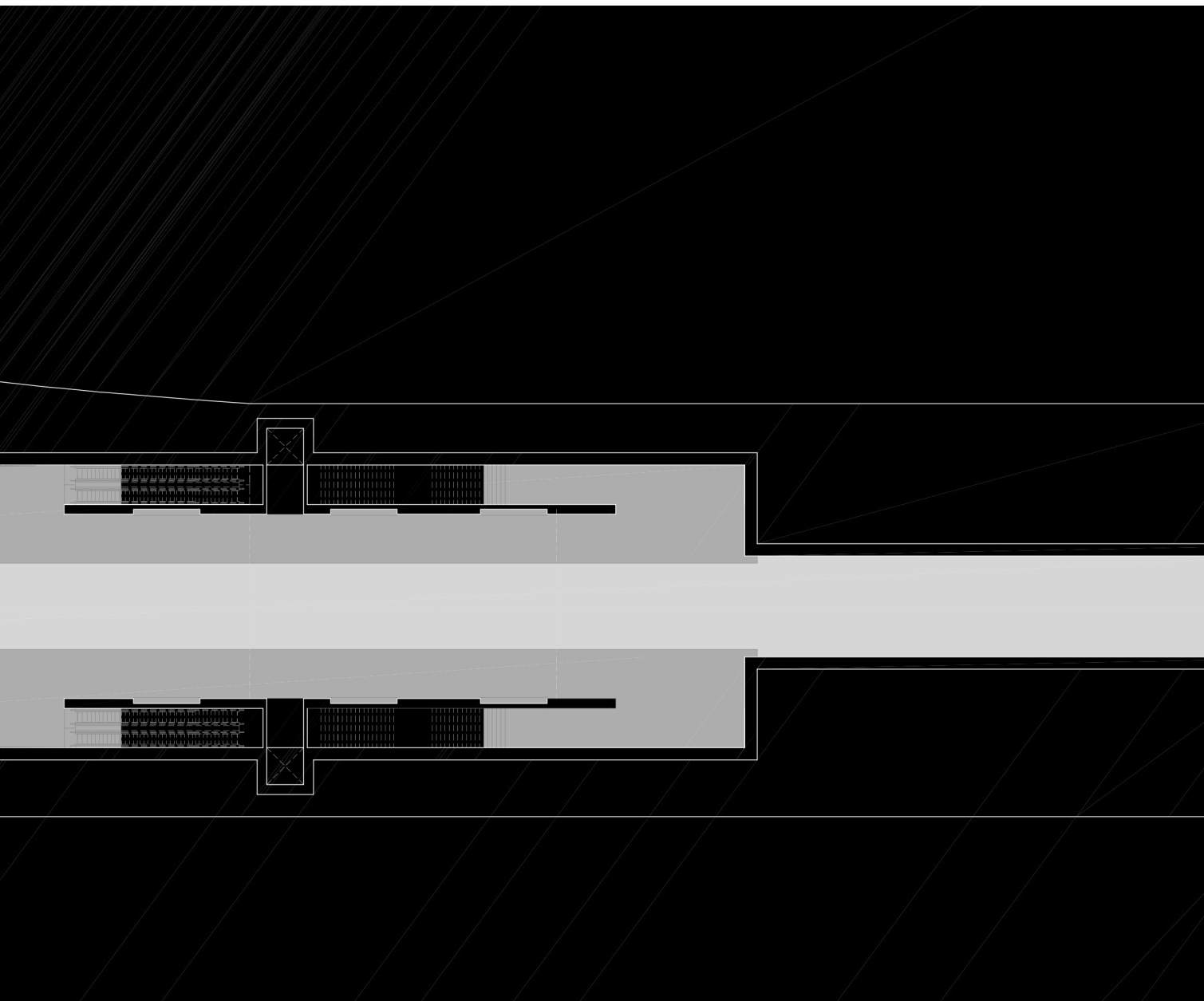


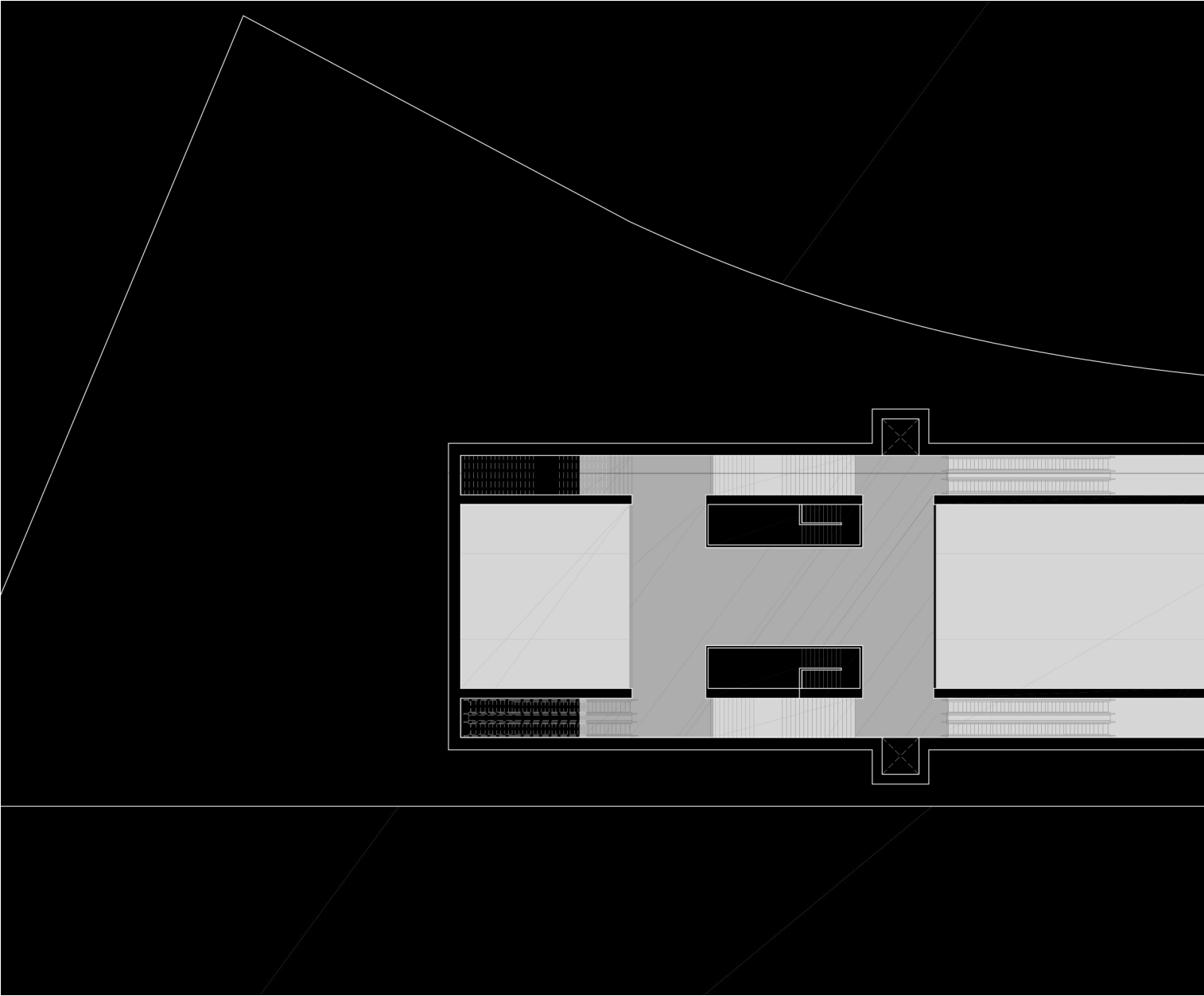


Pavimentos proposta urbana esc. 1:200

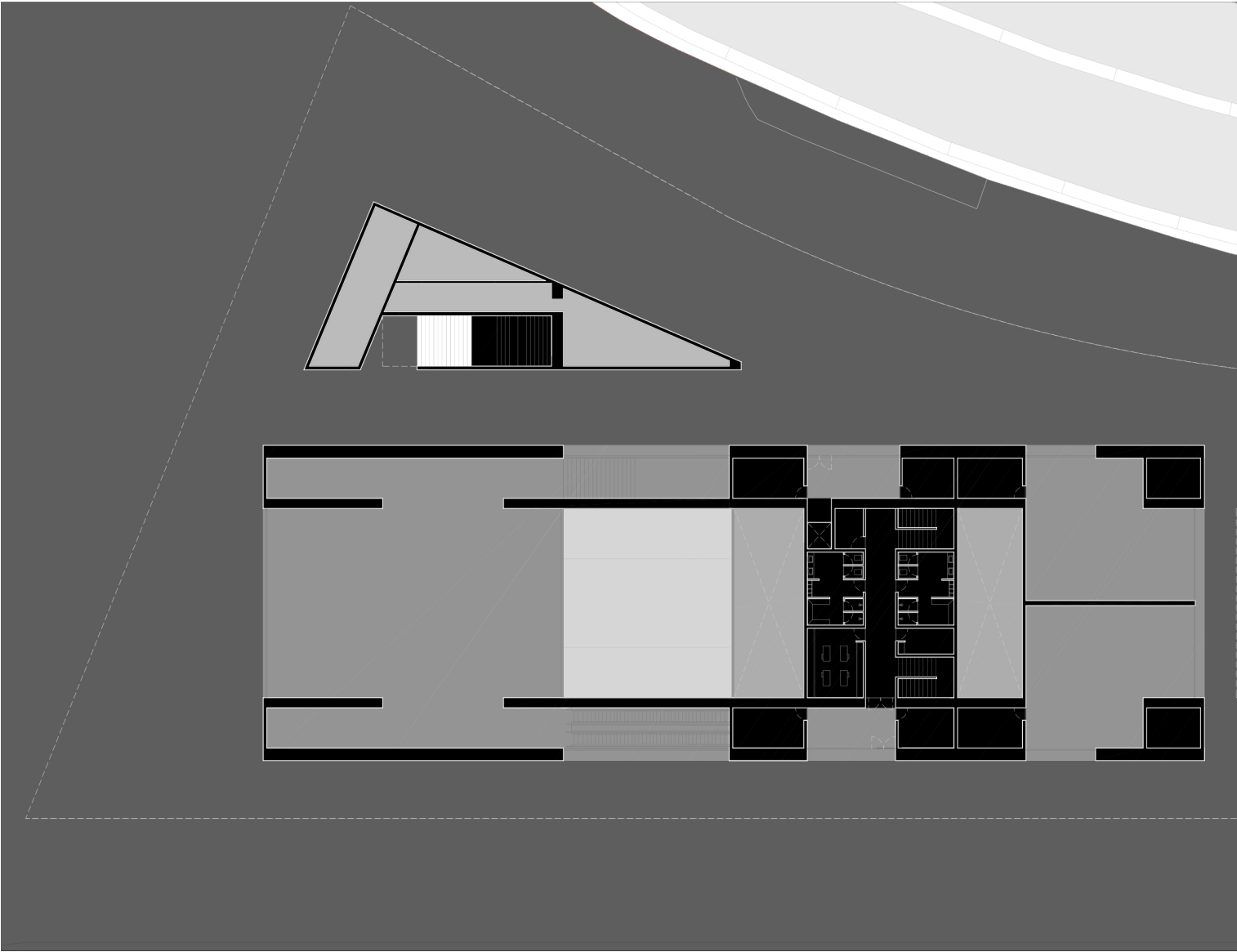


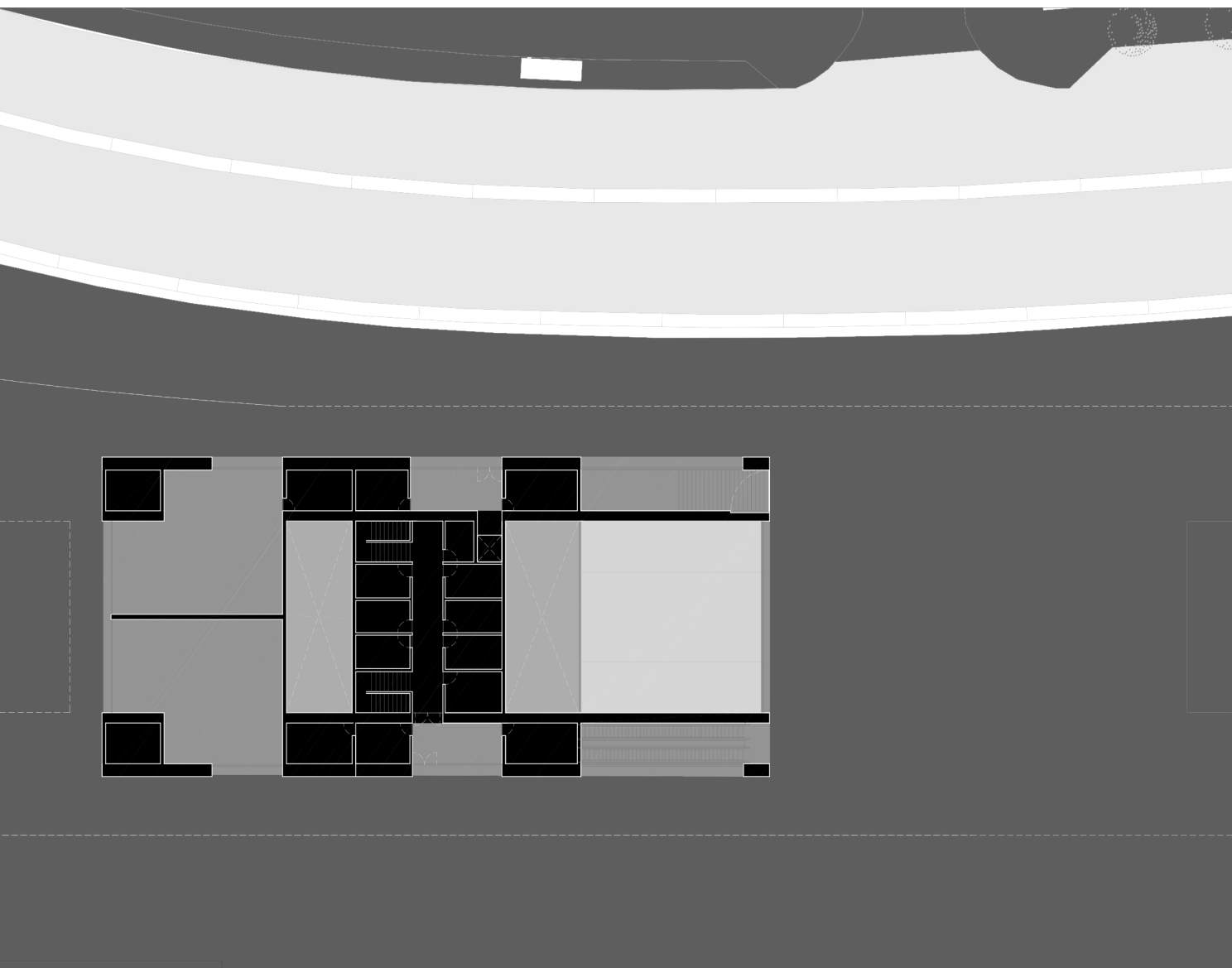


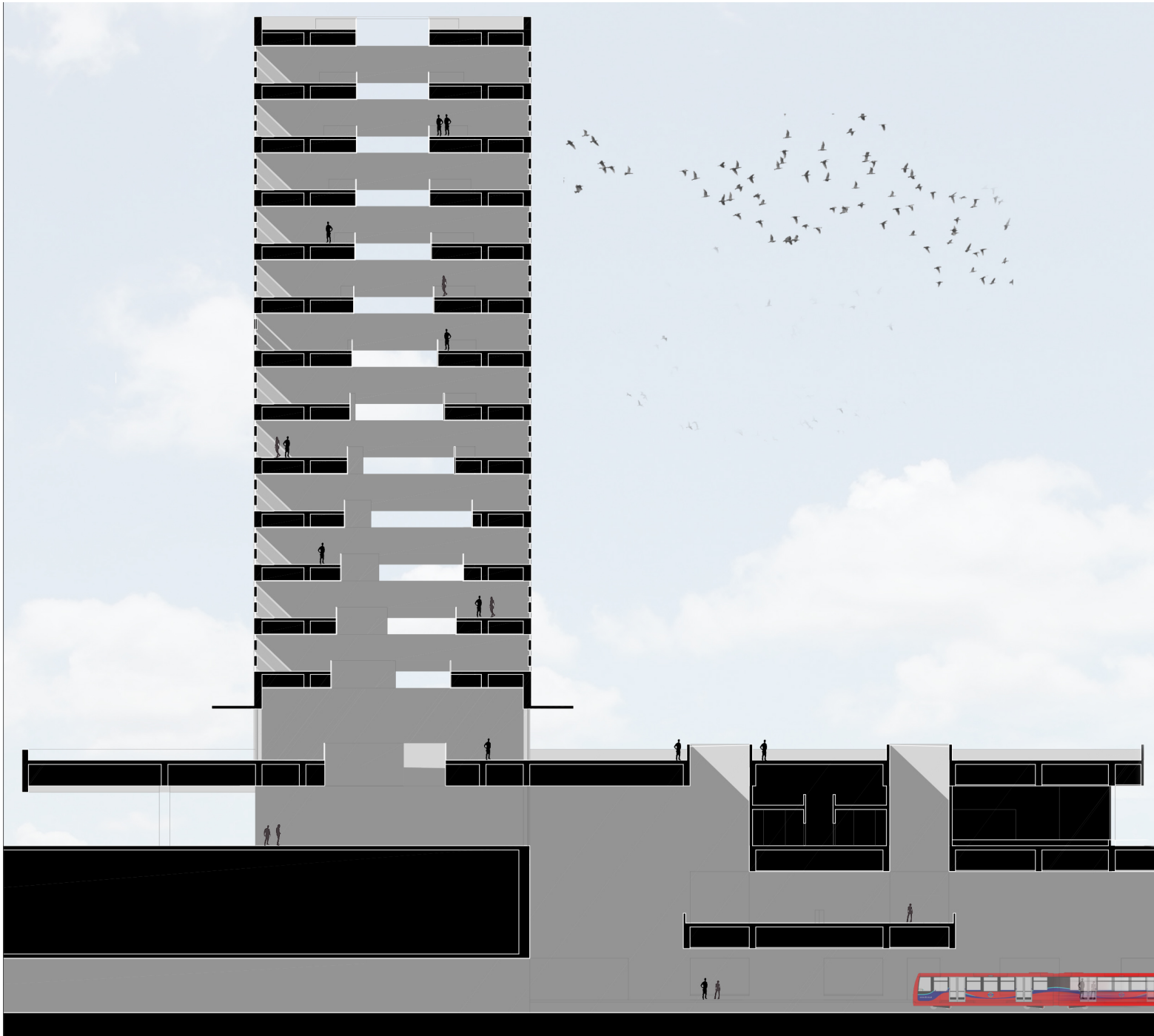




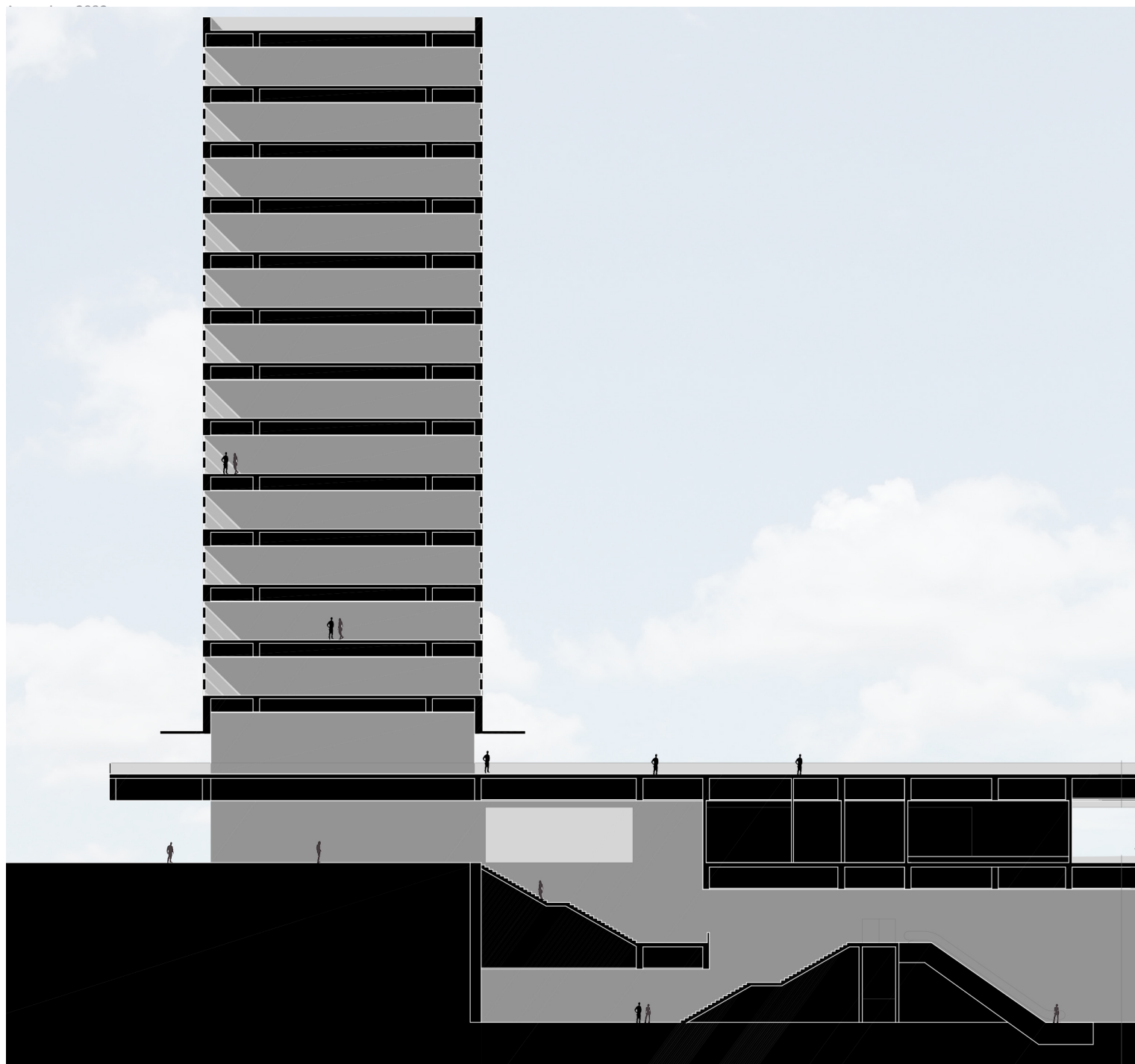


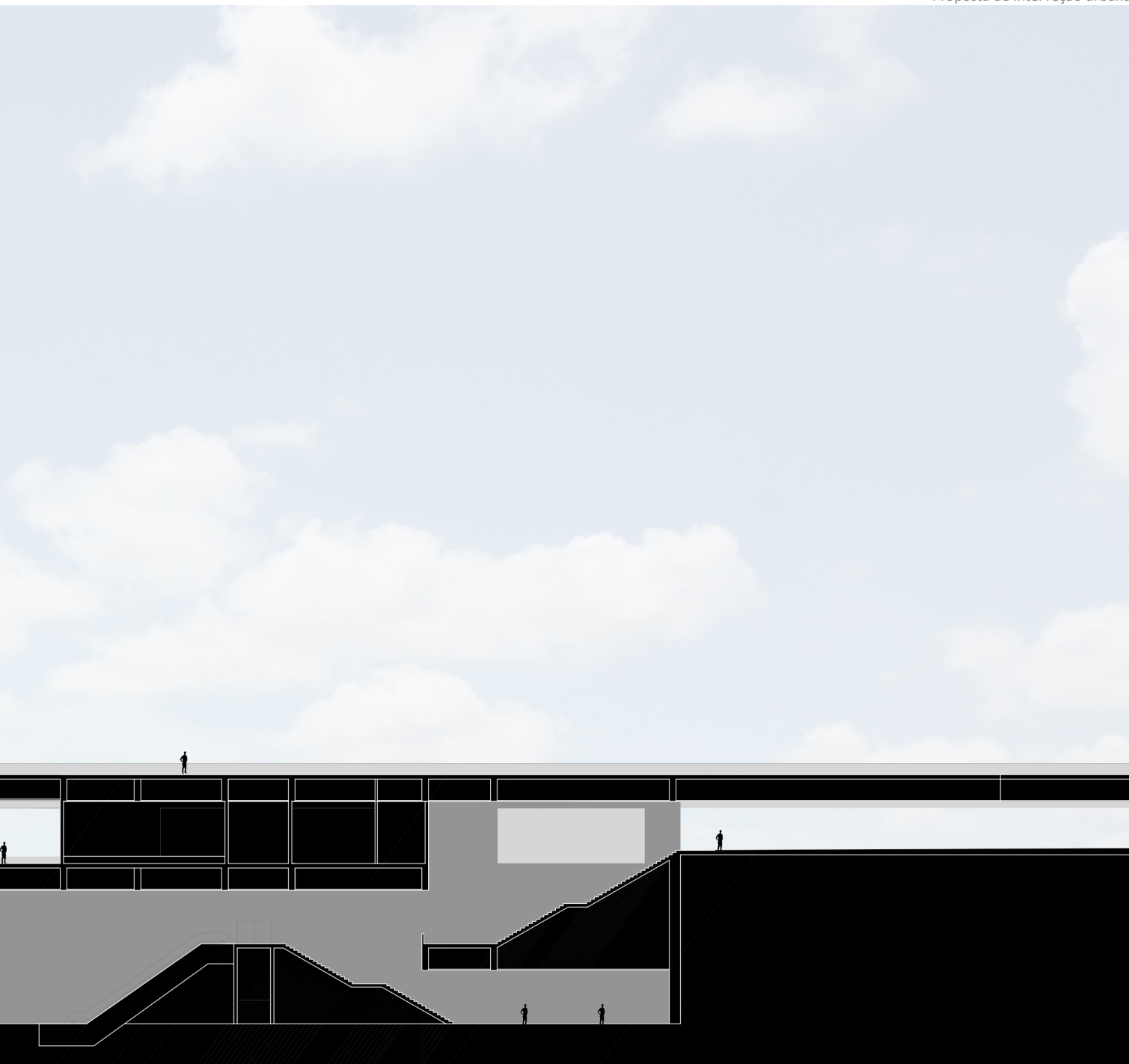




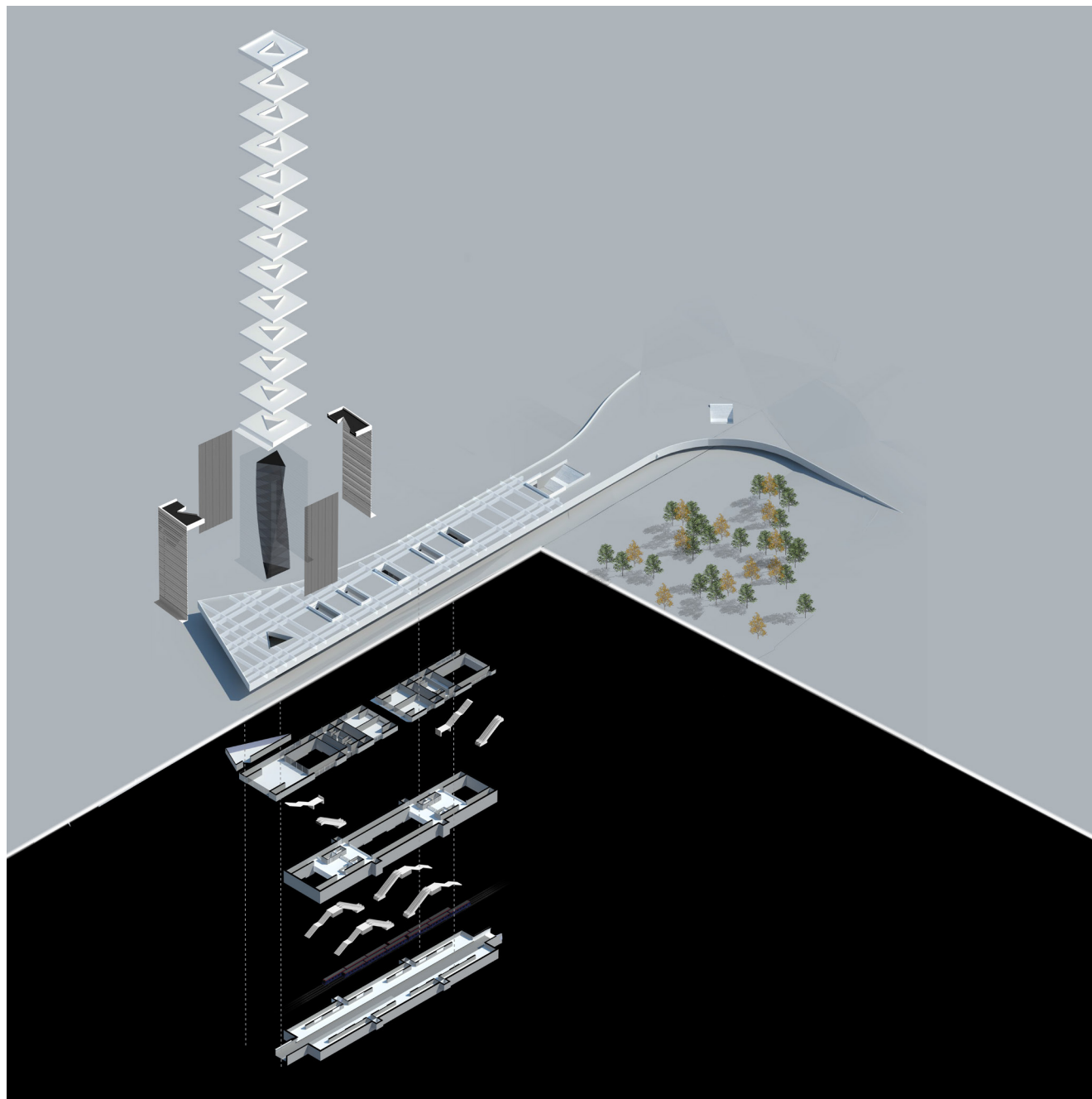










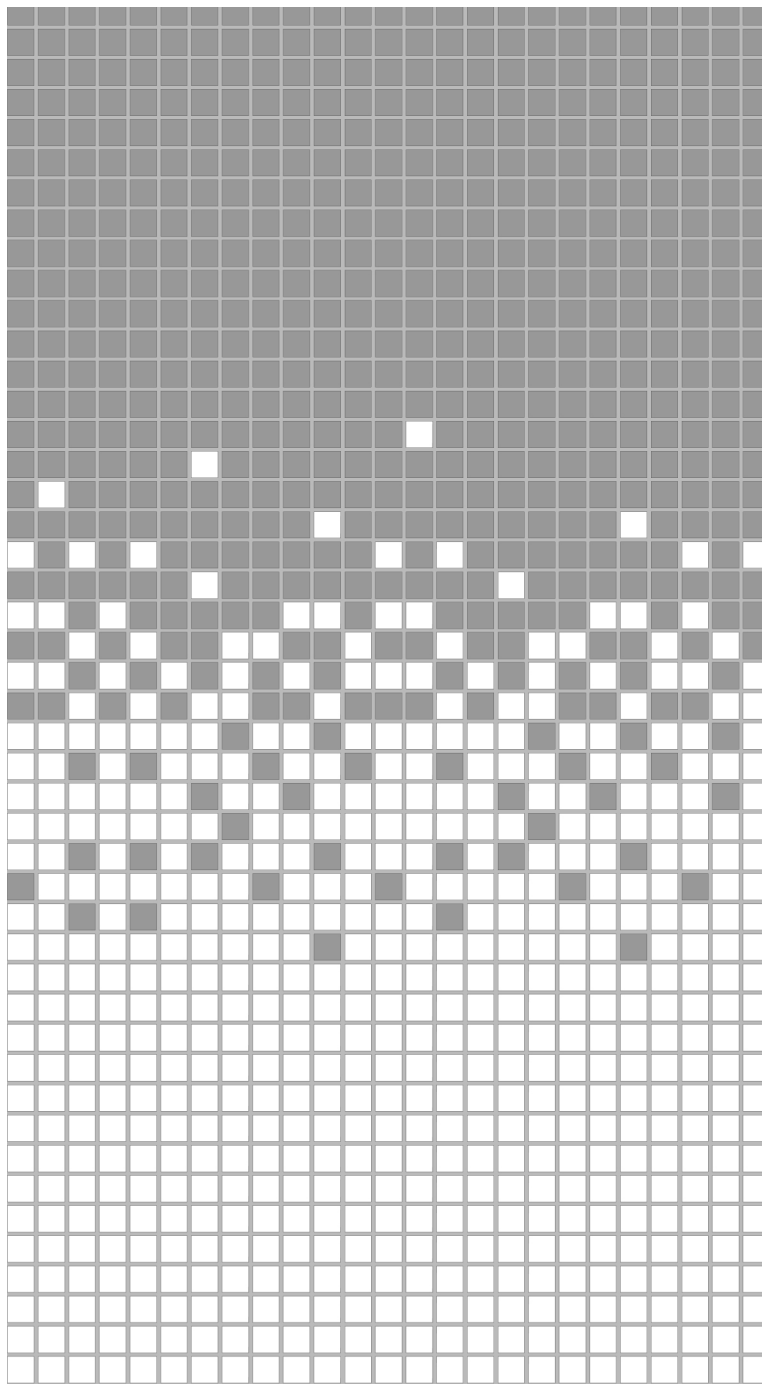


pavimento proposto(micro cubos de Basalto)



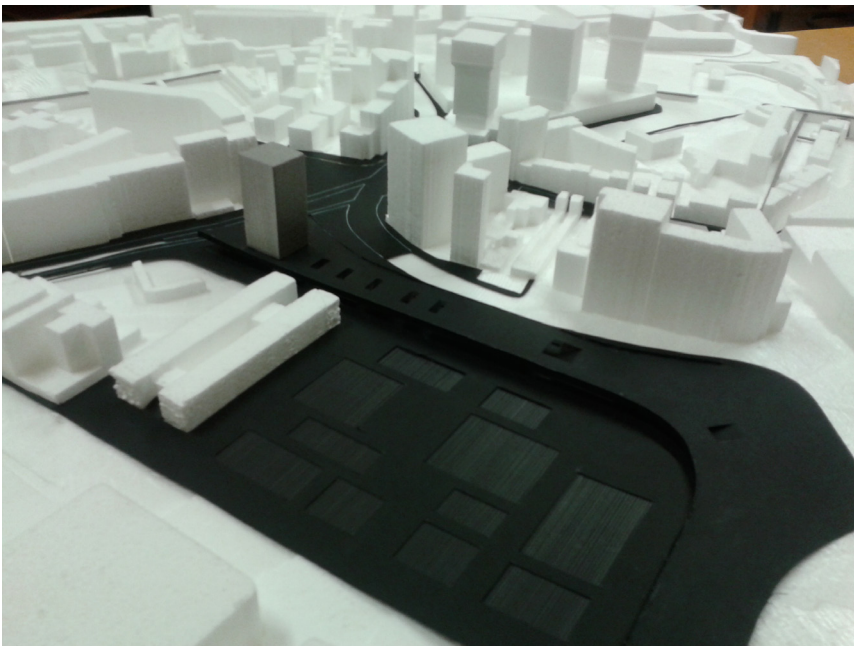
pavimento existente(miicro cubos de calcário)





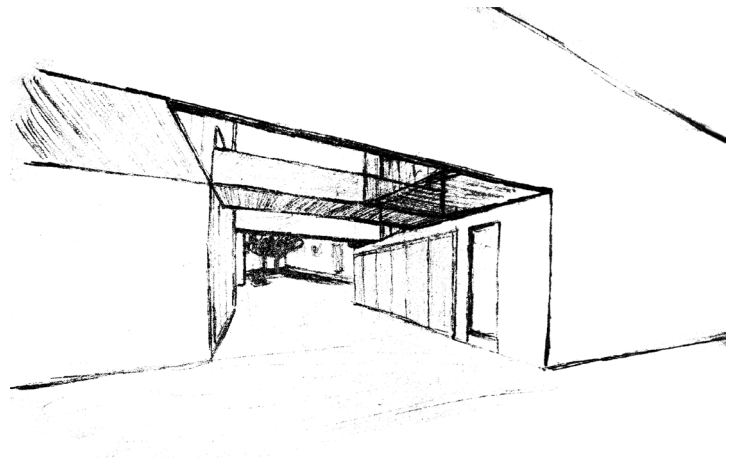
Pretende-se que o pavimento porposto se funda com o existente através de uma desmaterialização , integrando assim o pavimento proposto em basalto, ao existente no resto da cidade em calcário.

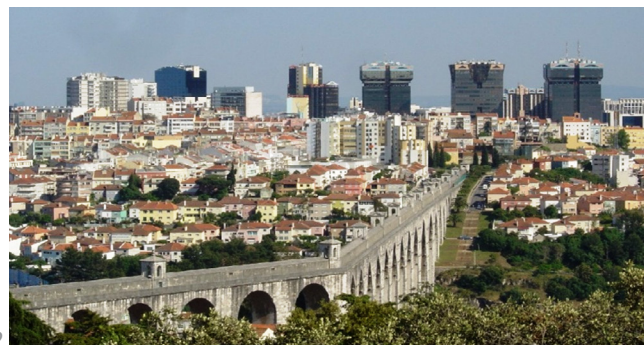




Habitar Amoreiras **2032**

4 Habitações





Localizado em Lisboa, no eixo entre o Largo do Rato e a colina das Amoreiras, o exercício de 4 habitações para as Amoreiras, pressupõe o estabelecimento de relações entre a macro e a micro escala, análise estratégica do território e intervenção detalhada, respetivamente. A proposta deveria ser realizada, como resposta tipológica ao universo social definido em grupo, e as habitações deveriam ser desenvolvidas em estreita ligação com a sua envolvente próxima, estabelecendo-se um discurso entre proposta habitacional e o trecho urbano que a suporta.

O espaço de intervenção foi subdividido em oito trechos distribuídos pelos elementos do grupo; a zona dois (zona de intervenção) é delimitada pelas ruas: Professor Sousa da Câmara, Campolide e Avenidas Engenheiro Duarte Pacheco e Conselheiro Fernando de Sousa.

- 1 - Vista aérea com delimitação da área de intervenção e realce da zona dois
- 2 - Vista Monsanto - Amoreiras

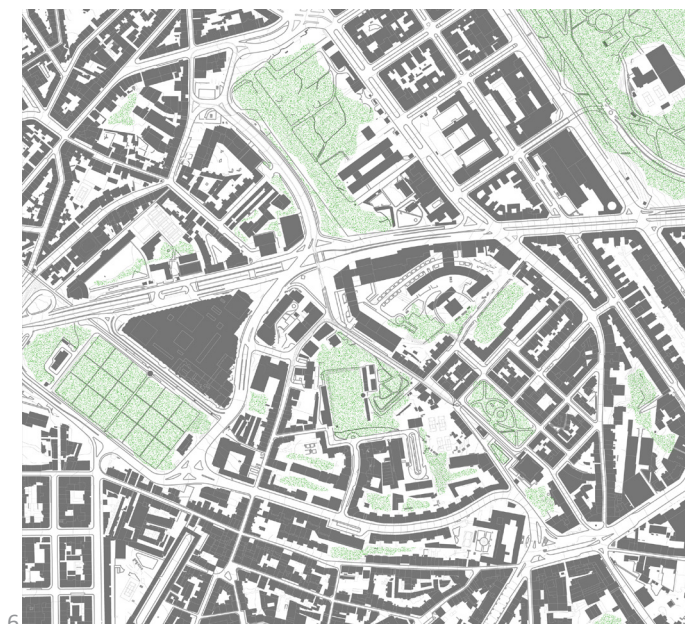


3



4

A análise ao local permitiu-nos perceber como este se foi estruturando ao longo dos tempos. Localizado num plano exterior a cidade propriamente dita, até a segunda metade do século XVIII, aquando do plano para o bairro das Águas Livres, realizado após o terremoto de 1755. Este caracterizava-se como espaço de quintas, em consonância com os restantes limites da cidade. Posteriormente, com o plano de transformação das Amoreiras em centro de negócios de Lisboa, na década de 80, ocorre uma profunda alteração na malha urbana, destacam-se a implantação de novos eixos rodoviários, bem como, a ampliação dos programas de comércio e serviços, hotelaria e habitação. Com o investimento na área oriental da cidade, Expo 98, e consequente retirada de protagonismo do tecido urbano das Amoreiras, este caracteriza-se pela grande diferença de escalas do edificado, com grande altimetria nos edifícios limítrofes, aos grandes eixos viários e uma escala mais reduzida na restante malha urbana.



Cartografia

3 - 1807 por Duarte Fava

4 - 1856/58 por Filipe Folque

5 - 1911 por Silva Pinto

6 - Planta atual

7 - Maquete representativa da zona de intervenção, realizada em grupo.

8 - Planta atual

Legenda

- Rua Professor Sousa da Câmara, Rua
- Campolide,
- Rua Aviador Plácido de Abreu,
- Av. Conselheiro Fernando de Sousa
- Palácio Laguar
- Vila Romão da Silva



- 9 - Vista de frente de rua da Vila Romão da Silva
- 10 - Pátio da vila
- 11 - Perfil atual da rua Prof. Sousa da Câmara

Neste contexto, o espaço selecionado para implantação do projeto localiza-se no quarteirão limitado pelas ruas: Professor Sousa da Câmara, Campolide, Aviador Plácido de Abreu e avenida Conselheiro Fernando de Sousa, no qual se inserem o Palácio Laguar, referenciado como património municipal, e a Vila Romão da Silva que é caracterizada pelo cuidado no seu desenho, tal como é explicitado por Pereira¹. Embora este tipo de habitação (Vilas) indicie um perfil social mais baixo e com fins lucrativos máximos, pressupondo um total aproveitamento do espaço disponível, em raras exceções, o cuidado no desenho e a atenção nos pormenores demonstra alguns exemplos de uma pequena burguesia, caracterizando-se esta também, por um amplo pátio central de acesso às habitações. O restante quarteirão apresenta uma grande percentagem de espaço livre utilizado como estacionamento.

¹ PEREIRA, Nuno Teotónio (1993) - *Pátios e Vilas de Lisboa, 1870/1930 – A promoção privada do alojamento operário*. Lisboa.



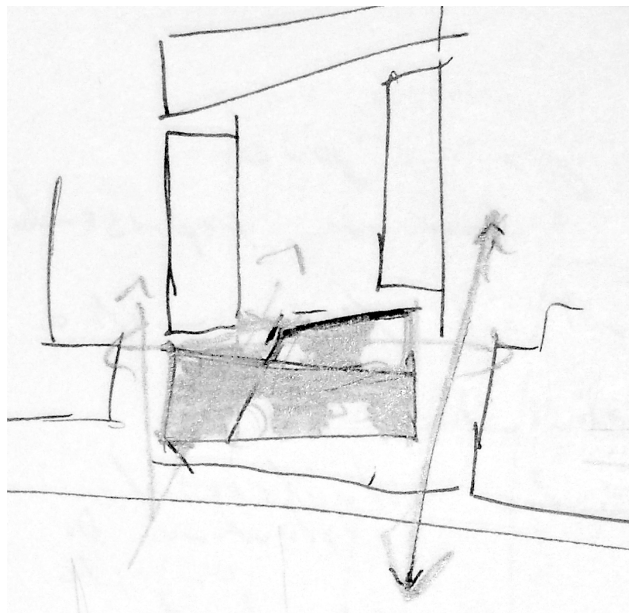
9



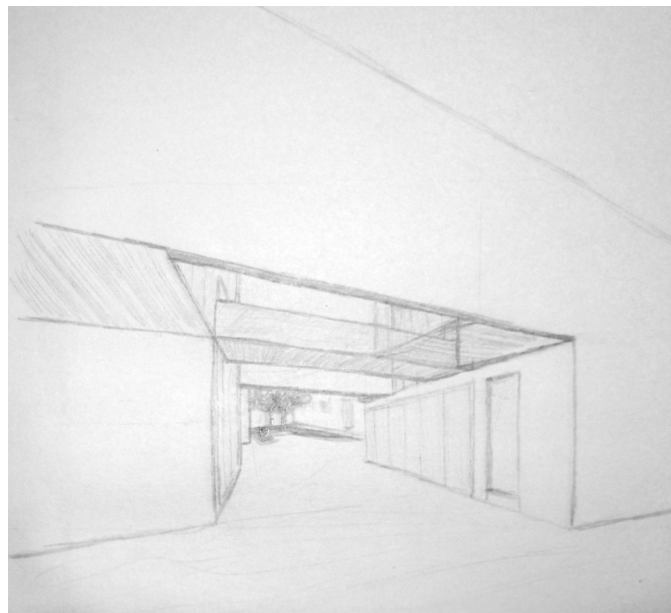
10



11

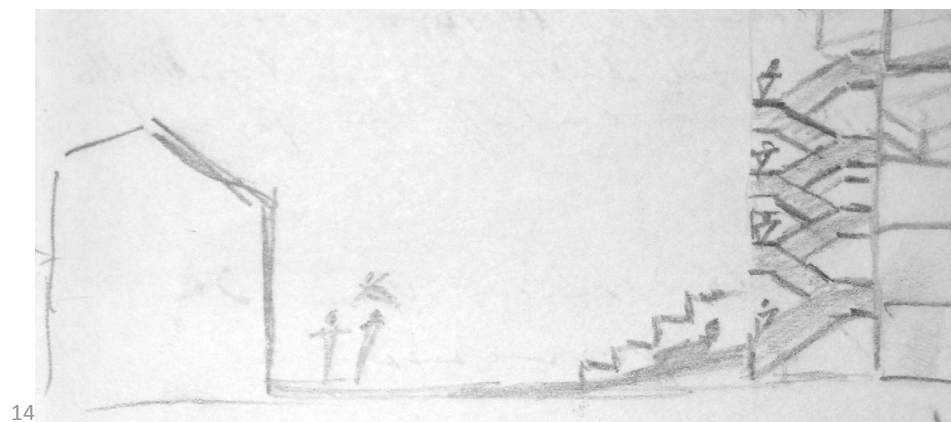


12



13

12 - Esquema de atravessamentos
13 - Passagem para o interior do pátio
14 - Esquema de apresentação de artes performativas com utilização das escadas.



14

A proposta a implantar no edifício frente da Vila, com a rua Prof. Sousa da Câmara pretende, e interpretando o núcleo (Palácio e Vila) como “porta” para o interior do quarteirão, reabilitar a ligação do pátio da Vila com a cidade, bem como o acesso ao restante quarteirão, funcionando, deste modo, como “mediador” entre a cidade e o espaço interior.

Para tal, as funções existentes (café e teatro independente, O Palmo e Meio) no edifício de implantação são reorganizadas: estas passam a funcionar em conjunto, como café com pequena zona para espetáculos, com o intuito de este ser o principal dinamizador do espaço público, cujo mote para a sua revitalização são as artes performativas presentes no teatro já referido e no palácio.

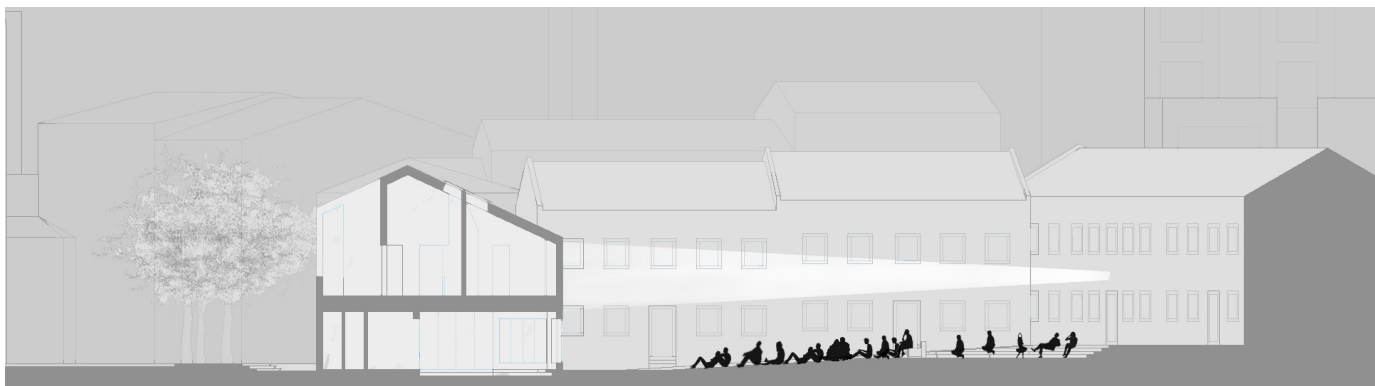
Procurou-se reabilitar o espaço de interior do quarteirão de forma a este, para além das funções existentes (estacionamento), ser um espaço público qualificado, possibilitando o atravessamento e ligação às ruas que o circundam e a possibilidade de, esporadicamente, albergar apresentações performativas. Para tal, propõe-se a criação de um acesso a este, a partir da rua Prof. Sousa da Câmara, uma ligação em escada que permita vencer o desnível entre o estacionamento posterior à Vila e o lateral da mesma; este último apresenta um conjunto de anexos e de acessos verticais, nas traseiras dos edifícios, que podem ser utilizados como se de balcões de teatro se tratassem, aquando das apresentações referidas, para tal, os espaços de anexos serão retirados. Ainda neste sentido, os espaços verdes são organizados em anfiteatro, com o intuito de serem utilizados como plateia.

O pátio da vila é tratado de forma a poder ser utilizado como palco exterior ao café, e pretende-se que este seja um espaço de estar para a cidade. Assim, o edifício criado prevê um atravessamento entre a rua e o pátio: o espaço é tratado em rampa, possibilitando o funcionamento como plateia e a parte posterior organizada em dois patamares, afastando o espaço central da frente dos edifícios da vila. Prevê-se, igualmente, a reabilitação do fontanário que se encontra no centro do pátio.

Esquemas de utilização do pátio



Música ao vivo



Cinema ao ar livre

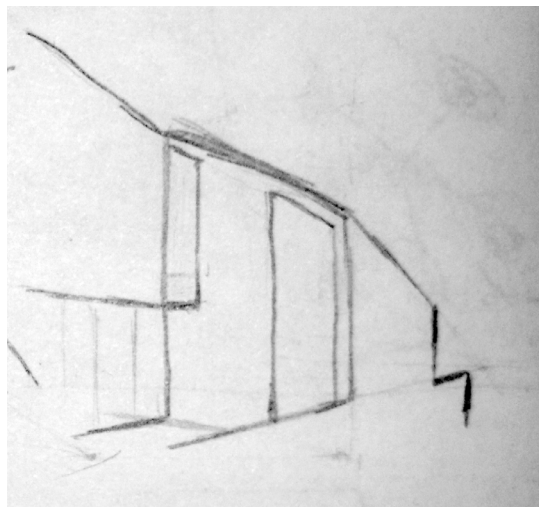


Apresentação de artes performativas

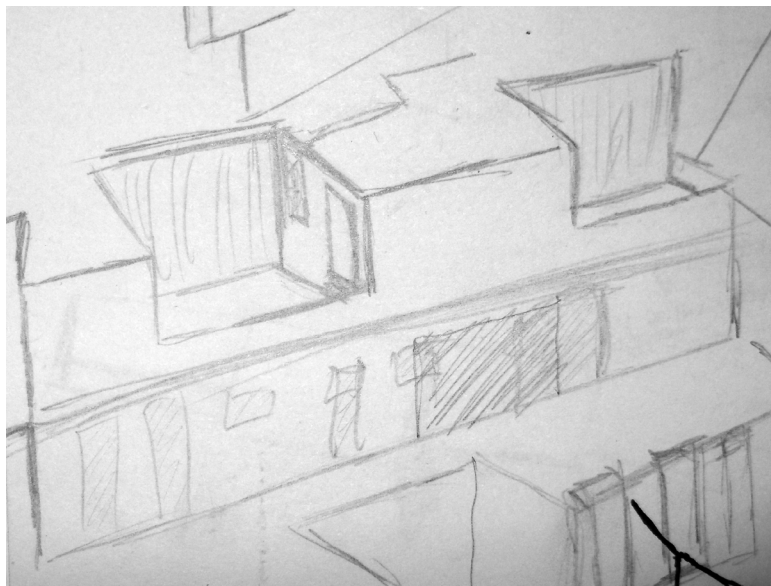


15- Planta Geral

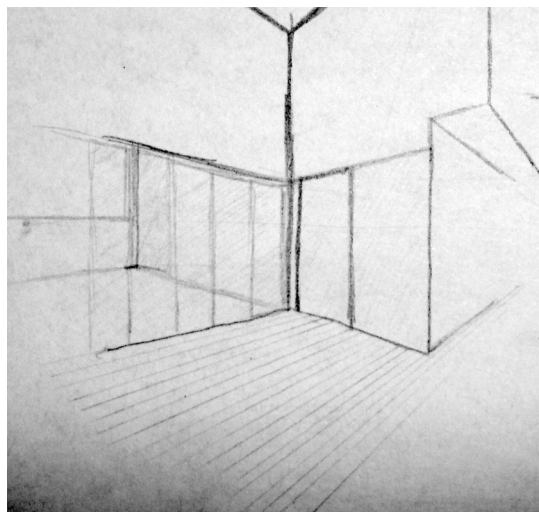
- Legenda**
- Atravessamentos existentes
 - Atravessamentos propostos



16

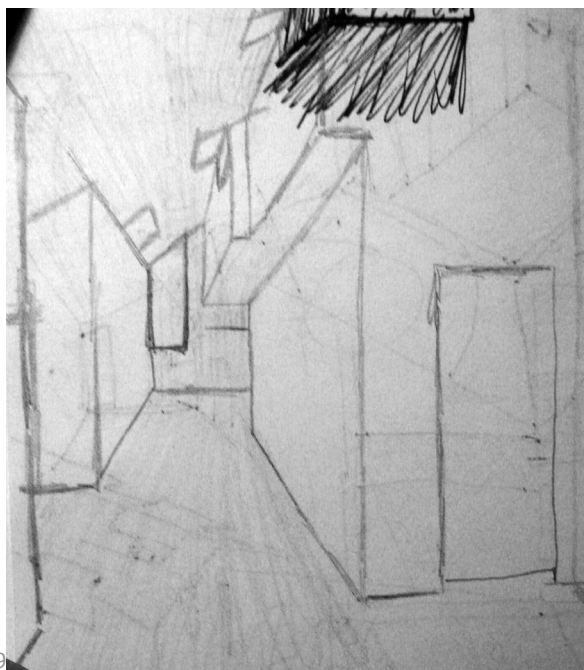


17



18

- 16** - Esquízo exterior do pátio das habitações
- 17** - Esquízo do alçado da proposta
- 18** - Esquízo interior zona comum, pátio da habitação
- 19** - Esquízo zona comum da habitação

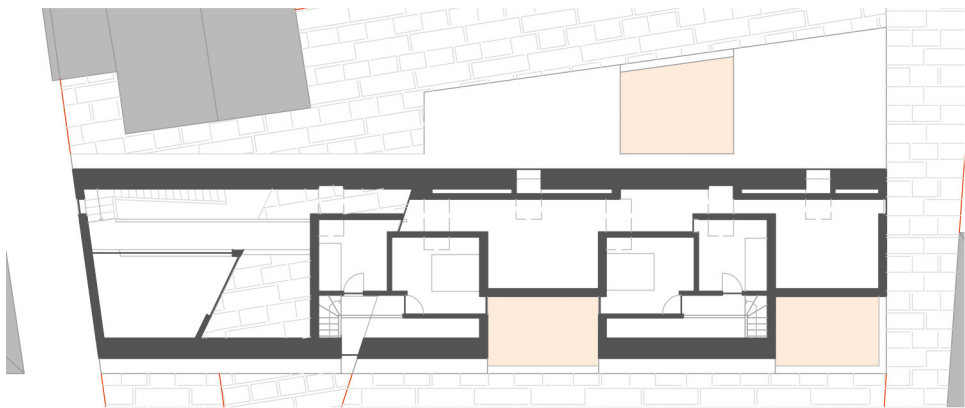


19

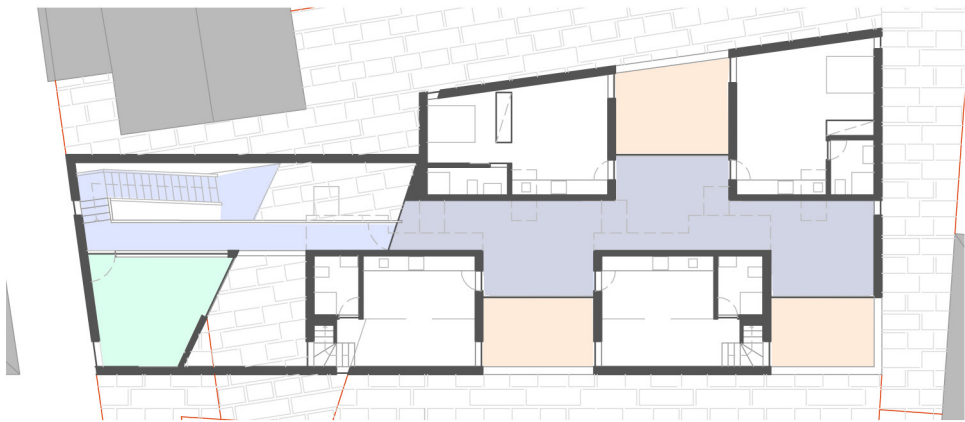
O projeto procura responder às necessidade de um indivíduo “global”, que não procura adquirir casa própria, devido à sua grande mobilidade. Trabalhando como freelancer, não dispõe de um local fixo de trabalho, necessitando de espaço na habitação para o efeito.

O edifício, funcionando como mediador entre os espaços anteriormente referidos, apresenta-se como um volume (com a forma esquemática de casa), ao qual são subtraídos os volumes que organizam a relação com a envolvente, atravessamento rua pátio da vila e os pátios do espaço de habitação, sendo estes os pontos de ligação à envolvente. As quatro habitações, com tipologias t0 e t2, integram-se num espaço comum que faz o acesso; o mesmo cria espaços de estar comuns, trazendo para este a vivência comunitária que a vila comporta. Este espaço está interligado com os espaços de pátio, acedidos unicamente a partir do espaço comum e onde se faz a relação visual tanto com o pátio da Vila bem como com a rua. Os espaços de trabalho criados situam-se no mesmo edifício, no entanto, encontram-se separados deste junto ao acesso do edifício, simbolicamente representando o deslocamento para o trabalho.

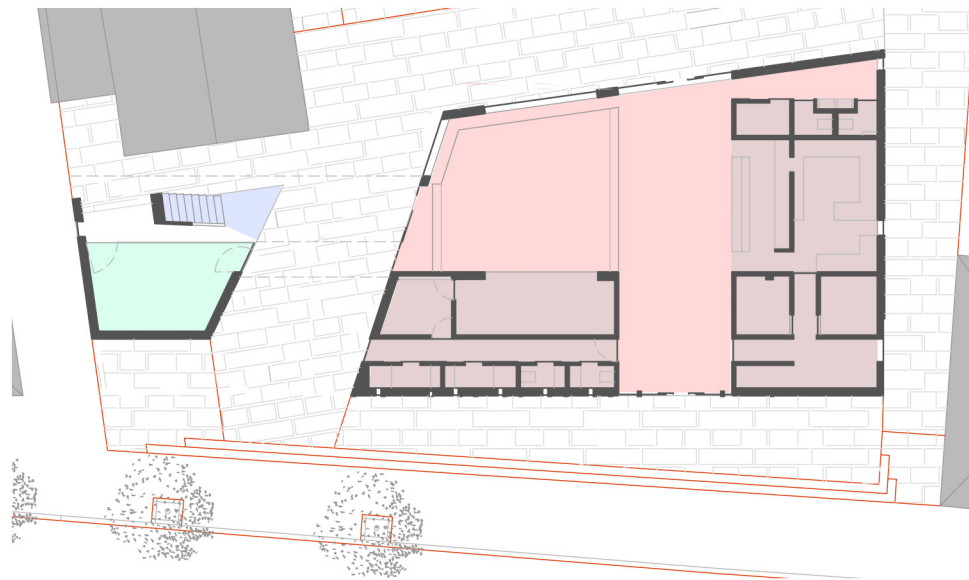
O edifício apresenta-se totalmente branco e com poucos vãos diretamente para o exterior, reforçando a ligação ao esteiro pelos espaços públicos (pátios). A escolha de um único material para todo exterior do edifício pretende reforçar o seu carácter de mediador, apresentando-se em rutura com a envolvente e evidenciando-se como entrada deste espaço. Contudo, optou-se por manter a memória do edifício existente, através da preservação dos “vãos”, com o intuito de suavizar a referida rutura com o local.



21



22



23

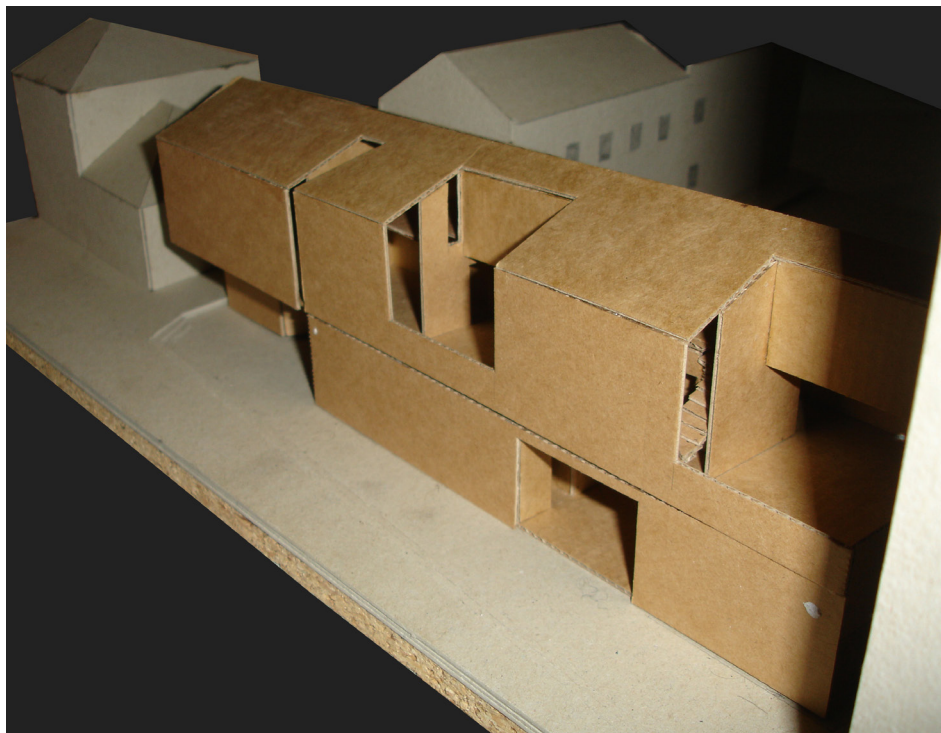
- 21 - Planta piso 2
- 22 - Planta piso 1
- 23 - Planta piso 0

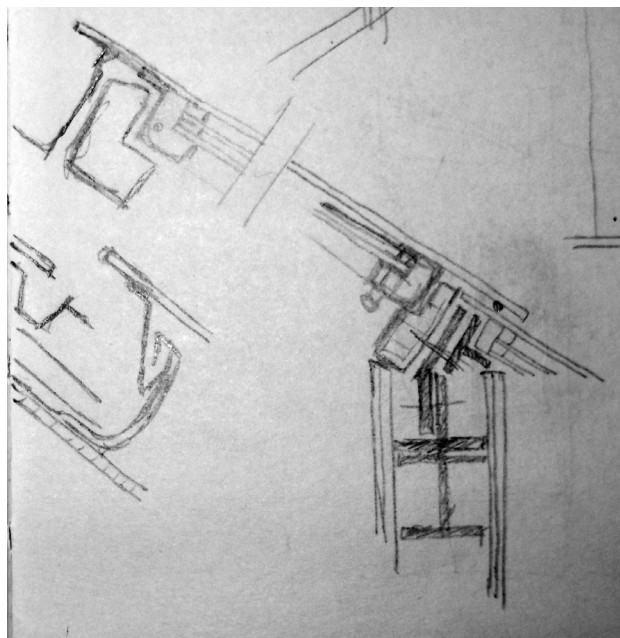
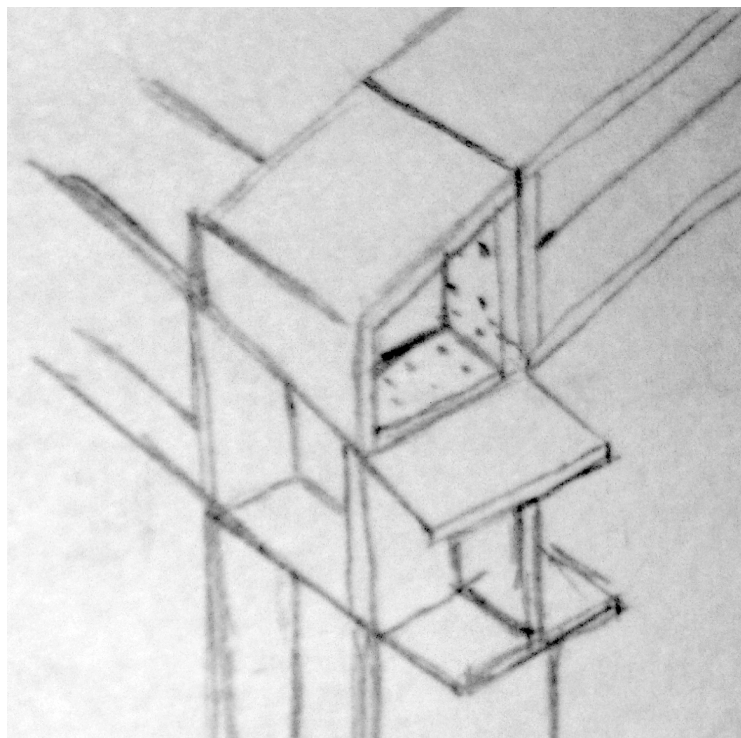
Legenda

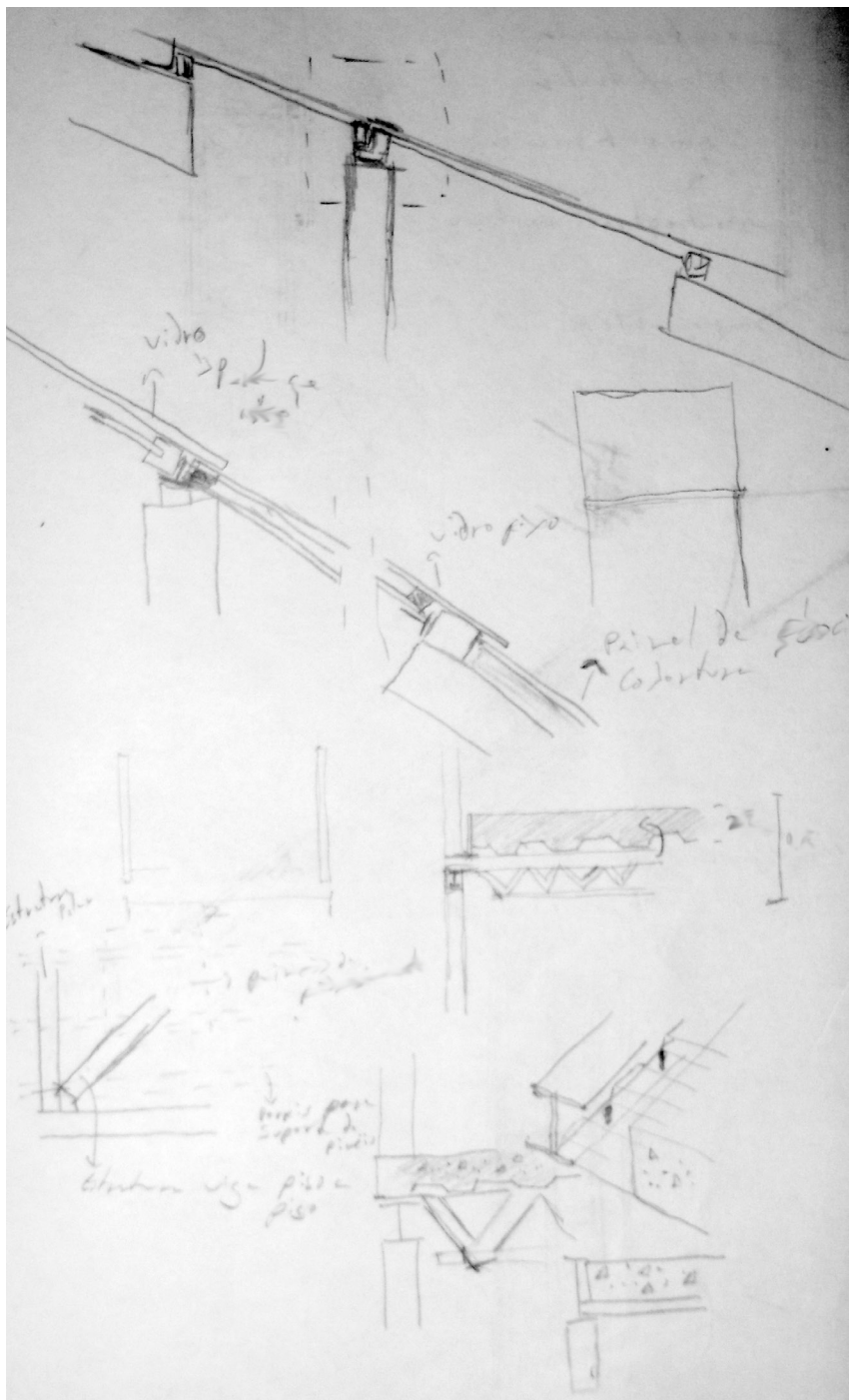
- Pátios
- Circulação e zona comum
- Acessos
- Zonas de trabalho
- Café e zona de palco/apresentação
- Café zona técnica



24 - Corte Transversal da proposta
25, 26 - Maquetes







| “Caixa/projeto”: sinergias com as memórias

"(...) o projeto não é uma simples representação do futuro, do amanhã, do possível, de uma ideia; é o futuro a fazer, um amanhã a concretizar, um possível a transformar em real, uma ideia a transformar em ato".

Barbier (1994, 52)

A nota dominante do percurso efectuado durante o Curso de Arquitetura foi pautada por permanentes desafios, sob a forma de problemas colocados, aos quais houve que encontrar soluções e as respostas mais adequadas para a sua concretização.

Trata-se de um processo que, partindo de premissas idênticas, vem gerar as respostas mais diferenciadas, sintetizadas por cada um dos seus autores.

Com efeito, a resposta de cada autor a um projeto é singular: o seu leque de experiências e vivências é condicionador da forma como interpreta e explicita a realidade, sendo o processo reflexivo, simultaneamente, o método e o “formato” do seu autor. Trata-se de desenvolver formas singulares de pensar, baseadas na vontade, no pensamento, em atitudes de questionamento e curiosidade. É, por assim dizer, um processo que implica uma perscrutação ativa, voluntária, persistente e rigorosa daquilo que habitualmente se pratica e que evidencia os motivos que justificam as nossas acções e/ou convicções.

Uma Caixa, neste contexto, é símbolo e objecto/espço onde representamos estes processos que internamente se processam. Caixa é um repositório em dinâmica: a Caixa é cada um, é ele mesmo e as suas circunstâncias, os seus saberes, vivências, experiências... em sinergia, componentes que se processam do exterior para o interior e vice-versa, quando há lugar para que aconteçam as aprendizagens.

Na Caixa, podem ocupar espaço os detalhes físicos do problema, mas não ocupam espaço as abstracções, as interpretações e todo o processo reflexivo que se gera, pelas questões colocadas e que são respondidas também com as nuances de cada um; estas tanto entram como também saem, enformadas pelos sujeitos que as criaram.

A Caixa é espaço aberto e espaço fechado, é dicotomia onde se compatibilizam as soluções que se emanam, mas também onde estabilizam as aprendizagens feitas. Este é o duplo movimento que existe na Caixa que simboliza projeto.

Nos detalhes do espaço da Caixa, inserem-se hierarquias de conhecimento, o lastro que permite saltar para a interpretação do espaço, tal como este se configura para cada um, aquilo que ele próprio valoriza, aquilo que ele é enquanto ser humano.

A Caixa, neste termos, é o elemento ao qual recorreremos sem esforço, porque nela também existe a sistematização que se desequilibra pelo novo desafio. A Caixa vive com e das novas questões.

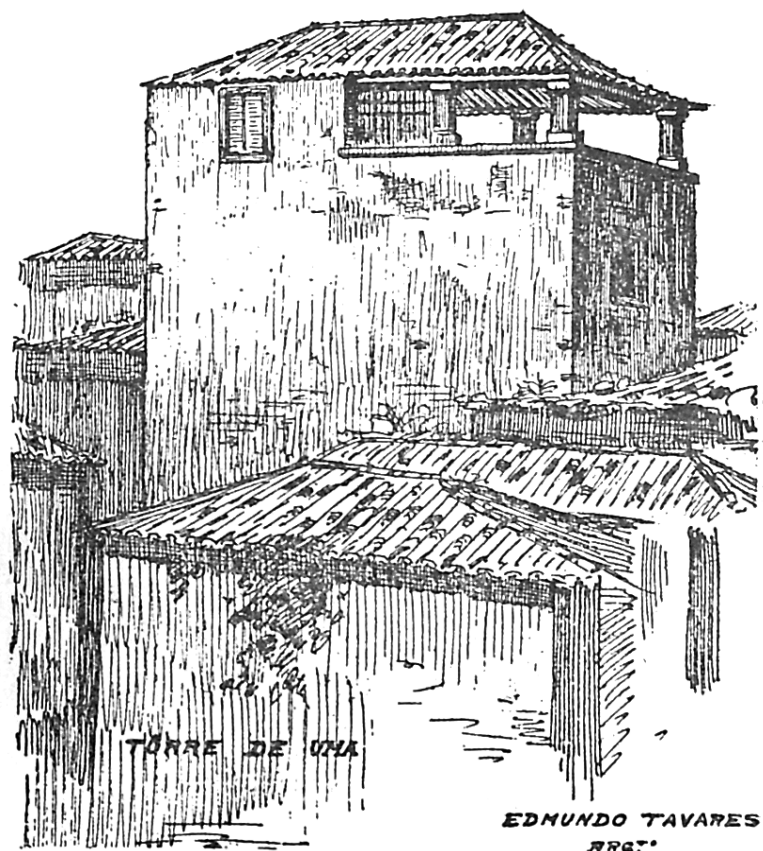
Quem projeta é um ser concreto, situado historicamente no espaço e no tempo, nas suas propostas de solução; ele medeia e é mediado, é, em simultâneo, árbitro e jogador no mesmo jogo, quando os factores internos e externos entram em sinergia: mudanças conceptuais em processamento geram respostas físicas pessoais. As tarefas integram as memórias, a atenção selectiva do sujeito e outras capacidades de processamento, neste processo onde o pensamento assume papel ativo.

A Caixa engloba uma dimensão prospectiva, quando se configura o momento de planificação do projeto, uma dimensão interativa, que reestrutura da prática atual e uma dimensão retrospectiva, que permite a reconstrução mental propícia à reformulação das práticas.

Fixemos a esperança do mito da Caixa de Pandora, com o seu potencial construtivo e a racionalidade que permite o seu controle. A Caixa e o seu valor simbólico guardarão o que é verdadeiramente importante e esta abrir-se-á todas as vezes que o processo de reflexão for desafiado por um novo problema.

A arquitetura habitacional rural madeirense

[RECORTES DE MEMÓRIAS]



1 - Casas Madeirenses «Projeto de Edmundo Tavares» (p.26)

“As nossas vidas estão inevitavelmente ligadas à casa. O fervor mais antigo das nossas primeiras vivências, as imagens recônditas da infância têm eco nos seus muros, às vezes com tênue resplendor de uma irrecuperável felicidade, outras com a nostalgia do que já não existe ou o frio desapego por ingratas evocações, já que ela é o cenário do drama quotidiano da vida”.

(Eduardo Sacriste, 1968)

Palavras-chave: arquitetura popular rural; Ilha da Madeira; casa/habitação rural; alojamento familiar; vivências no espaço doméstico rural.

| INTRODUÇÃO

A habitação rural tem constituído um campo de opção para o estudo sobre as comparações morfológicas que procuram racionalizar a especificidade e a complexidade de cada edifício, pela seleção de traços comuns definidores de tipos que se distribuem, com maior ou menor frequência, em certas áreas geográficas.

Neste sentido, os contributos que emergem da reflexão sobre a arquitetura popular portuguesa no século XX (Alofsin, 2007¹; Almeida, 1993 e 1967²), decorrentes do *Inquérito à Arquitectura Popular*³ em Portugal, promovido pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos e pelo *Movimento da Casa Portuguesa*⁴, vêm reforçar e consubstanciar a ideia de que a arquitetura popular é um objeto de estudo reconhecido e aceite, cuja relevância se traduz nas categorizações do senso comum que são válidas para as diferentes classes sociais (Leal, 2009).

Assim, e de acordo com Leal (2009), pode considerar-se que o *Movimento da Casa Portuguesa*, o *Inquérito à Habitação Rural*, o *Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal* e, mais tarde, as pesquisas de Ernesto Veiga de Oliveira e dos seus colaboradores, sistematizam os quatro momentos centrais que

1 Alofsin, Anthony, “Constructive Regionalism” em Canizaro, Vincent B., *Architectural Regionalism. Collected Writings on Place, Identity, Modernity, and Tradition*, New York, Princeton Archit. Press (2007).

2 Almeida, Pedro Vieira de, “Raul Lino, arquitecto moderno” em Pimentel, Diogo Lino et. al, *Raul Lino, exposição retrospectiva da sua obra*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1970. Almeida, Pedro Vieira de, “Raul Lino” em Almeida, Pedro Vieira et. al., *Raul Lino – 3 depoimentos em 1993*; Lisboa, Associação de Estudantes da Fac. Arq. de Lisboa / Ed. Cotovia, (1993).

3 «O objectivo central deste Inquérito, que se inspirava em ideias neo-fisiocráticas de reformismo agrário, era o de proceder a um levantamento das condições de habitação dos camponeses portugueses tendo em vista o estudo e adopção de medidas de melhoramento dessas condições, de forma a contribuir para o desenvolvimento da agricultura portuguesa. Apesar destas suas características, o Inquérito à Habitação Rural – cujos resultados foram parcialmente publicados em dois volumes publicados entre 1943 (Basto & Barros, 1943) e 1947 (Barros, 1947) sob o título *Inquérito à Habitação Rural* – proporcionou entretanto um levantamento extremamente completo da habitação popular em Portugal, baseado em oitenta estudos de caso de uma grande minúcia» (Leal, 2009: 10).

4 «O movimento da Casa Portuguesa» desenvolve-se genericamente entre finais do século XIX e as décadas de 1940/1950. Raul Lino é sem dúvida o seu nome mais conhecido. Mas o movimento abrangeu outros personagens: entre eles encontram-se por exemplo Henrique das Neves, Rocha Peixoto, Joaquim Vasconcelos, Abel Botelho, ou João Barreira. Henrique das Neves – que não era arquitecto, mas militar – foi o primeiro a evocar, em 1893, a possibilidade da existência de “tipo português de habitação”» (Leal, 2009: 5-6).

estruturam um campo de reflexão sobre a arquitetura popular em Portugal. Produzidos em tempos diferentes e por protagonistas distintos, estas várias etapas de inquirição da arquitetura popular portuguesa «produziram também olhares diferenciados sobre a arquitetura popular. O que se olhava, o modo como se olhava, as consequências desse olhar, foram, em todos estes casos, distintas» (Leal, 2009: 14).

Nesta linha de reflexão, o presente trabalho decorre da crescente importância que assume o facto de se dar continuidade a estes olhares que desafiam permanentemente a compreensão da problemática da evolução da habitação e as suas repercussões no entendimento das constantes dinâmicas que contribuem para as transformações no território.

Com efeito, o estudo da evolução da habitação pode constituir um contexto de trabalho, onde confluem e se espelham múltiplas realidades, passíveis de serem analisadas, com o objetivo de se perspetivar as necessidades do futuro, através dos comportamentos que interatuam sobre uma determinada plataforma territorial.

Muito embora tenham sido fatores mobilizadores da concetualização da arquitetura popular, enquanto objeto de estudo, “o nacionalismo, a atenção à miséria, as potencialidades modernas da arquitectura popular e as suas funções produtivas” considera-se que esta problemática não se esgota nestas quatro áreas de enfoque, pelo que há que dar sequência e integrar ainda determinados traços singulares e as particularidades sugeridos por cada um desses olhares, que abrem, de forma inequívoca, as portas a novos desafios.

É com esta direção que se pretende aprofundar quais as evoluções e as condicionantes verificadas na arquitetura habitacional rural madeirense, ao longo de três gerações da mesma família, trabalhando, como refere Almeida, (2011: 6) «num tempo que nos é familiar não raro partindo dos testemunhos diretos de pessoas que o habitaram e interpretaram».

As evidentes relações entre a evolução da habitação e a história, a geografia, a sociologia, a economia emergem no contexto da compreensão desta realidade que, seguramente está ancorada em fatores de índole bastante diversa, mas que se complementam, a saber: políticos, sociais, económicos, financeiros, geofísicos, demográficos que determinam o povoamento e a sua estrutura e constituem componentes que interagem direta e indiretamente com a habitação, ou seja, constituem a base que confere à problemática da evolução da habitação a sua interdependência das perspetivas de evolução populacional e habitacional, o que implica alguma complexificação do seu

estudo.

Tendo por base que este trabalho se vai centrar no conceito de alojamento familiar, tal como o preconiza os autores do *Atlas da Habitação de Portugal*, (edição da Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Engenharia, Dezembro 2007)⁵, lançar-se-á um olhar integrado para a caracterização das evoluções e das condicionantes subjacentes a esta evolução, verificadas na arquitetura habitacional rural madeirense, contributos para o caso de estudo que se vai desenvolver.

A organização deste trabalho englobou as seguintes etapas: i) identificação e recolha de informação; ii) tratamento e análise de informação e a sua sistematização; iii) conclusões e considerações finais e propostas de intervenção para o futuro.

A recolha e a identificação de informação centraram-se na consulta de referências bibliográficas relevantes para a compreensão da problemática da arquitetura habitacional rural, análise estatística de dados censitários e trabalho de campo. As habitações em estudo, integradas na arcada temporal, compreendida entre os anos 50 do século XX e o início do século XXI e cobrindo a análise dos modelos das habitações das três gerações da mesma família, têm como suporte teórico de referência os estudos sobre a arquitetura popular em Portugal e os seus vários enfoques.

Depois de recolhidos e analisados os dados relevantes, procedeu-se à sua análise e sistematização, por forma a deles retirar as conclusões sobre a temática em estudo.

O estudo comportará, nesta perspetiva, a compreensão em contexto, da arquitetura rural edificada e a sua relação com as gentes, os costumes, o trabalho de campo e a vida doméstica (Leal, 2009; Mestre, 2002; Fernandes, 1992).

5 Entendendo-o enquanto «Unidade de habitação que, pelo modo como foi construída, ou como está a ser utilizada, se destina a alojar, normalmente, apenas uma família», nomeadamente no que respeita ao “alojamento clássico” (divisão ou conjunto de divisões e seus anexos que, fazendo parte de um edifício com carácter permanente ou sendo estruturalmente separados daquele, pela forma como foi construído, reconstruído ou reconvertido se destina à habitação permanente de uma família, não estando no momento censitário a servir totalmente para outros fins).

A ARQUITETURA POPULAR

“Está claro que nisto de habitação, como noutros casos de etnografia, não devemos contar só, com a tradição; as circunstâncias locais, como já disse motivam necessidades, que se refletem em tudo, tudo alterando.”
in “Mês de Sonho”,
por Joaquim Leite de Vasconcelos

Fernandes (1992: 219)

1.1| A arquitetura popular rural enquanto campo de estudo com autonomia própria

Tal como já foi referido, na introdução do presente trabalho, a reflexão advinda da sistematização dos dados patentes nas sucessivas publicações do *Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal*, vem institucionalizar a arquitetura popular como um campo dotado de autonomia própria, ou seja, começa a consubstanciar-se um vasto campo de investigação e de práticas, conducentes à reflexão sistematizada de saberes, que passam a tornar obsoleto o senso comum e os ensaios dispersos até ali existentes (Pereira, s/d⁶; Tavares, 2006⁷ e Leal, 2000⁸).

Nessa medida, ao concetualizarmos a arquitetura popular como objeto de estudo, estamos a considerar o seu inerente valor patrimonial que há que preservar e, por isso, continuar a proceder à sua análise.

Neste contexto, a relevância dos contributos de Raul Lino (*Movimento da Casa Portuguesa*) vem conferir à arquitetura popular a sua matriz identitária (nacional, regional e local). Por sua vez, o *Inquérito à Habitação Rural* vem introduzir e chamar à atenção para fatores que se prendem com as difíceis condições de vida das populações rurais. O *Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal* realça a linha ténue que existe entre o tradicional e o moderno. Finalmente, as pesquisas de Ernesto da Veiga de Oliveira vêm estabelecer a relação entre a arquitetura popular e um determinado modo de vida.

Todo este trabalho, que é desenvolvido, no período pós-guerra, nas décadas de 40, 50 e 60⁹, do século XX, quando a economia portuguesa estava

6 Pereira, Nuno Teotónio. In *JA, Reflexos Culturais do Inquérito à Arquitectura Regional*.

7 Tavares, Domingos. “Os anos do Inquérito”. Porto, Agosto de 2006. In Mesquita, Mário João. António Meneres, dos anos do inquérito à arquitectura regional portuguesa. FAUP. Setembro, 2006.

8 Leal, João. *Etnografias Portuguesas 1870-1970: Cultura Popular e Identidade Nacional*. Publicações D. Quixote, L^{da}. 1^a edição: Outubro de 2000.

9 O primeiro arranque para que se efetuasse um inquérito à arquitetura regional portuguesa teve como base uma ideia dos arquitetos José Huertas Lobo e Francisco Keil do Amaral, publicada em 1947, na revista *Arquitectura: Revista de Arte e Construção*, editada pelo grupo ICAT. A primeira iniciativa para a sua concretização teve lugar em 1949, por iniciativa do Sindicato Nacional dos Arquitectos, que tinha como presidente o arquiteto Francisco Keil do Amaral; da direção também faziam parte os arquitetos Inácio Peres Fernandes, Dário Vieira e João Simões. Esta equipa também não conseguiu viabilizar este objetivo. Só seis anos mais tarde, em 1955, a iniciativa do Sindicato junto do então Ministro das Obras Públicas, Eng.º Eduardo de Arantes e Oliveira, encontrou o apoio do Governo traduzido na concessão de um subsídio nas condições fixadas pelo Decreto-Lei n.º 40 349, de 19 de Outubro de 1955. O *Inquérito à Arquitectura Regional* vem a efetuar-se entre 1955 e 60, com o apoio do Ministério das Obras Públicas, que no Dec. Lei

40% centrada na agricultura, ao invés do que acontece na atualidade (ocupa 6% a 8% da população ativa), problema subjacente ao êxodo/desertificação rural (emigração e migração interna para as zonas urbanas), fornece as coordenadas necessárias para que se dê continuidade às abordagens a esta problemática, conjugando as linhas estruturantes de cada um dos enfoques. Ainda acresce que este conjunto de alterações teve as naturais repercussões no valor patrimonial da arquitetura popular, por via das alterações/aplicações introduzidas e pela degradação inevitável dos imóveis de quem os não conseguiu preservar.

Leal (2000: 108), ao analisar as bases para a sistematização do conceito de arquitetura popular dentro de um campo com autonomia própria, retoma o conceito de Handler (1988) sobre a objetificação da cultura onde esta «é vista como um processo que transforma determinados traços da cultura tradicional em objetos discretos que devem ser estudados, catalogados e mostrados. Esse processo envolve seleção e reinterpretação. O “objetificador” olha para um meio familiar e descobre que é formado de traços tradicionais, coisas que ele extrai daquilo que era tido, até aí, como um fundo cultural “encarado com naturalidade” e transforma em espécimes típicos de outra coisa completamente diferente. A “objetificação” é justamente esse processo que consiste na transformação de determinados traços da vida tradicional em objetos representativos de uma cultura nacional, coisas que só nós temos e os outros não, coisas sobre as quais repousa a possibilidade de se falar de uma cultura nacional como própria, específica, distinta, original», fundamentos que constituem, de forma inequívoca, bons alicerces e uma rede consistente para que se possam suportar as investigações e as práticas dentro do campo da arquitetura popular rural.

Deste modo, pelo cruzamento e confluência das perspetivas enumeradas existe motivo suficiente para que se torne pertinente retomar/dinamizar/complementar os olhares sobre a arquitetura popular portuguesa. Passaram-se já várias décadas sobre a realização do Inquérito à *Arquitectura Popular em Portugal* (editado em 1961, sob o título *Arquitectura Popular em Portugal*) e

nº 40 349 de 19/10/55 pretendia: “..a valorização da arquitectura portuguesa, estimulando-a na afirmação do seu vigor e da sua personalidade e apoiando-se no propósito de encontrar um rumo próprio para o seu engrandecimento”. Em 1961, o Sindicato Nacional dos Arquitectos editou, em dois volumes, o resultado deste trabalho, sob o título *Arquitectura Popular em Portugal*. A obra foi reeditada em 1980, num só volume, pela Associação dos Arquitectos Portugueses. Existe ainda uma 3.ª edição, de 1988, em 3 volumes, igualmente da responsabilidade da Associação dos Arquitectos Portugueses, e uma 4.ª edição, em dois volumes, de 2004, agora da responsabilidade da Ordem dos Arquitectos.

há que retomar o olhar para essa realidade, desde essa altura, porque existe todo um conjunto de alterações técnicas e científicas, sociais e estéticas, que justificam a premência de se voltar a falar da arquitetura popular. O exemplo mais evidente emerge dos novos modelos estéticos de construção, associados ao crescimento económico e social das sociedades rurais, que resultou numa espécie de “estigma de pobreza” associada à arquitetura popular e redundou na destruição acelerada desta.

Agora, numa conjuntura diferente, tem surgido, nos últimos anos, uma nova atenção e um novo olhar sobre a arquitetura popular cujo património, ainda riquíssimo, merece uma análise mais extensiva e aprofundada.

Efetivamente, o espaço rural readquire atualmente outras funções para além da produção dos bens essenciais; tornando-se espaço de fruição turística, revitaliza-se a arquitetura popular e eleva-se o seu valor patrimonial (processos de emblematização e gentrificação da arquitetura popular) consubstanciados pelo Turismo no Espaço rural (TER), assente nas casas recuperadas, no seu valor etnográfico, numa recuperação que articula o diálogo entre a arquitetura popular e a erudita (visível, principalmente, nas residências secundárias dos segmentos da classe média e média alta).

Eminentemente orientados para o território continental, os estudos sobre a arquitetura popular rural referidos deixam aberta a fresta para que outros investigadores tenham levado a efeito um trabalho desta natureza, e de forma idêntica, às ilhas atlânticas dos arquipélagos dos Açores e da Madeira (Mestre 2002, Caldas 2000; cf. também Fernando 1996 e Amaral, 1952¹⁰) – como na investigação aprofundada de certos tópicos, à luz de problemáticas teoricamente renovadas (cf. por exemplo Pinto 2007 e Caldas 1999).

O paralelo que possamos estabelecer entre as investigações supramencionadas e a que se apresenta está enraizado no leque de preocupações constantes nas linhas orientadoras que deram corpo ao *Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal*, cujo intuito também se destina a catalogar, de forma objetiva, a arquitetura vernacular no território atlântico.

10 Amaral, Keil, “Que pensa sobre o desenvolvimento actual da arquitectura no nosso país? – Keil Amaral, Francisco (ARQ.)”, resposta a inquérito em *A Arquitectura Portuguesa, Cerâmica e Edificação*, ano XLV, 4ª série, nº 2, (Agosto de 1952: 42).

1.1.1 | A habitação rural nas ilhas da Macaronésia: espacialidades elementares e expressões plásticas simplificadas

A atenção sobre a habitação na Macaronésia emerge do interesse em aferir o grau de extensão das influências que a “velha civilização rural” da zona ocidental da Península teve nas ilhas atlânticas, enquanto componentes territoriais com características tão diferentes, como seja a sua origem e as suas características climáticas (Fernandes, 1992). Fracionadas entre os paralelos 15º e 40º de latitude norte, as ilhas atlânticas, também conhecidas por Macaronésia, abrangem um conjunto de cinco arquipélagos (Açores, Madeira, Selvagens, Canárias e Cabo Verde), um âmbito geográfico com características geográficas com similaridades, tal como considera Orlando Ribeiro.

Como elemento comum às 28 ilhas¹¹ macaronésias, pode referenciar-se o seu aspeto geomorfológico de origem vulcânica e o seu aspeto fito-climático, apesar da acentuada variedade climática, decorrente da amplitude do ângulo de latitude em que se encontram implantadas (25º). Elementos climáticos como os ventos atlânticos refrescantes e húmidos, os ventos quentes e secos saarianos, as influências tropicais, contribuem para o conjunto de fatores que mais ativamente afetam o clima das ilhas macaronésias (Fernandes, 1992), pese embora a singularidade de cada arquipélago.

Os contrastes e elementos comuns relativos à vida económica nas ilhas macaronésias são também factores decorrentes dos condicionalismos dos vários territórios peninsulares. Na sua globalidade, a sociedade insular macaronésia é marcadamente rural, dentro de uma tradição agrária de cariz mediterrâneo e europeu ocidental, o que permitiu a realização de explorações e combinações de diversa ordem, dentro do ângulo que abrange ilhas desde a humidade excessiva à aridez extrema. Este conjunto de lógicas motivou que o povoamento nestas ilhas fosse predominantemente voltado para terra, com ligações pontuais ao mar, determinando que a população fosse quase totalmente dependente da agricultura, daí resultando numa forte articulação entre habitação e os terrenos de cultivo.

É, com efeito, no espaço rural que a casa macaronésia apresenta uma maior homogeneidade morfo-tipológica (Fernandes, 1992). A arquitetura vernácula rural sofreu um processo de evolução e transformação de modelos, a um ritmo mais lento, comparativamente com o meio urbano pelo que, o

11 Ilhas dos Açores, da Madeira, Selvagens, das Canárias e de Cabo Verde.

mesmo autor refere que a análise a esta temática terá de contar com tipos de casa já em desaparecimento ou já extintos ou ainda outros em fase de consolidação. Neste âmbito de similaridade, não se inclui a habitação rural de Cabo Verde, pela grande dissonância relativamente à do restante espaço da Macaronésia, que em termos morfológicos, acusa a influência da arquitetura vernácula portuguesa.

Assim, como aspetos morfológicos gerais podemos referenciar, fundamentados em Fernandes (1992), que a casa rural macaronésia tem aspetos formais ou morfológicos, em geral, muito simplificados e os seus elementos decorativos ou acessórios aplicados ao guarnecimento ou no preenchimento de vãos, são praticamente inexistentes ou então são bastante simplificados.

A casa da Macaronésia mais corrente exprime a sua capacidade de adaptação e de recriação inventiva, no contexto insular, e os traços de modelos exteriores transportados pela cultura das comunidades migrantes. Com alguma propriedade, apenas poder-se-á falar de uma casa macaronésia com variantes e influências. A sua planta, formada por um dos corpos retangulares, corresponde a uma estrutura de blocos de pedra vulcânica, ou uma alvenaria com utilização desse material, ou ainda de simples pedra solta, conforme o seu grau de acabamento, existindo, por isso, uma supremacia do uso da pedra nas paredes exteriores e de madeira na estrutura interna.

Relativamente ao tipo geral de casa, nomeadamente a “arquitetura da terra”, estas construções podem considerar-se, no âmbito do quadro europeu-mediterrâneo, enquanto modelos influenciados pelas culturas norte africanas ou meridionais ou “arquitetura de madeira” de tradição centro e norte europeia, existindo porém, modelos endógenos (casas de Santana, por exemplo) que não tem relação direta com o exterior (Fernandes, 1992: 222).

A casa rural insular apresenta, no geral, interiormente, um forno integrado na cozinha ou só lareira alta, sendo o seu volume saliente para o exterior. A cozinha pode formar, por vezes, um corpo exterior isolado ou estar integrada no conjunto da casa. As divisórias internas são comumente construídas em tabique de madeira, argamassado ou caiado. Os pavimentos são de terra batida e, nalguns casos, com tabuado no compartimento principal. Nas casas com piso superior, os quartos são de soalho. Os acessos verticais eram colocados, na maioria das vezes, no exterior. A existência de pátios e de anexos é também uma constante na habitação macaronésia.

1.1.2| A arquitetura da habitação rural madeirense: influências que organizam as suas singularidades



2 - Santana in Madeira Quase Esquecida
(princípio do séc. XIX)

*«A casa rural, sinal maior das
arquitecturas de tradição, revela-se
não só na utilização sábia de poucos
recursos ou na graciosidade de um
qualquer formalismo, mas antes de mais
na espiritualidade que emana, na alma
que cria e junta à natureza estática,
tornando-se parte una»*

Vítor Mestre, em
Arquitetura Popular da Madeira

É de forma inequívoca que toda a história do arquipélago da Madeira, com todos os fatores conjunturais que lhe são inerentes, marca e interfere na explicitação da arquitetura rural habitacional deste espaço geográfico.

Tendo épocas marcantes e distintas de desenvolvimento, desde o seu povoamento, a Madeira, tal como menciona Silva (1995)¹², sempre assumiu um espaço participante na construção do mundo atlântico, no contexto da reciprocidade de influências estabelecidas com o continente português, com as ilhas macaronésias dos Açores e Canárias e também com o estrangeiro, particularmente, com o Reino Unido e Alemanha.

Este contexto sugere, naturalmente, que tenham existido arquiteturas de influência, logo a partir do início do povoamento deste arquipélago, muito embora

se considere que «terão também surgido tipologias “inventadas” na Ilha, mantendo-se estas inalteráveis, ao longo de séculos, algumas circunscritas a sub-regiões [...]», tal como refere Mestre (2002: 271). O mesmo autor (2002: 23), bem como Fernandes (1992), acrescentam que estas arquiteturas “aparentemente espontâneas” têm as suas raízes na tradição de uma determinada comunidade e na ação desta sobre o espaço onde habitam e recolhem o seu sustento.

¹² na sua obra *A Madeira e a Construção do Mundo Atlântico*, referenciado no Anuário de 2009 do Centro de Estudos de História do Atlântico (317).

1.1.2.1| Condicionantes da arquitetura rural habitacional madeirense

- Fatores geofísicos

A geografia/topografia do território madeirense¹³ sempre tem constituído uma condição absolutamente desafiadora para o povo da Ilha. Tal como refere Orlando Ribeiro (1985: 21), «Todos os viajantes trazem da Madeira a recordação de um relevo contrastado como o das altas montanhas: vales profundos, desaparecendo sob a cobertura das antigas florestas, picos, elevando acima das nuvens a sua orgulhosa silhueta, precipícios que as estradas e os velhos caminhos são obrigados a contornar, gargantas sombrias onde se ouve o bramir das torrentes, tudo isto obra da erosão». Na Madeira, em particular, existe ainda um contraste acentuado entre as suas vertentes sul e norte, o que determinou a fixação humana, principalmente na encosta sul, na qual se usufrui de um clima bem próximo do mediterrânico. Com efeito, a encosta norte, mais exposta ao vento dominante, oferece menos condições do que a do sul, onde os ventos são filtrados pela longa cordilheira que domina longitudinalmente a Ilha. Nesta vertente, o clima é mais seco, dado que está sob a influência de altas pressões subtropicais. Por estas razões, Ribeiro (1985) distingue a “Madeira atlântica” do norte e a “Madeira mediterrânea” de sul e sudoeste, pelas diferenças climáticas acentuadas e contrastantes existentes entre estas duas zonas.

Outro fator grandemente determinante na implantação do povoamento madeirense é o facto de esta Ilha ser “desprovida de litoral”: a construção em arribas abruptas, centenas de metros acima do mar, obriga a autossustentabilidade das casas unifamiliares e o favorecimento de um

13 O arquipélago da Madeira é formado pelo conjunto das ilhas da Madeira, Porto Santo, Desertas e Selvagens e constitui um dos arquipélagos da Região Geográfica da Macaronésia, localizada na margem oriental do Oceano Atlântico Norte, entre o arquipélago dos Açores a Norte e o arquipélago das Canárias a Sul. Este arquipélago oceânico de origem vulcânica, possui atualmente uma rica biodiversidade indígena e endémica que se mantém até hoje, apesar da crescente pressão e competição com o Homem pelo espaço disponível (Bernardo Favila Faria, Cristina Abreu, António Franquinho Aguiar, José Augusto, Carlos Lobo, Roberto Jardim, Paulo Oliveira e Dinarte Teixeira, s/d, p.451). A Ilha da Madeira fica compreendida entre os meridianos 16° 39' 19" W e 17° 15' 54" W e entre os paralelos 32° 52' 08" N. Desenvolve-se da direção WNW para ESSE, sendo o seu maior comprimento de 58 Km desde a Ponta do Pargo até à Ponta do Barlavento e a sua maior largura é de 23 Km, desde a Ponta da Cruz até à Ponta de S. Jorge. Em 1930, a sua densidade populacional era bastante elevada (284 habitantes por Km²). 10 anos depois, aumentava para 344 habitantes por Km². A Ilha é composta por 10 concelhos.

acentuado isolamento entre estas.

Na Madeira, a cobertura vegetal foi intensamente transformada pela ação do homem; na encosta sul, a vegetação primitiva desapareceu para dar lugar às culturas, até uma altitude de 600 a 700 metros. Ao invés, na costa norte, onde a fixação da habitação é mais restrita, permanecem ainda vestígios dos seu antigo manto vegetal primitivo. A bananeira e a cana-de-açúcar definem o andar de vegetação tropical; a macieira caracteriza a zona de clima mais húmido, onde já não é favorável a implantação dos vinhedos. A zona compreendida, entre as altitudes dos 250 metros e dos cerca de 800, dadas as suas características climáticas, é utilizada para o cultivo de cereais, legumes, milho e tubérculos vários, bem como de algumas de árvores de fruto, destacando-se neste espaço o castanheiro (Carita, 2008).

Dadas estas condições geofísicas, o povoamento da Madeira atingiu um grau tão elevado de dispersão, a tal ponto de Ribeiro (1985: 119) afirmar que «[...]não existem aldeias. As casas isoladas ou os agrupamentos frouxos [...] cobrem toda a extensão do território cultivado [...].As freguesias são constituídas por vários lugares e por uma poeira de casas que trepam até aos últimos campos sujeitos a cultura regular»: lombos, achadas e fajãs.

Estas circunstâncias têm incitado, de acordo com Carita (2008: 411), que os madeirenses tenham desenvolvido «uma complexa obra de engenharia,



3 - Curral das Freiras. Bilhete-postal de data desconhecida do séc. XX. Fotos Perestrellos. (JLS) *in* Madeira Quase Esquecida

construindo socalcos, nivelando terrenos e canalizando água para os mesmos». Nesta sequência, e tal como refere Fernandes (1992: 42), a vida rural na Madeira enquadra-se «perfeitamente nos paradigmas do velho mundo mediterrâneo», relativamente ao parcelamento da terra e a forma como esta é explorada, utilizando a enxada e o arado como utensílios privilegiados na agricultura, processada de forma intensiva, atendendo à exiguidade do espaço arável e à formação orográfica da ilha (Carita, 1989).

Este conjunto de características configuram a Região Autónoma da Madeira como zona desfavorecida, já que as explorações agrícolas regionais são, na sua maioria, de pequena dimensão, repartidas por socalcos, dificultando ou mesmo impedindo a sua mecanização e tornando árduos os trabalhos realizados neste sector.

A Madeira: cadinho do desenvolvimento científico

A riqueza natural do território madeirense permitiu, desde muito cedo, que se desenvolvesse o conhecimento científico, iniciado e potenciado por naturalistas estrangeiros (Thomas Wollaston, no século XIX, e Joseph Banks, um século antes, por exemplo), que se encarregaram de o divulgar. Também, madeirenses como é exemplo Carlos Azevedo de Menezes e outros investigadores portugueses deram o seu contributo para o alargamento da História da Ciência do arquipélago da Madeira.

As referências existentes na obra *On the Origin of Species*, relativas à riqueza natural madeirense, advêm, sobretudo, da troca de correspondência com outros naturalistas que estiveram na Madeira. São alguns exemplos as cartas trocadas com Richard Thomas Lowe e Thomas Vernon Wollaston, onde é discutida a flora e fauna do arquipélago (Nélio Pão *in* Vieira, 1996, 1999).

Assim, será pertinente referenciar que, a partir do século XVIII, os visitantes das ilhas tenham sido “catalogados” em três grupos distintos: *invalids* (doentes), viajantes, turistas e cientistas. Enquanto os primeiros fugiam ao inverno europeu e encontravam na Ilhas o alívio para as suas doenças, os restantes vinham atraídos pelo gosto da aventura, à procura do pitoresco e do conhecimento e descobrimento dos infindáveis segredos do mundo natural.

A presença de viajantes e *invalids* foi determinante para a criação de infraestruturas de apoio. Se num primeiro momento se socorriam da hospitalidade dos insulares, num momento subsequente, a gradativa afluência de estrangeiros implicou a montagem de uma estrutura hoteleira de apoio,

vetor de muito intenso desenvolvimento na economia madeirense. A Madeira firmou-se, deste modo, a partir da segunda metade do século XVIII, como estância para o turismo terapêutico, mercê das qualidades profiláticas do seu clima, na cura da tuberculose, o que cativou a atenção de novos forasteiros. Aliás, foi considerada por alguns, como a primeira e principal estância de cura e convalescença da Europa.

- Fatores sociopolíticos e demográficos - os regimes de divisão territorial e as suas implicações

A organização social desenhada pelos capitães donatários, constituiu, neste contexto, uma forte determinante na conquista territorial, assegurada por rígidas leis de exploração dos homens, distribuídos pelas capitânias e organizados em casais dependentes do senhor, epíteto de uma sociedade marcadamente feudal, que os obrigava a tirar a renda, executar benfeitorias, construir abrigo e sustentar a família: «[...] a implantação das capitânias e respetivos direitos de propriedade, ao longo de séculos, ficou sujeita às normas administrativas dos regimes de morgadio¹⁴, arrendamento, sesmaria¹⁵, meação¹⁶, entre outras modalidades de posse ou de uso dos campos.» (Mestre, 2002: 37).

De acordo com Carita (1989; 105), «os colonos receberam as terras em plena propriedade, e a extensão de cada quinhão era limitada para que o proprietário fosse capaz de as rentabilizar no prazo de dez anos».

Deste modo, as unidades familiares constituíram o impulsor da produção agrícola madeirense (séculos XV e XVI), fator com efeitos a nível da economia nacional, ficando a agricultura a marcar o ritmo do crescimento económico, até à Segunda Guerra, e a configurar a ruralidade como a expressão da organização social do arquipélago.

Segundo Carita (1989), a partir de 60, a política de concessão de terrenos, principalmente na parte sul da Ilha, piorou consideravelmente. As frentes de arroteamento foram limitadas, pondo-se termo à concessão de terras

14 Propriedade de um fidalgo ou morgado.

15 Terreno maninho que se distribui a colonos ou cultivadores; terra inculta de pasto; Lei das Sesmarias – ordenação do rei português D. Fernando (1383-1385), que determinava o cultivo das terras maninhas pelos seus proprietários ou a sua entrega ao Estado, que as distribuiria aos empregados.

16 Ou a meias – contrato em que o dono de um terreno agrícola recebe do arrendatário que o trata metade da produção em géneros.

em regime de sesmarias; estas políticas de gestão agrária tiveram o intuito de preservar áreas de pasto e de usufruto comum, essenciais para o apoio à exploração da cana-de-açúcar. Deste modo, a compra e venda de terrenos concentrou-se nas mãos da aristocracia e da burguesia, situação que motivou também a vinda de estrangeiros atraídos pelo comércio que florescia, que se fixavam no Funchal e nalgumas comarcas periféricas, aparecendo nestas como principais proprietários.

Os contrastes entre os proprietários dos terrenos e os que a trabalhavam torna-se tão evidente que é determinante este fator na estratificação social do povo madeirense. Desta forma, algumas das singularidades da arquitetura rural madeirense ou arquitetura popular/tradicional, no dizer de alguns autores¹⁷ advém desta focalização numa agricultura polarizada, principalmente, nos interesses dos proprietários.

Neste sentido, e de acordo com Rodrigues (1996)¹⁸, que desenvolve um estudo sobre a sociedade madeirense e a organização dos poderes implantados no decurso do povoamento, e tendo em atenção o impacto causado pelo surto açucareiro¹⁹, existe uma relação direta entre a implementação da cana sacarina e o processo de consolidação da estratificação social. Este processo é caracterizado pela articulação e/ou rivalidade entre privilegiados locais e a restante população, causas que determinaram também a hierarquização da habitação rural madeirense. «Foi na Madeira que a cana-de-açúcar iniciou a diáspora atlântica. Aqui surgiram os primeiros contornos sociais (a escravatura), técnicos (engenho de água) e político-económicos (trilogia rural) que materializaram a civilização do açúcar» (Vieira, 1996: 1).

Carita (2008: 553), ao fazer referência à classe popular madeirense, vista sob o olhar dos estrangeiros, menciona a sua extrema pobreza e miséria, enfatizando porém, a sua vertente laboriosa que permitiu humanizar a



17 As arquiteturas de tradição são hoje apreciadas como importantes legados culturais, indispensáveis para decifrar o longo caminho do Homem na arte de construir espaços para seu abrigo, para o de animais, para arrumos e, também para resguardo das alfaías agrícolas destinadas à transformação dos produtos da lavoura e da natureza. (Mestre, 2002; 33). A arquitetura popular será um conjunto de alojamentos e de ações num determinado espaço geográfico onde o abrigo da família – casa rural – por vezes se estende a um conjunto de espaços interligados, resultando num conjunto de edifícios que em muitos casos, apesar de independentes (Mestre, 2002; 34).

18 In Rodrigues, 1996, *Organização de Poderes e Estrutura Social*, referenciado no Anuário de 2009 do Centro de Estudos de História do Atlântico (318).

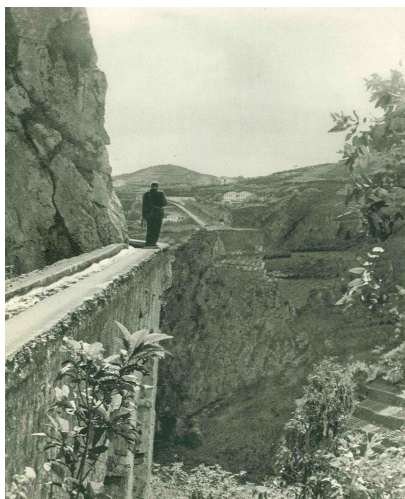
19 A cana-de-açúcar, pelo alto valor económico no mercado europeu e mediterrâneo, foi um dos primeiros e principais produtos que a Europa legou e definiu para as novas áreas de ocupação no Atlântico. Os canaviais dominaram o panorama agrícola madeirense.

4 - Sociedade de contrastes. In *História da Madeira – Questões e Problemas* – Centro de Estudos de História do Atlântico, 2009. (pinturas da autoria de William Combe, 1821 e de T. Edward, 1825, respetivamente)



5 - Levada. Foto de Varvara (MV) in Madeira Quase Esquecida

6 - Poios. «Layers of lush hand-carved terraces resemble shingles on steep slopes.». De B. Anthony Stewart (JLS) in Madeira Quase Esquecida



paisagem, com os seus poios e levadas²⁰, a favor dos senhorios «verdadeiros usufruidores dos proventos finais do seu trabalho». O regime de monocultura, em primeiro lugar da cana-de-açúcar e depois da vinha, sempre foi contra o interesse dos trabalhadores da terra e do interesse pleno dos proprietários, afastando os camponeses da agricultura de subsistência e da pastorícia para terrenos mais altos e afastados.

Ainda que mais tardiamente se tivesse introduzido a cultura do milho (base maioritária de subsistência do homem da terra), esta veio acentuar a grande necessidade de esforço físico do camponês, na criação de regadios bastante afastados das suas habitações que implicavam, para a sua manutenção, deslocções mais penosas e recursos instrumentais mais difíceis (alfaia agrícola e condução de água) na sua rentabilização. Parece, segundo Carita (2008: 556), «estarmos em presença de um quase confronto de classes». Os camponeses deveriam consumir apenas os produtos das suas culturas de subsistência, como batata-doce, batata vulgar/*semilha* e inhame, conforme os solos das regiões por eles habitadas.

Sinais desta dura realidade transparecem aos olhos dos viajantes que relatam a pobreza extrema do camponês madeirense, cujas habitações eram extraordinariamente modestas, constituídas por um único quarto e recheio extremamente simples: «pequenas cabanas, cujos muros, de poucos pés de altura, eram constituídos por pedras toscas, colocadas umas em cima das outras. Tinham telhado de colmo, sem chaminé e, habitualmente, só uma janela, sempre em vidraça, com portada de madeira. A família vivia no seu interior, estreito e sem tabiques, sobre um chão nu, coberto por uma armação de madeira, um pé acima da terra, havendo outras casas que nem isso tinham [...] a um canto, amontoavam-se algumas tábuas, palha e o que parecia ser um lençol, que se armava em cama para dormirem», conforme relata Carl W. Kämpfer, citado por (Carita, 2008: 557), situação que foi parcialmente alterada

20 **Poios** – «nome regional dos socacos, que no Douro se chamam geios, cobrem toda a superfície cultivada. Sobem desde o litoral até 700 ou 800 metros de altitude. Se o declive é médio, o poio não é mais do que um pequeno muro de sustentação separando parcelas mais ou menos inclinadas. Mas se o declive é muito acentuado é necessário levantar um muro alto e espesso»; **Levadas** - «Estes aquedutos são aparentemente muito simples: um canal construído em alvenaria, com a profundidade de meio metro e a largura de 70 centímetros, geralmente acompanhado de uma estreita plataforma onde se dispõe um caminho. No canal principal, entroncam-se levadas secundárias, providas de uma pequena comporta que permite regular a quantidade de água a escoar. O ponto de partida destas é muitas vezes uma cascata ou um regato de caudal mais considerável. Pode achar-se a altitudes de 1000 metros. A levada desce então quase insensivelmente, contornando os relevos e dividindo-se em canais secundários que trazem a água para os terrenos cultivados. (Carita, 1989: 98);

pelos *demaristas*²¹, em meados do século XIX.

A alimentação destas classes desfavorecidas consistia quase unicamente em vegetais e peixe salgado. Abaixo desta classe de camponeses, existia ainda uma mais desfavorecida, constituída por trabalhadores de jorna, por conta de outrem, sem qualquer terra e futuro, acabando por caírem na mendicidade.

A evolução do número de população na região autónoma da Madeira sofreu uma evolução acentuada, durante o século XIX, muito embora nos anos de 1842, 1846, 1847 (anos de fome), tenha sofrido grandes retrocessos, fazendo disparar a emigração. Um surto de cólera em 1856 fez com que o arquipélago perdesse cerca de 10 mil habitantes. Estes fatores tiveram nítidas consequências tanto na fragmentação das explorações agrícolas bem como na dispersão das parcelas por agregados familiares. «A Madeira foi palco de conflito entre o pão e o vinho em termos de ocupação do diminuto espaço agrícola» (Carita, 2008: 414).

Este aumento de pressão demográfica sobre a propriedade conduziu a um inevitável incremento do parcelamento e acentuou a manutenção de processos ancestrais e ineficazes, contributivos para uma baixa produtividade.

- Fatores económicos e financeiros - o arquipélago enquanto espaço de exploração económica

Já no século XV, a importância estratégica do arquipélago da Madeira já era bastante notória, atendendo ao seu papel fundamental na afirmação colonial no Novo Mundo, enquanto espaço de exploração económica, porto de escala de navios, fatores que têm ainda contribuído para a sua afirmação atlântica. Nos séculos XVIII e XIX, foi potenciada esta vertente estratégica pela procura continuada do arquipélago enquanto escala da navegação e comércio, associada a centros de apoio e laboratórios da ciência, baseados na experimentação/exploração da fauna e da flora. A partir de meados



7 - Construção da Levada do Norte (Lanço Sul - décadas de 40/50 do séc. XX) in Madeira Quase Esquecida

8 - Construção da Levada do Norte. Foto Perestrellos. (JLS) in Madeira Quase Esquecida



21 Demerarista ou demeriante: designação para os emigrantes provenientes de Demerara, Guiana Inglesa, cuja capital, Georgetown, albergou no século XIX uma importante colónia madeirense; também eram conhecidos localmente por *canecos*.

do século XIX, o Funchal enfatizou a sua vertente de porto de escala de navios de passageiros, maioritariamente ingleses. Para isso, contribuiu a presença britânica e a afirmação da Ilha como estância turística e centro de experimentação científica (Vieira, 1996).

9 - Funchal no século XIX: a sua importância estratégica enquanto porto de escala (Fonte: M.C.F.F. – Funchal from West – Dusseldorf, século XIX – 1852/54, desenho de Johan Frederick Eckersberg, do álbum “Views in Madeira – nº de inventário 4-190)



A trilogia: cana-de-açúcar/vinha/cereais + frutas + leguminosas

A Madeira é, entre todas as ilhas dos arquipélagos macaronésios, a que apresenta um espaço agrícola muito condicionado pelas suas condições geofísicas. A superfície da ilha é de 300.000Ha e a área cultivada terá chegado aos 30.000Ha; hoje, é de apenas 9.000Ha, (14%). Também, um quarto da superfície situa-se acima dos 1.000 m de altitude e, cerca de 11%, em declives superiores a 16%. Atualmente, a área de floresta Laurissilva, que no século XV ocupava a totalidade do espaço da ilha, limita-se a 15.000Ha. Toda esta conjuntura veio gerar um sistema de culturas por camadas, situando-se a cana-de-açúcar no patamar até 200 metros de altitude.

A cana sacarina constituiu, na Madeira, uma cultura de tal forma disseminada e com tal importância na economia, que teve a proteção dos senhorios e da coroa, ocupando o solo arável disponível, na vertente sul (de Machico à Calheta), cujo clima, quente e abrigado dos ventos alíseos, permitiu

que os canaviais atingissem os 400m de altitude; por sua vez, as condições climáticas bem como a grande concentração de espécies endêmicas da vertente norte não permitiram que esta cultura vingasse para além dos 200m. Assim, a capitania do Funchal abrangia as melhores terras para a cultura da cana do açúcar, sendo que, em Machico, dadas as suas condições geográficas acidentadas, não proporcionava o êxito deste tipo de cultura (Vieira, 1996).

Criadas as condições a nível interno, por meio dos incentivos ao investimento de capitais na cultura da cana-de-açúcar e comércio de seus derivados, do apoio dos senhorios, da coroa e da administração local e central, a indústria açucareira encontrou as condições de prosperar e tornar-se, por algum tempo, dominante na economia madeirense. O incentivo externo do mercado mediterrânico e nórdico aceleraram este processo expansionista. Em meados do século XV, os canaviais foram motivo de deslumbramento para Cadamosto e Zurara, (referenciados por Fernandes, 1992): os açúcares *“deram muita prova”* e os *“vales todos cheios de açúcar [...] aspergiam muito pelo mundo”*. A sua fase ascendente (1450 e 1506), não obstante a situação depressionária de 1497-1499, é marcada por um crescimento acelerado, atingindo o seu auge em 1506; o seu declínio agravou-se nas centúrias seguintes. Na década de trinta, consumava-se em pleno a crise da economia açucareira e o ilhéu viu-se aos poucos com a necessidade de abandonar os canaviais e de os substituir pelos vinhedos *“sempre andou de canas e agora mando que se ponha de mallvazia para dar mais proveito...”*, declaração proferida, em 1571, por Jorge Vaz, citado por Vieira (1996: 22), ao referenciar a vontade real motivada pela existência de outros mercados produtores (S. Tomé e Brasil).

Assim, na segunda metade do século XV, emerge a crise na indústria açucareira, motivada tanto pela concorrência de novas áreas como também por dificuldades na sua produção dentro do território madeirense: o espaço da ilha oferece limitações determinadas pelas práticas de uma produção intensiva, que esgota os terrenos com maior facilidade. Foram, efetivamente os espaços insulares aqueles que registaram as maiores dificuldades a este nível, excetuando-se deste contexto, as ilhas de S. Tomé e Príncipe (Vieira, 1996).

O conhecimento sobre a produção de vinho na ilha, nos séculos quinze e dezasseis, só é possível através de relatos de visitantes estrangeiros que a consideraram, de forma unânime, enquanto cultura propiciadora de riqueza da ilha e com grande potencial nas trocas comerciais, características que

permanecem até aos nossos dias.

No entanto, na Madeira não se extinguíram as indústrias ligadas ao açúcar (doçaria e conservas), o que não fez desaparecer da ilha a cultura da cana sacarina. Já no último quartel do século XIX, os canaviais tornaram a recobrir o solo madeirense e a indústria de fabrico de aguardente e açúcar manteve-se com alguma pujança, até à década de setenta da presente centúria.

A base de alimentação dos povos ilhéus não se resumia apenas aos produtos basilares da economia; a estes juntava-se o consumo de leguminosas e de frutas, assumindo a cultura destas últimas uma componente importante na economia de subsistência, sendo esta realidade referenciada, com grande insistência, por Gaspar Frutuoso, nos finais do século XVI. As leguminosas e as frutas, para além do uso no consumo diário, também eram utilizadas no provimento das naus que aportavam, com assiduidade, aos portos insulares. Relativamente ao papel das ilhas mediterrânicas e atlânticas na época moderna, Fernand Braudel referencia as contingências dos ilhéus, sujeitos às oscilações da história política e económica e a toda a problemática advinda da variação dos circuitos marítimos e a constante insegurança gerada pelos “predadores” do mar (Daveau, 1995).

1.1.3 | Da emergência da arquitetura rural habitacional madeirense até à atualidade

No seu processo de povoamento, iniciado ainda em quatrocentos, as ilhas assistem à entrada e à fixação de gente, animais, plantas, produtos e técnicas originárias da Metrópole. Progressivamente, vão-se edificando as infraestruturas básicas à sobrevivência e à habitabilidade: surgem as primeiras casas, inicialmente de madeira, com cobertura de colmo, taipa e salão e, depois, de pedra argamassada e telha; seguem-se as unidades industriais de moagem (engenhos de serrar madeira, de moer cereais e de produção do açúcar) e as tendas para uso dos vários ofícios indispensáveis à dinâmica do dia-a-dia. No que respeita à paisagem natural, as necessidades agropecuárias foram sendo suprimidas com a introdução e o cultivo de produtos e de animais domésticos (Daveau, 1995). «O território aparece como um palimpsesto onde sucessivamente se foram escrevendo dados novos que hoje podemos ler, decodificar e interpretar» (Salgueiro, 1992: 8).

Tal com refere Fernandes (1992: 175), ao discorrer sobre a casa rural e os modelos eruditos no território continental, «Não se pode ignorar a constante permeabilidade de influências entre a casa erudita edificada em meio rural e a construção menos elaborada e de programa mais simples do mesmo meio. Os fenómenos de difusão cultural, transportando modelos e experiências, entre norte e sul, interior e litoral, desde cedo devem ter actuado como processos de transformação de formas, de técnicas de construção, das expressões decorativas». Esta premissa terá igualmente pertinência, quando falarmos da arquitetura habitacional rural madeirense. A casa rural é duplamente abordada e desenvolvida nas suas vertentes morfológicas e tipológicas, dado que é nas combinações “celulares” dos corpos construtivos que se explicita a sua criatividade espacial e compositiva (Fernandes, 1992).

«A estrutura socioeconómica do Arquipélago da Madeira apresenta características muito nítidas de subdesenvolvimento, que o contraste entre a cidade — o Funchal — e o campo — o resto da Ilha — ainda mais acentua.»

Pereira (1969: 780)

1.1.3.1| Os ciclos de evolução da arquitetura da habitação rural madeirense

A habitação emerge de um complexo processo onde subjazem fatores de índole diversa (sociais, económicos, geográficos e técnicos) que a configuram bem como às suas mudanças. Os costumes e modos de vida dos povos orientam o formato e a transformação da casa humana; deste modo, a casa inscreve as alterações histórico-sociais, as inovações técnicas, a situação económica, o grau de desenvolvimento alcançado nessas vertentes, por uma determinada região (Miguel, 2002).

Como já anteriormente referenciámos neste trabalho, o movimento da *Casa Portuguesa* vem analisar e explicitar a existência de um tipo específico de habitação popular que seria caracteristicamente português – designado por casa portuguesa – e a defesa e institucionalização de um formulário arquitetónico adequado às exigências da vida moderna e inspirado nesse tipo de habitação (Leal, 2009). Nesta senda, foi proposta uma “radiografia” da arquitetura popular portuguesa interessada, entre outros objetivos, em sublinhar a sua diversidade regional.

Norteados pelo *Inquérito*, «Cada um desses estudos de caso – organizado de acordo com um guião de pesquisa relativamente uniforme – compreendia



10 - Câmara de Lobos. Bilhete-postal em circulação no início do séc. XX. (JLS) in Madeira Quase Esquecida

por exemplo informações sobre a composição e principais características socio-económicas da unidade doméstica estudada e da exploração agrícola a ela associada. Seguiu-se uma apresentação detalhada da casa, com a sua localização, a caracterização do seu aspeto exterior, a indicação dos materiais utilizados na sua construção e a identificação dos principais anexos agrícolas. As condições de acesso à água e aos esgotos eram também especificadas. Cada uma das divisões internas da casa era apresentada, com as medidas exatas, o levantamento das condições de arejamento e iluminação, etc. Seguiu-se o inventário quantificado do recheio da casa, incluindo móveis, utensílios de cozinha e “roupas da casa”. A fechar, eram fornecidos dados sobre o aquecimento e a iluminação da casa» (Leal, 2009: 10).

Sustentados neste conjunto de elementos e considerações, torna-se possível enquadrar a diversidade regional e particularizar a arquitetura rural habitacional madeirense, argumento que levou Víctor Mestre (2002) a dar seguimento a este mote já interpretado pelo movimento da Casa Portuguesa.

Segundo este arquiteto (2002: 285), a evolução da «casa madeirense de raiz popular terá conhecido três idades: uma idade primitiva, uma idade antiga e uma idade moderna». Poderá conhecer uma quarta idade, a idade contemporânea, se lhe for conferida o estatuto de conceito cultural/patrimonial.

i) A idade primitiva refere-se à memória continental de raiz medieval e tardo-gótica e no manuelino insular, características de algumas tipologias de edifícios situados nas diferentes unidades regionais, decorrentes da divisão da Ilha em capitánias. Neste arco temporal, também teve lugar o imprevisto, que terá contribuído para algumas das singularidades da arquitetura habitacional rural madeirense.

ii) A idade antiga compreende a época que vai do início do povoamento até à estabilização dos modelos inventados e reinventados pelas condicionantes ligadas à organização social dos agregados familiares, decorrentes das atividades agrárias, características do território, do clima, dos materiais construtivos naturais e disponíveis para as construções. Como refere Pereira (2011: 16), «Construtor da sua própria casa ou quando muito, seu afortunado herdeiro, o camponês imagina-a, concebe-a, habita-a, e transforma-a, em função da atividade agrícola [...] a casa é parte de uma unidade de produção familiar [...] promissora de auto subsistência».

As tipologias habitacionais²² mais elementares terão estabilizado nos séculos XV e XVI. No entanto, fruto da influência da arquitetura mais erudita

22 «Entenda-se aqui “tipologia” como o estudo da organização espacial interna das habitações, com a sua catalogação, ordenamento em grupos afins, comparação das variantes» (Fernandes, 1992: 201)

urbana solarenga, dos séculos XVII e XVIII, ter-se-ão desenvolvido tipologias de maior complexidade e aperfeiçoamento de materiais. Esta evolução foi potenciada pelos ciclos de maior desenvolvimento económico da Ilha da Madeira, nomeadamente, os ciclos do trigo, da madeira e do açúcar, seguidos do ciclo do vinho.

O surto emigratório registado no princípio do século XIX, com a influência dos regressantes *demaristas* e, subseqüentemente, com as indústrias de bordados e vimes e a cultura da bananeira, configurou a iii) **idade moderna**.

Refira-se que, durante todo o período das três idades, manteve-se constante o agregado familiar autónomo, pelo que não nasceu qualquer aldeia ou lugar com características comunitárias. Deste modo, houve o reforço da individualidade familiar, fator que se repercutiu

na organização espacial da casa e do território, ocasionando um tipo de povoamento disperso em toda a Ilha, evidência de um tipo de autonomia socioeconómica.

A **Segunda Guerra Mundial** prescreveu um período de desarticulação da arquitetura popular madeirense motivada, entre outros fatores, pelo desvio do trabalho do campo para a emigração para África, Venezuela e para a migração para a cidade do Funchal, em busca de postos de trabalho nas áreas do turismo, comércio e outras atividades do sector terciário. «É [...] no Funchal que se concentram o escolar cultural e as atividades culturais, como é lá que se encontram as melhores oportunidades de emprego, de negócio ou de influência [...] Não admira, por isso, que o Funchal exerça uma atração, que com o tempo se acentua, sobre o restante território insular [...]» (Pereira, 1969: 794).

A desertificação dos campos emerge assim, na paisagem madeirense, decorrente de uma população cujas opções vão na linha da obtenção de um salário, num emprego citadino. Coexiste, deste modo, a desertificação com a degradação do tão rico património da arquitetura popular madeirense e o abandono dos terrenos produtivos.

O aparecimento, **a partir dos anos 50 e 60**, de novas casas cuja tipificação arquitetónica é difícil de catalogar, sobrepôs-se ao desaparecimento de muitos edifícios de valor patrimonial rural. A maioria dos proprietários passa a concretizar uma “nova cultura popular” assente numa raiz urbana, industrial, com habitações desenhadas por “mestres construtores”, sem a erudição de arquitetos sensíveis ao rigor construtivo, conhecimento de materiais, escalas, proporções, adequação de materiais, sentido de contextualização e relações com a identidade cultural de um local, contrariando um tipo de povoamento intrinsecamente disperso, cuja arquitetura funcionava como fusão entre a exploração agrícola e a habitação.

No presente, e de acordo com Mestre (2002), a construção de novas casas

está desligada da atividade rural bem como de quem as habita, sendo que os novos edifícios não se relacionam com os anteriores, extremamente ligados aos caminhos, às levadas, ao uso dos materiais locais. A escassez de terrenos disponíveis tem condicionado a habitação rural a uma implementação sobre penhascos, veredas, com penosos acessos e sem salubridade adequada, que ultrapassam muitas vezes as regras urbanísticas e de planeamento.

Os **anos 70** deram lugar, principalmente na zona sul da Ilha, à proliferação de “construções incaracterísticas” sendo visível o efeito devastador do mau uso dos materiais que equacionam o futuro de determinados núcleos tradicionais, paisagem rural e zonas de paisagem com características endémicas. Tal como refere Gomes (1968: 17) «[...] a nossa Ilha, pelo cosmopolitismo e mau gosto a que tem estado sujeita, se não tenha fixado, nos mais recentes anos, a um tipo de moradia que apresente índole essencialmente regional».

A arquitetura habitacional rural madeirense pode ser estudada de uma forma detalhada e, nesse aspeto, todos os contributos advindos do movimento da Casa Portuguesa e as ações individuais e coletivas que a este se seguiram permitem enquadrar os contributos de Mestre (2002) que, sustentado nos referidos princípios, lhe permitiu a elaboração de um quadro tipológico, passível de inventariar a habitação tradicional da Ilha, relativamente à distribuição do espaço arquitetónico e aos materiais utilizados (Anexo 2).

Há igualmente que considerar e privilegiar um conjunto de indicadores que clarificam a base concetual das tipologias. Tal como refere Fernandes (1992: 201-202), «o grau de complexidade espacial, ou seja, o número, a organização, disposição, forma e função dos diversos compartimentos [...] relação que o espaço de preparação de alimentos (cozinha-forno-lareira) estabelece com o corpo restante da casa, bem como pela gradação de exemplos entre o simples modelo de casa térrea com corredor central ou lateral [...]; a “expressão geral” da casa, dada a combinação dos diversos elementos morfológicos [...] (paredes e fenestranças, coberturas, torres, molduras de vãos, elementos de madeira, forno) [...]». É nesta análise múltipla que se podem alicerçar os chamados “tipos de casa elementar” ou “simples” ou de “casa complexa”.

1.1.3.2 | A casa elementar

De acordo com Fernandes (1992: 202), «este tipo de casa [...] é caracterizado, no seu padrão mais corrente, pela existência de um corpo de planta retangular ou quadrada, definido por quatro paredes resistentes e dividida internamente por tabiques. [...] Na sua parte traseira podem acrescentar-se outros corpos de paredes resistentes, dependendo do crescimento do agregado familiar.»

No âmbito desta tipologia, Mestre (2002) inclui dois grandes subgrupos, tendo por base o critério “cobertura” (de palha, de telha cerâmica), explicitando que as características construtivas da cobertura constituem os “sinais exteriores” a ter em consideração para se distinguir estes dois grandes grupos, a sua “modulação” e a diferença entre as espacialidades, muito embora haja semelhança entre as suas plantas (ambas elementares).

Ambos os modelos surgiram em simultâneo, mas partiram de bases diferentes. Excluindo a sua elementaridade tipológica, existem vários pontos em comum ao nível do espaço vivencial exterior: latada/jardim, horta/pomar ou horta/vinha e/ou horta/bananeiras, a pintura exterior com cal e cores base misturadas na cal (pigmentos que variam entre os ocre e os rosas tijolo).

Na verdade, a caiação, tanto a branco como a cores, foi um elemento bastante evidenciado por Raul Lino, por constituir um aspeto fundamental da casa portuguesa, tal como este a concebe (Leal, 2000). No que respeita à posição da cozinha, verifica-se que esta pode surgir isoladamente, encostada, integrada ou noutras “situações de carácter ambíguo”.

Na casa elementar de cobertura de palha e paredes de alvenaria de pedra, a cozinha assume bastante centralidade “casa-mãe” ou “casa-cozinha”, distinta da “casa de dormir” por um tabique improvisado. A interioridade comporta ainda uma parede de tabique de pranchas dispostas ao alto, provocando desvão do espaço livre do teto e uma cobertura a quatro águas.

Ainda no âmbito das casas elementares de alvenaria cobertas de palha, existe uma tipologia mais vulgarizada no sul da Ilha (Santa Cruz e Calheta) que é constituída por dois volumes e quatro águas: o volume dos quartos e o volume da cozinha, ou ainda a cozinha encostada aos quartos, com parede de alvenaria a dividir os compartimentos, mas sem comunicação interior e mantendo as coberturas separadas. A cozinha aparece forma integrada ou encostada à habitação ou mesmo afastada fisicamente desta. Em todos os casos, todas as cozinhas têm forno interior, existindo casos em que apenas

11 - «Ida ao médico» in Madeira Quase Esquecida

12 - Quinta do Santo da Serra, 1935 in Madeira Quase Esquecida



existe um pial ou uma bancada com base baixa onde se cozinhavam os alimentos. Pode distinguir-se ainda, nesta tipologia, uma variante: casa com cozinha separada, organizada num volume, com dois quartos, aparecendo a cozinha muito próxima deste; os quartos comunicam entre si, através de um vão (porta). Esta variante distingue-se pela sua dimensão quase quadrangular e por um espaço aberto de grande altura, permitido pela elevada cota da cumeeira. Uma segunda variante destaca-se pela expressão quadrangular com entrada pela fachada mais estreita e uma marcada altura de cobertura de palha. Tem duas portas, em duas fachadas; a principal, na fachada mais estreita e a outra no compartimento de fundo, dando acesso à cozinha. Esta variante tem ainda um pequeno sótão, no desvão da cobertura, servido por uma escada a pique ou de encosto. Registam-se casos com a existência de dois pisos (duplicação da área) em que o piso inferior é composto por “lojas” destinadas ao armazenamento de alfaia e produtos agrícolas. A cozinha aparece sempre separada, variando as coberturas entre três a quatro águas (enquadram-se as casas de Santana de fio e meio fio).

Casa elementar de cobertura de palha e paredes de madeira: as casas de fio ou de empena, meio fio e a casa redonda.

Estas casas são construídas integralmente em madeira e explicitam uma grande disciplina construtiva. A armação é uma espécie de “quadro” onde todas as peças se integram e ajustam com perfeição. A sua construção era realizada exatamente no local onde iria ser implantada. As casas de fio têm a empena (frontispício) triangular e são cobertas de restolho desde a cumeeira até ao solo, formando duas águas, compostas por um sótão onde se guardam produtos agrícolas e por um piso térreo, geralmente área habitacional, que se encontrava dividido em duas partes separadas por um frontal. O acesso ao sótão fazia-se normalmente através de uma escada transportável.

Esta tipologia apresenta combinações cromáticas interessantes e contrastantes, com as flores suspensas em vasos na



13 - Santana – protótipo da casa «típica» madeirense. Fonte: Junta de Freguesia de Santana

14 - «No abafamento ou restolhar das casas de palha são necessários quatro homens, com experiência, que desempenham tarefas diferentes, mas encadeadas. São necessários cerca de vinte e quatro a vinte e seis "maranhos" de palha de trigo e oito dúzias de varas.» (Fonte: Junta de Freguesia de Santana – Casas Típicas)





15 - Casa elementar com cobertura degradada - espólio da junta de freguesia do Jardim da Serra

16 - Obra de Vimes. Fotos Perestrellos in Madeira Quase Esquecida



17 - Camacha: exemplares de casa elementares com cobertura de telha cerâmica. Espólio da Junta de Freguesia da Camacha

sua fachada. As casas de fio ou de empena apoiavam as traves longitudinais diretamente nas pedras do chão, as casas de meio fio são resultantes de uma inovação relativamente recente, caracterizada pela elevação da armação da cobertura, em todo o seu perímetro, alteração que evoluiu para alvenaria de pedra ou blocos de cimento. São casas de cobertura de três águas, que terminam junto ao chão, no caso das casas de fio e levadas nas casas de meio fio. Ambas têm uma fachada/empena onde se localiza a porta e pequenas janelas com os respetivos tapa-sóis coloridos. Numa versão mais evoluída, dispõem de sótão, cuja acessibilidade é efetuada pelo exterior. Nas casas de meio fio, e no sentido de ser aproveitado o desnível do terreno, existem exemplares com um piso inferior com lojas, que não comunicam no seu interior.

A difícil manutenção desta tipologia fez com que não existam exemplares comprovativos, na atualidade, muito embora as casas de Santana façam a recriação desta configuração habitacional, com dois exemplos executados na segunda metade do século XX.

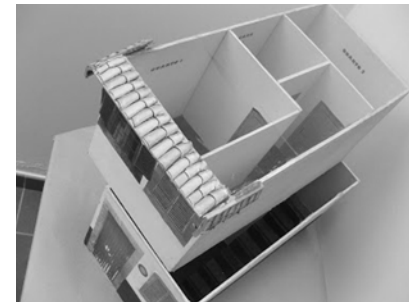
A casa elementar com cobertura de telha cerâmica

Trata-se de uma tipologia formada por um volume baixo, retangular, com telhado abatido de quatro águas, porta janela e porta e duas janelas ou duas portas, cuja base é um piso térreo. É caiada de branco com pigmento cinzento no soco e nas molduras dos vãos; possui chaminés de grandes proporções ou em forma de prisma erguidas sobre o forno. Esta tipologia encontra-se implantada numa plataforma suave a meia encosta, com latada sobre o pequeno terreiro fronteiro à casa pavimentado com calhau rolado, limitado



por murete com bancos corridos rebocados e caiados, que permitem o acesso à horta e ao pomar por veredas e degraus em lomba.

No seu interior, a casa integra a cozinha separada dos quartos por uma parede de alvenaria, com ou sem comunicação interior e desvão até à cumeeira. Comporta dois a três compartimentos de dormir comunicantes entre si e divididos por paredes de tabique rebocadas ou de pranchas de madeira dispostas ao alto. Esta tipologia deu o mote a algumas variações que mantêm esta estrutura base: a sua construção obedece a um grande aprumo construtivo baseado numa regra ancestral de escala. No seu uso quotidiano o acesso efetua-se sistematicamente pela cozinha, “o centro da vida social desviado do centro geométrico da casa”. A cozinha é, deste modo, o centro do trabalho feminino responsável pela gestão de pessoas e atividades. Esta tipologia integra ainda uma divisão suplementar “casa de despejo”, espaço destinado ao apoio das atividades domésticas e lavoura. Excecionalmente, esta tipologia integra ainda um palheiro que serve para abrigo de gado e armazenamento de palha. O terreiro constitui um espaço fundamental desta tipologia, uma vez que pode ser considerado “o espaço mais habitado da unidade agrícola”, dado que é lá que se desenvolvem a maioria das atividades ligadas à terra.



18 - Modelos reconstituídos patentes no Núcleo Museológico da Casa do Povo da Ilha sob a temática: "Património nas Escolas - Arquitectura Tradicional Madeirense", da Direção Regional dos Assuntos Culturais (disponível em blogstop.com).

«Cheira-me tanto a fruta que espreito para dentro das casinhas impenetráveis; só distingo manchas coloridas de flores e pomares de rainhas-cláudias, que o sol amadurece e trespassa.» in *As Ilhas desconhecidas* de Raul Brandão (157)

19 - Jardim da Sérra, espólio da junta de freguesia do Jardim da Serra

Casa elementar de dois pisos

A casa elementar térrea sofreu evoluções em vários dos seus tipos, sendo o mais generalizado aquele que aproveita o desnível natural do terreno, possibilitando a existência de mais um piso ou uma metade de um piso conforme a configuração do terreno. Existem situações intermédias em que as habitações encostam-se em duas faces a um declive, ficando as aberturas alinhadas ou não pelos vãos superiores. O balcão de acesso à casa fica, na sua generalidade, ao nível da rua ou da plataforma nivelada para o efeito. As duas lojas do piso inferior podem comunicar ou não entre si e são divididas





20 - «[...] a latada sobre varas à entrada do quintal, é um encanto que não sei explicar [...]» in *As ilhas desconhecidas* de Raul Brandão (160) – In *Madeira Quase Esquecida*

21 - Casa da Silveira / Solar da Silveira (1783) - construção inicial elaborada pela família Lícios de Lagos (LAO). Foto de Lúcia Oliveira/MQE/DR²³



por uma parede mestra ou de pranchas de madeira.

O modelo original desta tipologia permite fazer uma leitura de volume “robusto mas harmonioso”, no caso das casas mais abastadas, por oposição a um edifício “mais curto, mais concentrado, principalmente se o alçado tardoz só dispuser de um piso, no caso das casas das famílias menos abastadas.

Casa em esquadria e casa duplicada advém do facto de se associar um outro compartimento perpendicularmente ao topo de uma casa linear, onde habitualmente está localizada a cozinha. A cozinha é assim, substituída por mais um quarto. A versão mais evoluída deste modelo integra um corredor em ângulo reto ou esquadrias e a sala do outro topo, ficando entre estes espaços dois quartos com entrada particularizada. Esta gestão do espaço configura uma grande evolução ao nível da arquitetura habitacional rural, dado que se transforma o “espaço perdido” em “espaço de circulação”. As mesmas regras estão subjacentes à casa duplicada, onde duas casas elementares se encostam paralelamente, mantendo as coberturas separadas e formando dois telhados paralelos. A cozinha fica num dos topos e os compartimentos comunicam entre si, através de uma porta central, localizada no meio da casa ou então através de um corredor num dos módulos.

23 Casa rural madeirense, de linhas simétricas e austeras, que se impõe na paisagem pela sua volumetria, destacando-se a fachada principal com portal de cantaria, arquivada e datada, enquadrada num parque de árvores centenárias. Implantada num vale entre Ponta Delgada e o Arco de São Jorge, à saída do túnel que liga as freguesias de Boaventura e Arco de São Jorge; ergue-se a meia encosta, enquadrada numa paisagem agrícola, junto ao caminho municipal.

No primeiro piso, encontram-se vestígios do lagar e de outras dependências destinadas às alfaías agrícolas e o produto das colheitas; na parede são visíveis argolas que serviam outrora para amarrar os cavalos; da calçada de calhau rolado no pátio e da escadaria em cantaria que dava acesso ao segundo piso. Consta que aqui residiu temporariamente Antero de Quental (século XIX), aquando da sua visita à sua tia D. Isabel de Quental, e aqui escreveu poemas *Lançados ao Vento*. No século XX, sofreu alterações, e depois de já estar em ruínas, falou-se na sua recuperação por volta do ano de 1996, a qual nunca foi levada a efeito.

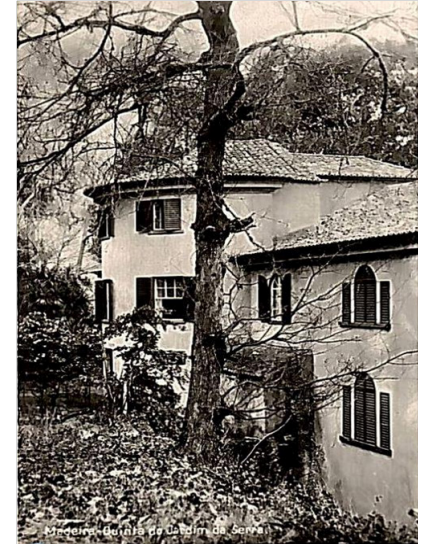
A cobertura desta casa resulta de uma adição do telhado lateral de três águas da cozinha ao telhado longitudinal do corpo principal de quatro águas (Casa de Morgado, Casa do Esmeraldo, Casa dos Albuquerque de posição social média), o que denota que esta tipologia pode ir desde a elementaridade à quase condição de solar. Ainda nesta tipologia que surgem sinais de “modernismos” ao gosto da burguesia rural dos séculos IX e XX (balaustres em escadas e balcões, portadas integráveis nas paredes com alçados interiores trabalhados, frisos e elementos decorativos). (www.monumentos.pt)

1.1.3.3 | A casa complexa

Na **casa complexa de cobertura de telha** a grande centralidade recai no corredor enquanto “espaço canal” ou espaço exclusivamente de circulação; a tipologia é desenhada em função deste elemento já que o corredor funciona como eixo estruturante com implicações no processo construtivo; é associado a uma entrada centralizada, acentuando a fachada simétrica com balcão bastante amplo, sinónimo de um agregado familiar com importância social e nível económico superior. Os compartimentos interiores são de grande amplitude quer na largura quer na altura; são casas com aspeto exterior de casarões quadrangulares, com telhado único de quatro águas. Têm sempre dois pisos, sendo o inferior destinado à adega, lojas e cozinha integrada no corpo da casa e localizada no extremo da entrada nobre. Todos os compartimentos ladeiam o corredor e alguns deles tem duas portas (Casas dos Demaristas). Trata-se de uma tipologia «pensada como um todo finito, indivisível e sem associações possíveis» que marca «o fim da arquitetura popular em termos de uma potencial cadeia tipológica evolutiva e construída em moldes construtivos artesanais» (Mestre, 2002: 147).

A **casa torreada** é menos vulgar na Ilha da Madeira e deverá remontar à fase inicial do povoamento do arquipélago. A sua semelhança poderá ser estabelecida à casa salaia dos arredores de Lisboa. Esta tipologia é reveladora da transposição de modelos continentais da arquitetura popular para os territórios colonizados.

A **Casa moderna** corresponde à tipologia construída já no século XX; foi implantada em novos arroteamentos, na sua generalidade adquiridos por emigrantes regressados da América, do Brasil, de Curaçau e Venezuela. Os modelos são praticamente decalcados nas tipologias tradicionais (tipologias elementares, de um a dois pisos, com cozinha integrada sempre com cobertura de telha de quatro águas). O facto de se identificar estas casas como modernas decorre da existência de aspetos formais como as portas largas e altas, com bandeira, chaminés graciosas, com molduras e pré fabricadas, janelas modulares com ou sem tapa-sóis. As ombreiras, lumieiras e molduras são em argamassa, estreitas e com traços de corte com a finalidade de reproduzir a configuração das cantarias antigas.



22 - Casa torreada - Quinta do Jardim da Serra in Madeira Quase Esquecida

23 - Quinta do Terreiro da Luta in Madeira Quase Esquecida



2.1| Metodologia

A metodologia de investigação subjacente à realização deste trabalho englobou: i) identificação e recolha de informação; ii) tratamento e análise de informação e sistematização; iii) notas conclusivas; iv) considerações finais e propostas para o futuro.

No âmbito da recolha e identificação de informação, procedeu-se à consulta de referências bibliográficas, análise estatística dos dados censitários e trabalho de campo:

- para a caracterização das habitações em estudo, que abrangem a arcada temporal, que dista dos anos 50 da centúria de 900, até ao início do século XXI, cobrindo a análise dos modelos das habitações das três gerações da mesma família, tomou-se como referência os estudos de Víctor Mestre (2002), nomeadamente, o conceito de *casa elementar*, onde podemos inscrever as casas das 1ª e 2ª gerações e inserir as sucessivas remodelações operadas nas suas plantas originais. A análise do caso da 3ª geração, enquanto tipologia diferenciada das do contexto anterior, foi analisada na sua singularidade, dado que o modelo de análise de Mestre (2002) não integra exemplares para além das construções do século XX.

- para a caracterização do contexto sociogeográfico (ilha, concelho e freguesias), procedeu-se à análise territorial e humana dos espaços em estudo, no sentido de possibilitar a compreensão contextual das habitações;

- para a compreensão dos aspetos da evolução da população (estrutura etária, níveis de instrução), famílias (estrutura familiar-dimensão), habitação (nº de edifícios, materiais de construção, infraestruturas, instalações sanitárias, lotação do alojamento), foram analisados dados censitários;

- para a análise e reconstituição da evolução das habitações em análise foi realizado o levantamento das mesmas;

- para melhor entender e integrar estas evoluções, foram realizadas quatro entrevistas (abril de 2013) que tiveram por base o guião que consta no anexo 1, aos casais proprietários das habitações em estudo. Excetua-se deste contexto o caso 1 (1ª geração), cuja entrevista foi realizada aos filhos mais velhos (com mais conhecimento da evolução da habitação), dada a impossibilidade de resposta por parte dos elementos do casal. Destas entrevistas transcritas, foram retiradas as unidades de registo de discurso consideradas mais relevantes para o presente trabalho.

Depois de recolhidos e analisados os dados, procedeu-se à sua análise

e sistematização. Posteriormente, foi interpretada a informação para permitir inferir e daí retirar elementos relevantes para as notas conclusivas, processo que possibilitou a compreensão mais alargada da problemática em estudo. Finalmente, procedeu-se à elaboração das considerações finais e das perspectivas de intervenção para o futuro.

CASOS DE ESTUDO

A arquitetura habitacional rural madeirense: ENTRE O ONTEM E O AMANHÃ

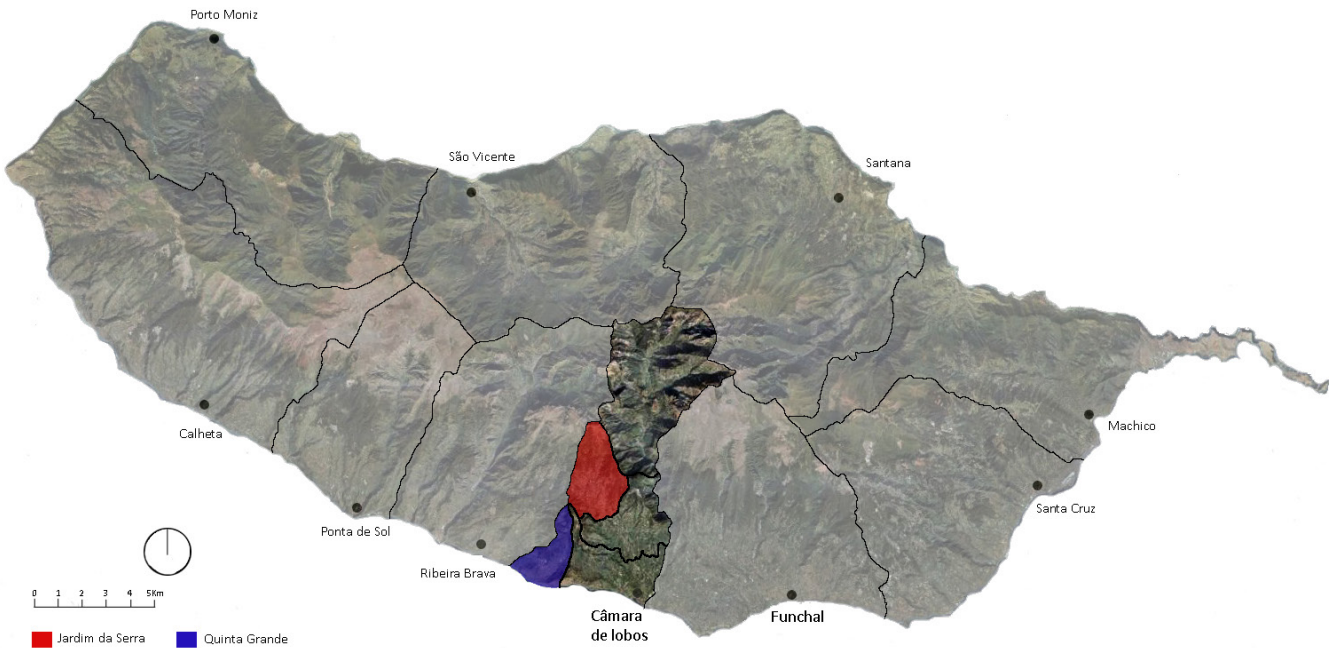
«[...]a casa apresenta-se como um espaço/forma que busca estar adequada e ser resposta correta ao modo de vida dos seus moradores e às características climáticas da paisagem onde se instala. A casa possui sempre um valor económico a partir de fatores variáveis como a sua localização, a qualidade dos materiais empregados, a sua própria estética e os espaços propostos.»

Eduardo Sacriste (1968)

2.1.1| Caracterização/análise territorial e humana dos espaços em estudo

2.1.1.1| Jardim da Serra e Quinta Grande: população, famílias e habitação

As habitações alvo de estudo inserem-se no Concelho de Câmara de Lobos, sendo que as da 1ª e 2ª gerações localizam-se na freguesia de Jardim da Serra²⁴ e a da 3ª geração, na freguesia de Quinta Grande.



24 - Delimitação do espaço geográfico onde se inserem as habitações dos casos de estudo

24 a freguesia de Jardim da Serra foi criada, por desanexação da freguesia de Estreito de Câmara de Lobos, a 4 de Julho de 1996.

2.1.1.1.1| A população

Quando se aborda as questões relativas à população madeirense sobressai, desde logo, o seu progressivo crescimento, evidente já nos primórdios do século XIX (88 mil habitantes, aproximadamente). Este quantitativo alarga-se a 270 mil habitantes, até 1950. A relativa estabilidade no número de população madeirense vai pontuar esta realidade até meados do século XX. No entanto, os movimentos migratórios (para o estrangeiro e para o continente) são fatores responsáveis por algumas perdas populacionais. A este fator também acresce, a partir de 70, a diminuição da taxa de crescimento natural, advinda do maior controlo de natalidade por parte das mulheres madeirenses. Nos anos 90, não são compensadas as perdas registadas daí resultando uma diminuição de população. No entanto, o saldo positivo verificado nos movimentos migratórios, na primeira década do milénio, vem recompor o número de população residente, situação que acontece pela primeira vez (Carita, 2008; Oliveira, s/d).

Neste sentido, os dados do Quadro 1 permitem que sejam observadas as oscilações verificadas, desde 1950: assinala-se a semelhança no quantitativo de população residente na RAM (Região Autónoma da Madeira), nos anos 50 e em 2011, e o crescimento acentuado de população residente, no Concelho de Câmara de Lobos.

Quadro 1- População residente (1950 a 2011)

Zona geográfica	População residente (nº total H/M)					Variação entre 2001 e 2011 (%)
	1950	1970	1981	2001	2011	
1	2	3	4	5	6	7
Portugal	8 510 240	8 648 319	9 833 014	10 356 117	10 562 178	1,99
Continente	7 921 913	8 108 164	9 336 760	9 869 343	10 047 621	1,80
Madeira	269 769	251 059	252 844	245 011	267 785	9,29
Concelho de Câmara de Lobos	27 420	31 288	30 693	34 614	35 666	3,04
Quinta Grande	a)	1 901	1 882	2 156	2 099	-2,64
Jardim da Serra	a)	12 402*	11 442*	3 707	3311	-10,68

A população residente na região da Madeira representa 2,5% da população do país. Na última década, a região da Madeira foi uma das que mais cresceu em população (9,3%). É no Funchal que se verifica a maior densidade populacional da região, com 1 469,6 hab/km2, seguido do Concelho de Câmara de Lobos (684,0 hab/km2).

Legenda: *- altura em que a freguesia de Jardim da Serra ainda estava anexada à de Estreito de Câmara de Lobos.
a) sem dados disponíveis

- A estrutura etária

Os dados estatísticos presentes no Quadro 2 permitem distinguir o progressivo aumento da população, com mais de 65 anos, e a diminuição do número de crianças e adolescentes (0-14 anos), em todos os espaços territoriais representados. Registe-se igualmente, a existência significativa de população na faixa dos 25-64 anos (população jovem, jovem adulta e adulta), no Concelho de Câmara de Lobos e nas duas freguesias em análise.

Na pirâmide etária da Madeira, em 2001, publicada nos Censos (INE, CENSOSRAM, resultados definitivos, p. LIII), é possível verificar, por um lado, a existência de uma população relativamente jovem comparativamente à estrutura etária da população do país e, por outro, os efeitos da emigração que se verificou principalmente, num período sequencial de 20 anos (1960-1980). Contudo, comparativamente a 1991 é manifesto o envelhecimento da população (a base da pirâmide é mais larga naquele ano do que a de 2001) e, no topo, verifica-se um aumento da proporção da população com idades mais avançadas.

Em 2001, a idade média da população residente na Madeira foi de 36,7 anos, ou seja, menos quase 3 anos do que a da população residente total.

Quadro 2- Estrutura etária da população

Zona geográfica	1991 (nº total H/M)					2011 (nº total H/M)				
	Total	0-14 anos	15-24 anos	25-64 anos	65 ou mais anos	Total	0-14 anos	15-24 anos	25-64 anos	65 ou mais anos
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Portugal Continental	9375926	1847544 19,7%	1524112 16,2%	4720620 50,3%	1283650 13,6%	10562178	1572329 14,8%	1147315 10,8%	5832470 55,2%	2010064 19,0%
Madeira	253426	62002 24,4%	46800 18,4%	115205 45,4%	29419 11,6%	267785	44012 16,4%	33091 12,3%	150784 56,3%	39898 14,8%
C. de Lobos	34614	9029 26,0%	6458 18,6%	16079 46,4%	3048 8,8%	36666	7445 20,3%	5637 15,3%	18987 51,7%	3597 9,8%
Q.Grande	2156	526 24,3%	383 17,7%	1020 47,3%	227 10,5%	2099	417 19,8%	303 14,4%	1087 51,7%	292 13,9%
J.da Serra	3707	878 23,6%	732 19,7%	1762 47,5%	335 9,0%	3311	619 18,6%	492 14,8%	1766 53,3%	434 13,1%

- O nível de instrução/qualificação académica

Os dados do Quadro 3 dão indicações de que, entre os momentos censitários de 1991 e 2011, se registou um aumento significativo de indivíduos titulares de ensino superior, no concelho de Câmara de Lobos e especificamente nas freguesias de Quinta Grande e de Jardim da Serra.

Note-se igualmente, como dado relevante/contrastante, o número bastante significativo de indivíduos da Região Autónoma da Madeira com apenas o 1º Ciclo do Ensino Básico, enquanto qualificação académica.

De acordo com a informação publicada no Censos de 2001, 31,5% da população residente não possuía nenhum grau de qualificação académica e 27,6% tinha apenas o 1º ciclo do ensino básico.

Comparativamente a 1991 registou-se uma melhoria ao nível da qualificação académica, essencialmente devido à diminuição da proporção da população sem estudos.

Quadro 3- Qualificação académica

Zona geográfica	1991 (nº total H/M)				2011 (nº total H/M)						
	Ensino primário	Ensino preparatório	Ensino Secundário	Outro Ensino	Pré-escolar	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Ensino Secundário	Pós-secundário	Ensino Superior
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Portugal Continental	4097941	1185598	1849252	608443	246408	2989494	1031355	1579335	1691252	87432	1569739
Madeira	52629	17269	26481	11834	8204	14368	8009	11651	11352	622	8178
C. de Lobos	7747	2888	2452	499	1352	2484	1479	1924	1668	87	666
Q. Grande	558	203	130	12	67	150	79	105	80	3	24
J. da Serra	847	308	215	21	118	209	113	182	164	7	70

- Nível de qualificação académica: analfabetismo

A taxa de analfabetismo na Região registou uma diminuição face a 1991, mantendo-se, no entanto, superior à do país. Neste sentido, os dados do Quadro 4 dão as indicações do progressivo abaixamento do número de indivíduos analfabetos (com 10 anos ou mais) quer em Portugal Continental quer na Região Autónoma da Madeira. No entanto, os últimos resultados censitários apontam ainda, para uma percentagem significativa de indivíduos sem qualquer grau de instrução, no Concelho de Câmara de Lobos e especificamente nas freguesias de Quinta Grande e de Jardim da Serra.

Quadro 4 – Taxa de analfabetismo

Zona geográfica	1991 (nºtotal H/M)		2011 (nºtotal H/M)	
	Analfabetos com 10 anos ou mais	Taxa de analfabetismo	Analfabetos com 10 anos ou mais	Taxa de analfabetismo
1	2	3	4	5
Portugal Continental	902951	10,9	472919	5,23
R.A. da Madeira	32883	15,3	167667	6,99
Câmara de Lobos	4549	18,6	3055	9,84
Quinta Grande	–	–	233	12,65
Jardim da Serra	–	–	417	14,15

2.1.1.1.2 | Famílias

- A estrutura familiar: evolução das famílias clássicas

Os dados presentes no Quadro 5 permitem verificar o aumento significativo do número de famílias clássicas entre 1991 e 2011. De acordo com os dados dos Censos de 2001 da Região Autónoma da Madeira, o número de famílias clássicas sofreu uma taxa de variação de 12,0%, no intervalo de tempo compreendido entre 1991 e 2001, sendo que foi o Concelho de Câmara de Lobos um dos que registou os valores mais altos neste período intercensitário (30,5%). Em 2001, também a dimensão média da família no arquipélago era superior à do país, sendo que o Concelho de Câmara de Lobos era o que registava a dimensão média de família mais elevada da Madeira (3,9 por família). Entre 2001 e 2011, aumentou significativamente o número de famílias clássicas na região em análise (26,1%). O município de Câmara de Lobos continua a distinguir-se como aquele que integra as famílias mais numerosas (3,4 pessoas), também neste período intercensitário.

Quadro 5- Evolução das famílias clássicas

Zona geográfica	Famílias clássicas residentes (número)		
	1991	2001	2011
	1	3	4
Portugal Continental	3147403	3650757	4040726
R. A. da Madeira	65759	73619	92823
Concelho de Câmara de Lobos	6863	8957	10460
Quinta Grande	465	574	641
Jardim da Serra	*a)	1009	1000

Legenda: *- período em que a freguesia de Jardim da Serra ainda estava anexada à de Estreito de Câmara de Lobos.
a) sem dados disponíveis

2.1.1.1.3 | A habitação

- Número de edifícios construídos desde 1919 até 2011 na Região Autónoma da Madeira

A construção de edifícios na RAM processou-se de forma crescente, desde o início do século XX: de 1919 a 1945, a região contava com um total de 7419 edifícios construídos (645 no Concelho de Câmara de Lobos, 83 na Freguesia de Quinta Grande e 48 no Jardim da Serra). Este quantitativo evoluiu para 9877, no intervalo de tempo compreendido entre 1946 e 1960 (1016, no Concelho de Câmara de Lobos, 100 na Freguesia de Quinta Grande e 92 no Jardim da Serra).

A informação constante no Quadro 6, permite particularizar a relação comparativa entre os espaços em análise, em intervalos de uma década, e explicitar a mesma tendência crescente desta variável em estudo.

Quadro 6 - Construção de edifícios: de 1961 a 2011

Zona geográfica	1961 a 1970	1971 a 1980	1981 a 1990	1991 a 2000	2001 a 2011
1	2	3	4	5	6
Região Autónoma Da Madeira	9449	12911	14947	16949	16303
Concelho de Câmara de Lobos	1158	1534	1904	1886	1671
Quinta Grande	107	120	109	120	180
Jardim da Serra	165	273	249	237	202

- Os materiais de construção na Região Autónoma da Madeira

De acordo com os resultados dos últimos dados censitários da Região Autónoma da Madeira (Quadro 7) verifica-se que o tipo de estrutura da construção predominante é em betão armado ou com paredes de alvenaria com placa, ou apenas paredes de alvenaria sem placa, ou paredes de alvenaria de pedra solta ou de adobe. Relativamente ao revestimento exterior, este aparece em reboco tradicional ou marmorite, pedra, ladrilho cerâmico ou mosaico. A cobertura das habitações aparece em terraço, inclinada, revestida a telhas cerâmicas ou de betão ou de outros materiais, ou mista (inclinada e terraço).

Quadro 7 – Características dos alojamentos: tipos de estrutura de construção, revestimento exterior e cobertura (Censos de 2011)

Zona geográfica	Tipo de estrutura de construção					Revestimento exterior					Cobertura			
	Betão armado	Paredes de alvenaria argamassada com placa	Paredes de alvenaria argamassada sem placa	Paredes de adobe taipa, ou alvenaria de pedra solta	Outros	Betão à vista	Ladrilhos ou pastilhas cerâmicas	Pedra	Reboco tradicional ou marmorite	Outros	Em Terraço	Inclinada revestida a telha	Inclinada revestida a outros materiais	Mista telhado e terraço
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Concelho de Câmara de Lobos	4 850	2 539	514	816	26	2 967	30	914	4 822	12	1 978	5 159	93	1 515

- As infraestruturas: água canalizada, existência de banho/duche no Concelho de Câmara de Lobos

No que diz respeito às características dos alojamentos e naquilo a que se refere à água canalizada e existência de banho/duche (Quadro 8), os dados permitem observar a evolução relativa às ocorrências nos alojamentos de água canalizada proveniente da rede pública. Diminuíram os casos de ausência de água canalizada e aumentou o número de alojamentos com a existência de banho/duche. É de notar que existem ainda 56 (0,2%) ocorrências sem água canalizada no alojamento ou edifício e 307 (1,4%) alojamentos sem instalação de banho ou duche, no concelho de Câmara de Lobos, elemento bastante relevante, tratando-se que já estamos no limiar do século XXI.

Quadro 8 - Características dos alojamentos: água canalizada, existência de banho/duche no Concelho de Câmara de Lobos

Alojamentos familiares (água canalizada, banho/duche existentes no alojamento)							
Zona geográfica. Câmara de Lobos	Total de edifícios	Com água canalizada no alojamento		Com água canalizada fora do alojamento mas disponível no edifício	Sem água canalizada no alojamento ou edifício	Instalação de banho ou duche	
		Proveniente da rede pública	Proveniente de rede particular			Com instalação de banho ou duche	Sem instalação de banho ou duche
1	2	3	4	5	6	7	8
2001	16960	7908	351	100	91	7624	886
		4,7%	2,0%	0,5%	0,5%	44,9%	5,2%
2011	20870	10183	188	8	56	10128	307
		48,7%	0,9%	0,03%	0,2%	48,5%	1,4%

- Instalações sanitárias

Os dados apresentados no Quadro 9, relativos ao intervalo de tempo de 20 anos (1991 a 2011), permitem retirar as seguintes informações, relativas às infraestruturas ligadas às instalações sanitárias:

- nas situações de existência de retrete no alojamento, verificou-se um aumento bastante expressivo de casos em que o dispositivo de descarga está ligado à rede pública de drenagem de águas residuais;
- é, no entanto, na freguesia de Quinta Grande, que aparece um número significativo de ocorrências de instalações sanitárias cujo dispositivo de carga está ligado a um sistema particular de drenagem de águas residuais;
- diminuiu significativamente o número de alojamentos com retrete fora do alojamento;
- existem ainda, de acordo com os dados censitários de 2011, ocorrências de alojamentos sem retrete.

Legenda: *- período em que a freguesia de Jardim da Serra ainda estava anexada à de Estreito de Câmara de Lobos.
a) sem dados disponíveis

Quadro 9 – Evolução das características dos alojamentos: instalações sanitárias (1991 a 2011)

Alojamentos: instalações sanitárias (retrete/esgotos)									
Zona geográfica	Com retrete no alojamento								
	Total de edifícios	Com dispositivo de descarga			Sem dispositivo de descarga			Retrete fora do alojamento mas disponível no edifício	Sem Retrete
		Ligado à rede pública de drenagem de águas residuais	Ligado a sistema particular de drenagem de águas residuais	Outros casos	Ligado à rede pública de drenagem de águas residuais	Ligado a sistema particular de drenagem de águas residuais	Outros casos		
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1991									
R. Autónoma da Madeira	67849	28824	33179	1680	265	1159	1205	4440	1425
Câmara de Lobos	7326	2956	4015	258	31	272	196	548	234
Quinta Grande	597	14	455	1	1	8	41	18	10
Jardim da Serra	*a)	109	663	36	3	56	16	11	77
2011									
R. Autónoma da Madeira	91961	56393	32002	1942	317	705	242	59	506
Camara de Lobos	10319	5 735	3 851	423	79	197	31	10	86
Quinta Grande	822	62	520	25	4	10	4	0	12
Jardim da Serra	1342	221	576	51	24	103	12	0	12

- Lotação dos alojamentos

O Quadro 10 permite comparar o índice de lotação dos alojamentos familiares clássicos, ao nível da sub ou sobrelotação, no concelho de Câmara de Lobos. Pode verificar-se que o problema da sobrelotação dos alojamentos familiares ainda é bastante significativo, atendendo à necessidade de divisões em falta das habitações, conforme explicitam os dados apresentados.

Quadro 10 – Índice de lotação dos alojamentos familiares clássicos, ocupados como residência habitual (2001 a 2011)

Zona geográfica	Índice de lotação							
	Total	Alojamentos sublotados (nº de divisões excedentes)			Normal	Alojamentos sobrelotados (nº de divisões em falta)		
		3 divisões ou mais	2 divisões	1 divisão		1 divisão	2 divisões	3 divisões ou mais
1	2	3	4	5	6	7	8	9
2001	8 461	542	830	1 495	2 108	1 708	939	839
2011	10 425	839	1 109	2 143	2 986	2 145	809	394

Da análise dos dados apresentados podemos concluir que:

- a população da Região Autónoma da Madeira foi das que mais cresceu, em termos populacionais, relativamente ao resto do país;
- no concelho de Câmara de Lobos, verifica-se uma densidade populacional bastante acentuada (684,0 hab/Km²);
- regista-se um aumento progressivo de população, com mais de 65 anos, nos espaços territoriais analisados (Câmara de Lobos, Jardim da Serra e Quinta Grande);
- verifica-se a diminuição do número de crianças e adolescentes (0-14anos) nestas áreas;
- existe um número significativo de população na faixa dos 25-64 anos (população ativa), no concelho de Câmara de Lobos e nas duas freguesias em análise;
- regista-se um aumento significativo do grau de escolaridade da população das freguesias consideradas nos casos de estudo;
- em contraste, na Região Autónoma da Madeira, existe ainda um número bastante significativo de indivíduos com apenas o (ensino primário) 1º ciclo do ensino básico;
- muito embora exista uma diminuição da taxa de analfabetismo na região, os últimos resultados censitários apontam ainda, para uma percentagem de indivíduos sem qualquer grau de instrução; – verifica-se um aumento significativo do nº de famílias clássicas entre 1991 e 2011, nos locais alvo de análise;
- desde o início do século XX, cresceu o nº de edifícios construídos nas zonas geográficas consideradas;
- o tipo de estrutura de construção predominante na RAM é em betão armado e o revestimento exterior mais frequente é em reboco tradicional ou marmorite, sendo a cobertura mais verificada é inclinada revestida a telha;
- regista-se evolução, relativamente à ocorrência, nos alojamentos, de água canalizada proveniente da rede pública e aumentou o nº de alojamentos com existência de banho/duche;
- é bastante expressivo o nº de casos em que o dispositivo de descarga está ligado à rede pública de drenagem de águas residuais;
- diminui significativamente o nº de alojamentos com retrete fora dos mesmos;
- em 2011, registam-se ainda ocorrências de alojamentos sem retrete;
- ainda é bastante significativo o índice de lotação dos alojamentos familiares clássicos (sobrelotação) no concelho de Câmara de Lobos.

2.1.2| Jardim da Serra e Quinta Grande: particularidades



71—Câmara de Lobos—Madeira

Foto Leostrellos

25 - Vila de Câmara de Lobos. (Bilhete Postal em circulação na década de 60 do séc. XX) (JLS) in *Madeira Quase Esquecida*

26 - Câmara de Lobos: vistas do passado in *Madeira Quase Esquecida* (data desconhecida)



61—Vista do Cabo Girão—Madeira

Foto Leostrellos

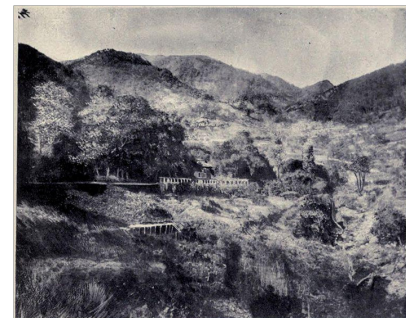
As duas freguesias em estudo integram-se no Concelho de Câmara de Lobos, que é o segundo concelho mais populoso da Ilha da Madeira. Este concelho integra pontos relevantes ao nível do valor paisagístico como o Cabo Girão, o Curral das Freiras, a Baía de Câmara de Lobos e os Vinhedos do Estreito de Câmara de Lobos. 45% da população situa-se na faixa etária de menos de 25 anos. Localizado na zona metropolitana do Funchal, a cidade de Câmara de Lobos tem quase seis séculos de história. Este concelho, ao longo do tempo, tem baseado a sua economia na pesca e na agricultura, com especial destaque para a produção de vinho, banana e outras espécies frutícolas, com importância bastante relevante na economia regional.

Atualmente, o município tem dinamizado o turismo cujo papel é determinante na balança comercial.

De acordo com *O Dicionário Corográfico* (Edição eletrónica de Manuel Pedro Freitas, *Câmara de Lobos, sua gente, história e cultura*, consultado em Abril de 2013), o concelho de Câmara de Lobos é constituído pelas freguesias de Câmara de Lobos, do Estreito de Câmara de Lobos, do Curral das Freiras, da Quinta Grande e do Jardim da Serra e foi criado por Portaria de 25 de maio de 1835, tendo a sua instalação ocorrido no dia 4 de outubro do mesmo ano.

Inicialmente, era constituído pelas freguesias de Câmara de Lobos, do Curral das Freiras, do Estreito de Câmara de Lobos e do Campanário, pertencentes ao concelho do Funchal; a 24 de julho de 1848, às quatro freguesias iniciais, juntou-se a freguesia da Quinta Grande, surgida na sequência do desmembramento de alguns sítios das freguesias do Campanário e de Câmara de Lobos, ainda que mantendo a mesma área territorial. A 6 de maio 1914, perde a freguesia do Campanário que é integrada no novo concelho da Ribeira Brava e a 5 de julho de 1996 é criada uma nova freguesia, denominada de Jardim da Serra, constituída

a partir da desagregação de alguns sítios da zona alta da freguesia do Estreito de Câmara de Lobos. Deste modo, a partir desta data, o concelho de Câmara de Lobos, passa a ser constituído pelas freguesias de Câmara de Lobos, do Estreito de Câmara de Lobos, criada por volta de 1509; do Curral das Freiras, criada a 17 de Março de 1790; da Quinta Grande, criada a 24 de Julho de 1848 e Jardim da Serra, criada a 5 de Julho de 1996. Durante este percurso, ainda se verificou a elevação, a 15 de Setembro de 1994, da freguesia do Estreito de Câmara de Lobos à categoria de vila e a elevação, em 3 de Agosto de 1996, da vila de Câmara de Lobos à categoria de cidade.



- A Freguesia do Jardim da Serra

A freguesia do Jardim da Serra tem esta denominação pelo facto de nela se inserir a quinta do Jardim da Serra, construída no século XIX, por Henri Veitch, no primitivo lugar da Serra, na freguesia do Estreito de Câmara de Lobos. Henri Veitch dotou-a de um imponente jardim que passou a ser conhecido por Jardim da Serra e que daria não só origem à denominação da quinta, como às zonas limítrofes e viria a ganhar projeção regional e internacional.

Esta freguesia possui uma área de cerca de 7,14 km². É limitada a sul pelo Estreito de Câmara de Lobos, a norte pela Serra de Água e Curral das Freiras, a leste pela Ribeira dos Socorridos e a oeste pelas freguesias da Quinta Grande e de Câmara de Lobos. Compreende os sítios do Marco e Fonte da Pedra, Corrida, Achada, Chote, Pomar Novo; Jardim da Serra, Luzirão, Fonte Frade, zona norte do sítio do Foro e zonas norte das Romeiras e do Cabo do Podão. O valor paisagístico deste local centra-se na Quinta do Jardim da Serra, hoje transformada em unidade hoteleira (no início do século XIX), na Boca dos Namorados e na Boca da Corrida, bem como nas panorâmicas apreciadas a partir dos percursos pedestres suscetíveis de poderem ser utilizados até estes locais.

A atividade mais característica da freguesia do Jardim da Serra é a agricultura, principalmente horticultura e a fruticultura, onde se destaca a produção de cerejas e peros (tipo de maçã). Também característica desta localidade, e em particular na propriedade da Quinta do Jardim da Serra, é a produção de uvas da casta sercial, cuja introdução poderá estar

27 - Jardim da Serra. Fonte: Madeira: Old and New

28 - Quinta do Jardim da Serra, in Madeira Quase Esquecida



relacionada com Henry Veicth, que também terá procedido ao cultivo de chá.

A atividade comercial é também importante, particularidade que lhe advém do facto de ser desta freguesia a maior parte dos comerciantes ambulantes de fruta regional e não só. Outras atividades como construção civil e serviços ocupam grande número de habitantes. Esta freguesia possui ainda, uma unidade de produção de brita e de betume.

A freguesia do Jardim da Serra, para além de uma rede pública bastante satisfatória de estabelecimentos de Ensino Básico, do 1º ciclo, possui ensino pré-escolar. Para o Ensino Básico do 2º e 3º ciclos, são utilizadas as infraestruturas localizadas na vizinha freguesia do Estreito de Câmara de Lobos.

- A Freguesia da Quinta Grande

A Quinta Grande foi criada a 24 de Julho de 1848, a partir da desagregação de alguns sítios da freguesia de Câmara de Lobos e do Campanário. A economia desta zona baseia-se sobretudo na

A presença de um armazém de vinhos, construído no sítio da Ribeira do Escrivão, constitui uma mais-valia para quem queira conhecer os processos de produção do vinho Madeira.



29 - Cabo Girão (Bilhete Postal em circulação no ano de 1956) (JLS) in Madeira Quase Esquecida

Em termos de instituições de natureza recreativo-cultural, a freguesia da Quinta Grande possui uma Casa do Povo. Esta freguesia foi relegada ao esquecimento durante bastantes anos, o que se pode inferir pelo atraso com que a maior parte das infraestruturas indispensáveis ao bem-estar da população lá chegaram. A Quinta Grande era, até há relativamente poucos anos, não só a mais atrasada freguesia do concelho, como uma das mais atrasadas da Madeira, muito embora se registre o seu recente desenvolvimento. O facto de ter sido nos últimos anos dotada de importantes infraestruturas, quer ao nível sociocultural quer ao nível de saneamento básico e de vias de comunicação, de que se destaca a sua aproximação ao Funchal, através da via rápida, permitiu a criação de outras alternativas, em termos de desenvolvimento, até então inacessíveis. (www.conselhodecamaradelobos.com)

Tal como era comum a outras freguesias do concelho, o abastecimento de água à Quinta Grande foi um problebma recorrente durante bastantes anos. Em 1932, numa freguesia com 1.200 habitantes dispersos por uma área de 4,19 Km², apenas existiam dois fontenários públicos. A assistência médica efetiva chegou tardeamente à freguesia de Quinta Grande: este facto só se verificou em 1980 após a implementação do Sistema Regional de Saúde. A iluminação elétrica só chegou em 1958.

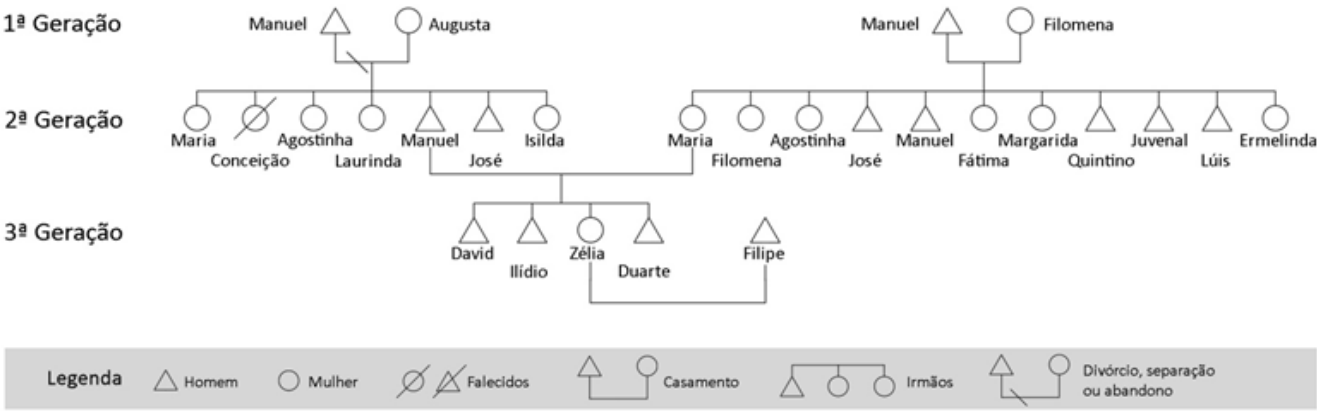
Esta freguesia era a única na Madeira que não usufruía ou beneficiava de um único telefone; o mesmo acontecia com os transportes ligeiros de passageiros. No início do século XX, o acesso à freguesia da Quinta Grande fazia-se apenas através da então denominada estrada Real 23. «Como acontecia em quase todo o seu trajeto, pelo menos fora dos principais centros habitacionais, era uma estrada estreita e raramente possuía mais do que 2 metros de largura.» (www.conselhodecamaradelobos.com)

2.2| A família que se reconhece na habitação - retalhos da vida privada no espaço doméstico/ a habitação como local de memórias

«A configuração da casa representa um invólucro delimitador entre o público e o privado»

(Miguel, 2002)

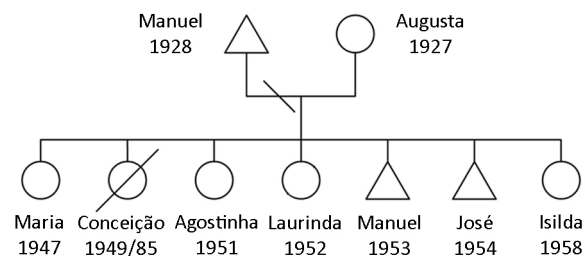
2.2.1| ...configuração de três gerações



30 - Árvore genealógica da família em estudo: Adaptado de O'Neill, B. J. (1984)

2.2.2| Caso de estudo 1 (casal a) – 1ª geração

A história da família começa com o nascimento de Augusta em 1927, no sítio da Corrida, 5ª dos 11 filhos (6 rapazes e 5 raparigas) de um casal de agricultores. Casa-se em 1945, com Manuel, nascido em 1928, no sítio da Corrida, também filho de agricultores, tendo só uma irmã. Após o casamento, o casal vai viver para a casa dos pais de Manuel, ocupando um dos compartimentos da habitação, em conjunto com os filhos.



Trabalhando como vendedor na mercearia local, Manuel sustentava os já 6 dos 7 filhos e a esposa; um roubo na mercearia fez com que se responsabilizasse por uma dívida que não era sua. Parte para a Venezuela, em 1957, à procura de melhor vida, deixando para trás 6 filhos e Augusta grávida. Em 1961, a família muda-se para a habitação, iniciada em 1956, deixando, alguns anos depois, de ter contacto com Manuel. Não sendo proprietário de terrenos para praticar a agricultura e com o escasso trabalho para o agregado do sexo feminino predominante na família, os filhos começam, desde muito cedo, a trabalhar por conta de outrem, por forma a sustentar a família.

31 - Árvore genealógica – casal a (1ª geração)

“Passámos por muita dificuldade: trabalhávamos para comer [...] as raparigas, quando havia castanhas, iam-nas juntar para vender, e bordavam durante noites inteiras. Os rapazes, desde muito cedo, foram trabalhar para fora, para todos comerem.”

(Maria)

A ausência do progenitor traz dificuldades a este agregado familiar; a necessidade de trabalho por parte de todos os elementos do agregado para se autossustentarem vem dificultar o acesso ao ensino, sendo que apenas a filha mais velha e a mais nova são as que detêm o grau de escolaridade correspondente ao 1º e ao 3º Ciclo, respetivamente. No caso da filha mais velha, a situação decorreu do facto de ser atribuído um subsídio (destinado à escolarização), por parte do Engenho (unidade de processamento da cana do açúcar), onde o progenitor trabalhava. No caso da filha mais nova, o prosseguimento nos estudos deveu-se à maior estabilidade económica do agregado familiar.

A habitação deste agregado familiar integra-se na tipologia de “Casa

Habitação

Localização – Sítio da Corrida, Jardim da Serra;

Data de construção – 1956

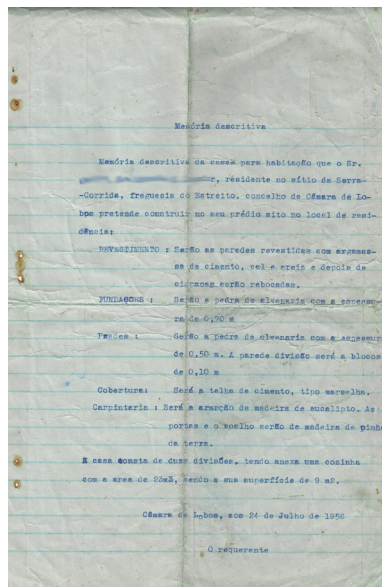


32 - Projeto e memória descritiva da habitação - casal a (1ª geração)

elementar, com cobertura de telha cerâmica²⁵, localmente designada por “Casa Terreira”, pela sua composição num único piso.

“A casa, no início, era os dois quartos e uma cozinha ao lado. A cozinha tinha o lar/lareira no chão (terra batida) num canto da cozinha. Já a casa era de soalho tanto o chão como o teto; o sótão, com cobertura de telha.”

(Manuel, filho)



A casa é composta por um volume retangular, telhado de quatro águas com dois vãos (portas). É construída em alvenaria de pedra rebocada e parede divisória em blocos, cobertura em telha cerâmica, com armação e pavimento em madeira. Interiormente alberga dois quartos comunicantes entre si; o pé direito elevado permitiu a integração de sótão. A cozinha é contígua, acessível pelo exterior e com cobertura plana, em betão; o fogo fazia-se entre pedras no chão de terra batida tal como no terreiro fronteiro. Aquando da construção da habitação, em 1956, o agregado familiar era composto por oito pessoas, quatro filhas dois filhos e os progenitores. Residiam até então, na habitação dos progenitores do “cabeça de casal”.

“Morávamos todos, 7 filhos e a mãe, em dois quartos e no sótão; o sótão servia também para secar castanhas para vender.”

(Maria)

Verificamos que o projeto inicial não corresponde, ao nível das áreas, ao construído, devendo-se ao facto de a construção ser iniciada antes de o projeto ser aprovado. A habitação resumia-se ao essencial: espaços de dormir e cozinha, tal como refere (Mestre 2001: 121). Esta tipologia mais elementar traduz o nível económico dos seus residentes, não se verificando, por isso, qualquer espaço destinado às alfaías agrícolas nesta construção, que é um indicador de falta de posse de terrenos que, à época, era o maior sinal de

25 Tipologia habitacional definida por Victor Mestre (2002) em *A arquitectura popular da Madeira*

pobreza desta população.

Em 1973, é construída uma nova cozinha, alteração/melhoramento possível decorrente da atribuição de herança de 3 contos e 500, atribuída à família pela inexistência de contacto com o progenitor, indicador de que os melhoramentos apenas foram possíveis por causa do recebimento de um rendimento extra.

Verifica-se o mesmo constrangimento económico no que diz respeito à mão de obra, pois quem executa as referidas obras são os filhos e familiares, servindo esta “poupança” para a compra de materiais.

Assim, a nova cozinha é construída em alvenaria de pedra, com cobertura de palha, de duas águas, incluindo no desvão da cobertura o canço²⁶, este com pavimento de cana vieira e estrutura de madeira. O fogo/lar situava-se numa pequena plataforma, elevando-o do chão, embora continue a ser entre pedras; a inexistência de chaminé obriga a extração do fumo pelo vão da porta e ou janela, únicos vãos deste espaço; como consequência, todo o interior e viga superior ao vão da porta encontram-se enegrecidos pelo fumo.

Já em 1968, o filho mais velho, então com 15 anos, começou a trabalhar alguma terra, na situação de arrendatário, dado que as filhas, mesmo sendo mais velhas, não tinham força para tal. A maior fonte de rendimento da família era o bordado, do lado feminino, e o trabalho por conta de outrem (essencialmente na agricultura e extração de madeira), do lado masculino. Contudo, os terrenos eram arrendados ao proprietário da quinta do Jardim da Serra, num sistema de pagamento com bens agrícolas, sendo a produção dividida em 3 partes, destinando-se uma delas ao proprietário da terra e as outras duas ao caseiro/agricultor.

“o terreno era do senhorio e era feito 3 para 1, duas partes do que tirávamos da terra era para nós e uma para o senhorio. Tínhamos de plantar tratar e recolher e eles só vinham lá buscar, já dentro da saca. Havia muita gente que cavava e enterrava parte da cultura para que não entrasse na divisão. Tínhamos muito medo nem podíamos ir à fazenda buscar para comer ou trazer alguma coisa; era sempre às escondidas (pois as culturas não amadurecem todas ao mesmo tempo, mas era sempre a medo que íamos trazendo essas coisas para casa) haviam os vigias que estavam sempre a controlar as culturas”

(Manuel, filho)

Decorrente desta situação, surge a necessidade de construção de um compartimento para guardar as alfaías agrícolas denominado localmente de



33 - Lar/ Cozinha tradicional com o fogo entre pedras no chão

²⁶ Canço designação dada ao espaço de sótão nas cozinhas acedido interiormente por um alçapão ou por escadas exteriores, é utilizado como sequeiro para alimentos (castanhas, milho ou feijão) e armazenamento e secagem de lenha para uso cotidiano.

“lojas”. Verifica-se então, em 1978, o melhoramento e construção de dois novos compartimentos, no espaço da antiga cozinha, que até aí, servia como espaço de arrumação. Esta obra torna-se possível pela venda de um terreno, ao filho mais velho, o que reforça o facto de as obras de melhoramento acontecerem quando existe dinheiro que é uma exceção no orçamento familiar.

“A cozinha atual foi feita com “a herança da avó paterna [...] Os outros dois quartos, feitos no sítio onde estava a cozinha antiga, foram feitos com o dinheiro de um terreno que eu comprei à mãe e paguei para fazer aquilo.”

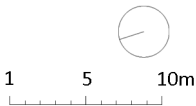
(Manuel, filho)

Executada pelos próprios, a obra resume-se a dois compartimentos construídos em alvenaria de tijolo e cobertura plana em betão, destinados a sala e loja.

Em 1980, são construídos os chiqueiros²⁷ também construídos pelos

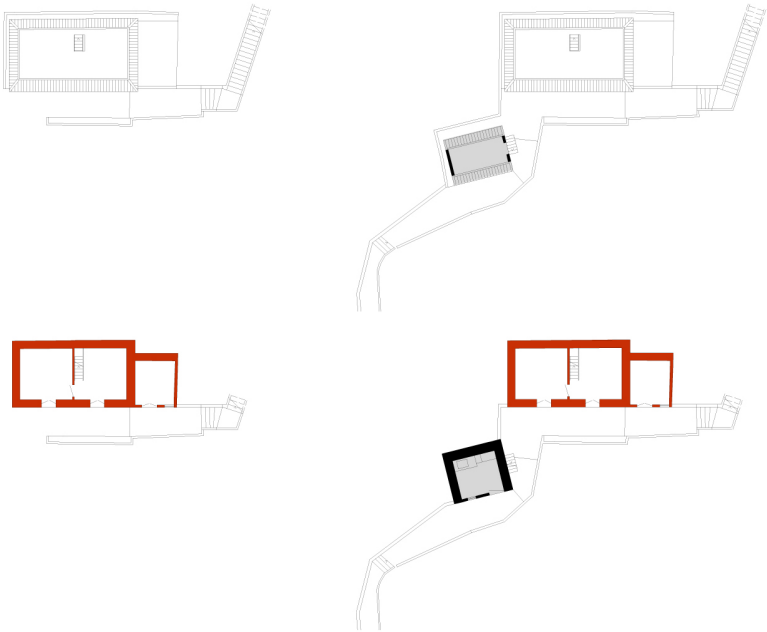
27 Chiqueiros: denominação utilizada para os currais onde se guardam “porcos” animais de raça suína.

34 - Plantas e cronologia da evolução da habitação – casal a (1ª geração)



Plantas piso 1

Plantas piso 0



Cronologia

1961

1973

elementos do agregado; trata-se de uma construção básica, com paredes de alvenaria de tijolo e cobertura plana em betão. É também na mesma altura que se dá o melhoramento da casa de banho “retrete”²⁸, que até então se resumia a um compartimento de madeira, distante da habitação.

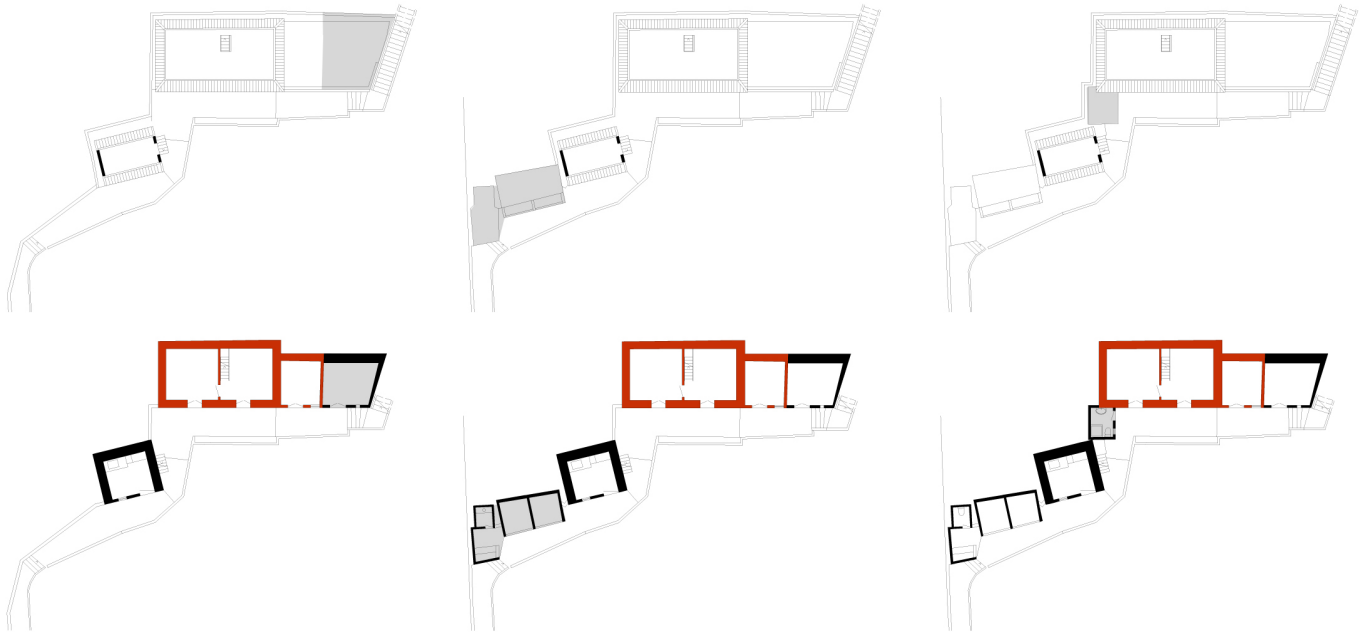
“A casa de banho era um buraco no chão com uma tábua em cima, fechada com tábuas e galhos/ramos de eucalipto.”

(Maria)

Este novo compartimento não integra zona de duche, resumindo-se a um buraco sobre a fossa, dado que não existia água canalizada; os dejetos teriam de ser eliminados exclusivamente pela força da gravidade.

Aquando da disponibilização de água canalizada em 1993 é construída

28 **Retrete** é a denominação empregue ao espaço de Instalação Sanitária; este não possui zona de duche e, na maior parte dos casos, não tem água canalizada.



1978

1980

1994

uma “lavagem”²⁹. A inexistência de água canalizada implicava que toda a água potável fosse transportada da fonte mais próxima e que a lavagem da roupa se efetuasse na ribeira. Embora existisse uma cisterna para água, esta não era potável e a sua dimensão não permitia o seu uso para todas as necessidades da habitação destinando-se, na maioria, para lavar louça e higiene diária.

“Eletricidade não existia, os alimentos eram secos, a carne salgada, quando existia. Água canalizada também não existia, a roupa era lavada à mão, na ribeira, e a água para beber, higiene e tudo mais tinha de ser acartada da fonte. Até para fazer a casa a água foi acartada.”
(Maria)

Em 1994, foi construída a instalação sanitária denominada de “quarto de banho”. Esta, pela complexidade de canalizações e impermeabilização, foi executada por um mestre-de-obras. As restantes obras verificadas são de melhoramento: a troca da cobertura de palha da cozinha por telha cerâmica, a alteração dos pavimentos dos quartos e terreiros exteriores e, mais recentemente, a introdução de uma lareira em substituição do lar.

“melhorávamos consoante ia havendo dinheiro.”

(Isilda)

Tal como referem vários autores, a habitação constitui a «configuração económica» do agregado familiar que nela habita. Em plenos anos 50 e 60, os indicadores da vida rural portuguesa, no geral, e em particular dos

35 - Panorâmica da habitação - casal a (1ª geração)

29 Compartimento onde se faz a limpeza da roupa, na maior parte dos casos inclui um tanque de lavar roupa construído *in situ*.



agregados familiares desta tipologia, evidenciam os sinais de uma vida árdua e negativamente interdependente de múltiplos fatores e de diversa ordem.

Do amanhecer ao anoitecer, as rotinas do agregado foram pautadas pelas dificuldades decorrentes do facto de serem arrendatários e de usufruírem apenas de dois terços daquilo que produziam. Tenha-se em atenção a proporção entre os bens produzidos e o número de indivíduos pertencentes a este agregado familiar:

“Era uma casa cheia de gente! Todos os filhos (7) e a mãe moravam em dois quatinhos [...]”
(Maria)

A riqueza territorial caíra nas mãos de um número restrito de famílias e o povo, em geral, passou a uma condição quase servil. Na dependência completa do senhorio, para quem cultivava a terra, submetia-se à sua vontade, com medo, em qualquer circunstância, perder o direito de ser arrendatário e na esperança de ser protegido nos possíveis conflitos com as autoridades ou outros senhores, arrastando por isso, uma existência miserável.

A sobrelotação da habitação, evidenciada pela relação entre o número de compartimentos e o quantitativo de elementos do agregado familiar, aponta para a inevitável falta de privacidade e intimidade. A casa composta por dois quartos de dormir, com uma ou duas camas, apenas permitem que as camas sejam partilhadas em função do sexo dos seus habitantes. «A regra é a partilha e a polivalência. Quanto mais pobre se é, mais se faz de tudo um pouco, se vive na mesma divisão, se partilha os mesmos artefactos e a mesma cama, se come do mesmo e em menos quantidade» refere Pereira (2011: 20).

As dificuldades deste agregado são também acentuadas pela ausência do seu progenitor Promessas e esperanças de uma vida melhor terão levado o pai de família a emigrar para a Venezuela, num movimento de sobrevivência e na convicção de participar na vida do país de destino e daí poder obter rendimentos para reabilitar a vida do seu agregado familiar. Muitos constrangimentos impediram a concretização destes intentos, não tendo, por isso, o agregado familiar beneficiado desta situação, verificando-se a inexistência de contacto entre as partes até aos dias de hoje. Na verdade, o fraco desenvolvimento económico, as difíceis condições de vida do período pós-guerra terão levado à “emigração dolorosa”, nem sempre traduzida em casos de sucesso, como este que se apresenta.

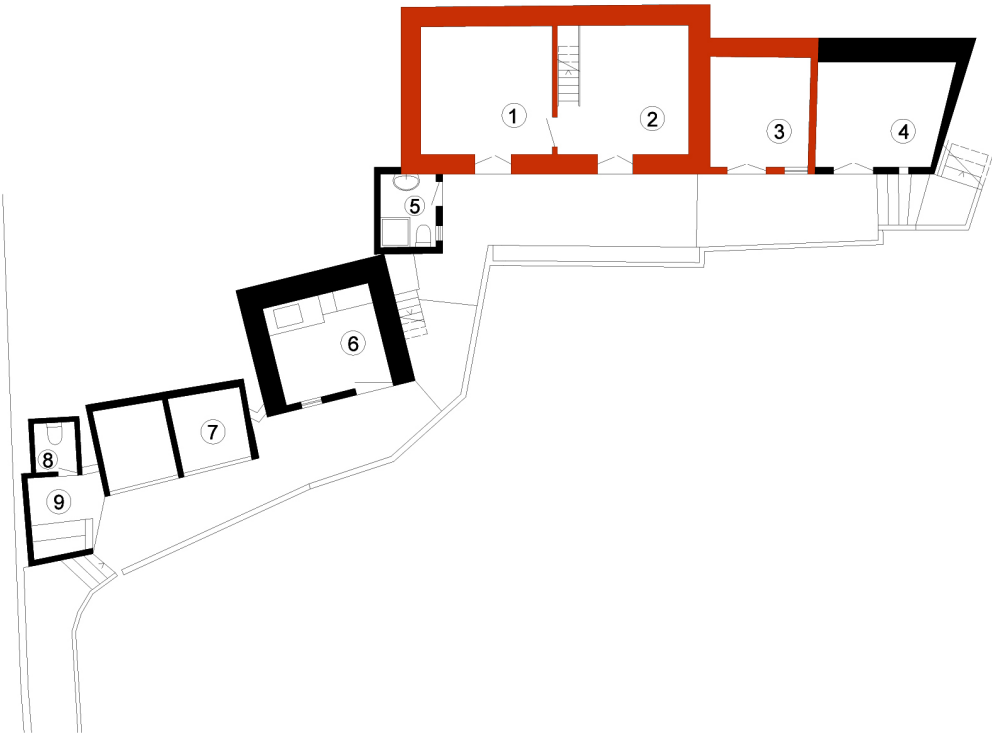
36 - Habitação - casal a (1ª geração)
- Chiqueiros e cozinha
- Vistas da habitação



Piso 0



Planta inicial



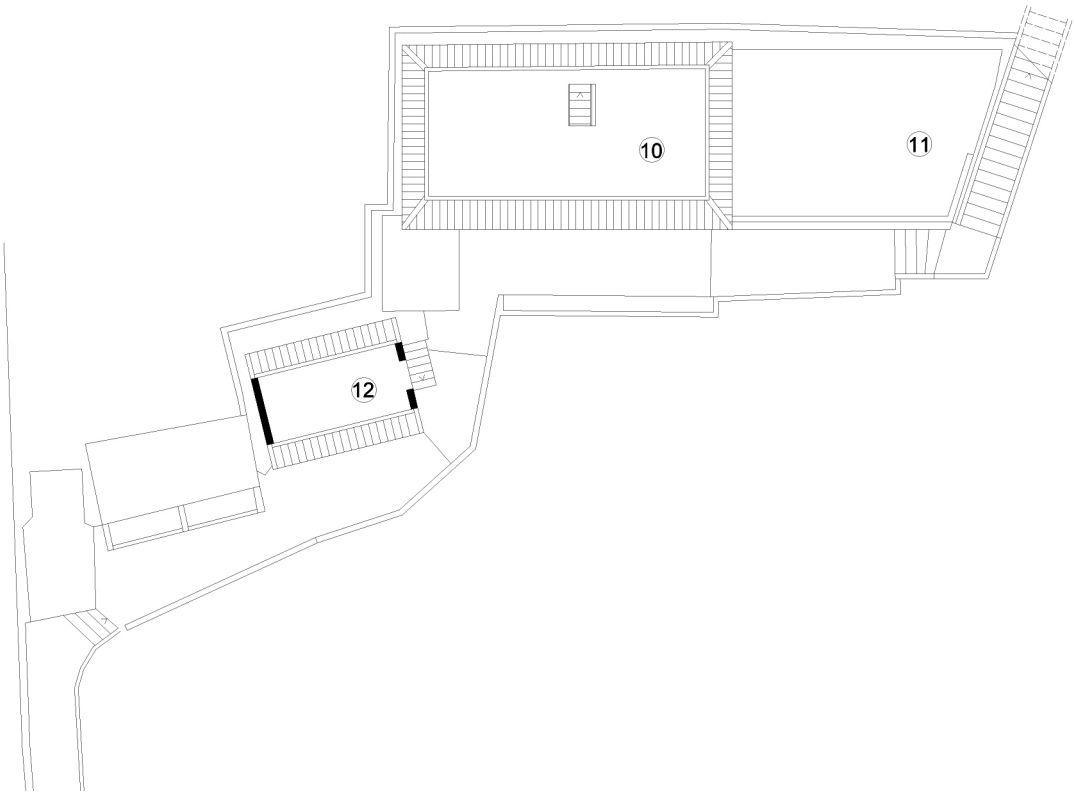
Planta atual

Piso 1



Legenda

- 1. Quarto 1
- 2. Quarto 2
- 3. Cozinha
- 4. Sótão



Legenda

- 1. Quarto da filha
- 2. Quarto da proprietária
- 3. Quarto de jantar
- 4. Loja
- 5. Quarto de banho
- 6. Cozinha
- 7. Chiqueiros
- 8. Casa de banho pequena
- 9. Lavagem
- 10. Sótão
- 11. Terraço
- 12. Caniço

37 - Plantas iniciais e atuais da habitação
- casal a (1ª geração)

A cozinha, não obstante ser o espaço mais frequentado pela família, terá sido o compartimento de que menores cuidados de conforto terá sido alvo.

“[...] O chão da cozinha era de terra (batida) e fazia-se o lume num canto...não tinha chaminé! O fumo enchia a cozinha quando se cozinhava. Tinha uma mesa e alguns bancos.”

(Maria)

Pese embora, e tal como refere Pereira (2011: 17), «O camponês [fazer] da cozinha a divisão central de uma casa». De facto, parafraseando a mesma autora, a cozinha, no espaço rural, tem um significado material e simbólico, dado que funciona enquanto contexto onde se explicitam fatores tais como o poder económico dos agregados familiares bem como as singularidades sociais e regionais. Na casa rural, a cozinha assinala “a fome” ou “a abundância”: ali chega o que se cultivou e o fruto do trabalho na terra. O fogo/lareira e o forno são elementos que se destacam na leitura deste espaço, uma vez que neles se infere a escassez ou a abundância do “pão” (base da alimentação no meio rural): o pão, no espaço rural, assinala a pobreza ou a riqueza, mediante a sua escassez ou a sua fartura.

Com efeito, através da observação de muitas cozinhas rurais, podemos inferir o como as vivências familiares terão ocorrido noutros tempos. «O camponês faz da cozinha a divisão central de uma casa.» (Pereira, 2011: 17) e faz deste compartimento o conceito de verdadeiro “lar/calor”³⁰. Durante o dia, o sol bate em parte do seu chão terreiro, à tarde o lume aceso, no canto

30 Cozinha – coração da casa, no lume que a aquece. «O centro da cozinha é a lareira [...]» (Pereira, 2011: 17)



38 - Lavadouro da praia do Vigário: Fotos e informação disponíveis no Dicionário Corográfico de Câmara de Lobos (MV)

do lar, espalha o cheiro da sopa; à noite, a luz mortiça do candeeiro projeta as sombras de quem se senta a comer o caldo e a aguardar a hora da deita. E é assim a cozinha de cozinhar, de comer, de sujar, de lavar, de receber, de estar, de trabalhar, de seroar...

O grau de instrução rudimentar do agregado familiar é representativo do contexto do Estado Novo e do nível de alfabetização do seu povo

“A gente não foi à escola; os únicos a irem a escola foram a Maria, a mais velha, porque o pai quando trabalhou no engenho e davam um abono, mas só se algum filho estivesse na escola. Depois a mãe não tinha condições para nos por a estudar. Manuel ainda foi 3 meses à escola, depois teve de vir para casa trabalhar. E só a mais nova é que estudou mais tempo.”

(Isilda)

No final do Estado Novo, as mulheres estavam ainda longe de alcançarem os mesmos direitos dos homens. «Aos homens cabem as funções de chefe, provedor e protetor da família que têm a seu cargo; no recato dos lares as mulheres (enaltecidas no papel de mães), com estatuto subalterno, dedicam-se à lida da casa, à criação dos filhos.» (Almeida, 2011: 9).

“A vida das raparigas era dentro de casa. De dia era a lida da casa e à noite bordávamos para a indústria. No tempo das castanhas, íamos juntá-las para vendê-las. Os rapazes é que saíam para trabalhar fora para juntar dinheirinho para sustentar a família.”

(Maria)

As dificuldades eram acentuadas pela falta de energia elétrica e de água canalizada. Tal como refere Pereira (2011: 16), «Em 1960 [...] 27% das casas rurais tinham eletricidade contra 89% das urbanas; 14% daquelas dispunham de água corrente por comparação com 82% nas cidades; e somente 9% possuíam casa de banho».

A falta de instalações sanitárias (retrete/banho/duche) compatíveis também é explicitada pelos entrevistados. O banho tomava-se num alguidar com água transportada do fontenário e aquecida na lareira. A roupa era lavada na ribeira por não disporem de água canalizada em casa. Este espaço, para além de permitir a lavagem de roupa, reunia ainda duas outras importantes particularidades: prestava-se para a secagem da roupa lavada, que era cuidadosamente estendida sobre as pedras escaldantes do calhau e permitia que as crianças, que frequentemente acompanhavam as mães, pudessem brincar sob o seu olhar atento.

Os lavadouros, os poços e as ribeiras assumem o estatuto de local privilegiado de atualização de “conversas”. Discutem-se as cenas da vida privada, a qualidade das relações domésticas; “a roupa é lavada tanto quanto

39 - Secagem de roupa: Fotos disponíveis no Dicionário Corográfico de Câmara de Lobos (MV)

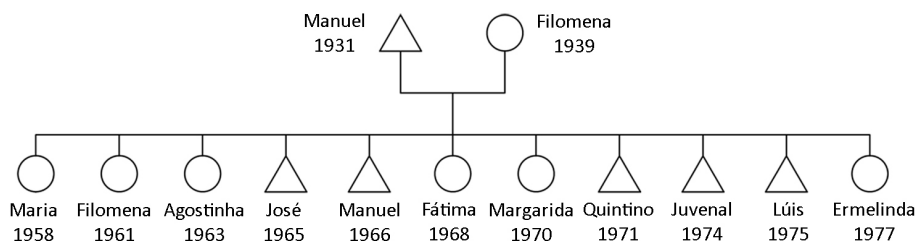


Secagem de Roupa (foto João Pestana)

a vida doméstica”, sendo deste modo um centro de controlo social (Mónica, 1996).

Na vida privada dos anos 50, sentia-se as dificuldades do extenso e populoso “mundo rural”: o cansaço da enxada, o fastio do carregamento do estrume e da pobreza; condições de vida particularmente difíceis.

2.2.3 | Caso de estudo 2 (casal b) – 1ª geração



40 - Árvore genealógica – casal b (1ª geração)

Manuel nasce em 1931, no sítio do Luzirão, e é o 1º dos 10 filhos (7 raparigas e 3 rapazes) de um casal de agricultores. Filomena nasce em 1939, no sítio do Pomar Novo, 2ª filha dos 6 (4 raparigas e 3 rapazes). Casam-se em 1957 e vão morar numa pequena casa do pai de Filomena, que dividem com a família da irmã mais velha desta. A pequena habitação, com dois compartimentos e sótão, é o lar duas famílias. Em 1968, iniciam a construção da sua habitação, mudando-se para esta com os já 5, dos 11 filhos.

“A casa era o que se chamava de Alto e Baixo, tinha 3 lojas e dois quartos em cima; a cozinha sempre foi separada. Quando estava chuva, apanhava-se da cozinha para a casa. Na altura, as casas por aqui eram de Duas Águas, Terreiras e de Alto e Baixo, esta era quase das melhores.”
(Filomena)

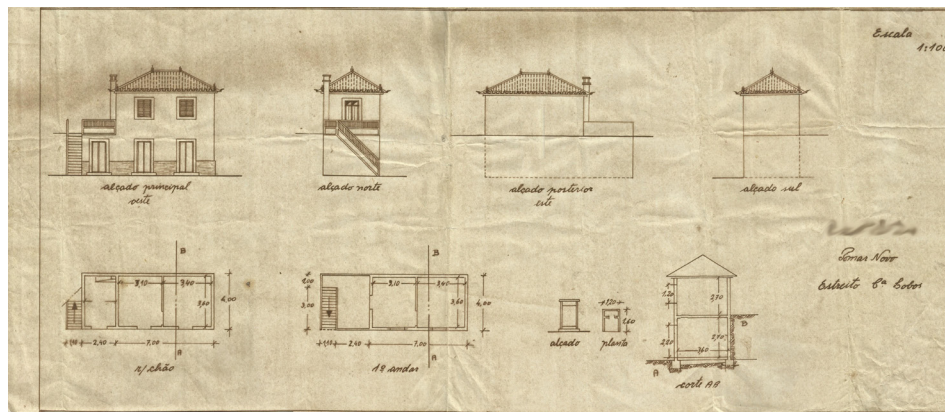
Vulgarmente designada por “Alto e Baixo”, devido à sua composição em dois pisos, a habitação integra-se na tipologia de Casa Elementar de dois pisos, tendo por base o quadro tipológico de Mestre (2002), utilizado como referência.

A habitação é composta por um volume retangular composto por dois pisos, cobertura de quatro águas, em telha cerâmica, e um balcão de acesso. A construção é em alvenaria de pedra; o piso e estrutura da cobertura são em madeira. Interiormente, o piso térreo é dividido em 3 compartimentos – lojas - (indicador da posse de terras e consequentemente espaço de armazenamento dos produtos resultantes das mesmas); o piso superior, com dois compartimentos de dormir e o balcão de acesso. O aproveitamento do declive natural do terreno permite que o piso superior fique à cota do terreno, fazendo-se a cozinha nas traseiras deste volume, sendo esta um volume com porta-janela e cobertura de duas águas, em telha cerâmica, funcionando

Habitação

Localização: Sítio do Pomar Novo, Jardim da Serra

Data de Construção: 1968



no desvão o espaço de caniço (consultar nota de rodapé 26) acessível pelo exterior, existindo o grande volume de chaminé para extração de fumos do lar³¹.

“A cozinha fazia-se separada porque havia muitas que ardiam então era uma forma de, se pegasse fogo, salvar a casa.”

(Filomena)

Como se verifica nas plantas, o projeto original não corresponde ao construído: verificamos que o balcão de acesso se encontra do lado oposto ao do projeto, e que o espaço de cozinha se encontrava no projeto no espaço de loja, inferior ao balcão. Esta disparidade é explicada pelo facto de o projeto não existir aquando da construção da habitação.

“O terreno já era nosso, tínhamos outros e embora este fosse o que ficava mais longe do resto da fazenda, era o que ficava mais perto da escola e de tudo.”

(Manuel)

Verificamos que, embora a construção da habitação neste terreno dificultasse a deslocação para os restantes terrenos da família que se situavam, na maioria, na encosta oposta do vale e os deslocamentos se fazerem a pé – atenda-se ao facto das deslocações serem sistemáticas e diárias - foi privilegiada a questão de proximidade com serviços como escola, mercearias ou igreja elementos preponderantes na decisão sobre a localização da habitação.

³¹ Lar refere o espaço onde se faz o fogo única fonte de calor para cozedura dos alimentos, assemelha-se a uma lareira.

[Artigo 171.º da Códex] Modelo n.º 232 (directiva da Secretaria Nacional da Habitação, D. G. G. H. - Regulamento n.º 6-A)

CADERNETA PREDIAL URBANA

Concelho de Câmara de Lobos

Freguesia de Estreito de Câmara de Lobos

Artigo 239.2

MATRIZ CADASTRAL: Artigo _____ Secção _____

Titular do rendimento

Nome _____

Domicílio em sede Pereira, Estrada de Câmara de Lobos

Repartição de Finanças do concelho de Câmara de Lobos

18 de Junho de 1968

O Chefe da Repartição,

Francisco de Jesus

É obrigatória a apresentação desta caderneta em todos os autos e contratos que se relacionarem com o prédio.

(4%) A = 100 mm > 400 mm

Designação de localização do prédio, sua situação, situação, número da parcela ou construção e situação das áreas pertencentes		Inscrição da matrícula		Declaração				
(1)	(2)	Parcela construída em	Parcela construída em	Parcela construída em	Parcela construída em	Parcela construída em	Parcela construída em	Parcela construída em
Prédio construído em 2 parcelas, a saber: a) 1.ª parcela, situada em 1.ª e 2.ª divisões, com área de 1.000 m², e b) 2.ª parcela, situada em 3.ª e 4.ª divisões, com área de 1.000 m².	32	32	32	32	32	32	32	32

41 - Projeto inicial e caderneta predial da habitação - casal b (1ª geração)

A inexistência de estrada obrigou a que todo o material para a construção fosse transportado á mão, por mais de meio quilómetro.

“Só vinha carro até a Pereira; o material para a casa teve de ser todo acartado às costas para aqui”

(Manuel)

Os “chiqueiros” e galinheiros destinados a albergar os animais domésticos bem como a “retrete” (consultar nota de rodapé nº28) foram construídos nas traseiras da cozinha, pouco depois da habitação inicial.

Em 1971 é construído um compartimento junto à cozinha, servindo como sala de jantar, construído pelos próprios, em alvenaria de tijolo e com cobertura em betão.

Depois em 1981, foram construídos dois compartimentos no rés-do-chão, estes já realizados por mestres pedreiros, que se destinavam a ser utilizados por uma das filhas que, após tirar o curso de costura, atendia os clientes em casa, afastando assim os clientes do espaço privado da habitação. É também nesta altura que é construída a casa de banho; até então servia para o efeito a retrete nas traseiras da casa e o banho era tomado na cozinha, com uma “banheira”/alguidar, sendo a água aquecida em tachos na lareira.

Aquando da construção da estrada em 1989, parte do terreno, escadas de acesso ao balcão e espaço de loja foram destruídos; em contrapartida, a Câmara dispôs-se a construir dois quartos e reconstruir as escadas de acesso ao piso superior, localizados em cima dos compartimentos já realizados, que fizeram a extensão do piso superior. A construção da estrada não permitia

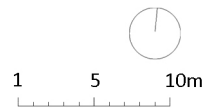
que o espaço para os animais continuasse a funcionar no mesmo sítio, dada a sua proximidade da via pública; neste caso, a Câmara dispôs-se a ceder os materiais para estes serem construídos numa cota inferior à da habitação.

Posteriormente, é substituído o pavimento no piso superior inicial, em soalho, por betão, destruindo-se também a parede divisória dos quartos, criando assim uma grande sala.

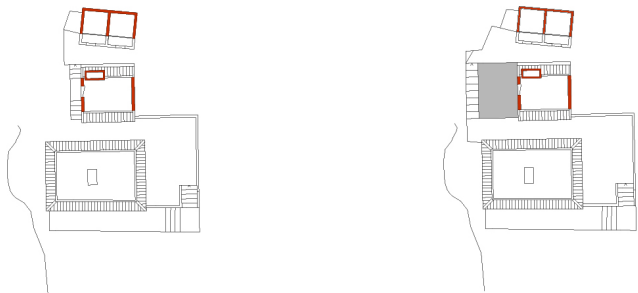
“Depois mudamos o pavimento dos dois primeiros quartos, era de soalho deitámos laje e tirámos a parede divisória ficando unidos os dois para fazer a sala, como já havia os quartos em frente e já eram menos filhos cá em casa.”

(Filomena)

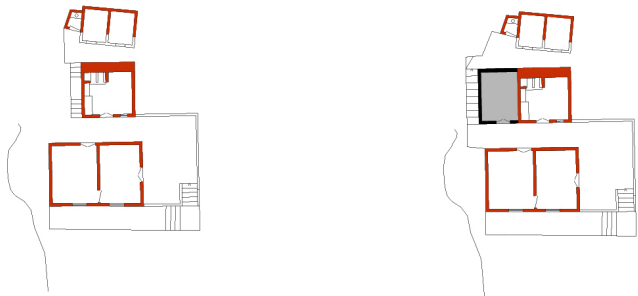
42 - Plantas e cronologia da evolução da habitação – casal b (1ª geração)



Plantas piso 2



Plantas piso 1



Plantas piso 0



Cronologia

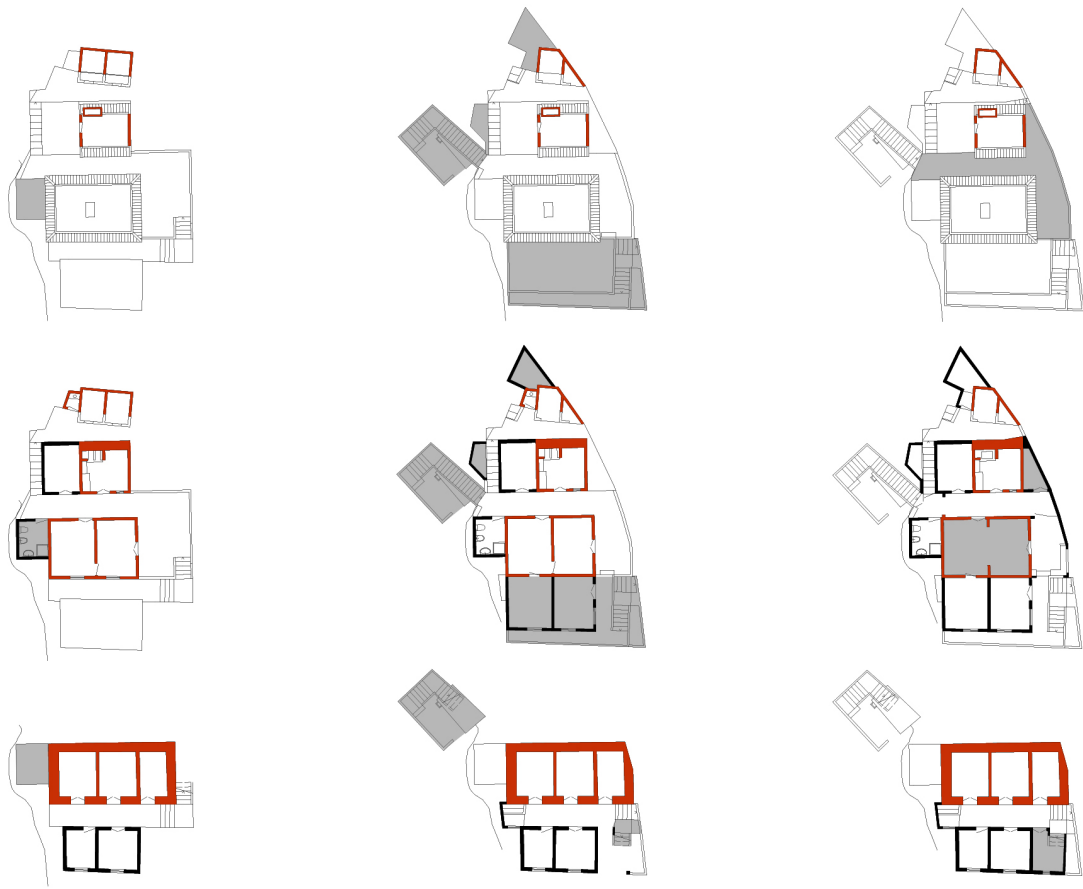
1968

1971

Outra das obras de melhoramento passou pela construção de uma cobertura entre o espaço de cozinha e casa, unindo assim, todo o conjunto habitacional. Ao mesmo tempo, foi construído um compartimento junto à cozinha, servindo este de despensa.

A última obra efetuada foi a criação de um compartimento de loja, no espaço inferior às escadas de acesso ao piso superior.

Das unidades significativas de registo do discurso retiradas da entrevista a este agregado familiar destaca-se a situação de sobrelotação da habitação, no que diz respeito às primeiras etapas de vida deste casal.

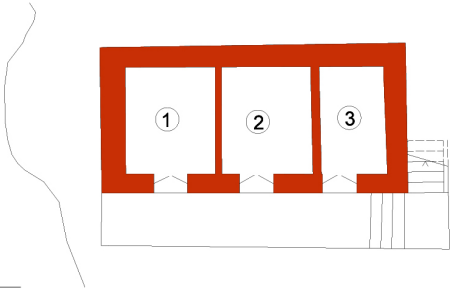


1981

1989

2000

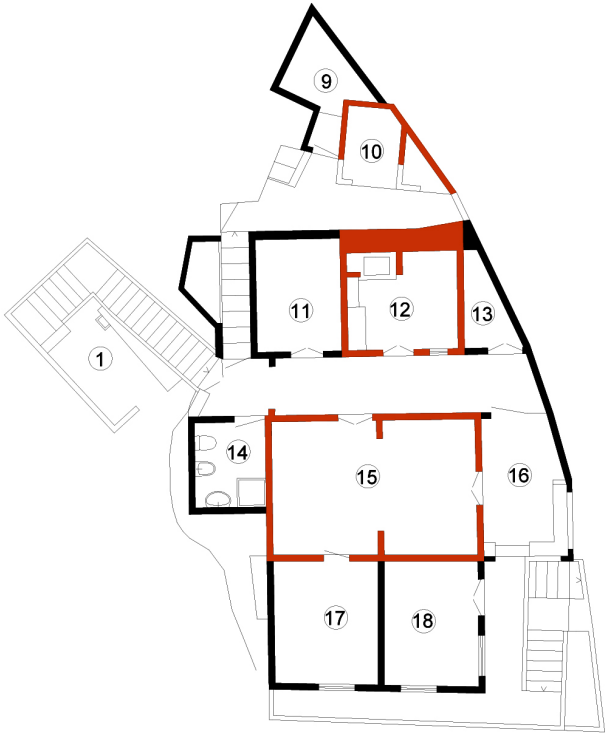
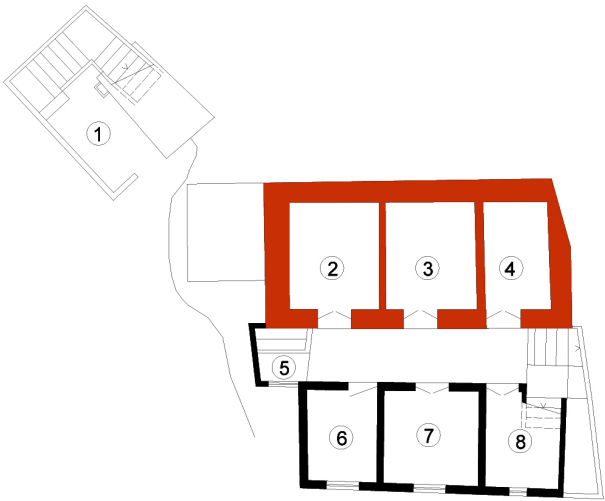
Piso 0



Piso 1

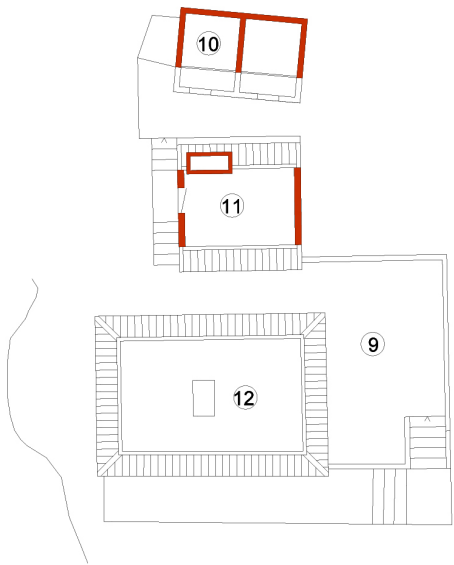


Planta inicial



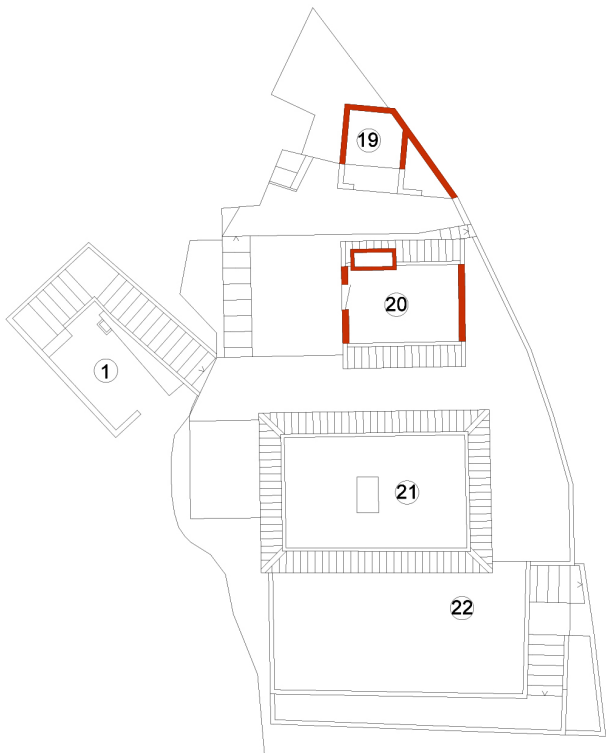
Planta atual

Piso 2



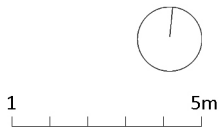
Legenda

- 1. Loja 1
- 2. Loja 2
- 3. Loja 3
- 4. Retrete
- 5. Chiqueiros
- 6. Cozinha
- 7. Quarto 1
- 8. Quarto 2
- 9. Balcão
- 10. Galinheiros
- 11. Caniço
- 12. Sótão



Legenda

- | | |
|-----------------------------|------------------------------|
| 1. Chiqueiro | 12. Cozinha |
| 2. Loja do canto | 13. Quarto do gaz |
| 3. Loja do meio | 14. Casa de banho |
| 4. Loja do vinho | 15. Sala |
| 5. Lavagem | 16. Balcão |
| 6. Quarto dos pequenos 1 | 17. Quarto da filha |
| 7. Quarto dos pequenos 2 | 18. Quarto dos Proprietários |
| 8. Loja | 19. Galinheiros |
| 9. Arrecadação | 20. Caniço |
| 10. Galinheiros | 21. Sotão |
| 11. Quarto dos frigoríficos | 22. Terraço |



43 - Plantas iniciais e atuais da habitação - casal b (1ª geração)



44 - Habitação - casal b (1ª geração)

- Balcão
- Vistas da habitação

“Chegámos a dormir 3 para a cabeceira da cama e 2 para os pés da cama.”

(Maria)

“Quando mudamos eram 5 filhos. Dormiam as raparigas num dos quartos, o rapaz mais velho no sótão e o mais novo no nosso quarto, no berço, porque ainda era pequeno.”

(Filomena)

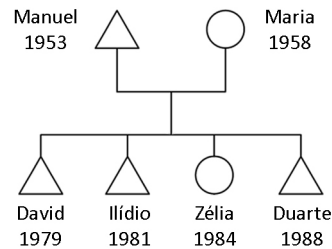
No entanto, ressalta nesta situação, o nível de escolaridade que se vai elevando: quanto mais novos são os filhos mais elevado é o seu grau de escolaridade. A partir deste fator, torna-se possível reconstituir a visão da sociedade portuguesa e as suas vivências durante o Estado Novo, correspondente à infância dos irmãos mais velhos, em face dos “privilégios” vivenciados nos anos 80, pelos membros da família mais novos.

“Manuel não tem escolaridade, eu estive 3 anos na escola. Todos os filhos estudaram só a mais velha tem a 4ª classe, todos os outros têm o 2º ano, pelo menos (equivalente ao 6º ano), e a mais nova tem o ensino superior.”

(Filomena)

Para além da valorização dos efeitos da escolaridade dos filhos deste agregado familiar, também está patente a revalorização do papel da mulher enquanto detentora de uma profissão distante das lides da terra: «*a segunda filha tirou o curso de costura*». O foco no entendimento do valor da educação e formação terá levado a que, no presente, e apesar do número de filhos do agregado familiar, estes tenham direcionado a sua vida, principalmente os homens, para áreas mais rentáveis, nomeadamente o comércio.

2.2.3 | Caso de estudo 3 (casal c) 2ª geração



Manuel nasce em 1953, 5º de 7 irmãos (5 raparigas e dois rapazes), com a ausência do progenitor, desde 1957. Este, desde muito cedo e por ser o filho mais velho, começa a trabalhar por conta de outrem, tomando o papel de homem da casa. Maria, nascida em 1958, filha mais velha de 11 irmãos (6 raparigas e 5 rapazes) tem acesso à educação, não progredindo na escolaridade, por dificuldade monetárias e necessidade de prestar ajuda ao agregado familiar (pois um filho, para além de uma boca para alimentar representa também mais um par de mãos para trabalhar). Casam-se em 1979; a habitação já se encontrava concluída, passando a viver na mesma, desde essa data. De notar o agregado familiar reduzido, em relação ao dos seus pais. Esta situação já é fruto de um maior planeamento familiar, em parte decorrente da integração do mesmo no serviço nacional de saúde, na década de 70.

Embora a data da construção da habitação diste uma década da do caso de estudo dois, não se verificam grandes diferenças nos seus projetos. De notar será a introdução de instalações sanitárias no projeto da habitação. Verificamos, igualmente, que o projeto não corresponde ao construído, situação que pode ser explicada pelo facto de que, neste caso, a obra ter sido iniciada antes do projeto ser emitido.

“A planta... fomos lá a baixo ao Estreito, eu e o meu sogro, tirar a planta, o senhor chamava-se Aurélio; ele fazia a planta e tratava da aprovação na câmara. Oito dias depois, já estava pronto. Eu disse como queria a casa, 3 quartos por baixo e dois por cima. Uma casa de Alto e Baixo, como se fazia por aqui. Quando saímos de lá ele disse:- Já pode ir construir. - mesmo não estando pronta a planta!”

(Manuel)

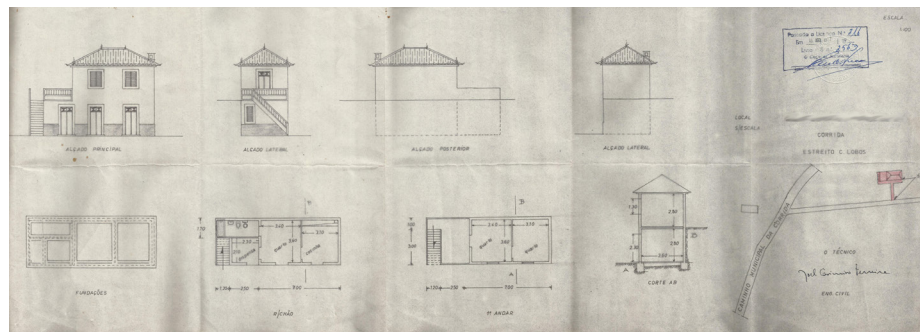
45 - Árvore genealógica – casal c (2ª geração)

Habitação

Localização: Sítio do Luzirão,
Jardim da Serra

Data de Construção: 1977

46 — Projeto da habitação - casal c
(2ª geração)



A habitação integra-se na tipologia de casa elementar de dois pisos. Composta por um volume retangular, em alvenaria de blocos de cimento, com cobertura de quatro águas, em telha cerâmica, organizado em dois pisos, com balcão de acesso ao piso superior. Este volume aproveita o desnível do terreno, ficando o segundo piso à cota do terreno traseiro da habitação. Interiormente, o rés-do-chão é composto por três compartimentos utilizados inicialmente, como lojas, e o piso superior com dois compartimentos com a função de quartos.

Os espaços da cozinha e instalação sanitária que se integram, em projeto, no piso inferior do volume da habitação, são executados exteriormente a este volume. Estas alterações podem ser facilmente compreendidas pelas seguintes causas: a instalação sanitária é executada nas traseiras da casa; dada a inexistência de água canalizada, os odores seriam insuportáveis, se assim não acontecesse. O espaço de cozinha é separado da casa, por razões de segurança, dado que, a única fonte de calor para confeção dos alimentos é o lar, havendo normalmente, no desvão da cobertura, o espaço de caniço onde, entre outras coisas, se secava lenha; não raras as vezes, estas incendiavam-se. O distanciamento da cozinha à habitação permitia salvar a segunda.

A construção inicial compreendia também os compartimentos para os animais, estes executados pelos proprietários e não por mestres de obras; compreendem chiqueiros e galinheiros, integrando-se nesta construção a retrete/instalação sanitária. Com efeito, «Construtor da sua própria casa ou, quando muito, seu afortunado herdeiro, o camponês imagina-a, concebe-a, habita-a e transforma-a em atividade agrícola» (Pereira, 2011: 16)

Em 1983, procede-se ao aumento da habitação inicial, cujas obras foram executadas pelos proprietários; correspondem à construção de um reservatório de água, localmente denominado por “poço” e ao espaço de lavandaria. A

água aqui armazenada não é potável; provém das chuvas ou é comprada, à hora³² (, , e transportada por levadas, dos reservatórios de rega locais até ao tanque, servindo para dar de beber aos animais, lavagem de roupa e limpeza da habitação.

“Para encher o poço comprávamos as horas necessárias de água e as crianças ficavam a guardar as levadas para ninguém roubar a água, pois toda a gente tinha de comprar água para encher os poços e muitas, quando podiam, desviavam a água para encher os seus poços sem terem de pagar.”

(Maria)

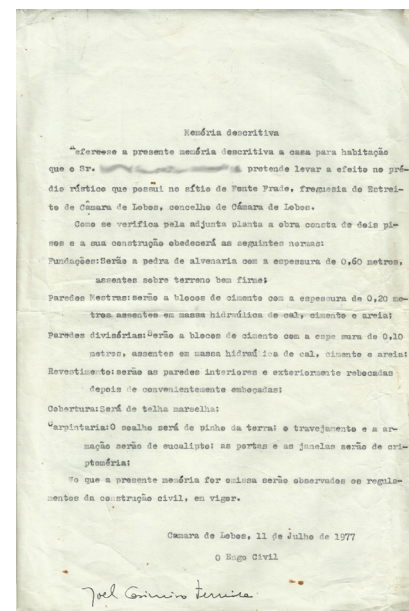
O espaço de lavandaria é composto essencialmente por um tanque de lavar roupa construído *in situ*. Este compartimento também serve de zona de duche.

Quando começaram a nascer mais filhos, os espaços das lojas passam a funcionar como quartos. Em 1985, dão-se as primeiras obras de melhoramento, estas já executadas por mestres pedreiros. É construído no piso inferior, no sítio das escadas de acesso iniciais, um compartimento de loja e as instalações sanitárias; no piso superior, um compartimento para quarto, no sítio do balcão, e outro compartimento no piso superior da cozinha. É construída também a varanda na fachada da habitação; o espaço entre a habitação e a cozinha é coberto; nasce um novo balcão no espaço superior ao espaço de loja e instalações sanitárias e as novas escadas de acesso.

A instalação sanitária é possibilitada pela construção, no piso superior do compartimento dos animais, de um reservatório de água; o desnível possibilita que as canalizações funcionem por gravidade. Também foi criado um sistema de aquecimento elementar que consiste na colocação de um depósito, junto ao lar, onde é aquecida a água, sempre que existe fogo, sendo direcionada depois, para a zona de duche.

Estas alterações facultaram que os acessos, embora realizados sempre pelo exterior, fossem cobertos, permitindo que, em dias de chuva, os habitantes não se molhassem nos deslocamentos entre compartimentos.

Em 1999, é construída uma loja, junto ao compartimento dos animais. O espaço de balcão é coberto, servindo o espaço anterior destinado a loja, para aumentar as instalações sanitárias e o compartimento contíguo.



47 – Projeto da habitação - casal c (2ª geração)

32 A água era comprada num dos tanques de armazenamento locais. A designação “à hora” está ligada ao valor pago, referindo-se ao tempo em que a água está a sair do tanque; a compra de uma hora de água significa que o tanque estará a vazar durante uma hora, sendo o comprador responsável por transportá-la por um sistema de levadas, até ao sítio desejado.

“Aumentámos a casa de banho já andavam todos os filhos na escola e saíam todos de manhã, então fizemos um espaço de lava mãos exterior na casa de banho e assim, dava para outro ir se despachando enquanto outro estava a tomar banho.”

(Manuel)

As últimas obras de melhoramento dão-se em 2009 e correspondem ao aumento da cozinha e à construção de novas escadas de acesso ao piso superior.

“A cozinha era pequena, os filhos também já eram todos grandes, já era difícil. Para não termos de comer fora da cozinha aumentámos e ficou cozinha e quarto de jantar todo junto.”

(Maria)

Verificamos que as alterações não terminarão, por enquanto, embora três

48 - Plantas e cronologia da evolução da habitação – casal c (2ª geração)

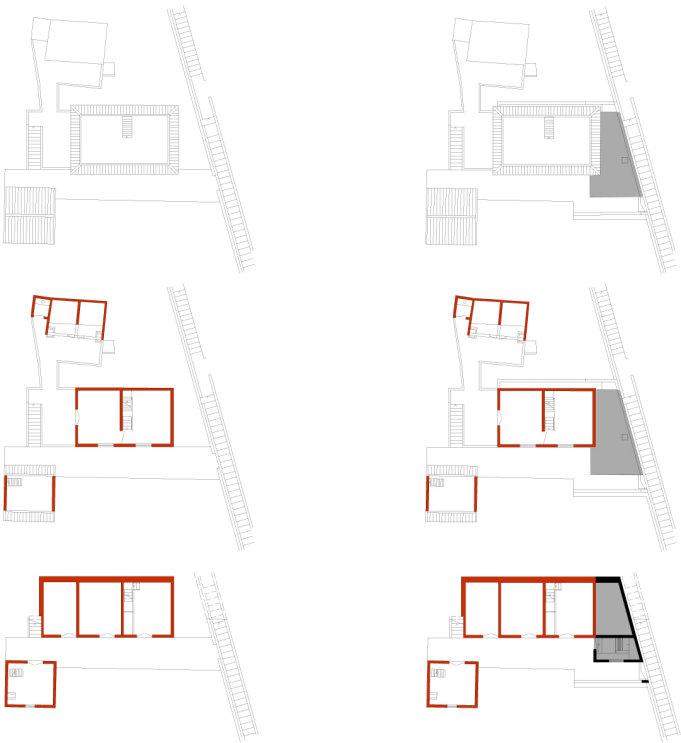


Plantas piso 2

Plantas piso 1

Plantas piso 0

Cronologia

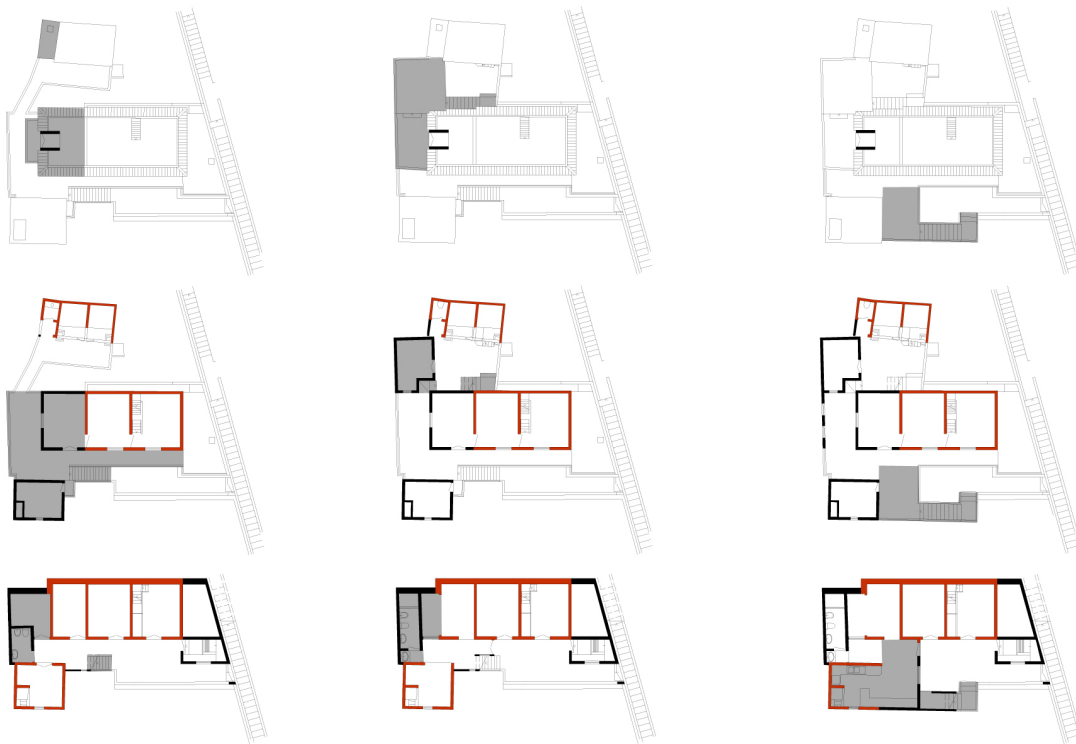


1977

1983

dos filhos já não residam nesta habitação. A próxima alteração já idealizada, mas sem prazo de construção, é a criação de um corredor de acesso ao piso superior, eliminando as ligações entre quartos, e a criação de uma instalação sanitária nesse mesmo piso, por forma a não ser necessário sair da habitação para a utilizar.

Através da análise dos registos do discurso dos entrevistados, poderemos verificar que as vivências deste agregado familiar são marcadas pelos impedimentos que motivaram o não prosseguimento dos estudos de cada um dos progenitores. Por um lado, a necessidade que levava os rapazes, desde cedo, a ir trabalhar na terra, por outro, a indispensabilidade das raparigas na manutenção da vida doméstica, situações que comprometem qualquer «promoção» desejada.

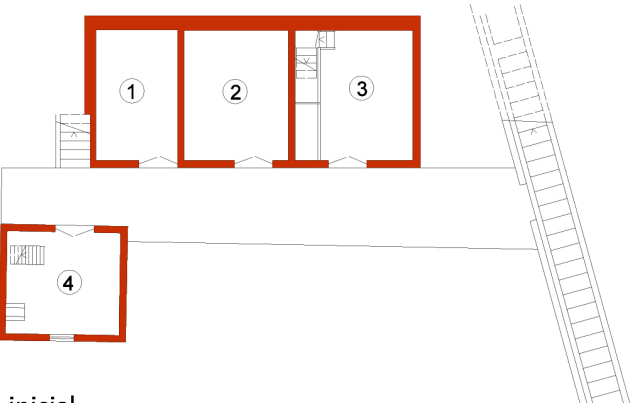


1985

1999

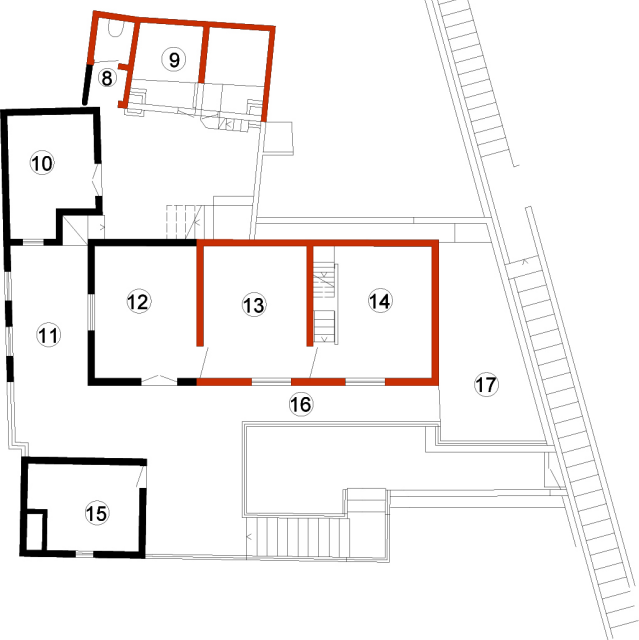
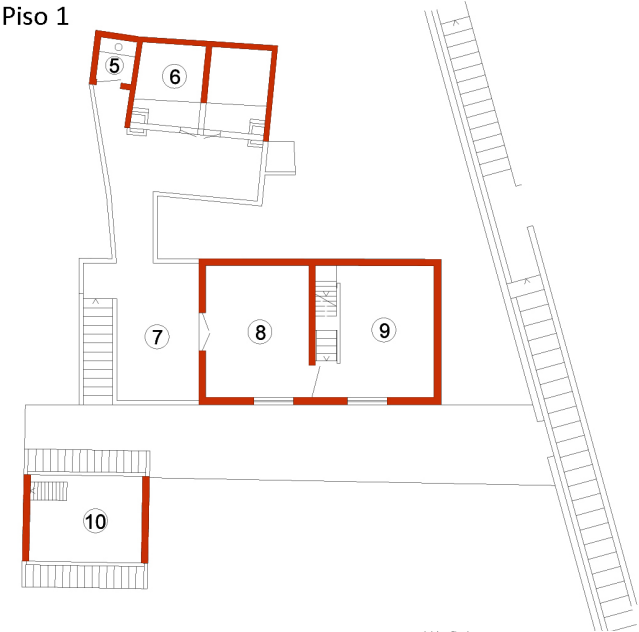
2009

Piso 0



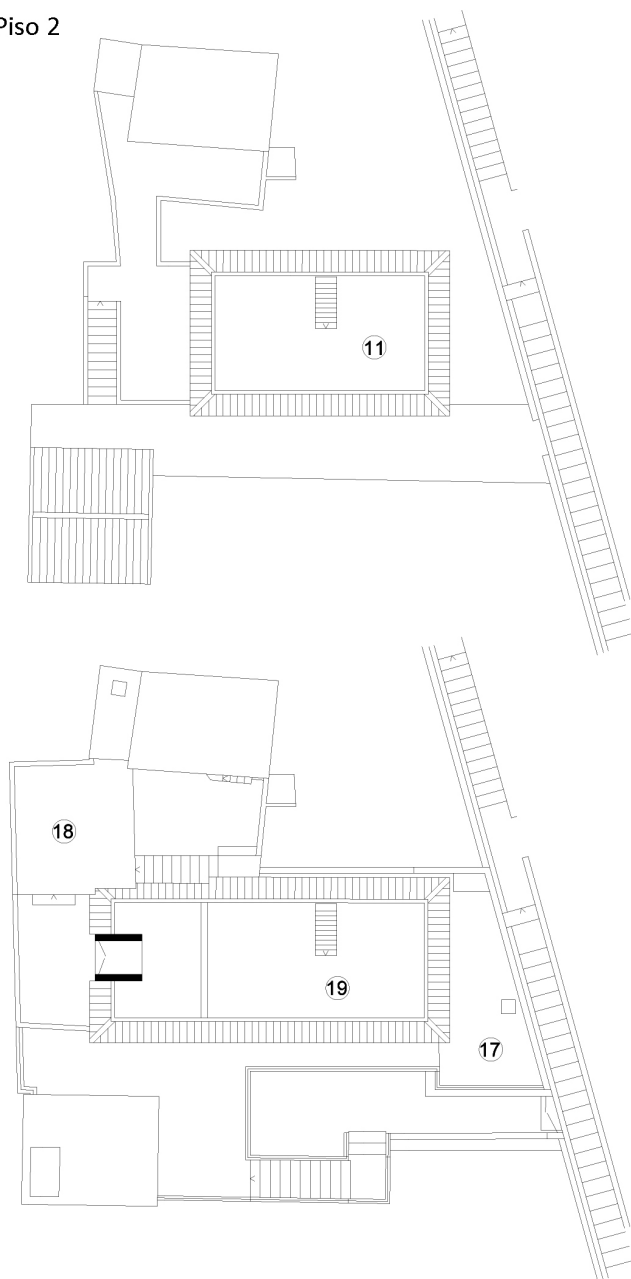
Planta inicial

Piso 1



Planta atual

Piso 2

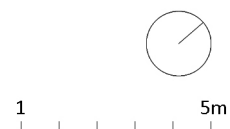
**Legendas**

1. Loja 1
2. Loja 2
3. Quarto de jantar
4. Cozinha
5. Retrete
6. Chiqueiros
7. Balcão
8. Quarto 1
9. Quarto 2
10. Caniço
11. Sótão

Legendas

1. Casa de banho
2. Quarto de jantar
3. Quarto de escrever
4. Quarto da televisão
5. Poço
6. Cozinha
7. Lavagem
8. Retrete
9. Chiqueiros
10. Loja

11. Balcão
12. Quarto dos proprietários
13. Quarto da filha
14. Quarto dos filhos
15. Quartinho da lenha
16. Varanda
17. Terraço do poço
18. Terraço
19. Sótão



49 - Plantas iniciais e atuais da habitação
- casal c (2ª geração)

“Eu só fui 3 meses à escola; aprendi algumas coisas, depois na tropa é que aprendi a ler e escrever melhor.”

(Manuel)

.....
“Eu dei o exame da quarta classe. Depois já tive de vir para casa cuidar dos irmãos. Na altura, só havia o 2º ano, 5º, hoje em dia. No Funchal, houve uma professora que me dava casa lá durante a semana e eu vinha a casa durante ao fim-de-semana. Mas não cheguei a ir, como eu era a mais velha tive de vir para casa tomar conta dos mais novos.”

(Maria)

A importância dos animais na economia da vida doméstica é assinalada pela forma como o compartimento a eles destinado é assumido como um espaço bastante imprescindível na habitação por diversas razões: em primeiro lugar, os animais são alimentados, para além de ração, com os restos dos alimentos; as fezes dos mesmos são utilizadas para adubar os terrenos; são uma fonte de alimento muito vantajosa, pois representam menos um bem a adquirir, bem este que, em comunidades muito isoladas como as da época, eram escassos para venda, acrescendo o facto de a inexistência de eletricidade tornar muito difícil a sua conserva. Acresce também o facto de representarem mais uma fonte de rendimento, no caso de servirem para criação e serem vendidos vivos.

Com efeito, o homem do campo anda sempre a deitar contas à vida. Esta é a prova real de que as famílias rurais se alimentam, substancialmente, daquilo que produzem. Na autossuficiência está, com efeito, a sua limitação. Cria porcos, galinhas e outros animais domésticos e trabalha as terras para daí poder viver.



50 - Panorâmica da habitação - casal c
(2ª geração)

Nas rotinas diárias deste agregado, o espaço de lavandaria, composto essencialmente por um tanque de lavar roupa construído *in situ*, serve também de zona de duche, utilizando-se para o efeito um alguidar e aquecendo-se a água para o banho em tachos, à lareira.

A roupa é maioritariamente lavada na ribeira, pois a água era cara e de difícil transporte devido à distância. A lavandaria era apenas utilizada quando as condições climáticas não permitiam que a roupa fosse lavada na ribeira.

“A roupa era lavada na ribeira. Era preciso acartá-la até lá. E tínhamos de ir cedo, porque toda a gente ia lavar; era preciso apanhar um lugar que servisse para lavar. Às vezes, tínhamos de tapar uma parte da ribeira para fazer poça (armazenar mais água) onde se pudesse lavar.”

....

«Depois trazer a roupa para casa muito mais pesada por estar molhada. E é preciso lembrar que os acessos à ribeira por vezes não eram os melhores.»

(Maria)

A falta de água canalizada constitui um denominador comum presente nas dificuldades domésticas.

“Tivemos que fazer o nosso poço para enchermos com água da chuva e da ribeira e lavarmos com ela a roupa e darmos de beber aos animais.”

(Maria)

Daqui resultam situações que agravam a economia doméstica, decorrentes do estado deficitário que vivia, à época, o homem do campo, amesquinhado na sua independência e frustrado pela vida penosa que levava.

“A água foi um bem que nos saía bastante caro. Tínhamos de comprar a água da ribeira para encher o poço. As crianças é que ajudavam a tomar conta para não deixar que ninguém desviasse e roubasse a água para os seus poços. Se não fosse assim, muitos desviavam a água para não pagar.”

(Maria)

Os progenitores não desejam para os filhos a replicação das dificuldades da sua infância:

“Conforme foram nascendo os pequenos, as lojas passaram a ser usadas para quartos e sala. Então foram retiradas as escadas e, ao lado da casa, foi feito mais uma loja e a casa de banho. As escadas passaram para a frente da casa e fizemos a varanda, foi aumentado o quartinho da lenha, em cima da cozinha, que era de telha, e um quarto junto à casa.”

(Manuel)

As aspirações de contribuir para um maior bem-estar da sua prole vão evoluindo à medida das necessidades *versus* possibilidades:

- 51 - Habitação - casal c (2ª geração)**
 - Chiqueiros e galinheiros
 - Vista da habitação



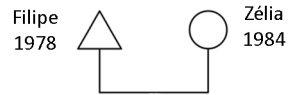
“Depois construímos a loja atrás da casa e, no lugar da antiga, foi aumentada a casa de banho e a sala, e foi fechado o espaço entre a casa e a cozinha e foram alteradas as portas, que eram de madeira e não isolavam nada.»

«As últimas obras feitas foi o aumento da cozinha e umas novas escadas de acesso.»/«As obras eram sempre de melhoria pois a habitação; não eram pensadas a longo prazo, quando começaram a nascer os filhos fomos melhorando para ter mais espaço. Depois os filhos começaram a namorar; não cabiam todos na cozinha e fizemos obras de novo.”

(Maria)

Os registos dos discursos destacados constituem e expressão inequívoca da tentativa de evitar as condições idênticas às vivenciadas nas famílias de origem, muito numerosas, onde nem sempre foi possível viver com a privacidade desejada.

2.2.5| Caso de estudo 4 (casal d) - 3ª geração

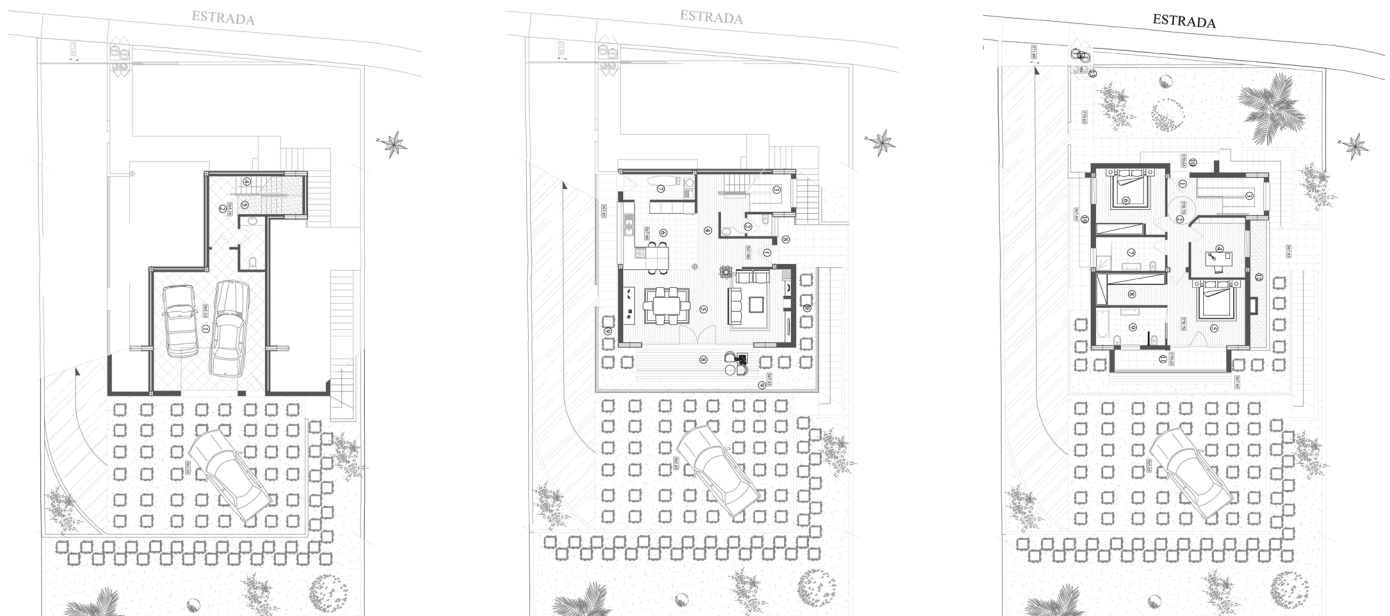


52 - Árvore genealógica – casal d (3ª geração)

Nascidos no pós 25 de Abril, Filipe, em 1978, filho mais velho de um casal trabalhador no sector terciário, e Zélia, 3ª filha do casal em estudo no caso 3, fazem parte de uma geração com maior acesso à escolaridade, tendo ele o ensino secundário e ela o ensino superior. Na conceção e gestão da habitação evidencia-se um maior planeamento familiar e de futuro, fator que se reflete na organização e construção da sua habitação. Este maior planeamento aliado a um maior conhecimento dos modelos arquitetónicos permitem uma maior orientação do projeto da habitação para as suas necessidades reais. O maior controlo por parte das instituições competentes na aplicação do projeto e o não licenciamento da construção, até que todo o projeto esteja

53 - Projeto da habitação - casal d (3ª geração)

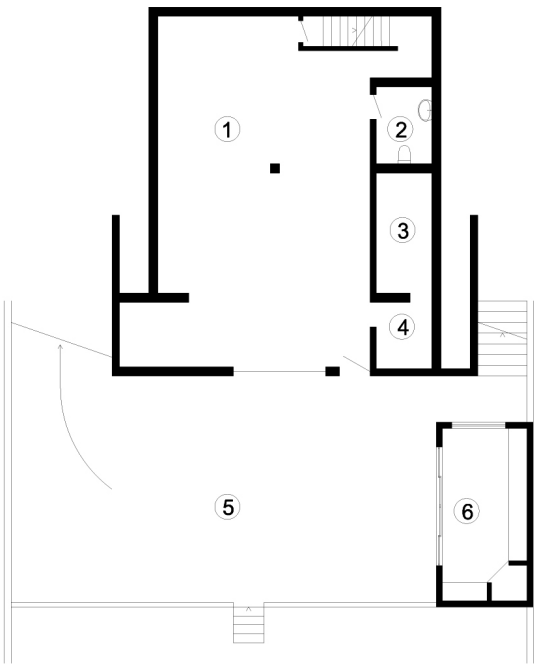
- Cave
- Piso 0
- Piso 1



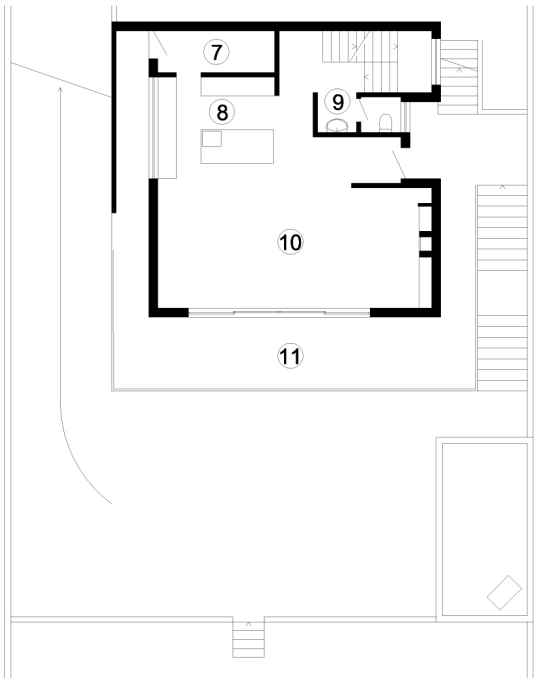
concluído, obriga a que este tenha de responder da melhor forma a essas necessidades, visto que a habitação não pode ser alterada com relativa facilidade, posteriormente, como acontecia nos casos anteriores.

Por outro lado, as condições financeiras mais facilitadas, nomeadamente, no acesso ao crédito, possibilitado pela existência de um ordenado fixo permite a construção da habitação, na totalidade, ao mesmo tempo, influenciando também a localização da mesma, ao contrário dos casos anteriores, em que o local de construção é maioritariamente em terrenos da família, sendo estes disponibilizados por herança, facto que vem atenuar o custo total da habitação, restringindo, contudo, a localização da mesma.

Cave



Piso 0

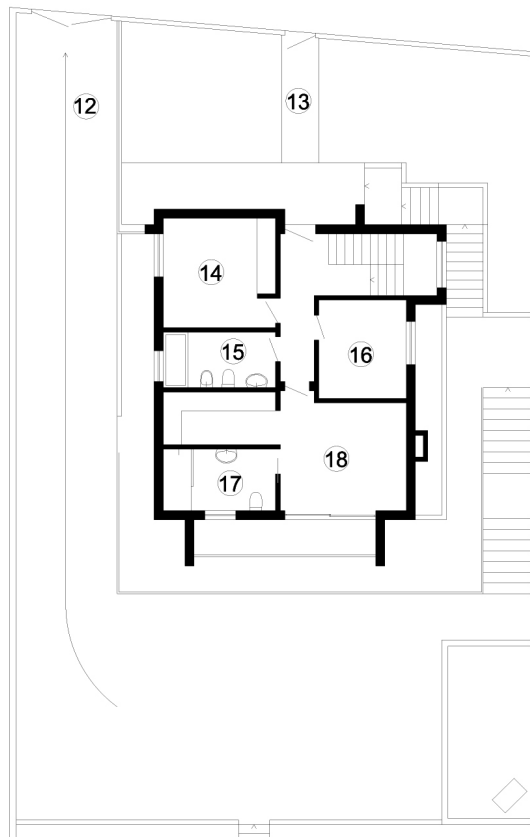


Neste caso, existindo a disponibilidade financeira advinda do acesso ao crédito, a localização responde a condições de conforto pré- estabelecidas pelos habitantes, variando estas desde o custo do terreno, idealização do sítio da habitação, acessos ao local de trabalho e existência de serviços básicos nas proximidades.

“Localização deve-se a vários fatores: procurávamos um sítio fora do centro (Funchal) contudo, trabalhamos os dois no Funchal, logo os acessos teriam de ser rápidos. Depois, entra a questão monetária, começando pelo valor do terreno ao qual se vai juntar o da casa.

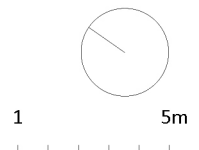
Apareceu esta oportunidade ficamos um pouco de pé atrás, pois respondia à maior parte das exigências, com bons e rápidos acessos ao Funchal, com serviços essenciais próximos como escola, centro de saúde, farmácia, e a um preço que podíamos pagar. Pensámos logo que o

Piso 1



Legenda

1. Garagem
2. Instalação sanitária
3. Arrecadação
4. Lavandaria
5. Pátio
6. Churrasqueira
7. Despensa
8. Cozinha
9. Instalação sanitária
10. Sala e sala de jantar
11. Varanda
12. Acesso a garagem
13. Entrada
14. Quarto 1
15. Instalação sanitária
16. Escritório
17. Instalação sanitária
18. Quarto dos Proprietários



54 - Plantas atuais da habitação - casal d (3ª geração)

terreno não permitiria construir uma casa, no entanto, era o que queríamos. Para além disso, tinha uma vista que nos agradou muito.”

(Filipe)

A maior participação na execução do projeto permite que este responda melhor às expectativas e desejos dos habitantes, como o modelo arquitetónico, privilegiando a simplicidade formal e a funcionalidade dos diferentes espaços da habitação, bem como a abundância dos espaços de arrumação e a integração das zonas comuns (sala, sala de jantar e cozinha) num único espaço. Os proprietários preferem prescindir do espaço de cozinha encerrado que impossibilitaria que os cheiros se propagassem pela habitação, e preferem um espaço de socialização totalmente integrado.

“O espaço da cozinha sala de jantar e sala queríamos tudo junto por ser o mais utilizado, pois o quarto é para dormir e assim permite que, estando em qualquer um dos espaços, as pessoas estejam juntas, sejamos só nós ou tenhamos convidados. Ninguém fica renegado para a cozinha a preparar a refeição.”

(Zélia)

Verificamos, no entanto, que embora com um planeamento muito maior e a participação no projeto, existem alterações na habitação executadas



55 - Panorâmica da habitação - casal d
(3ª geração)

essencialmente durante a construção, por diversas razões, desde a impossibilidade por parte das instituições camarárias de algumas soluções de projeto, razões funcionais e monetárias. As alterações mais evidentes correspondem ao aumento de área do piso 0 que, no projeto, é reduzida, por forma a não exceder a área de construção permitida para o lote de construção. No entanto, este ganho de área reduz o custo da obra, nomeadamente, na movimentação de terras para implantação da habitação, alterações da cozinha, designadamente, o balcão se apresentar como uma ilha; esta já prevista, é apresentada em projeto de forma diferente, devido a questões de aprovação do projeto. Dois anos depois da construção da habitação, é construído um espaço de churrasqueira que, embora já estivesse idealizado na época da construção, só é construído mais tarde, por questões económicas.

“Quando foi construído foram feitas alterações em relação ao projeto, algumas alterações estavam previstas, estando em projeto por forma a este ser aprovado, como a cozinha, mas já estando previsto serem diferentes. Outras, para melhor funcionamento da habitação, melhor desempenho dos isolamentos e ganhar mais espaço na zona de garagem arrecadação.” (Zélia)

“*Existe também o caso da churrasqueira que embora já soubéssemos onde queríamos não foi construída nem mesmo integrada no projeto, por não ser essencial preferimos fazer mais tarde. Cortámos nos espaços que podiam esperar, para o investimento não ser além da conta.*”
(Zélia)

Lógico será de referir que existe um conjunto de fatores (maior grau de instrução, mais participação no projeto, mais fácil acesso ao crédito, maior planeamento familiar) que são contributivos, neste caso, para que a construção de uma habitação seja idealizada e construída com outros pressupostos e com outro grau de conforto, relativamente às situações anteriores. Esta co-construção de projeto em que um cliente mais informado, com mais poder económico vai necessariamente resultar num modelo de habitação compatibilizado com os pressupostos valorizados: quantidade de crédito, distância dos locais de trabalho e valorização da habitação enquanto também, espaço de lazer.

2.3 | Notas conclusivas

Da análise dos registos do discurso dos entrevistados presentes neste estudo permite que se possam retirar as seguintes conclusões:

I – as habitações das primeiras duas gerações inserem-se na tipologia «casa elementar», tal como a define Mestre, na sistematização que faz da arquitetura rural madeirense;

II – as habitações da 1ª e 2ª gerações, no seu início, eram bastante rudimentares e cobriam apenas os mínimos das necessidades básicas do agregado familiar: cozinha para confeccionar refeições/tomar banho, quartos para dormir, de forma sobrelotada, e retrete, dados que são concordantes com a informação estatística analisada e que referencia as ocorrências mais tardias da existência de água canalizada nos alojamentos proveniente da rede pública e a presença de casas de banho com duche. Também se torna relevante, neste contexto, convocar a informação estatística relativa à lotação dos alojamentos que, nesta época, era bastante sobrecarregada, no Concelho de Câmara de Lobos;

III – foi nas habitações das 1ª e 2ª gerações que foram introduzidas mais alterações, desde a sua forma original, até ao presente, por forma a proporcionarem melhores espaços de conforto para as famílias, dados que estão em linha com a informação estatística quando assinala as evoluções registadas na otimização dos alojamentos com água canalizada, com a existência de banho/duche, e sem retrete fora dos alojamentos;

IV – as obras de melhoramento foram interdependentes não só das necessidades de conforto e bem estar do agregado familiar, mas também da aplicação de algum rendimento extra que a família obtinha;

V – em regra, nos casos da 1ª geração, o destino do rendimento extra era a sua aplicação no melhoramento da habitação, ou seja, não se fazia o recurso a crédito ou empréstimo para esta finalidade;

VI – as várias etapas de otimização das habitações da 1ª e da 2ª geração decorrem do alargamento do agregado familiar e são interdependentes da disponibilidade económica das famílias;

VII – grande parte das obras era construída pelos proprietários (ausência de mestre de obras), ou seja, poupava-se também neste aspeto para se “ganhar” na compra de materiais;

VIII – a adaptabilidade ao terreno é recorrente nos 3 primeiros casos de estudo, isto é, procurou-se implantar as habitações adaptando-as às características do terreno, encontrando-se assim, de maneira quase

inconsciente, a forma mais fácil e mais barata de construção; aproveitam-se as condições naturais do terreno para se implantar a casa e não ao contrário.

IX – nos 3 primeiros casos, verifica-se uma adaptabilidade sequencial - os espaços são acrescentados de forma gradual, procurando corresponder às necessidades atuais do agregado - não há projeto, não há regulação efetiva, não há controlo por parte das instâncias reguladoras o que confere uma permissão mais alargada à construção;

X – no 1º caso, as alterações efetuadas são promotoras de uma planta orgânica, não se verificando uma grande alteração das funções dos espaços; o processo de melhoramento decorre de forma aditiva, pela criação de mais espaços com mais funções necessárias. No 2º e 3º casos, efetua-se um crescimento em torno do núcleo inicial determinado pela menor área de terreno e pela tipologia inicial, com organização em dois pisos. Verificamos essencialmente no 3º caso a alteração das funções nos espaços de lojas, o que evidencia uma menor influência e ligação com o trabalho agrícola e garante maior privacidade da habitação.

XI – a habitação da 3ª geração tem apenas o meio rural como contexto de inserção;

XII – muito embora se verifique um envolvimento e participação ativa e informada na elaboração do projeto da 3ª geração, são introduzidas alterações neste, na altura da construção da habitação;

XIII – esta é calculada para uma vivência a bastante longo prazo (constrói-se com um prazo de durabilidade de 50 anos); para isso, contribui a maior incidência das instâncias reguladoras, nas exigências de operacionalização do projeto bem como a aplicação rigorosa do mesmo;

XIV - a habitação da 3ª geração não corresponde aos parâmetros sistematizados na arquitetura popular rural, muito embora esta vá privilegiar a ideia de cozinha como espaço central de vida/vivências, situação recorrente no modo de vida da habitação rural (cozinha corresponde na habitação popular, ao espaço agregador das vivências de múltiplo teor: receber informalmente, estar, cozinhar...);

XV - no caso de estudo 4, a habitação está desligada da terra tal como os seus habitantes da atividade rural; não são utilizados nem os “traços simbólicos nem o sentido pragmático que influenciam as casas de tradição”;

XVI – a habitação desta geração explicita o modo de vida dos seus proprietários, fator visível na lógica de privacidade aplicada a todo o espaço da habitação, no desaparecimento das lojas e na existência de garagem que assegura o conforto do transporte pessoal para longe da habitação, ao contrário

do que acontecia com as gerações anteriores, que resumiam e circunscreviam os seus movimentos maioritariamente à zona de residência;

XVII – o movimento é sempre progressivo e evolutivo no *modus operandis* das três gerações, relativamente à forma, às preocupações com a construção e suas finalidades e funcionalidades;

XVIII – o poder económico, o grau de qualificação académica são fatores que interferem na conceção e construção das habitações, elemento bastante evidente quando se compara o nível de concetualização e intervenção na construção das casas das três gerações em análise;

Considerações finais e propostas para o futuro

Nesta etapa do nosso estudo, importa sintetizar os seus contributos mais relevantes, refletir sobre eles, na procura de um sentido integrador, lógico e articulado com a dimensão e as singularidades regionais.

A realidade madeirense, bastante focada no desenvolvimento turístico, tem motivado a exacerbação desta vertente, de tal forma que foram criadas estruturas que apoiam um tipo de turismo industrial, maioritariamente centrado no espaço urbano e distante de uma visão mais sistémica/integrada da Ilha no seu todo. Este fator tem sido contributivo para que se esteja a relegar para um plano mais distanciado as questões ligadas ao espaço rural bem como à arquitetura popular, tendo em atenção que este património “natural, arquitetónico” poderá proporcionar um turismo de cariz diferente. Há pois, que contrariar parte deste sentido e investir também no campo com vida, gentes, costumes e na sua arquitetura popular.

Deste modo, considera-se como objetivo importante, promover e agilizar a mobilização da reflexão e estudo sobre os importantes legados culturais, enquanto base de análise para a interpretação da trajetória dos povos ancestrais e para uma intervenção mais adequada no espaço rural, em termos habitacionais, tanto para os seus habitantes bem como para os turistas, reorientando as ações de intervenção, através de políticas de incentivo à reabilitação, fixação, dinamizando a sua atratividade.

Num âmbito mais lato, há que “formar” cidadãos que valorizam o património, a memória, as tradições e todo o conhecimento sistematizado sobre a arquitetura rural sustentável, ou seja, que passa por soluções que atendam às memórias e tradição local rural, na linha do que efetuou Raul Chorão Ramalho (1914-2002), ao privilegiar a essência do património, ao invés do seu invólucro. Há que evitar formas de ação redutoras e estereotipadas, isentas de «uma leitura atenta da arquitetura local na sua expressão popular vernácula e erudita, contrariando o *pastiche* ou um falso regionalismo» (Mestre, 2002: 303).

Nos diversos campos de ação há, por exemplo, que criar um conjunto de incentivos à fixação de jovens casais que possam usufruir de linhas de crédito compatíveis, por forma a reabilitar as casas/terrenos herdados, em que possam operar de acordo com regras urbanísticas rigorosas e contextualizadas, para que não resultem habitações no meio rural incaracterísticas e onde se explicita o mau uso dos materiais locais, fazendo recurso a mão-de-obra qualificada.

Este trabalho deverá ser sustentado por informação rigorosa e abalizada,

dinamizada por profissionais de arquitetura, com sensibilidade e conhecimentos para intervir no espaço rural, evidenciando aspetos como a implantação no terreno e a estreita ligação com a natureza, através da proximidade do espaço interior/exterior, aspetos preponderantes na arquitetura popular rural.

Assim, há que avaliar as potencialidades da arquitetura popular, nomeadamente, o conceito de adaptabilidade que estas encerram, entendendo esta como um espaço de permanente abertura e reajuste, a sua implantação que interrelaciona a habitação com as singularidades do espaço onde se insere, a adequação da escala e o uso adequado dos materiais locais.

Há que compreender a arquitetura habitacional rural, a sua harmonia, sustentada por uma prescrição mais rigorosa, continuando a investir na qualidade das infraestruturas, para que estas habitações possam vivenciar um maior conforto e rentabilização das potencialidades contextuais, sem desperdiçar espaços e privilegiar a “ostentação e o capricho”.

| Bibliografia

- ALMEIDA, Ana Nunes, (2011) - **Cenários do quotidiano doméstico: modos de habitar.** In J. Matoso (eds.), *História da Vida Privada em Portugal – Os nossos dias*, Ana Nunes de Almeida (coord.).
- BRANCO, Jorge Freitas (1987) – **Camponeses da Madeira: As Bases Materiais do Quotidiano do Arquipélago (1750-1900)**, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- BRANDÃO, Raul (1988) – **As ilhas desconhecidas: notas e paisagens.** 1ª edição, Lisboa, Editorial Comunicação L^{da}.
- CARITA, Rui (1989) – **História da Madeira (1420-1566) Povoamento e Produção Açucareira**, Funchal, Secretaria Regional de Educação, vol. 1.
- CARITA, Rui (2008) – **História da Madeira – O longo século XIX: do liberalismo à República A Monarquia Constitucional (1839-1910)**, Funchal, Secretaria Regional de Educação, vol. 7.
- DAVEAU, Suzanne, (1995), *As ilhas e a Arqueologia. Os Arquipélagos da Madeira e dos Açores Portugal Geográfico*, 1.ª edição, Lisboa, Edições Sá da Costa, Lda., 1995, p. 76.
- FARIA, Bernardo Favila, ABREU, Cristina, AGUIAR, Antonio Franquinho, AUGUSTO, José, LOBO, Carlos, JARDIM, Roberto, OLIVEIRA, Paulo, TEIXEIRA, Dinarte. (s/d). *A perspectiva arquipelágica: Madeira*. Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais - Direção Regional do Ambiente. Funchal, Madeira. Universidade da Madeira, Dep. Biologia/CEM, Campus da Penteada. Núcleo de Entomologia, Laboratório Agrícola da Madeira. Jardim Botânico da Madeira. Funchal, Portugal; Parque Natural da Madeira/CEM, Quinta do Bom Sucesso, Funchal, Madeira (cap.IV)
- FERNANDES, José Manuel, (1992) - **Cidades e Casas da Macaronésia.** Evolução do Território e da Arquitectura Doméstica nas Ilhas Atlântidas sob a influência Portuguesas - Quadro Histórico, do Séc. XV ao XVII. Arquitecto Vol.1
- GOMES, João Reis (1968) – **Casas Madeirenses**, Funchal, Editorial Eco Funchal. 2ª ed.
- INE, Censos de 1991, 2001 e de 2011

- LEAL, João (2000)- **Etnografias Portuguesas (1870-1970): Cultura Popular e Identidade Nacional**, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- LEAL, João (2009) Conferência Arquitecto Marques da Silva 2008. Arquitectos, Engenheiros, Antropólogos: Estudos sobre a arquitectura popular no século XX português. Porto. Editor Fundação Arquitecto José Marques da Silva. 1ª edição. ISBN: 978-972-99852-3-2.
- MESTRE, Victor (2002) – **Arquitectura Popular da Madeira**, Lisboa, Argumentum.
- MIGUEL, Jorge Marão Carnielo. Casa e lar: a essência da arquitetura. *Arquitextos*, São Paulo, 03.029, Vitruvius, out 2002 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/03.029/746>>.
- MÓNICA, Maria Filomena (1996), Os Costumes em Portugal. Cadernos do Público, n' 1.
- OLIVEIRA, Isabel Tiago (s/d), «O Arquipélago da Madeira: Dinâmicas Demográficas de 1890 a 2011», in *A Demografia das Sociedades Insulares Portuguesas. Sécs. XV a XX*, no prelo.
- O'Neill, B. J. (1984), Proprietários, lavradores e jornaleiros, Lisboa: D. Quixote.
- PEREIRA, Raul da Silva (1969), Funchal e Lisboa, Fevereiro de 1969, «Habitação e Urbanismo no Funchal», palestra pronunciada na Câmara Municipal do Funchal em 8 de Janeiro de 1969 e integrada no Colóquio de Urbanismo que teve lugar naquela cidade.
- PEREIRA, Sandra Marques (2011)- Cenários do quotidiano doméstico: modos de habitar. Em: J. Matoso (eds.), **História da Vida Privada em Portugal – Os nossos dias**, Ana Nunes de Almeida (coord.), Lisboa. pp.16-47.
- PEREIRA, Sandra Marques (2012) - **Casa e Mudança Social: uma leitura das transformações da sociedade portuguesa a partir da casa**, Lisboa, Caleidoscópio.
- RIBEIRO, Orlando, (1985). **A ilha da Madeira até meados do século XX**, Lisboa.
- RODRIGUES, Jasmins (1996), *Organização de Poderes e Estrutura Social*. In **Anuário 2009 nº 1**. Centro de Estudos de História do Atlântico. Região Autónoma da Madeira. Funchal.(p.317)
- SACRISTE, Eduardo. Qué és la casa? Buenos Aires, Columba, 1968.

- SALGUEIRO, Teresa Barata, (1992) “A espacialidade no Tempo Urbano”, Penélope, n.º7, Lisboa, p. 8.
- SILVA (1995) *A Madeira e a Construção do Mundo Atlântico*. In **Anuário 2009 nº 1**. Centro de Estudos de História do Atlântico. Região Autónoma da Madeira. Funchal.
- VASCONCELOS, Teresa (2005) – O Plano Ventura Terra e a modernização da cidade do Funchal (primeira metade do século XX) tese de mestrado não publicada, dezembro de 2005.
- VIEIRA, Alberto (1996), *A Rota do Açúcar na Madeira*, Funchal. CEHA. Disponível online em <http://www.madeira-edu.pt/ceha>. (consultado em abril de 2013).
- VIEIRA, ALBERTO (1999), *Do Éden à Arca de Noé*, Funchal, CEHA. Disponível em <http://www.madeira-edu.pt/ceha>. (consultado em abril de 2013).
- VIEIRA, Alberto, *A civilização do açúcar no Atlântico*. Online CEHA do Funchal. Disponível em <http://www.madeira-edu.pt/ceha>. (consultado em abril de 2013)
- VIEIRA, Alberto, *A fortuna das Afortunadas-Dados para uma análise comparada da História dos arquipélagos atlânticos nos séculos XV e XVI*. em <http://www.madeira-edu.pt/ceha> (consultado em abril de 2013).

Anexos

(Dados de caracterização pessoal)

1. Idade:
2. Sexo:
3. Estado civil:
4. Grau de instrução:
5. Formação:
6. Profissão:
7. Composição do agregado familiar:

(Dados sobre as variáveis que determinaram a implantação e construção das habitações, obras subsequentes de otimização dos espaços)

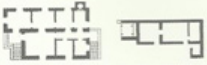
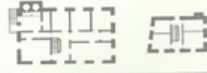
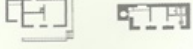
8. Qual a tipologia da sua habitação?
9. Qual a situação geográfica da sua casa (freguesia/concelho/distrito)?
10. Em que ano foi construída?
11. Que razões o levaram à construção da habitação no espaço que esta ocupa?
12. Houve alguma casa que o tenha inspirado especialmente na construção da sua habitação original?
13. Como adquiriu o seu terreno? Herdou ou comprou-o?
14. O que valorizou no «desenho» da sua habitação, em relação à distribuição dos espaços?

(Relação entre as divisões e a utilização do espaço):

15. Quantos compartimentos tem, neste momento, a sua habitação?
16. Que compartimentos estão situados na fachada principal?
17. Que compartimentos estão nas traseiras?
18. Existem compartimentos interiores?
19. Como é o acesso entre os vários compartimentos?
20. Que atividades são desenvolvidas nos vários compartimentos da casa?
21. Quais os compartimentos que considera mais importantes e porquê?
22. Como é utilizada a cozinha? Serve apenas para confeccionar refeições ou tem outras utilizações?
23. Como e com que fim utiliza os espaços exteriores (lazer/horta/jardim/ espaço de arrumação de alaias agrícolas, anexos...)?
24. A sua casa tem alguma particularidade (pormenores como lareira/

chaminé/currais/galinheiro...)?

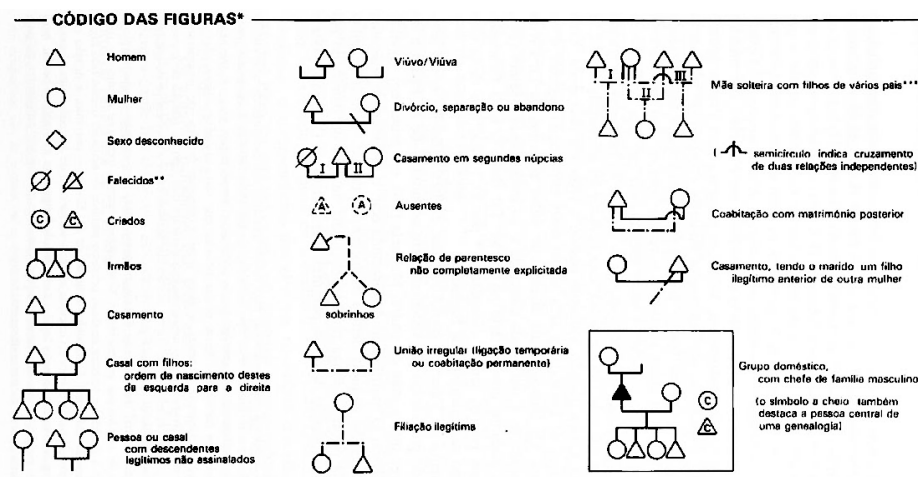
25. Que tipo de alterações foram introduzidas a partir da planta originária?
26. Quem concebeu essas alterações?
27. Por quem foram realizadas as alterações?
28. Quando foram realizadas?
29. Como era o agregado familiar ao tempo dessas alterações?
30. Que causas o levaram a fazer alterações?
31. Se não fez alterações à planta original, que motivos é que o levaram a não fazê-lo?

Casa antiga ou secular Térreo e sobradada Cozinha integrada Vários dimensões Telhados múltiplos			
Humo - cozinha integrada Humo com casa encostada Cozinha integrada na casa			
Casa elemental com cobertura de palha, paredes de alvenaria de pedra Cozinha integrada			
Casa elemental com cobertura de palha, Cozinha separada ou cozinha encostada			
Casa de fio ou empena Casa de meio-fio Casa de meio-fio de Machico Cozinhas separadas			
Casa redonda com paredes de madeira Cozinha separada Casa redonda com paredes de alvenaria Cozinha separada			
Casa elemental com cobertura de telha cerâmica Piso térreo Cozinha integrada Casa elemental de duas empenas Aproveitamento de sótão Cozinha separada			
Casa elemental de dois pisos com balcão Cozinha integrada no piso térreo ou no piso sobradado			
Casa torreada Piso sobradado Cozinha integrada			
Casa em esquadria e casa duplicada com balcão Cozinha integrada no piso sobradado			
Casa complexa Escada centralizada interior e corredor Cozinha integrada no piso sobradado			
Casa moderna (entre os anos 30 e 50 - século XX) Diversos modelos associados às tipologias tradicionais			

Genealogia

ANEXO 3

Fonte: O'Neill, B. J. (1984), Proprietários, lavradores e jornaleiros, Lisboa: D. Quixote

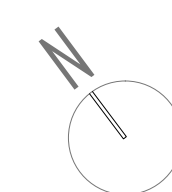


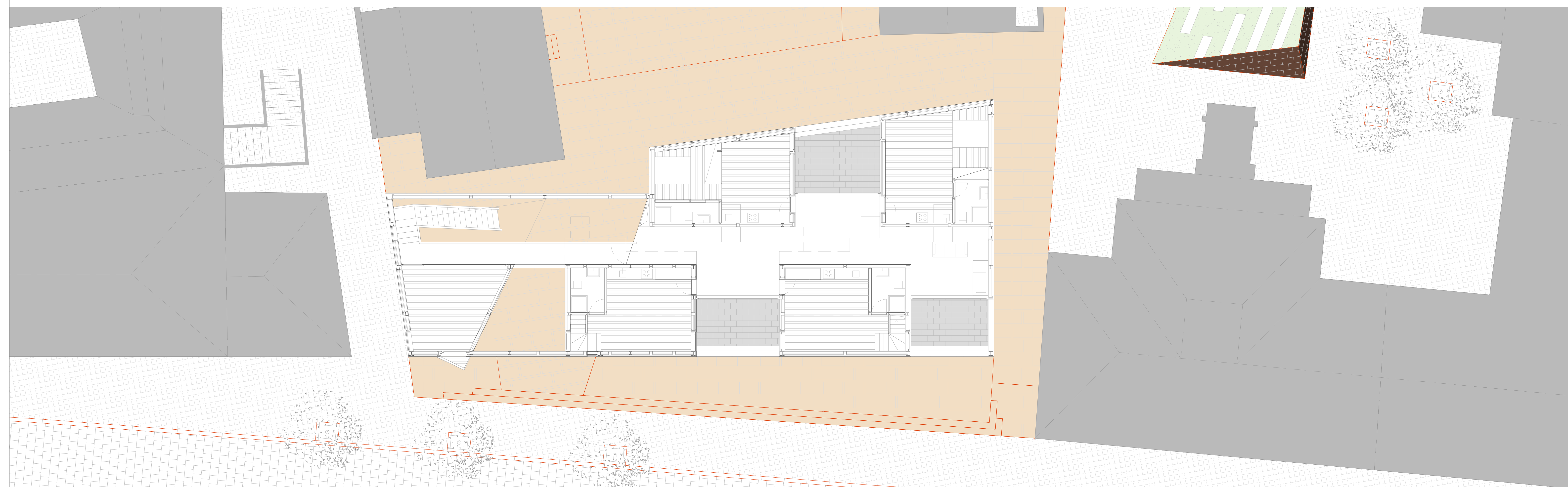
* Este sistema de classificação de laços de parentesco não deve ser visto como rígido ou definitivo: é uma adaptação de vários símbolos ideográficos standardizados na Antropologia Social para representar uma variedade de relações interpessoais. Os desenhos constituem instrumentos analíticos, susceptíveis de modificações segundo as características específicas da sociedade em questão. Assim, alerta-se o leitor para evitar qualquer «fetichismo» obsessivo face ao próprio código, o que poderia levar a uma compreensão distorcida das realidades humanas estudadas.

** Nalgumas genealogias, sobretudo as reconstruídas a partir de documentos históricos, dispõem-se os traços diagonais para as pessoas defuntas.

*** Meios-irmãos uterinos são filhos da mesma mãe, mas de pais diferentes;

Meios-irmãos consanguíneos são filhos do mesmo pai mas de mães diferentes;
Irmãos gêmeos são filhos da mesma mãe e do mesmo pai.



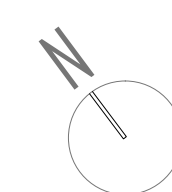


Projeto 4 Habitações

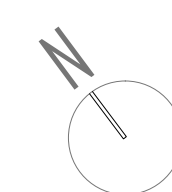
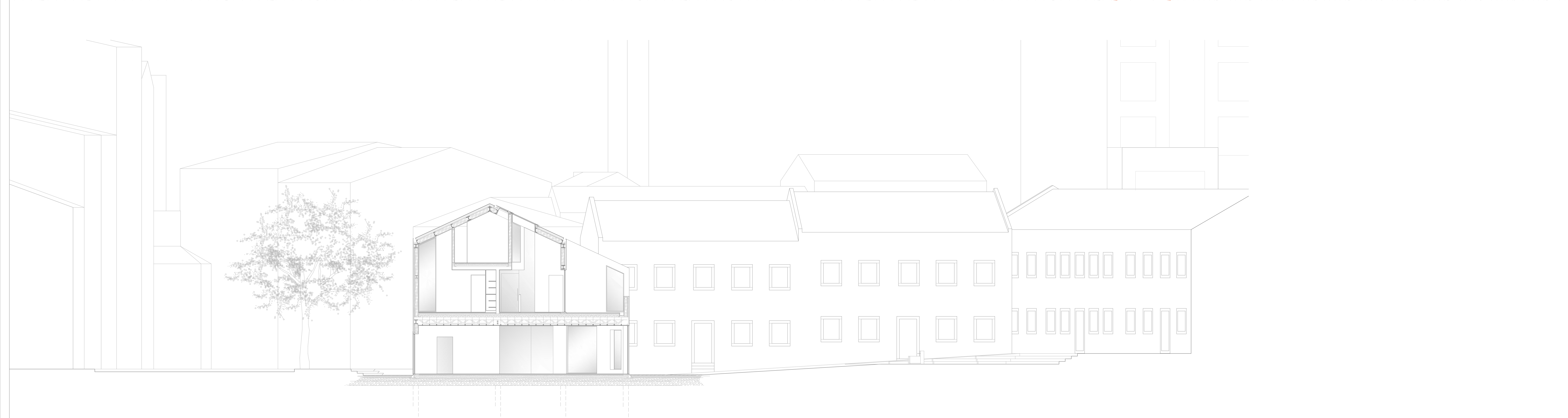
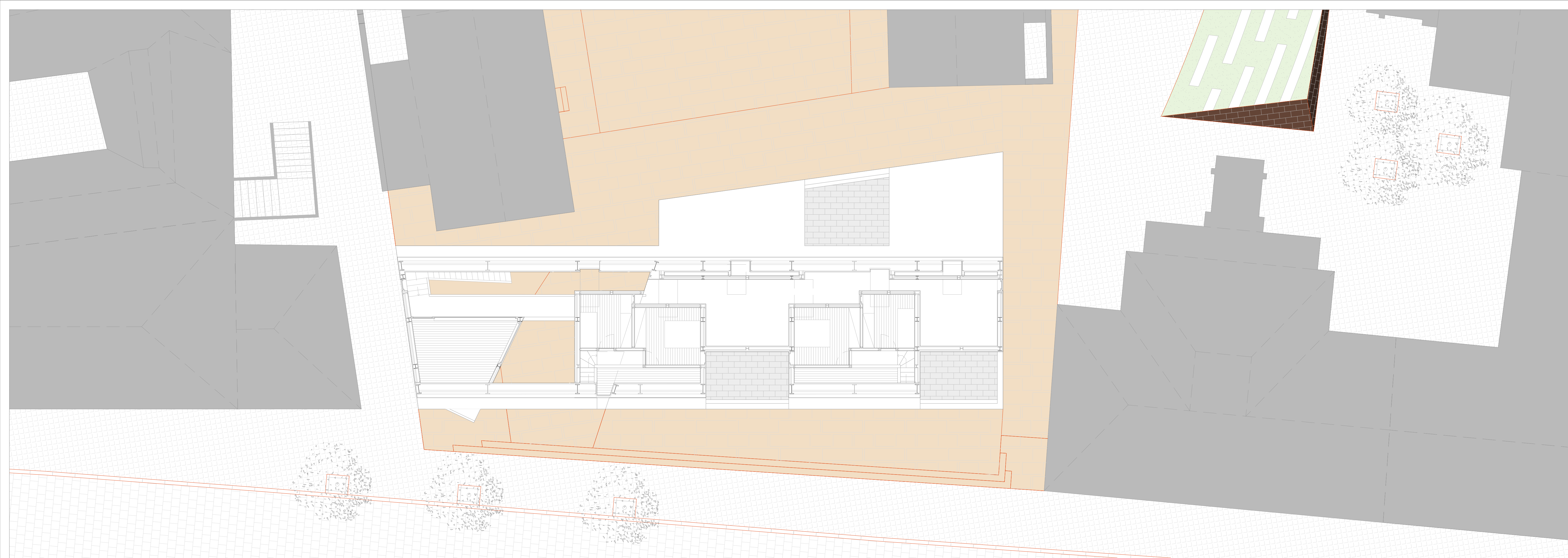
Mestrado integrado em arquitetura_MIA_Projeto final de arquitetura_2012/2013 _ Sérgio Sá_30.10.2013

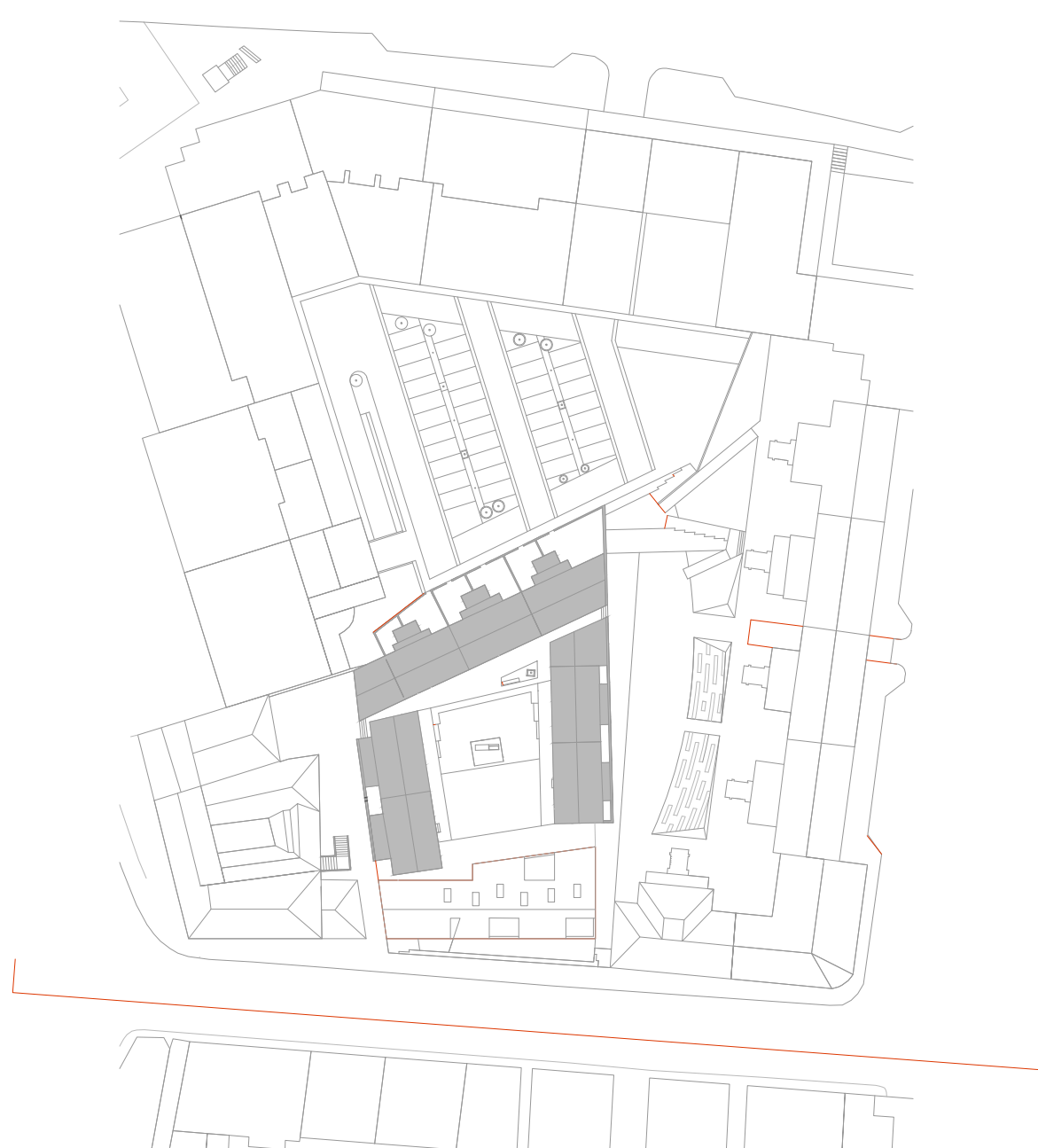
Planta do Piso 0 e Piso I

Esc.1/100



08



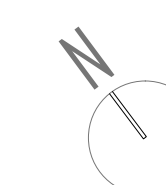


Projeto 4 Habitações

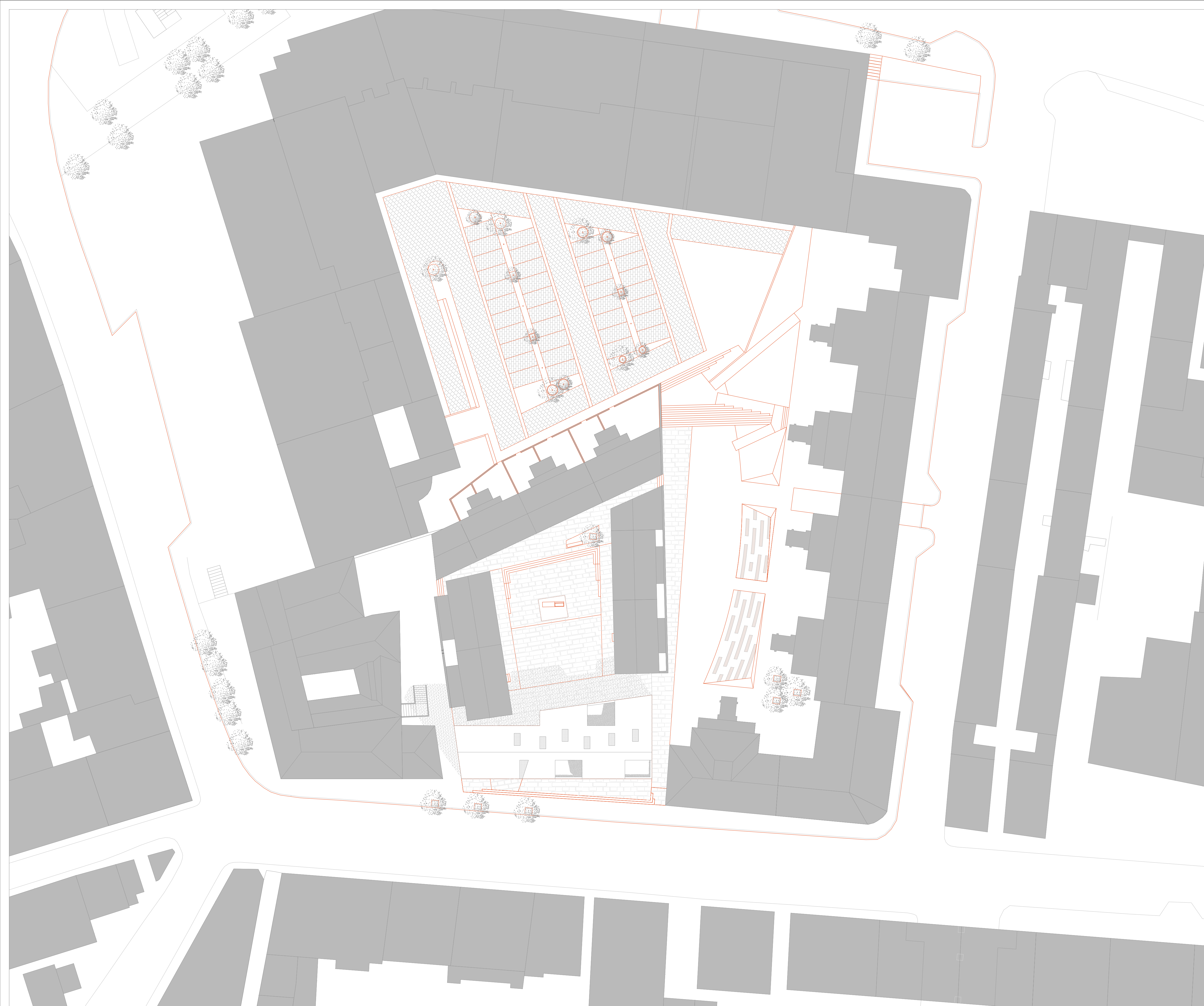
Mestrado integrado em arquitetura_MIA _ Projeto final de arquitetura_ 2012/2013 _ Sérgio Sá_30.10.2013

Planta de implantação e Perfil

Esc.1/500



01



Projeto 4 Habitações

Mestrado integrado em arquitetura_MIA _ Projeto final de arquitetura_ 2012/2013 _ Sérgio Sá_30.10.2013

Planta da Proposta e Memoria Descritiva

Esc.1/300

